



**Joaquim Lino da
Silva Reis**

**A Importância das Pescas para a Economia
Nacional: uma análise exploratória**



**Joaquim Lino da
Silva Reis**

A Importância das Pescas para a Economia Nacional: uma análise exploratória

Relatório de projecto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família, aos meus amigos e à minha namorada que sempre me apoiou e esteve presente nos momentos mais difíceis. Dedico-o também à minha orientadora, a Professora Doutora Elisabeth Pereira e em especial, à professora Margarita Robaina Alves que me apoiou também neste trabalho, não estando neste relatório referenciada como co-orientadora, devido a apenas por meros requisitos “legais”.

o júri

presidente

Prof. Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite
Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

A realização de um projecto envolve um acompanhamento intelectual, o qual não seria possível sem a colaboração dos meus orientadores, a professora Doutora Maria Elisabeth Pereira e Rocha e em especial da professora Margarita Matias Robaina Alves que me acompanharam na realização do mesmo. Agradeço também à Universidade de Aveiro e à equipa de investigação multidisciplinar que integrei, no projecto de caracterização para o ordenamento e valorização dos núcleos piscatórios lagunares, no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro que me proporcionaram as bases deste trabalho de investigação e que me permitiram apreender e desenvolver como profissional. Agradeço também ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial e à própria universidade de Aveiro aos quais devo uma importante fatia da minha formação.

Finalmente, agradeço aos meus pais por financiarem os meus estudos, pois sem o apoio deles, não seria possível, presentemente, atingir esta fase de graduação académica.

palavras-chave

Pesca, Pescado, Economia Nacional, IVCR, Comércio Internacional, *Shift-share analysis*, Ria Aveiro.

resumo

O presente trabalho foca a importância da pesca para a Economia Nacional ao mesmo tempo que caracteriza o sector das pescas, abrindo uma nova perspectiva de análise. O objectivo é o de fornecer e concentrar informação que se possa traduzir numa mais-valia para o crescimento da economia Portuguesa.

É apresentada uma revisão de literatura, que sustenta a importância da pesca para a subsistência e crescimento das populações. Por outro lado, expõe a actual situação da pesca Europeia definida por algumas tendências, sendo que ao nível nacional é feita um enquadramento de acordo com o contexto europeu.

Ao nível do Comércio Internacional, verifica-se que Portugal apresenta Vantagens Comparativas Reveladas no pescado, do mesmo estudo obtiveram-se os mercados que estão a apresentar os maiores crescimentos das Importações e são apresentados resultados que expõem o potencial de crescimento das exportações portuguesas de pescado, destacando-se os mercados de: Itália, França, Tailândia, Alemanha, Rússia, Reino Unido, Holanda, Coreia do Sul, EUA, Suécia e Bélgica.

Ao nível regional, são analisados os impactos socioeconómicos da pesca, na Ria de Aveiro, para um concelho específico (Murtosa). A principal conclusão é de que existem cerca de 800 pescadores artesanais ainda em actividade, que geram um rendimento líquido, originário da pesca lagunar no valor de 1.760.000€/anuais.

keywords

Fisheries, fish, National Economy, RCA, International Trade, Shift-share analysis, Ria Aveiro

abstract

The Importance of Fisheries for the National Economy: an exploratory analysis

This paper focuses on the importance of fisheries to the national economy at the same time that characterizes the fishing industry, opening a new perspective of the review. The objective is to provide and focus the information that can be translated into an asset for the growth of the Portuguese economy.

A literature review that is presented, support the significance of fishing in order to ensure the survival and population growth. On the other hand, explains the current state of European fisheries defined by trends, however, at the national level, is made a framework according to the European context.

In terms of international trade, it appears that Portugal has Revealed Comparative Advantage (RCA) in the fish field, still, from the same study, were obtained the markets that are showing the largest increases of imports and presents results that expose the potential growth of Portuguese exports of fish, highlighting the markets of: Italy, France, Thailand, Germany, Russia, UK, Netherlands, South Korea, USA, Sweden and Belgium.

At the regional level, there were analyzed the socio-economic impacts of fishing, in the Ria de Aveiro, for a specific and concrete county (Murtosa). The main conclusion is that there are about 800 craft fishermen still active, which generate a net income original from the lagoon fishing, in the amount of € 1,760,000/year.

ÍNDICE

Siglas e Acrónimos	i
Índice de Figuras	iii
Índice de Quadros	v
Índice de Anexos	vii
1. INTRODUÇÃO	1
2. A ECONOMIA DO MAR – A PESCA COMO CAMINHO PARA O CRESCIMENTO E SUBSISTÊNCIA	5
2.1 Economia do Mar VS Economia da Pesca	7
2.2 A Pesca como Contributo para o Crescimento e Subsistência	14
2.3 A Importância da Pesca Artesanal e Recreativa – Enquadramento da Ria de Aveiro	23
3. O SECTOR DAS PESCAS: DINÂMICA E TENDÊNCIAS	25
3.1 Considerações Iniciais	27
3.2 Produção da Pesca	27
3.2.1 Produção Mundial da Pesca	27
3.2.2 Produção da Pesca na União Europeia	28
3.3 Frota Pesqueira na União Europeia	30
3.4 Comércio Externo de Produtos de Pesca na União Europeia	32
3.5 Consumo de Produtos de Pesca	34
3.5.1 Consumo de Pescado a nível Mundial	34
3.5.2 Consumo de Pescado na União Europeia	35
3.6 Síntese das Pescas em Portugal	36
4. COMÉRCIO EXTERNO DE PESCADO – UM CONTRIBUTO PARA A DESCOBERTA DE NOVOS MERCADOS	39
4.1 Considerações Iniciais	41
4.2 Metodologia	41
4.2.1 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)	41
4.2.2 Shift Share Analysis	42
4.3 Vantagem Comparativa versus Competitividade	43
4.4. Análise do Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Pescado	44
4.5 Evolução e Crescimento das Exportações de Pescado – <i>Shift Share Analysis</i>	46
4.6 Mercados Potenciais para Exportação de Pescado – <i>Shift-Share Analysis</i> para o Crescimento das Importações Mundiais de Pescado	47

5. PROJECTO DESENVOLVIDO – SOCIEDADE POLIS	53
5.1 Apresentação do Projecto	55
5.2 Objectivos Gerais	57
5.3 Estrutura	57
5.4 Responsabilidades no Projecto – Equipa Técnica	58
5.5 Metodologia	59
5.5.1 Metodologia de Base	59
5.5.2 Metodologia específica da Equipa de Socioeconomia	60
5.6 Actividades desenvolvidas no Projecto	62
6. O IMPACTE SOCIOECONÓMICO DAS PESCAS – O CASO DA MURTOSA	65
6.1 Objectivos	67
6.2 Metodologia	68
6.2.1 Metodologia da Amostragem	69
6.2.2 Metodologia do preenchimento dos Questionários	70
6.2.3 Metodologia da análise de dados	71
6.3 Enquadramento a nível Regional – Ria de Aveiro	72
6.4 Análise e Caracterização Regional das Actividades de Pesca – Murtosa em foco	75
6.4.1 Pescadores matriculados e embarcações (GT e Kw)	75
6.4.2 Licenças para Pesca Lúdica por tipo e área	77
6.4.2.1 Pescadores matriculados em águas não marítimas no Porto de Aveiro	78
6.4.2.2 Frota de Pesca Local – Aveiro	80
6.4.2.3 Embarcações Licenciadas para Pesca Apeada – Aveiro	81
6.4.3 Caracterização dos Cais do Concelho da Murtosa	82
6.4.4 Pesca descarregada	84
6.4.4.1 Pesca descarregada por porto anual (ton.), águas salobras e doce, por Porto	84
6.4.4.2 Pesca descarregada anual (€ e €/kg), águas salobras e doce, por Porto	85
6.4.5 Pescado vendido nas principais lotas e postos de vendagem (ton. e em €)	87
6.5 Análise e Caracterização Demográfica e Socioeconómica – Zona envolvente da Ria de Aveiro (Murtosa em foco)	88
6.5.1 Demográfica – Concelhia	88
6.5.2 Demográfica – Freguesias	89
6.5.3 Caracterização Socioeconómica	90
6.5.4 Análise sociométrica (conclusiva)	96
6.5.4.1 Relação entre Taxa de desemprego e a Importância Económica da Pesca	96
6.5.4.2 Relação entre População activa e a Importância Económica da Pesca	97
6.6 Análise e Caracterização Socioeconómica dos Pescadores – Murtosa	98

6.6.1 Freguesia de Residência	98
6.6.2 Estrutura Etária	99
6.6.3 Estado Civil	99
6.6.4 Habilitações Literárias	100
6.6.5 Condição perante o Trabalho	101
6.6.6 Profissão	101
6.6.7 Exercício de outra Actividade Remunerada	102
6.6.8 Composição do Agregado Familiar	103
6.6.9 Nível de Rendimento Mensal do Agregado Familiar	103
6.6.10 Nível de Rendimento Mensal, por categoria de Agregado	104
6.6.11 Peso do Rendimento Gerado da Actividade Piscatória, nos Rendimentos Mensais do Agregado Familiar (<i>Chi-Square Tests</i> às diferenças de rendimentos)	105
6.6.12 Importância atribuída à Pesca (e ao respectivo Cais), discriminada por Rendimento Mensal retirado da Pesca no Agregado Familiar	106
6.6.13 Rendimento Gerado da Actividade Piscatória decorrente do Cais, nos Rendimentos Mensais do Agregado Familiar dos Pescadores, por Frequência de Utilização do Cais	107
6.6.14 Rendimento Gerado da Actividade Piscatória decorrente do Cais, no Rendimento Mensal do Agregado Familiar	109
6.6.15 Estimativa de Rendimento Médio Mensal retirado da Pesca (<i>Matriz de ponderação do rendimento mensal dos Pescadores</i>)	110
7. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	113
7.1 Conclusões Gerais	115
7.2 Limitações do Projecto	121
7.3 Perspectivas Futuras	122
BIBLIOGRAFIA	123
WEBGRAFIA	131

ANEXOS

Anexo I – Inquérito por Entrevista

Anexo II – Inquérito por Questionário

Anexo III – Análise Estatística (*outputs – Frequency tables*)

Anexo IV – Análise Estatística (*outputs – Crosstabs & Chi-Square Test*)

Anexo V – Tabelas da Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

Anexo VI – Tabelas do Comércio Internacional de Pescado

Siglas e Acrónimos

AMRia – Associação de Municípios da Ria de Aveiro

BibRia – Biblioteca Digital dos Municípios da Ria de Aveiro

CEDRU – Centro de Estudos Desenvolvimento Regional e Urbano

DGPA – Direcção Geral de Agricultura e Pescas

ESGIRA – Projecto da Estrutura de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

INE – Instituto Nacional de Estatística

MADRP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MAOTDR – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

NAFO – Organização das Pescarias do Atlântico Noroeste

NUT – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

PCP – Política Comum das Pescas da UE

PIB – Produto Interno Bruto

POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PSRN2000 – Plano Sectorial Rede Natura 2000

RCM – Resolução de Concelho de Ministros

SRAM – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

SigRia – Sistema de Informação Geográfica para os Municípios da Ria de Aveiro

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats

Unir@ria – Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ZEE – Zona Económica Exclusiva

NC – Nomenclatura Combinada

GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos

SITC – Standard Internacional Trade Classification.

EAA – European Anglers Alliance

NOAA – National Oceanic and Atmospheric Administration

STECF – The Scientific, Technical and Economic Committee for Fisheries

Países

At – Áustria

Be – Bélgica

Bg – Bulgária

Cy – Chipre

Cz – República Checa

De – Alemanha

Dk – Dinamarca

Ee – Estónia

Es – Espanha

Fi – Finlândia

Fr – França

Gr – Grécia

Hu – Hungria

Ie – Irlanda

It – Itália

Lv – Letónia

Lt – Lituânia

Lu – Luxemburgo

Mt – Malta

Nl – Holanda

Pl – Polónia

Pt – Portugal

Ro – Roménia

Sk – Eslováquia

Se – Suécia

Si – Eslovénia

UE – União Europeia

UE-27 – União Europeia (27 países)

Uk – Reino Unido

Índice de Figuras

Figura 1 – Fluxograma do circuito de comercialização de pescado fresco.....	18
Figura 2 – Produtores de produtos de pesca a nível mundial (em 2005), em percentagem do volume produzido das capturas e aquicultura	27
Figura 3 – Total de capturas dos maiores produtores a nível mundial (em 2005)	28
Figura 4 – Evolução da produção de pesca (kg/per capita) de aquicultura e captura no Mundo, China e “Mundo excepto China” (1970 a 2006)	28
Figura 5 – Volume de capturas por Estado-Membro, em percentagem do total da UE em 2007	29
Figura 6 – Evolução do total de capturas dos 8 maiores produtores da União Europeia a 27 (em 2008), volume em Milhões de toneladas	29
Figura 7 – Evolução do número de embarcações da frota de pesca da UE entre 1992 e 2006	30
Figura 8 – Frota de pesca da União Europeia a 27 (em %) (2008).....	31
Figura 9 – Potência motriz em 2008 da frota da União Europeia (em %)	31
Figura 10 – Os maiores Importadores UE-27 de produtos de pesca em 2007, em valor	33
Figura 11 – Os maiores Exportadores da UE-27 de produtos de pesca, em valor (2007).....	33
Figura 12 – Saldo comercial dos produtos de pesca, dos 6 países maiores exportadores e dos 6 maiores importadores da UE-27, em valor (2007).....	34
Figura 13 – Consumo de pescado, per capita em 2003, de alguns dos países mais expressivos a nível mundial (kg/hab./ano)	35
Figura 14 – Consumo de pescado, per capita em 2003, dos 5 maiores e dos 5 menores estados membros UE (kg/hab./ano).....	35
Figura 15 – Localização espacial dos 22 cais de acostagem (Ria de Aveiro).....	57
Figura 16 – Modelo Organizacional da Equipa Técnica.....	58
Figura 17 – Modelo Organizacional da Equipa Técnica de Socioeconomia	59
Figura 18 – Esquematização da base metodológica.....	61
Figura 19 – Mapa da localização do concelho da Murtosa – zona de amostragem	69
Figura 20 – Licenças para pesca lúdica por tipo e área.....	78
Figura 21 – Pescadores matriculados em 31 de Dezembro em águas não marítimas no Porto de Aveiro	79
Figura 22 – Frota de pesca local na área da Ria de Aveiro, embarcações licenciadas na Capitania de Aveiro, por concelho.....	80
Figura 23 – Frota de pesca local na área da Ria de Aveiro, embarcações licenciadas na Capitania de Aveiro, por comunidade piscatória	81
Figura 24 – Embarcações licenciadas para pesca apeada (à linha) na Capitania de Aveiro, por concelho, na área da Ria de Aveiro.....	82
Figura 25 – Embarcações Licenciadas para pesca apeada (à linha) na Capitania de Aveiro, por comunidade piscatória	82
Figura 26 – População residente por concelho	88
Figura 27 – População residente por concelho	89

Figura 28 – População residente, por freguesia relacionada directamente com a actividade piscatória lagunar	89
Figura 29 – População empregada por concelhos	90
Figura 30 – População empregada por freguesias	91
Figura 31 – População empregada por actividade económica e por concelho	92
Figura 32 – População empregada por actividade económica e por freguesia	92
Figura 33 – Taxa de actividade em % da população residente e taxa de desemprego por concelho ..	93
Figura 34 – Taxa de actividade em % da população residente e taxa de desemprego por freguesia ..	93
Figura 35 – População residente segundo o principal meio de vida por concelho	94
Figura 36 – População residente segundo o principal meio de vida por freguesia	94
Figura 37 – Relação entre a taxa de desemprego e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias.....	96
Figura 38 – Relação entre a taxa de desemprego e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias da Murtosa	96
Figura 39 – Relação entre a população activa e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias.....	97
Figura 40 – Relação entre a população activa e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias da Murtosa	97
Figura 41 – Freguesia de residência dos pescadores, por Cais (em % do total do Cais)	98
Figura 42 – Estrutura etária dos pescadores	99
Figura 43 – Estado civil dos pescadores (em % do número de indivíduos).....	100
Figura 44 – Habilitações literárias dos pescadores (em %)	100
Figura 45 – Peso do rendimento gerado da actividade decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores	105
Figura 46 – Importância atribuída à pesca (e ao respectivo Cais), pelos pescadores, para a sua subsistência (em %)	107
Figura 47 – Importância atribuída à pesca (e ao respectivo Cais), para a sua subsistência discriminada por rendimento mensal da pesca no agregado familiar	107
Figura 48 – Peso do rendimento gerado da actividade decorrente do cais de acordo a frequência de pescarias, por nível de rendimentos do agregado familiar	108
Figura 49 – Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores, por frequência de utilização do cais.....	108
Figura 50 – Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores	109
Figura 51 – Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores	109
Figura 52 – Peso do rendimento gerado da actividade decorrente do cais de acordo com o nível de rendimentos, por agregado familiar dos pescadores	110

Índice de Quadros

Quadro 1 – Produtividade do trabalho da frota de pesca (UE-13)	10
Quadro 2 – Emprego, valor acrescentado e riqueza gerada por trabalhador, no sector marítimo.....	11
Quadro 3 – Valor económico da pesca, aquicultura e indústria de pescado nas actividades ligadas ao mar*(incluindo o efeito multiplicador na economia, a preços correntes de 2006.....	13
Quadro 4 – Efeito da pesca, aquicultura e indústria de pescado na Economia Portuguesa 2006.....	13
Quadro 5 – Frota de pesca da UE-27, por classe de comprimento; situação em Dezembro de 2007..	32
Quadro 6 – População Portuguesa empregada na pesca (censos de 2001)	38
Quadro 7 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do Pescado de 2000 a 2007	44
Quadro 8 – Exportações Portuguesas de Pescado em Milhões de Euros, comparação com o total para o período de 2000 a 2007	44
Quadro 9 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de Pescado nos países da OCDE para o período de 2000 a 2007	45
Quadro 10 – Gap (positivo) do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de Pescado entre 1996 e 2007 dos países da OCDE (10 maiores <i>gap</i> 's)	46
Quadro 11 – Gap (negativo) do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de Pescado dos países da OCDE entre 1996 e 2007	46
Quadro 12 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do Pescado de 2000 a 2007	46
Quadro 13 – Mundo: Entradas de "03 - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	48
Quadro 14 – Resumo por país das Entradas Mundiais de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados.....	49
Quadro 15 – Gap dos contributos para o crescimento (%) das exportações Portuguesas com as exportações Espanholas (ou Italianas)	52
Quadro 16 – Localização dos 22 cais de acostagem a requalificar, por concelho	56
Quadro 17 – Pescadores inquiridos, por cais	70
Quadro 18 – Pescadores matriculados e embarcações com motor (GT e Kw) e sem motor (GT) a 31 de Dezembro de 2008	77
Quadro 19 – Cais do Concelho da Murtosa, por freguesia, de acordo com dimensão e utilizadores ..	83
Quadro 20 – Pesca descarregada anual (ton), águas salobras e doce, por Porto de descarga	84
Quadro 21 – Pesca descarregada anual (€), águas salobras e doce, por Porto de descarga	85
Quadro 22 – Pesca descarregada anual (€/Kg), águas salobras e doce, por Porto de descarga	86
Quadro 23 – Pescado vendido nas principais lotas e postos de venda, nas delegações de Aveiro, Figueira da Foz e Matosinhos (toneladas e €)	87
Quadro 24 – Condição perante o trabalho dos pescadores	101
Quadro 25 – Profissão dos pescadores.....	102
Quadro 26 – Exercício de outra actividade remunerada dos pescadores	102

Quadro 27 – Outra actividade remunerada dos pescadores	102
Quadro 28 – Composição do agregado familiar dos pescadores	103
Quadro 29 – Nível de rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores	103
Quadro 30 – Nível de rendimento mensal dos pescadores, por categoria de agregado	104
Quadro 31 – Cais por zona (Este ou Oeste da Ria)*Peso do rendimento gerado da pesca decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar – Crosstabulation	106
Quadro 32 – Chi-Square Tests	106
Quadro 33 – Matriz de ponderação do rendimento mensal do Pescador	111
Quadro 34 – Percentagem da amostra, em cada categoria de rendimento; cruzamento entre “Peso da pesca no rendimento mensal do agregado” e “rendimento do agregado familiar”	111

Índice dos Anexos

ANEXO I.....	135
Inquérito por Entrevista aos Presidentes de Junta de Freguesia, aos das Câmaras e a Presidentes de Associações Sociais, Culturais, Económicas e Desportivas	137
ANEXO II.....	141
Inquérito por questionário aos utilizadores dos cais	143
ANEXO III	149
Tabela 1 – Idade dos inquiridos	151
Tabela 2 – Estado civil dos inquiridos	151
Tabela 3 – Estado civil dos inquiridos	151
Tabela 4 – Condição perante o trabalho dos inquiridos.....	152
Tabela 5 – Profissão dos inquiridos	152
Tabela 6 – Situação da profissão dos inquiridos.....	152
Tabela 7 – Se os inquiridos tem outra actividade remunerada para além da profissão.....	153
Tabela 8 – Que outra actividade remunerada desenvolvem os inquiridos, para além da profissão.....	153
Tabela 9 – Número de pessoas que fazem parte do agregado familiar dos inquiridos	153
Tabela 10 – Nível de rendimento mensal do agregado familiar	154
Tabela 11 – Freguesia de residência dos inquiridos.....	154
Tabela 12 – Frequência de utilização do Cais.....	154
Tabela 13 – Importância atribuída, à pesca (e ao relativo cais) para a subsistência	155
Tabela 14 – Percentagem do rendimento do agregado familiar dos inquiridos que decorre da actividade desenvolvida no cais	155
ANEXO IV	157
Tabela 1 – “Cais onde foi realizado o inquérito * Freguesia de residência” Crosstabulation.....	159
Tabela 2 – “Número de pessoas do agregado familiar * Nível de rendimento mensal do agregado familiar” Crosstabulation	160
Tabela 3 – “Percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade desenvolvida no cais * Importância para a subsistência” Crosstabulation	161
Tabela 4 – “Percentagem do rendimento do Agregado Familiar que decorre da actividade desenvolvida no Cais * Frequência de utilização do cais” Crosstabulation.....	162
Tabela 5 – “Percentagem do rendimento do Agregado Familiar que decorre da actividade desenvolvida no Cais * Nível de rendimento mensal do agregado familiar” Crosstabulation	163
Tabela 6 – “Cais por zona (Este ou Oeste da Ria)*Peso do rendimento gerado da pesca decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar” Crosstabulation	164
ANEXO V.....	165
Tabela 1 – Saídas com origem em Portugal de acordo com a vantagem comparativa	167
Tabela 2 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de Pescado de 1996 a 2007 dos Países da OCDE.....	169

ANEXO VI	171
Tabela 1 – Spain - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	173
Tabela 2 – USA - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	175
Tabela 3 – China - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	177
Tabela 4 – Italy - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	179
Tabela 5 – France - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	181
Tabela 6 – Russian Federation - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados.....	183
Tabela 7 – Sweden - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	185
Tabela 8 – Germany - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	187
Tabela 9 – Thailand - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	189
Tabela 10 – Republic of Korea - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados.....	191
Tabela 11 – United Kingdom - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	193
Tabela 12 – Netherlands - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	195
Tabela 13 – Belgium - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados	197

1. CAPÍTULO

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da disciplina Dissertação/Projecto/Estágio pertencente ao 2º ano do plano curricular do Mestrado em Economia, optei por efectuar um Projecto, por este se enquadrar no tipo de estudo que pretendia fazer.

O projecto aqui apresentado vem no desenvolvimento do projecto do qual tive oportunidade de fazer parte integrante, proporcionando-me uma grande experiência profissional, dado que o mesmo ficou sobre a alçada de uma equipa técnica especializada, com uma grande multidisciplinaridade e complementaridade que se tornarão relevantes para a minha experiência, competências adquiridas e consequentemente para o meu futuro. O mesmo teve a duração de cinco meses e estava agregado a um espaço temporal de noventa dias efectivos. Foi adjudicado em Outubro de 2009 à Universidade de Aveiro sendo mandado elaborar pela Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. através da Notificação de Adjudicação ref.^a PRA.09.CT.279/TF.mdf. O projecto incidiu na elaboração de um “Estudo de Caracterização para o Ordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares”, tendo como objectivo fundamental a apresentação de uma proposta cabal de intervenção em 22 cais de acostagem que sucumbisse a lacuna de um orçamento limitado, cerca de 3,5 milhões de euros. O capítulo seis do meu trabalho será sobre este projecto, pelo que será feita, nesse capítulo, uma pequena apresentação e um relatório desse mesmo estudo.

Quanto à motivação para o meu projecto de investigação, esta tem por base o propósito de obter mais e melhor conhecimento da realidade nacional e regional, contribuindo para a potenciação das exportações Portuguesas “de pescado”. Na sua componente regional, em particular, o objectivo é entender e aprofundar a temática dos cais de acostagem e da pesca local, visto que num futuro próximo, estes serão alvo de uma requalificação e revalorização, sendo a finalidade a de explicar os impactos socioeconómicos da pesca. Será feito um caso de estudo, que dará portanto, uma atenção especial à Ria de Aveiro e aos seus núcleos piscatórios que, à semelhança de muitos outros, se revestem de características muito peculiares, escolhendo o concelho da Murtosa, em particular para fazer tal análise, visto que demonstra uma aparente importância, quer bibliográfica, quer em termos de características socioeconómicas, uma forte ligação com a actividade piscatória lagunar na Ria de Aveiro.

No sentido de se contribuir para a dinamização e aumento das exportações portuguesas de pescado e se produzir efeitos práticos, foi elaborado um estudo intensivo, exposto no capítulo quatro, que contribui para a descoberta de novos mercados. A sua análise foi elaborada à luz das vantagens comparativas reveladas e da análise *shift-share* dos países que mais contribuem para o crescimento das importações de pescado ao nível mundial, analisando os seus fornecedores, comparando-os com as exportações de pescado Espanholas e Italianas (para os mesmos).

O interesse do estudo de temas ligados à Economia Nacional e Regional, bem como o gosto que tive em participar no referido projecto, incentivaram-me a querer aprofundar e desenvolver mais as

temáticas nele abordadas, pelo que, o tema “Importância das Pescas para a Economia Nacional e Regional: uma análise exploratória” surgiu com naturalidade.

O trabalho pretende assim, de uma forma mais generalizada, contribuir para a facilitação de dados reais e credíveis para a gestão eficiente da actividade da pesca que evidencia lacunas e que se expõem com potencial para sustentar o crescimento e contornar a realidade nacional.

No que respeita à estrutura do trabalho, este será dividido em sete Capítulos. Após este primeiro, o da introdução, será feita uma abordagem teórica ao tema no segundo Capítulo, o que fará o enquadramento das pescas e a sua pertinência, sendo o objectivo de explorar a temática da Economia do Mar contrabalançando-a com a Economia da Pesca, definindo o contributo que a pesca incrementa ao crescimento e subsistência das populações. No final do segundo Capítulo será ainda enquadrado o tema, mais particular do meu estudo, sobre a pesca artesanal e recreativa na Ria de Aveiro que faz subsistir ainda vários núcleos piscatórios.

O Capítulo três fará uma análise ao sector da pesca (captura e aquicultura) caracterizando a sua dinâmica e últimas tendências. Será feita a comparação do sector a nível Europeu, dando especial atenção ao sector nacional, em foco: na produção da pesca, consumo, frota pesqueira e evolução do comércio externo; sendo que no final deste Capítulo existirá uma síntese da situação portuguesa da pesca.

No Capítulo quatro, como foi dito anteriormente, estará exposto o contributo da pesca para a potenciação das exportações Portuguesas de pescado, no sentido de se descobrir novos mercados para aumentar as exportações portuguesas de pescado. No Capítulo seguinte, o cinco, apresentar-se-á a descrição sumária do projecto realizado para a Sociedade Polis e as principais actividades realizadas. No Capítulo seis, será exposto um estudo específico sobre as pescas interiores no concelho da Murtosa, que demonstrará o impacte e importância socioeconómica destas na região. Por fim, no sétimo Capítulo serão apresentadas as conclusões e algumas perspectivas deste estudo.

2. CAPÍTULO

A ECONOMIA DO MAR – A PESCA COMO CAMINHO PARA O CRESCIMENTO E SUBSISTÊNCIA

2. A ECONOMIA DO MAR – A PESCA COMO CAMINHO PARA O CRESCIMENTO E SUBSISTÊNCIA

2.1 A Economia do Mar VS Economia da Pesca

Os mares, os rios e as zonas lagunares são uma fonte de vida e de riqueza. Constituem-se como vias essenciais ao desenvolvimento económico, sendo que neles praticamos uma boa parte das nossas actividades de lazer. O potencial de crescimento nos domínios das actividades relacionadas com os oceanos é enorme. No entanto, é necessário que essas actividades não destruam esse potencial. A pesca apresenta-se como uma dessas actividades, que na versão do Dicionário de Inglês de Oxford, é delimitada como sendo “*a acção, arte ou prática de capturar o peixe*”, o que demonstra ser uma definição bastante limitada uma vez que deveria ser estendida de forma a incluir também os moluscos e os crustáceos. Uma definição mais completa em termos de espécies-alvo é fornecida pelo *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) dos EUA Marine Fisheries Service (NMFS)¹: A pesca é a “*indústria dedicada à captura, ao tratamento ou a venda do peixe, moluscos ou outros animais aquáticos*”, que introduz a noção de que a pesca pode envolver uma combinação de captura, transformação e venda.

Desta forma, a poluição, a sobre-pesca, os crimes urbanísticos nalgumas zonas costeiras e as próprias marés negras, entre outras, são pressões sobre o meio ambiente que se constituem como uma grande ameaça para o ambiente marinho e, por conseguinte, para a sustentabilidade do desenvolvimento económico. Para fazer face a este desafio, será imprescindível actuar desenvolvendo uma forte coordenação entre todas as políticas que integram este domínio.

A União Europeia (UE) como potência marítima a nível mundial detém uma posição dominante no sector marítimo mundial. Essa posição é ilustrada, por exemplo, pelo facto de 40% da frota mundial ser Europeia (Eurostat, 2008). A capacidade da pesca como um todo é um tema relativamente novo para a literatura da economia da pesca. Empiricamente, os estudos da frota de pesca da UE têm sido focados na análise das tendências globais (Lindebo, 2003; SGECA, 2007; Gelchu & Pauly, 2007), os efeitos dos planos de recuperação (De Wilde, 2003); análise de indicadores económicos (Lindebo, 2003; Hilborn & Walters, 1992; Lindebo 1999), a rentabilidade económica da frota (Surís-Regueiro, Varela-Lafuente & Iglesias-Malvido, 2003; European Commission, 2007), o impacto dos subsídios (Khan, Sumaila, Watson, Munro & Pauly, 2006; Hatcher, 2000), o consumo de combustível (Tyedmers, Watson & Pauly, 2005; Van Marlen, 2009), os efeitos da frota nos ecossistemas marinhos no Hemisfério Sul - principalmente na África - (Sumaila & Vasconcellos, 2000; Kackzynski & Fluharty, 2002) e da América Latina (Villasante & Sumaila, 2008), e, mais recentemente, a transparência da gestão das pescas (Mora, 2009) e das perdas económicas a nível global, devido ao excesso da capacidade (World Bank, 2009). A fim de aumentar o potencial de desenvolvimento do sector marítimo e de conservar uma forte posição concorrencial no mercado mundial, o número de grupos de agentes económicos e institucionais não tem parado de aumentar nas últimas décadas: são os chamados *clusters* marítimos. Tais organizações permitiram dinamizar a economia das regiões onde se concentram as actividades relacionadas com o mar. Os *clusters*,

¹ In <http://www.nwfsc.noaa.gov/> (acedido em 1 Novembro de 2010)

que abrangem diferentes sectores (construção naval, produção de energia convencional ou renovável, mas também pesca ou ainda turismo), reúnem empresas, fornecedores especializados, prestadores de serviços e instituições, tais como, universidades, associações comerciais e outras... (Comissão Europeia, 2009b). Milhões de europeus vivem directa ou indirectamente das actividades que estes recursos proporcionam. As actividades relacionadas com o mar representam actualmente na UE, cinco milhões de empregos, mas o potencial de desenvolvimento é muito superior, nomeadamente nos novos sectores marítimos como as energias renováveis, as biotecnologias, a aquicultura e as telecomunicações (Comissão Europeia, 2008b).

A UE possui a maior superfície marítima do mundo, dispondo de infra-estruturas que rondam os 1200 portos que albergam a maior frota mercante do mundo. Embora existam várias formas de classificar uma frota, o poder de arqueação ou de pesca representa, provavelmente, o indicador mais adequado para medir a capacidade de pesca (Hilborn & Walters, 1992; Garcia & Newton 1995; Gulland 1983; Marchal *et al.* (2002). Com base na classificação por tonelagem, diferentes sectores da frota de pesca da UE foram classificados após a categorização das tabelas de *input-output* da pesca, por exemplo na Galiza (Negro, 2003): (i) costeira, (ii) litoral, (iii) alto mar, e (iv) mar profundo frotas. Estes quatro sectores dividem a frota da UE. A relação de cada tipo de sector é dada pela existência de um número de características semelhantes (comprimento, arqueação, tripulação). A frota de pequena escala (frota costeira e litoral) é composta de pequenos navios que operam em águas interiores ou costeiras, estes navios geralmente usam redes de arrasto, longas filas, artes de pesca, bolsa e diversas artes de pesca artesanal ao longo do ano (Negro, 2003; IFREMER, 2007). Quase 80% do número total de pescadores e embarcações de pesca da frota da UE, concentram-se nestas duas categorias (IFREMER, 2007; Chuenpagdee *et al.*, 2006).

Cerca de 90% do comércio externo (extra-comunitário) e 40% do comércio interno (intra-comunitário) realizam-se por via marítima, o que indica a grande importância do mar para a UE. As regiões costeiras, que abrigam 50% da população total da UE, contribuem mais de 40% do para o produto interno bruto (PIB). Todavia, só cerca de 5% do PIB provém directamente das indústrias e dos serviços do sector marítimo. Esta percentagem é muito superior se forem tidas em conta as contribuições indirectas de outros sectores, como é o caso do turismo (Portal da União Europeia¹). No entanto, o desenvolvimento das estatísticas da pesca na UE tem enfrentado problemas tais como a diversidade da origem dos diferentes sectores da pesca e do tratamento heterogéneo dos dados relacionados com a importância de determinados tipos de pesca na economia de cada Estado-Membro (Comissão Europeia, 2001; Villasante, 2009). Embora a Comissão Europeia tem feito grandes esforços para melhorar a informação estatística nas últimas duas décadas, algumas dificuldades permanecem. Este é um problema que afecta toda a indústria da pesca, especialmente em relação às estatísticas relativas aos desembarques efectuados em todo o mundo e particularmente nos países em desenvolvimento (Pauly, 2009). Um número relativamente grande das estatísticas existentes, são usadas para análise e discussão das mudanças estruturais na frota e para avaliar potencialmente as suas implicações para os recursos da pesca, no entanto em alguns casos os dados estão incompletos e são pouco coerentes (Villasante, 2009).

¹ Portal da União Europeia in http://europa.eu/pol/fish/index_pt.htm (acedido a 15 Janeiro de 2010).

Quanto a Portugal, ao longo da sua imensa costa, o país detém 27 portos principais e um elevado número de pequenos portos com vocação pesqueira, dos quais 16 encontram-se no território continental, 2 na Região Autónoma da Madeira (Porto Santo e Funchal) e 9 na Região Autónoma dos Açores (um em cada ilha do próprio arquipélago). A sua modernização tem constituído uma prioridade, principalmente ao nível das infra-estruturas portuárias, tendo esta intervenção resultado de uma política coordenada entre os responsáveis pela política portuária e os responsáveis pelas pescas. Contudo, pese embora o esforço de investimento assente ao longo das últimas décadas na sua modernização e na criação de melhores condições de operacionalidade, verificam-se, ainda, limitações em alguns portos de pesca, nomeadamente no que se refere, a deficiências infra-estruturais e sub-dimensionamento ou falta de equipamentos de movimentação e de condições de atracação para embarcações de pesca bem como de acessos para pessoas e insuficientes condições estruturais, higiénico-sanitárias, ambientais, dos próprios meios de meios de controlo higiénico-sanitários, da cadeia de frio, que limitam a eficácia, a rentabilidade, a produtividade e a qualidade, operacional e funcional dos Portos (MADRP – DGPA, 2007a).

No que se refere à situação marítima portuguesa, o território continental, situa-se numa zona de transição para ecossistemas mais quentes, apresentando uma elevada diversidade de espécies de pescado, contudo estas de abundância reduzida. A costa ocidental caracteriza-se pela existência de fenómenos sazonais e afloramentos costeiros, os chamados “up-welling¹” e a costa algarvia sofre a influência das águas do Mediterrâneo, factores que determinam a referida diversidade de espécies e a abundância de pequenos pelágicos como a sardinha que, habitualmente, tem representado mais de 40% das quantidades totais capturadas. Portugal apresenta uma linha de costa de 2.830 km, e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 1.656 mil km² (a 3ª maior da Europa e a 11ª maior do mundo, representando 3,5% da superfície do Atlântico Norte), a qual compreende uma zona de Mar Territorial e Plataforma Continental de 64.145 km² e 20.141 km², respectivamente, o que significa que a dimensão da zona de mar territorial e a plataforma continental revelam-se, bastante exíguas, representando apenas 1% da ZEE, constituindo a limitação mais importante a uma maior abundância de recursos pesqueiros, o que, associado à natureza oceânica profunda dos arquipélagos das Regiões Autónomas, se traduz numa menor riqueza piscícola relativamente às restantes zonas de pesca comunitárias (MADRP – DGPA, 2007a).

Os estudos de extensão da plataforma continental Portuguesa submetidos à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (Organização das Nações Unidas) poderão atribuir a Portugal a jurisdição de novo território marítimo, acrescentando de 240.000 quilómetros km² a 1,3 milhões km², isto é, 14,9 vezes a área de Portugal Continental. Com este acréscimo Portugal passará a ter uma área total de 3.027.408 km², o que fará saltar de 11.ª maior ZEE do mundo para 10.ª, imediatamente atrás do Brasil com 3.660.955 km² (Jornal de Defesa e Relações Internacionais², edição de 30/09/2003).

¹ *Up-welling*: afloramento ou ressurgência é um fenómeno oceanográfico que consiste na subida de águas profundas, muitas vezes ricas em nutrientes, para regiões menos profundas do oceano.

² Jornal de Defesa e Relações Internacionais in <http://www.jornaldefesa.com.pt> (acedido em 30 de Outubro de 2010).

Segundo Salz et al. (2006), o sector das pescas representa apenas uma pequena parte do emprego total em todos os Estados Membros. Contudo, a nível regional, as pescas são uma fonte de emprego importante, designadamente na Galiza (Espanha), no Algarve e nos Açores, no Nordeste da Escócia (Reino Unido) e em Sterea Ellada, Voreio Aigaio e Notio Aigaio (Grécia). Mesmo em zonas em que o emprego no sector da pesca é relativamente baixo, estes postos de trabalho desempenham um papel muito importante. Certos factores geográficos e económicos, como o afastamento em relação aos principais centros de actividade, a fraca densidade de população, a pobreza das terras agrícolas ou o declínio industrial, que caracterizam muitas zonas costeiras, contribuem para reduzir as oportunidades de emprego. No entanto, as evoluções tecnológicas dos navios, sem dúvida, levaram a um aumento do esforço da pesca numa escala global, especialmente entre os anos de 1970 e 1995. Durante este tempo (i) ocorreu um aumento médio do esforço da pesca à volta de 500%, com (ii) uma redução simultânea de cerca 75% das capturas por unidade de esforço (Gelchu & Pauly, 2007). Esta tendência global deu início a um período de crise contínuo no que toca à pesca versus União Europeia (Fitzpatrick, 1997; Comissão Europeia, 1992; Comissão Europeia, 1995; Porter, 1998). Para resolver este problema, implementaram-se programas de orientação (MGP's) que foram apenas aprovados em 1983. Desde então, a Comissão Europeia aprovou quatro MGP's (Hatcher, 2000; Comissão Europeia, 2001; Villasante, 2009; Domínguez-Torreiro, 2003). No entanto, apesar do desejo de poder controlar a capacidade da pesca, fez com que a aplicação destes programas de orientação (MGP's) não fosse bem sucedida e os Estados membros continuarem a aumentar a eficiência dos seus navios (Gelchu & Pauly, 2007; Villasante, García-Negro, González, 2008; Comissão Europeia, 2001; Villasante 2009; Domínguez-Torreiro, 2003). Como esperado e como descrito anteriormente, a redução do número de pescadores em cerca de 140.000, ocorreu nos últimos 10 anos (Salz, Buisman, Smit, de Vos, 2006), com uma queda notável nos países em que a pesca artesanal é particularmente relevante, tal como a Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal, que reduziu para metade o número de pescadores. Esse declínio, sem dúvida, afectou a Cr / taxa Vess, 4, que desceu de 3.35 Cr/Vessin de 1990 para 2.60 Cr/Vess em 2006 (Quadro 1).

Quadro 1 – Produtividade do trabalho da frota de pesca (UE-13)

Labour productivity of the EU fishing fleet.

Country	1990						2006					
	Cr	Cr/Vess	Grt/Cr	Kw/Cr	C(V)/Cr	C(e)/Cr	Cr	Cr/Vess	Grt/Cr	Kw/Cr	C(V)/Cr	C(e)/Cr
Germany	4.812	4.2	22.6	44.6	67.8	28.2	3.516	1.8	8.8	36	84.7	54.6
Belgium	845	7.9	22.8	92.6	49.0	92.3	570	9.3	35.1	105.6	40.3	150.8
Denmark	6.945	2.0	17.9	76.7	212.4	65.3	2.835	0.9	25.0	96.1	306.1	134.0
Spain	87,351	4.4	8.5	22.5	12.8	20.1	42,890	3.2	8.6	23.4	17.2	44.9
Finland	6.335	1.5	3.8	35.5	19.4	3.4	408	0.1	40.6	415.3	366.2	50.4
France	39,013	4.6	4.6	29.6	17.6	24.1	13,648	1.9	11.4	71.3	43.4	88.9
Greece	40,152	0.9	5.7	35.6	6.5	25.1	33,368	1.8	2.7	15.9	2.9	28.4
Ireland	7.910	4.1	7.1	24.7	27.2	14.3	5.931	3.5	9.5	30.0	35.5	53.1
Italy	49,249	2.5	5.6	30.9	7.5	25.4	32,174	2.4	6.3	37.0	9.8	43.9
Netherlands	4.298	5.1	41.4	130.2	94.1	91.9	2.051	3.1	46.7	162.3	212.2	184.7
Portugal	38,700	2.5	4.6	12.5	8.3	7.1	17,261	2.0	4.6	20.2	13.2	13.4
United Kingdom	21,582	2.0	12.2	56.3	35.5	28.8	12,647	1.9	12.3	58.5	49.0	53.7
Sweden	3.473	1.4	15.7	77.4	72.2	38.8	2.078	1.3	21.1	104.9	129.5	46.2
UE-13	310,665	3.3	13.3	51.4	48.5	35.7	169,377	2.6	17.9	90.5	100.8	72.8

Cr: fishermen; Cr/Vess: fisherman per vessel; Grt/Cr: tonnage per fisherman; Kw/Cr: fishing power per fisherman; C(V)/Cr: volume of catches per fisherman; C(e)/Cr: value of catches per fisherman. Source: Our own compilation from Eurostat data.

Fonte: Villasante (2009)

O emprego directo criado pelo sector marítimo na UE cifra-se na ordem dos 4,7 milhões de empregos, gerando um valor acrescentado directo que ronda os 173 mil milhões de Euros.

No Quadro 2 apresenta-se o emprego gerado e valor acrescentado em 2007 no sector marítimo da *Policy Research Corporation*. Fazendo uma análise minuciosa, do quadro, verifica-se que o Reino Unido, França, Itália e Espanha retiram um maior valor acrescentado do sector, com valores de 28,4; 25,4; 24,3 e 23 mil milhões de euros respectivamente. Por outro lado, contrastando com esta realidade verifica-se na Eslováquia (50 milhões de euros), Republica Checa (100 milhões de euros), Luxemburgo (100 milhões de euros) e Eslovénia (200 milhões de euros) os valores mais reduzidos produzidos por esta actividade. Portugal neste âmbito apresenta valores de 2,8 mil milhões de euros, valor intrinsecamente mais baixo que o da média europeia situado nos 6,3 mil milhões de euros.

Quadro 2 – Emprego, valor acrescentado e riqueza gerada por trabalhador, no sector marítimo (2008)

	Valor acrescentado (em milhões €)	Valor acrescentado (em % do total UE-27)	Emprego	Riqueza gerada por trabalhador empregado no sector	Rácio de comparação da riqueza gerada (em função da μ UE-27)
BG	500	0,29%	103300	4.840 €	13%
RO	1200	0,69%	136600	8.785 €	24%
SK	50	0,03%	4000	12.500 €	34%
LT	500	0,29%	34500	14.493 €	39%
PT	2800	1,61%	171200	16.355 €	44%
LV	1000	0,58%	55400	18.051 €	49%
SI	200	0,12%	10000	20.000 €	54%
GR	6400	3,68%	279200	22.923 €	62%
PL	3400	1,96%	147000	23.129 €	63%
MT	500	0,29%	20100	24.876 €	67%
CZ	100	0,06%	4000	25.000 €	68%
EE	1000	0,58%	39700	25.189 €	68%
ES	23000	13,24%	876400	26.244 €	71%
CY	1200	0,69%	41800	28.708 €	78%
IT	24300	13,99%	724700	33.531 €	91%
μ UE-27	6339	3,65%	171356	36.993 €	100%
UK	28400	16,35%	634400	44.767 €	121%
HU	300	0,17%	6000	50.000 €	135%
FR	25400	14,62%	503700	50.427 €	136%
SE	3800	2,19%	70400	53.977 €	146%
IE	2100	1,21%	38400	54.688 €	148%
DE	17200	9,90%	287300	59.868 €	162%
DK	8700	5,01%	144700	60.124 €	163%
NL	11500	6,62%	190500	60.367 €	163%
FI	3200	1,84%	50100	63.872 €	173%
AT	300	0,17%	4000	75.000 €	203%
BE	4000	2,30%	48100	83.160 €	225%
LU	100	0,06%	1100	90.909 €	246%
Total UE-27	173689	100,00%	4727556		

Fonte: adaptado de *Policy Research Corporation* (2009)

Noutra perspectiva, constata-se que o emprego criado pelo sector na UE e observa-se também uma clara importância deste sector em países como Espanha, Itália, Reino Unido e França, onde o número de empregos atinge os 876,4; 724,7; 634,4 e 503,7 mil empregos respectivamente. Noutro sentido, estão países como o Luxemburgo, Áustria, República Checa, Eslováquia e Hungria onde os números não passam os 6 mil empregos, dizendo muito das suas inaptidões geográficas juntamente com o valor acrescentado que conseguem retirar do sector. Relativamente ao caso Português, verifica-se uma geração de empregos directa na ordem dos 171 mil empregos, estando esse valor em sintonia com a média da UE que regista esse valor.

Fazendo uma análise mais detalhada do sector, tendo em conta a riqueza gerada por trabalhador empregado, vê-se que países com menos expressão (em valor acrescentado directo) como o Luxemburgo e Áustria retiram dos rendimentos mais elevados por trabalhador, situados na ordem dos 90.909 € e 75.000 € respectivamente, comparativamente aos demais vanguardistas que listam no topo dos que mais riqueza geram no sector, como a Bélgica, Finlândia e Holanda com rendimentos gerados por trabalhador na ordem dos 83.160 €, 63.872 € e 63.367 € respectivamente. Quanto aos que menos riqueza geram no seio da UE pode-se ver que os países recém-entrados Bulgária (4.840 €) e Roménia (8.785 €) ocupam os últimos lugares, sendo acompanhadas pela Eslováquia (12.500 €) e Letónia (14.493 €).

Quanto a Portugal, este surge logo a seguir, gerando uma riqueza média por trabalhador na ordem dos 16.355 euros, cerca de 44% da média dos 27 países da UE, o que diz muito sobre a falta de produtividade do sector que deveria gerar mais riqueza em função dos meios aplicados.

Por outro lado, de acordo com um estudo conjunto da Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR) e da Associação Comercial de Lisboa (ACL) de 2009, a Economia do sector Marítimo em Portugal, isto é, o Hypercluster da Economia do Mar, como é denominado, considera as actuais actividades de náutica de recreio e turismo náutico, construção e reparação naval, pesca, aquicultura e indústria de pescado, transportes marítimos, portos e logística como representantes apenas entre 75% e 80% do potencial do actual Hypercluster, sendo que estas, apenas são consideradas as actividades de maior valor acrescentado do Hypercluster. Destas, destacam-se a Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado, os Transportes Marítimos, Portos e Logística, que representam um efeito directo no PIB de 2142 milhões de euros, superior a 90% do total (das actividades), sendo que os Transportes Marítimos, Portos e Logística pesam cerca de 48% do total, enquanto o efeito directo da Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado atinge os 42% (SaeR/ACL, 2009). Fazendo uma observação directa dos Quadros 3 e 4, verifica-se que em 2006 o sector da pesca, aquicultura e indústria de pescado tiveram um efeito total no PIB de 2.645 milhões de euros, cerca de 40,5% do efeito da economia do mar, gerando 90.900 empregos (49,2% do total) e um VAB de 2.049 milhões de euros (38,5% do total), de acordo com o efeito na produção que rondou os 4.792 milhões de euros em Portugal.

Quadro 3 – Valor económico da pesca, aquicultura e indústria de pescado nas actividades ligadas ao mar* (incluindo o efeito multiplicador na economia, a preços correntes de 2006

Efeitos nos Agregados Económicos	Pesca, aquicultura e indústria de pescado				Total de actividades ligadas à economia do mar¹	
	Efeito directo	Efeito directo (em %)	Efeito total	Efeito total (em %)	Efeito directo	Efeito total
Produção (Milhões €)	1.759	41,1%	4.792	40,3%	4.275	11.901
VAB (Milhões €)	735	37,1%	2.049	38,5%	1.979	5.319
Emprego ²	32.000	54,5%	90.900	49,2%	58.700	184.600
Remunerações (Milhões €)	322	32,3%	961	36,2%	997	2.655
Impostos s/ produtos (Milhões €)	270	71,8%	596	49,4%	376	1.206
PIB (Milhões €)	1.005	42,7%	2.645	40,5%	2.355	6.526

Fonte: adaptado de SaeR/ACL, 2009

Quadro 4 – Efeito da pesca, aquicultura e indústria de pescado na Economia Portuguesa 2006

Tipo de efeito	Pesca, aquicultura e indústria de pescado		Total das actividades ligadas à economia do mar ¹	
	PIB (milhões €)	Emprego	PIB (milhões €)	Emprego
Efeito total ³	2645	90900	6526	184600
Efeito directo ⁴	1005	32000	2355	58700
Efeito Indirecto ⁵ tipo I	843	35500	1960	61100
Efeito Indirecto ⁶ tipo II	797	23300	2209	64700

Fonte: adaptado de SaeR/ACL, 2009; Dados a preços correntes de 2006

Em suma, em termos de criação de emprego e impostos, é o componente Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado que apresenta maior peso na economia portuguesa.

Não obstante das grandes potencialidades de Portugal para a expansão da aquacultura em mar aberto ou “offshore”, foi delimitada em 2009 a primeira Área de Produção Aquícola (APA), denominada de Área Piloto de Produção Aquícola da Armona (APPAA), situada em Olhão, no Algarve, ao largo da ilha da Armona, devido ao seu contexto geográfico, histórico e económico, que contribuirá até 2013, para

¹ O total das actividades ligadas ao mar, em Portugal (referidas em SaeR/ACL, 2009) são: náutica de recreio e turismo náutico; construção e reparação naval; pesca, aquicultura e indústria de pescado; transportes marítimos, portos e logística.

² Emprego correspondente ao número de indivíduos equivalente a tempo completo.

³ **Efeitos totais:** soma dos efeitos directo, indirecto do tipo I e indirecto do tipo II. Corresponde ao PIB e emprego internos resultantes de toda a produção necessária para satisfazer a procura final e toda a procura intermédia gerada pelas actividades ligadas ao mar (SaeR/ACL, 2009).

⁴ **Efeitos directos:** PIB e emprego necessários para satisfazer, mediamente, a procura exercida pelas actividades económicas ligadas ao mar que não é directamente satisfeita por importações (SaeR/ACL, 2009).

⁵ **Efeitos indirectos de tipo I:** PIB e emprego adicionais resultantes do efeito multiplicador sobre as actividades económicas, concretizado através do fornecimento de consumos intermédios às actividades ligadas ao mar consideradas e ao resto da economia (SaeR/ACL, 2009).

⁶ **Efeitos indirectos de tipo II:** PIB e emprego adicionais resultantes do efeito multiplicador sobre todas as actividades económicas, determinado pelo acréscimo de rendimento final das famílias (SaeR/ACL, 2009).

quadruplicar a anterior produção aquícola nacional, fazendo com que Portugal ganhe escala e dimensão neste sector. Por outro lado, em meados 2009, outro grande *cluster* na área da pesca e aquicultura arrancou em Portugal, a unidade de aquicultura da Pescanova, em Mira. Este *cluster* expõem-se como o maior empreendimento mundial de produção de pregado¹ (*Scophthalmus*), gerando cerca de 200 postos de trabalho directos e 600 indirectos, pretendendo duplicar já em 2009 a produção aquícola nacional, e segundo o actual primeiro-ministro, sentir-se-ão também ao nível da “investigação e desenvolvimento” impactos positivos, uma vez que o sector da aquicultura em Portugal “vai subir de importância” e exigir uma maior aposta na investigação (Jornal Público², edição de 21/06/2009).

Verifica-se portanto que Portugal possui imensas vantagens estruturais, físicas e sociais que demonstram toda a sua aptidão pelo mar. Fazendo uma observação prévia, pelo próprio índice das vantagens comparativas reveladas (VCR – H2), verifica-se que Portugal regista valores significativos, no grupo de produtos “Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” reforçados nos últimos anos, pela contínua evolução positiva desse mesmo índice, neste grupo de produtos, o que diz bem da potencialidade e importância que Portugal pode reproduzir neste sector (ver anexo V).

2.2 A Pesca como Contributo para o Crescimento e Subsistência

A pesca sempre fez parte sociedade humana, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida, fornecendo identidade a inúmeras comunidades, e como objecto artístico. Contudo esta actividade tem-se desenvolvido em função de diversos factores, dos quais se destacam o aumento da procura de peixe e a redução dos seus stocks.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, órgão responsável pelo estudo dos problemas de alimentação no mundo, até meados de 1950, as capturas das pescas a nível mundial aumentaram em média 6% por ano. Nas décadas seguintes, de 1960 e 1970 essa média baixou 2% em cada ano até ao valor zero em 1990 (FAO, 2002). Este declínio das capturas globais revela que aparentemente o máximo explorável dos recursos aquáticos foi atingido para a maioria dos stocks e, nalguns casos, ultrapassaram-se mesmo os níveis suportados pela espécie, como por exemplo a do caso do bacalhau. Por conseguinte, estes valores vêm comprovar o trabalho de Ryther (1969) que com base na produtividade dos ecossistemas marinhos, estimou que a quantidade potencial dos produtos da pesca em todos os oceanos seria de 200 a 250 milhões de toneladas. Contudo, é óbvio que esse número não é um máximo capturável, sendo apenas um número tecnicamente possível, sob pena de se alterar irreversivelmente todo o ecossistema marinho, pelo que as estimativas de Ryther apontam para uma produção sustentável de apenas cerca de 100 milhões de toneladas anuais.

De acordo com a FAO (2008), a produção mundial de pescado representou cerca de 143,6 milhões de toneladas em 2006, atingindo o valor mais elevado de todos os tempos. Destes valores, a produção de

¹ Pregado ou Rombo (*Scophthalmus*) pertence à ordem dos pleuronectiformes, a que pertencem as azevias, linguados, patruças, rodovalhos, solhas e afins. É um peixe de fundo (bentónico) que vive e reproduz-se nos grandes bancos de areia e vasas das costas, localizando-se preferencialmente nos fundos litorais das plataformas continentais.

² Jornal “Público” in http://economia.publico.pt/Noticia/unidade-de-aquicultura-da-pescanova-marca-arranque-de-novo-cluster-em-portugal_1387828 (acedido em 7 de Agosto de 2010).

peixes em aquicultura contribuiu com cerca de 36% da produção total (cerca de 51,7 milhões de toneladas). Em 2006, a produção mundial de pesca (aquicultura e captura), com os maiores produtores da última década a se manterem inalterados (China, Peru e os Estados Unidos da América), registaram um valor estimado de 170.000 milhões de dólares dos quais cerca de 46% são respeitantes à aquicultura. No que se refere às exportações, estas rondaram os 85.900 milhões de dólares em 2006 (FAO, 2008).

Por seu turno, o consumo de pescado a nível mundial, apresenta-se com uma tendência crescente, embora apresente ainda valores muito díspares entre diferentes países. Fazendo uma análise da cultura Portuguesa, sobressai a existência de uma larga tradição no consumo de pescado, verificando-se uma produção nacional largamente insuficiente para satisfazer os elevados níveis de consumo, sendo de realçar o peso das entradas de bacalhau nas suas diferentes apresentações e de peixe congelado que, no seu conjunto em 2005, representaram 63% do valor total das entradas de pescado em território nacional. O país é o terceiro consumidor de pescado, em termos mundiais, a seguir ao Japão e Islândia, registando níveis de consumo *per capita* na ordem dos 57 kg/ano (dados Eurostat).

No relatório da Pesca e Aquicultura no Mundo, de 2006, a FAO acredita que se irá verificar uma estagnação no âmbito da captura, assumindo que a aquicultura terá um papel fundamental no fornecimento de peixe à população mundial nos anos vindouros. Até 2030, prevê mesmo que se registe uma subida significativa da produção aquícola, a qual deverá representar já um valor equivalente a 57% das capturas em 2010 (contra 47,9% em 2004), podendo atingir mesmo, em 2030, 89,2% do total de pescado a nível mundial.

Durante as últimas décadas, o número de pescadores e aquicultores tem crescido de uma forma muito rápida, mais até que a população mundial e mais rápido ainda que as pessoas empregues na agricultura. Estima-se que em 2006, cerca de 43,5 milhões de pessoas trabalhavam como pescadores e/ou aquicultores, na sua grande maioria em países em desenvolvimento, principalmente, na Ásia 37,3 milhões. Na Europa o número foi quantificado em cerca de 725 mil pessoas. Por outro lado, existem ainda cerca de mais de 4 milhões de pessoas que se dedicam a esta actividade ocasionalmente (só na Índia serão cerca de 2,5 milhões). Convém referir, que nas décadas mais recentes, houve aumentos significativos na produção pesca, particularmente, na Ásia, resultado da forte expansão de actividades ligadas à aquicultura. Em 2006, o número estimado de aquicultores era de quase 9 milhões de pessoas correspondendo, dos quais 94% são da Ásia e um quarto do número total de trabalhadores na área da pesca no sector primário em 2004. A China é o país com o número mais elevado de pescadores e aquicultores, correspondendo a 13 milhões em 2004 e representando cerca de 30 % no valor total mundial (FAO, 2006).

Na UE a aquicultura, desempenha um papel importante, tanto no plano económico, como no plano social. A aquicultura europeia dispõe de numerosos trunfos: uma significativa procura interna, uma diversidade de criação de peixes e de moluscos, uma investigação dinâmica e de alto nível, uma tecnologia competitiva, operadores e empresários qualificados e experientes, condições climáticas e locais propícios a um grande número de espécies, regras e práticas respeitadoras do ambiente e produtos saudáveis e de alta qualidade, fazendo desta actividade um importante complemento à pesca por captura

(Comissão Europeia, 2009a). É de salientar que, apesar da aquicultura e as pescas serem actividades que competem entre si, estas podem ser também complementares e praticadas em simultâneo. A aquicultura pode, inclusivamente, servir de suporte às pescas ou mesmo contribuir para o repovoamento dos mares. Deste modo, restaura-se a riqueza pesqueira de uma determinada zona de pesca e/ou alivia-se a pressão exercida sobre algumas espécies através da oferta de alternativas ao consumidor (Henriques, 1998).

Quando se analisa a pesca como um factor económico dos países em vias de desenvolvimento, os governos geralmente baseiam-se em dados fornecidos pelas agências de pescas nacionais. Para muitas ilhas do Pacífico, estes dados são denominados pelas grandes indústrias pesqueiras com Frotas de pesca longínqua direccionados para a pesca de atum, ou locais, a pequena pesca comercial que abastecem os mercados locais (Gillett *et al.* 2001). Para contrastar, a pesca de pequena escala que não é comercializada, por exemplo a pesca de subsistência, embora seja reconhecida como sendo fundamental por razões sociais, culturais, e segurança alimentar. Estas capturas, são raramente contabilizadas nas estatísticas oficiais, quer devido às dificuldades sentidas ao estimar a pesca dispersa no território, ou à limitação de recursos financeiros e humanos (Dalzell, Adams & Polunin 1996). Assim sendo, as contribuições da pesca de pequena escala para o Produto Interno Bruto (PIB) do país muitas vezes não são tidas em plena consideração como parte da contabilidade nacional (Gillett e Lightfoot 2002). O que se pode concluir é que, a importância da pesca para a economia de um país se baseia apenas nas estatísticas que são apresentadas oficialmente pelos governos, o que pode desvalorizar completamente os casos onde as pescas de pequena escala ou de fins não comerciais são efectivamente importantes mas que não fazem parte dos dados estatísticos oficiais. Isso acrescenta ainda mais desvalorização e contribui para a marginalização da pesca de pequena escala, muitas vezes já em desvantagem pelo seu afastamento socioeconómico, físico e político dos centros urbanos (Pauly 1997). A pesca nos países em vias de desenvolvimento, especialmente em pequenos países como são o caso das ilhas do Pacífico, pode ser difícil de classificar por tamanho ou nível de comercialização, uma vez que em qualquer viagem de pesca pode-se incluir os aspectos de subsistência, comerciais e recreativos (Craig *et al.* 1993). No entanto, normalmente existem divisões que podem ser usados para diferenciar, por causa da estimativa de captura, os diferentes sectores das pescas (Zeller, Booth, e Pauly 2005; Zeller *et al.* 2006, 2007).

No âmbito Português, o estado dos *stocks* da ZEE nacional, apesar da sua leve redução da capacidade de pesca, não tem melhorado, tendo mesmo sido necessário, para o caso de algumas espécies (lagostim e pescada), aplicar planos de recuperação desses mesmos “stocks” de pesca. Este cenário, que não é um exclusivo ao território nacional, tendo já sido adoptados outros planos de recuperação a nível comunitário, torna necessária a implementação de planos de ajustamento do esforço de pesca com vista à redução da capacidade da frota de pesca para um nível adequado a uma exploração sustentada dos recursos¹.

¹ A retirada de embarcações contribui para a manutenção da biodiversidade, dando prioridade às que operem sobre espécies em situação de risco ou cuja exploração seja considerada, ou venha a estar fora dos limites de segurança biológica, nomeadamente, a pescada do sul, o lagostim, o tamboril e algumas espécies de profundidade (DGPA – MADRP, 2007c).

A evolução do sector das pescas Portuguesas nos últimos vinte anos foi marcada por uma tendência decrescente da produção real e do emprego, que consistente com os esforços de ajustamento da frota e com a adopção de medidas de redução da actividade, numa óptica da gestão sustentável dos recursos, em consonância com a política comunitária das pescas, com uma tendência de contracção do VAB (Valor Acrescentado Bruto), em termos reais, que conduziu a uma redução da importância relativa do sector na economia nacional e com uma tendência de crescimento da produtividade a partir de 2001, em paralelo com o aumento do peso dos consumos intermédios na produção (MADRP – DGPA, 2007b). Do ponto de vista do grau de maturidade, a actividade da pesca extractiva está em declínio, (redução do emprego e crescimento negativo do VAB em termos reais), apresentando como principais características a intensidade em trabalho e em recursos naturais (com reservas de expansão muito limitadas) e um baixo conteúdo tecnológico. Embora o sector, em anos mais recentes, tenha evidenciado crescimento da produtividade acima da média, esta evolução ficou a dever-se a quebras no emprego, verificando-se que, por razões estruturais, os estímulos institucionais ao aumento da eficiência e da inovação têm produzido resultados limitados, conforme anteriormente evidenciado (MADRP – DGPA, 2007c). Portanto, a evolução mais recente do sector, evidencia a redução das oportunidades da pesca e, consequentemente, das capturas, que tem sido acompanhada de uma tomada de consciência, por parte dos governantes e dos profissionais do sector, quanto à necessidade de uma gestão dos recursos e do meio marinho mais eficaz, equilibrada e sustentada, ainda mais num contexto fortemente marcado pelo agravamento substancial dos custos com os combustíveis.

Garantir a sustentabilidade dos recursos, promover a competitividade do sector e assegurar a coesão económica e social das comunidades piscatórias mais dependentes da pesca são princípios que presidirão à definição das políticas para o sector da pesca nos próximos anos. O Plano Estratégico para a Pesca Nacional (PEN – Pesca), que estabelece a estratégia de desenvolvimento para a fileira da pesca¹, para o período 2007-2013, salienta que *“o futuro do sector pesqueiro nacional depende (...) da aplicação de regimes de exploração sustentáveis, biológica e ecologicamente, de uma melhor organização da produção, de formas mais eficazes de abordagem dos mercados, do robustecimento da actividade produtiva e empresarial, do acréscimo das mais-valias criadas no sector que possam ser retidas ao nível da produção e da garantia de qualidade dos seus produtos (...) a questão que se coloca ao subsector pesqueiro não é de encontrar formas de expandir a sua produção mas antes de assegurar a sua competitividade e sustentabilidade através da respectiva estabilização e rendibilidade das empresas num contexto global de manutenção ou mesmo redução – em certas pescarias – do esforço de pesca. Trata-se mais de produzir melhor – com menores custos e com mais qualidade – do que aumentar a tonelagem das capturas; trata-se, igualmente, de garantir, para este subsector, uma maior fatia na cadeia de valor como forma de assegurar a sua rentabilidade”* (MADRP – DGPA, 2007a: pág. 42).

¹ A fileira (ou sector em sentido lato, tal como entendido no PEN-PESCA) abrange os sub-sectores das capturas, da aquicultura e da comercialização e transformação de pescado.

No que se refere à primeira venda de pescado fresco em Portugal, esta é obrigatoriamente¹ realizada em lota, por sistema de leilão, com contagem decrescente, entendendo-se como “lota” a infraestrutura em terra, implantada na área de um porto de pesca, ou em zona ribeirinha na sua influência, devidamente aprovada e licenciada para a realização de operações de recepção, leilão e entrega de pescado, bem como outras operações complementares, como por exemplo manipulação, conservação e armazenagem. Na Figura 1 observa-se o fluxograma do circuito de comercialização do pescado fresco desde a captura/produção aquícola nacional, até ao mercado de destino (interno ou externo).

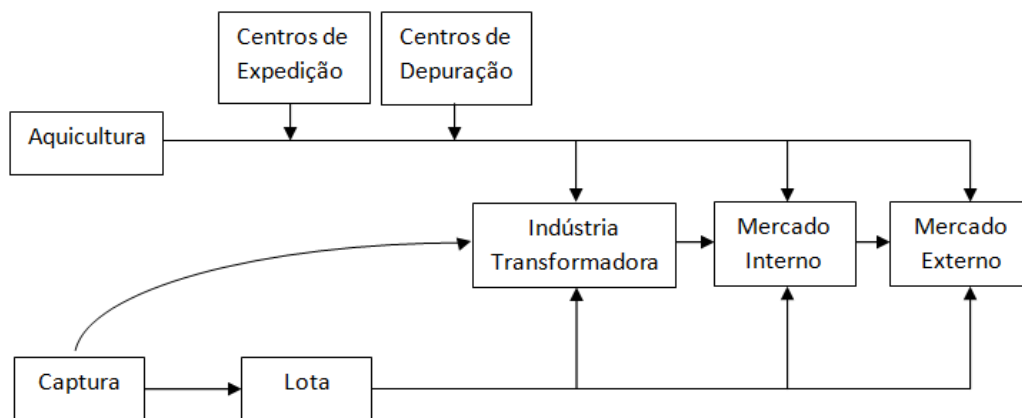


Figura 1 – Fluxograma do circuito de comercialização de pescado fresco
Fonte: adaptado do PEN – PESCA (MADRP – DGPA, 2007a)

Tem-se vindo a verificar, nos últimos anos, que as organizações de produtores têm encetado iniciativas de valorização dos seus produtos através do desenvolvimento de circuitos de comercialização mais directos (no sentido de reforçar a componente da logística, como o armazenamento e/ou a congelação), ou através da produção de produtos transformados com marca própria, em parcerias com a indústria local, com é o caso da indústria das conservas.

O pescado procedente da aquicultura destina-se directamente à exportação para mercados específicos ou, maioritariamente, ao abastecimento do mercado nacional, essencialmente através das grandes superfícies grossistas e retalhistas devendo, no caso dos bivalves, ter passagem intermédia por unidades de depuração e/ou expedição, para efeitos de salubridade. Segundo dados recentes, a distribuição alimentar é dominada, ao nível do retalho, pela designada distribuição moderna, com liderança dos supermercados (37% do total), seguidos pelos hipermercados (32%) e pelas lojas *discount* (16%). Segundo Nielsen (2007) a distribuição tradicional que, no caso do pescado, inclui os mercados de peixe retalhistas, as peixarias e a venda ambulante, não distribuiu mais do 15% do valor do consumo

¹ Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de Abril de 2005, que estabelece a obrigatoriedade de realização da primeira venda em lota, por sistema de leilão, salvaguardando algumas isenções relativas, nomeadamente, ao peixe proveniente de estabelecimentos de aquicultura e ao peixe transaccionado ao abrigo de “contratos de abastecimento”; Portaria n.º 197/2006, de 23 de Fevereiro de 2006, que consagra a possibilidade de os titulares de licença de apanhador de animais marinhos e de pesca apeada poderem realizar a venda do pescado directamente ao consumidor final, a estabelecimento retalhistas, ou a estabelecimentos licenciados para a laboração de produtos da pesca; Decreto-Lei 107/90, que estabelece para a primeira venda de pescado fresco pela Docapesca, Portos e Lotas, SA, cujo capital é inteiramente detido pelo Estado, tem o exclusivo da gestão da primeira venda de pescado.

doméstico, reflectindo a degradação rápida da sua importância na cadeia de abastecimento dos lares: em 1987 a distribuição tradicional era responsável por 75% da distribuição retalhista alimentar.

No que se refere à aquicultura Portuguesa, esta representa uma produção em águas salgadas e salobras cerca de 88% da produção total, sendo as espécies mais produzidas os moluscos bivalves (amêijoia e ostra), a dourada e o robalo. Já em águas doces, a produção que é sobretudo de truta, tem vindo a diminuir. A produção aquícola portuguesa, em relação à produção comunitária, apresenta ainda hoje valores muito baixos o que é manifestamente insuficiente quando se verificam no país condições naturais susceptíveis de potenciar um melhor aproveitamento produtivo de algumas espécies, como o mexilhão e a ostra, bem como o potencial para diversificar a produção para outras espécies, exemplos do linguado, pregado, sargo, pargo, corvina (MAOTDR – MADRP, 2008).

Coloca-se então a questão de saber, como manter (ou fazer crescer) o emprego? O consumo? E o tecido social nessas zonas? Garantindo simultaneamente a coerência com a vontade global de redução da capacidade da frota de pesca...

Para uma investigação da gestão sustentável do sector das pescas, é essencial analisarem-se os dados relativos às capturas e ao esforço de pesca (Coleman, 1998). Assim, e de acordo com Sigler & Sigler (1990), gerir pescarias pode ser definida como a ciência de produzir quantidades anuais sustentáveis de juvenis selvagens, conciliada com a captura sustentável de pescado para fins comerciais e recreativos, o que, por definição, implica um conhecimento profundo do impacto destes dois tipos de pescarias. Mesmo assim, em determinados países, como os Estados Unidos ou a Islândia, a pesca recreativa é considerada na análise das capturas piscícolas das mais variadas zonas, por se considerar uma actividade importante. Na realidade, a pesca recreativa ocupa, por exemplo, em média, cerca de 27% da população dos países nórdicos (Toivonen *et al.*, 1999), sendo que, na Finlândia, 40% da população pratica esta actividade, na Suécia e Noruega 30% e na Dinamarca 10%, o que comparado com a média da UE de 6% reflecte uma grande importância desta actividade para estes países. Existe uma variedade de definições na literatura relativamente à pesca de recreio e seus componentes e afins (FAO, 2000). Mais confuso, mesmo para aqueles que estão muito intimamente envolvidos com o ramo piscatório, é o uso substituível de alguns dos seguintes termos: pesca *hobby*, pesca de subsistência, pesca desportiva, pesca de lazer, pesca recreativa. Na tentativa de desenvolver uma linguagem comum para a pesca recreativa, a EAA (EAA, 2004) notou que os governantes e cientistas precisam de uma definição adequada para se compreender mutuamente, para conseguir orientar a investigações, para efeitos de gestão e para usos legais da pesca. Um tema comum em muitas definições dadas quanto à “pesca recreativa” se relaciona com o que precisamente esta não constitui. Por exemplo, a Comissão Europeia define a “pesca recreativa e caça” como “*todas as actividades de pesca não realizadas para efeitos de pesca comercial*” (Comissão Europeia, 2001). Outros definem a pesca recreativa como sendo uma actividade que “*não inclui a venda da captura*” (Roberts *et al*, 1996), ou como sendo uma actividade que “*não considera a pesca comercial*” (EAA, 2004). No entanto, o Marine Recreational Fishery Statistic Survey' (NMFS) introduz uma noção de que parte da captura da pesca recreativa, poderia ser vendida para ganho financeiro, (Witzig, 1997).

Algumas definições de “pesca recreativa” estabelecem os tipos de artes que a pesca recreativa pode realizar (EAA, 2004; Witzig, 1997), enquanto outros se concentram sobre as motivações para a existência desta actividade, por exemplo, “*capturar o peixe para se divertir*” (Pitcher e Hollingworth, 2002), ou “*pescar principalmente por prazer, diversão, relaxamento, ou para consumo próprio*” (Witzig, 1997).

Pode ser pertinente, neste momento, salientar que estas diferentes definições reflectem, em alguma medida, o seu propósito. Ou seja, alguns autores podem simplesmente estar a tentar distinguir entre a actividade comercial e de lazer, a fim de definir os limites da legislação (e gestão), enquanto outros podem estar a tentar excluir algumas actividades da pesca recreativa por razões mais filosóficas. Embora, pareça haver um entendimento entre as definições apresentadas que existe algum desentendimento sobre o termo “pesca desportiva”. Em alguns países, os termos “pesca recreativa” e “pesca desportiva” têm significados diferentes, enquanto noutros são usados indistintamente (EAA, 2004). Nos países nórdicos, os “pescadores desportivos” são definidos como “*os pescadores desportivos que utilizam principalmente a cana e linha*” (Toivonen, 2000), enquanto a definição norte americana define “*a pesca desportiva como uma forma de pesca recreativa onde o principal objectivo/recompensa é o de apanhar o peixe invés ao do valor monetário deste ou culinário*”; na prática todos os casos a pesca são efectuados com a ajuda de canas em vez de redes e outras ajudas¹. No entanto, algumas definições implicam que a “pesca desportiva” é um tipo de pesca recreativa que é “mais desportiva, virada para a competição e tecnicamente complexa” do que a pesca recreativa ou de lazer em geral” (Anagnopoulos).

A título de exemplo, no Lago Lomond (Escócia) considera-se a pesca lúdica dirigida ao salmão-atlântico² e à truta-comum³ de capital importância, pelo que a sua actividade tem sido gerida desde 1860, tendo sido criada uma associação de pescadores de cana que controla a pescaria a salmonídeos no lago (Adams, 1994). De acordo com o mesmo autor, esta associação, formada em 1895, compreende um total de 900 elementos. No entanto e, contrariamente a este exemplo, a pesca comercial na sua generalidade possui dados estatísticos desde há muitos anos, o que é o oposto das bases estatísticas da pesca lúdica e recreativa, o que dificulta a estimativa da evolução histórica destas (Gartside *et al.*, 1999). Nem todas as pescas não comerciais podem ser descritas como sendo “puramente recreativas”. Na Europa, há poucos exemplos de subsistência (não comercial, mas também não recreativa) da pesca, mas pode-se argumentar que algumas regiões ou sociedades colocam um elemento com valor “cultural” ou de “herança” relativamente às actividades de pesca tradicionais, que são entendidos como sendo completamente separados das actividades recreativas mais comuns. Em França, por exemplo, é tradicional para pegar à mão moluscos das praias, e em muitos países o uso de um pequeno número de baldes para ajudar à captura de caranguejos ou lagostas é frequentemente permitido, fora aos países que têm regulamentos que regem a pesca comercial, por exemplo, uma variedade de espécies do salmão do Atlântico, que é comercialmente inviável (por exemplo: *Solway haaf nets*, *Welsh coracles*), entram nesta categoria.

¹ In http://www.reference.com/browse/wiki/Sport_fishing (acedido a 1 Novembro de 2010)

² Salmão-atlântico ou *Salmo salar*.

³ Truta-comum ou *Salmo trutta*.

A um nível superior, as autoridades que gerem a pesca marítima (águas comunitárias) têm prestado pouca atenção aos impactos ou às exigências da pesca recreativa, embora os seus participantes/utentes possam ser os responsáveis pela considerável actividade social e económica. Anualmente despende-se um total de mais de 25 bilhões de euros por ano em despesas com a pesca recreativa em toda a Europa (Dillon, 2004). A *European Anglers Alliance* (EAA) estima mesmo que entre 8 a 10 milhões de pescadores recreativos de mar, apoiem uma indústria avaliada entre 8 e 10 bilhões de euros¹. Em comparação ao que foi dito anterior, relata-se que o valor do comércio de produtos provenientes da pesca comercial nos 25 estados-membros da UE em 2005, foi estimado em 26 bilhões de euros².

A Comissão Europeia referiu no seu Livro Verde sobre a política marítima que entrou em vigor em Junho de 2006, embora *“não parece haver pouca dúvida de que o valor para a economia costeira de um peixe capturado por um pescador é superior ao valor do mesmo peixe pescado para fins comerciais, é compreensível que os pescadores exijam que as restrições à captura de certos peixes para fins de conservação também são aplicadas aos pescadores desportivos, especialmente quando estes utilizam artes de pesca semelhantes às dos profissionais. Estas questões requerem análise mais profunda”*.

A pesca recreativa pode interagir com a pesca comercial de imensas formas. As principais áreas onde estas entram em conflito são a da concorrência pelos recursos, especialmente quando a pesca recreativa pratica-se sem licença, só por mero “hobby ou lazer”.

As percepções das interacções entre a actividade da pesca desportiva e da pesca comercial e os problemas que estes podem causar, a inexistência de definições do que constitui a pesca recreativa ou a pesca desportiva ajuda com que isso aconteça. Pawson *et al.*, 2006 realizaram recentemente um projecto intitulado de *"Sport Fisheries"* que visa fornecer uma primeira avaliação da pesca recreativa marinha e da sua importância relativa em termos sociais, económicos e ambientais nas águas da Comunidade Europeia. Apresenta-se como sendo o primeiro passo, para quantificar a dimensão destas actividades a nível europeu e demonstrar ou avaliar o alcance e os benefícios potenciais de quaisquer alterações à gestão em relação à exploração dos recursos marinhos, em termos de conservação e os benefícios sócio económicos. O estudo revelou que não existe um quadro formal para a gestão (ou mesmo identificar) a pesca de recreio a nível da UE e, para identificar as actividades que podem ser considerados como a pesca de lazer ou desporto, é necessário ter-se a capacidade de distingui-los das actividades de pesca comercial³.

Para além dos problemas mencionados anteriormente, outro grande problema que assola o sector das pescas é o problema da pesca ilegal, que se reverte de uma natureza extremamente difícil de estimar e quantificar, pelo que esta representa uma ameaça séria a nível mundial. Além de provocar danos

¹ In <http://www.eaa-europe.org> (acedido a 1 Novembro de 2010)

² In <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> (acedido a 1 Novembro de 2010)

³ No noroeste da Europa (Reino Unido, Irlanda, França e Noruega), a existência de peixes de grande porte (possivelmente com um grau de acesso exclusivo) é relevante para os praticantes de pesca desportiva, enquanto a pesca comercial requer altas taxas de captura de peixes comercializáveis que lhes permite continuar sustentar-se através disso. Como consequência, os pescadores desportivos e pescadores comerciais podem fazer reivindicações conflituosas tendo em conta as necessidades de conservação das unidades populacionais de peixes, pois eles tendem a ter diferentes necessidades, quer em termos de disponibilidade de peixe ou de tamanho desse (Pawson et al., 2006).

significativos para o ambiente, contribui para o esgotamento das unidades populacionais (de pescado) e representa uma concorrência desleal para com os pescadores que cumprem as regras. Os números conhecidos são, todavia, expressivos e deveras impressionantes. Algumas avaliações fidedignas apontam para um comércio que mobiliza entre 3 e 10 mil milhões de euros por ano a nível global. A título comparativo, o valor dos desembarques efectuados legalmente pela frota comunitária elevava-se a 6,8 mil milhões de euros em 2004 (Comissão Europeia, 2008a). De acordo com a FAO, a pesca ilegal representa até 30 % das capturas totais em algumas pescarias importantes e as capturas de determinadas espécies poderão corresponder a três vezes o volume autorizado (Comissão Europeia, 2008b).

Aliado a este flagelo, após o forte aumento do número de stocks esgotados e sobre-explorados observado durante os anos 70 e 80, a proporção destes tem permanecido inalterada, durante os últimos 10-15 anos. É estimado que em 2005, cerca de um quarto dos stocks monitorizados pela FAO estavam sub-explorados ou moderadamente explorados (3% e 20%, respectivamente), enquanto metade dos stocks (52%) estavam totalmente explorados e por isso originando capturas que estavam no limite (ou próximo) do máximo sustentável. Os restantes stocks encontravam-se sobre-explorados, esgotados ou a recuperar do esgotamento (17%, 7% e 1%, respectivamente). Todos estes estavam portanto a produzir menos que o seu potencial máximo, devido à excessiva pressão piscatória exercida no passado. Não apresentam por isso possibilidade, no curto ou médio prazo, para futuras expansões e com um risco aumentado de futuros declínios e necessidade de recuperação (FAO, 2008). Portanto, a curto prazo, esta concorrência desleal pode traduzir-se por uma redução das suas capturas, uma quebra no seu volume de negócios e um agravamento da situação de emprego e as repercussões podem ainda agravar-se a longo prazo, na medida em que as unidades populacionais estão cada vez mais fragilizadas ou quase esgotadas. O equilíbrio económico e o emprego das comunidades costeiras que vivem da pesca estarão ameaçados e as consequências podem ser ainda mais trágicas nos países em vias de desenvolvimento onde a segurança alimentar das populações pode estar comprometida (Comissão Europeia, 2008b).

No sector das pescas, portanto, o principal objectivo é a procura da sustentabilidade a longo prazo dos recursos pesqueiros (Ruckes, 2001), pelo que a gestão deve determinar o uso e o desenvolvimento de determinado recurso natural (Sibly, 2001). A dinamização de investimentos dirigidos à inovação tecnológica, à valorização dos produtos da pesca ou ao desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias bem como os investimentos que contribuam para a preservação ambiental, constitui uma aposta de particular importância na estratégia de desenvolvimento do sector (MADRP – DGPA, 2007c). É de salientar, que a UE presta apoio financeiro para auxiliar o sector da pesca ao longo do seu processo de reestruturação, na redução da frota, por exemplo, ao abrigo da Política Comum da Pesca, pelo que este apoio também tem outro objectivo, o de uma política de coesão económica e social ao incentivar o desenvolvimento económico de regiões menos favorecidas, contudo manifestamente insuficiente.

2.3 A Importância da Pesca Artesanal e Recreativa – Enquadramento da Ria de Aveiro

Portugal, sendo um dos estados-membros da União Europeia em que o mar desempenha um papel socioeconómico fundamental, usufruindo de uma dependência natural, fruto de uma zona costeira extensa e de uma plataforma continental de elevada produtividade biológica, assume particular relevância na pequena pesca, também denominada por pesca artesanal¹. A pequena pesca, apresenta-se assim, como indispensável à manutenção do tecido económico e social de determinadas comunidades costeiras, pelo que Severo (2008) afirma que a pesca é uma actividade de grande interacção, entre o homem e a natureza, na qual o conhecimento tradicional, isto é, o conhecimento adquirido de forma empírica, é passado de geração em geração, sendo extremamente característico e fundamental nas actividades de pesca.

O sector da pesca assume uma relevância social, regional e local substancialmente superior à sua expressão a nível dos principais agregados macroeconómicos nacionais. Existem ao longo da costa Portuguesa muitas comunidades, sendo que, a sua maioria apresenta notórias dificuldades de reconversão e/ou diversificação profissional, que têm na pesca a sua principal actividade, no fundo a própria pesca funciona como um factor de fixação e garante de emprego para as populações (MADRP – DGPA, 2007c).

A definição das zonas dependentes da pesca tem por base os critérios constantes do parágrafo quarto do artigo 43º do Regulamento² do Fundo Europeu para as Pescas, cuja aplicação assenta nos conceitos e parâmetros, a seguir mencionados, que foram estabelecidos tendo em conta a necessidade de agrupar as zonas de pesca em áreas geográficas contínuas a fim de se assegurar uma coerência territorial e uma massa crítica suficiente para gerar um impacto significativo nas medidas previstas:

“Densidade demográfica – a partir do conjunto de municípios litorâneos do país, (litoral e bacias estuarinas), serão consideradas áreas de baixa densidade demográfica as áreas abaixo do limiar dos 120 habitantes/km², desde que nelas exista actividade de pesca;

População dependente da pesca – o conceito “população dependente da pesca” engloba toda a mão-de-obra da fileira, ou seja, pescadores, pessoal ao serviço na indústria transformadora, aquicultura, apanhas, algas e salicultura, tendo em vista a definição de um indicador de especialização que traduza, em cada município, o grau de ocupação da população activa no sector da pesca. Considera-se existir uma moderada a forte especialização quando esta relação é superior a 3%, forte, se superior a 5% e muito forte, se igual ou superior a 10%;

Zona de pesca em declínio – relativamente a cada porto, será analisado o volume de descargas e a respectiva variação anual média nos últimos anos, considerando-se como zonas de pesca em declínio as zonas que apresentem uma variação negativa no período em causa”.

Uma das medidas a tomar para proteger a pesca artesanal poderia ser a de ajudar a pequena frota de pesca a adaptar-se à evolução, instituindo um regime de gestão específico com objectivos antes de mais sociais, através da atribuição de direitos de pesca e de sistemas colectivos de gestão. Mas não se pode negligenciar o impacto desta pesca nos recursos e no meio ambiente: este regime específico deverá por

¹ Pesca artesanal é o tipo de pesca caracterizada principalmente pela utilização de mão-de-obra familiar, artes de pesca e embarcações de pequeno porte (tradicionais).

² Regulamento (CE) nº 1198/2006 do Conselho, de 27 de Julho de 2006; Fundo Europeu das Pescas, Bruxelas.

isso ser cuidadosamente elaborado de forma a assegurar a perenidade das unidades populacionais exploradas pelas frotas artesanais (Comissão Europeia, 2009a).

Os pescadores lúdicos ou recreativos, assim como a população em geral, encontram-se menos sensibilizados para os problemas relacionados com a gestão de recursos e com a tentativa de manter a "robustez" dos stocks de peixes, pelo que se torna cada vez mais importante, uma política audaz na gestão destes recursos (Pitcher, 1999). Os países em vias de desenvolvimento que não possuem mecanismos de gestão de pesca, por sua vez, expõem-se de uma forma vulnerável ao esgotamento dos recursos, sendo o conflito entre a pesca de pequena escala (artesanal e de subsistência) e a industrial, particularmente grave, devido ao elevado número de pescadores envolvidos¹.

Em Portugal, por outro lado, existe uma grande parte da população que faz da pesca a sua principal actividade desportiva ou recreativa (Sousa, 2000), pelo que, e de acordo com o mesmo autor, pescar não pode ser considerado um mero hobby, mas sim um fenómeno social de grande envergadura e extremamente complexo sendo um elemento muito importante na forma de viver.

A Ria de Aveiro enquadra-se na pequena pesca, pesca artesanal e pesca lúdica, Alves *et al.* (2001), expõe mesmo que as características particulares da laguna da Ria, quer ao nível biofísico, quer paisagístico, estão a potenciar a sua procura como fonte de recreio e lazer, sendo prova disso, as inúmeras intervenções feitas, pelos diversos municípios da envolvente da Ria, nas suas frentes ribeirinhas. Por seu turno, os vários cais de acostagem existentes ao longo das margens da laguna também potenciam o usufruto deste recurso enquanto espaço privilegiado de lazer e recreio, sendo também por essa razão uma área particularmente interessante para investigar novas metodologias de intervenção ao nível de gestão integradas das zonas costeiras e lagunares. Constitui-se como um dos pólos de turismo da Região Centro, tendo-se confirmado no decorrer dos últimos anos dessa mesma dimensão, evidenciando-se como principais características o património ambiental e paisagístico, o património edificado e as tradições e especificidades culturais da região, fixando a população às suas raízes.

A maioria dos estudos efectuados concluiu que a pesca mundial está num estado de crise, que os métodos convencionais têm de ser culpados sendo necessária uma nova gestão dos recursos heliocêntricos (Ludwig, Hilborn e Walters, 1993). Toma-se assim, urgente a obtenção de informação científica sistemática e actualizada relativa às actividades de pesca, para determinar uma gestão pesqueira capaz, que a um nível global ainda está por se definir. Este aspecto torna-se especialmente vincado para o caso Português, onde o panorama de conhecimento científico actualizado da pesca na Ria de Aveiro é reduzido.

¹ Um caso histórico muito relevante aconteceu no Brasil, em meados da década de 90, quando a crise se instalou alastrou-se no sector das pescas devido à má gestão dos recursos haliêuticos (Neto & Dornelles, 1996), gerando uma escassez desses recursos com graves repercussões económicas e sociais. Numa realidade distante, numa das ilhas do pacífico, a pesca de subsistência para o auto-consumo desempenha um papel muito importante na cultura de Samoa. A população da Samoa Americana atingia em 2000 aproximadamente 57.000 habitantes, sendo que a maioria destes habitavam na ilha principal de Tutuila. O rápido crescimento populacional que se tem verificado em Tutuila, tem levantado preocupações significativas sobre a sobre pesca (Craig et al 1999; Craig 2002). A pesca nacional da Samoa Americana, tem dois componentes principais: a pesca em terra, que existe bastante mas não é exclusivamente para a subsistência, e a pesca baseada na ajuda de barcos, que é maioritariamente para fins comerciais (Green 1997). Apenas as capturas efectuadas pelo intermédio dos barcos é que são registadas numa base de dados.

3. CAPÍTULO

O SECTOR DAS PESCAS: DINÂMICA E TENDÊNCIAS

3. O SECTOR DAS PESCAS: DINÂMICAS E TENDÊNCIAS

3.1 Considerações Iniciais

Neste Capítulo pretende-se fazer uma caracterização sumária do sector das pescas e da sua importância a nível nacional. Contudo, far-se-á primeiro um enquadramento do contexto europeu, para em seguida se particularizar o cenário Português.

Tendo por base um conjunto de indicadores procurar-se-á dar a conhecer qual a situação actual, e como esta evoluiu nos últimos anos, sendo que será feita uma análise: da produção de pesca; frota pesqueira; comércio externo de produtos de pesca; consumo dos produtos de pesca. Só posteriormente será feito o ponto de situação do contexto nacional.

3.2. Produção da Pesca

3.2.1 Produção Mundial da Pesca

A produção mundial da pesca e da aquicultura vem registando aumentos constantes de 1% ao ano (Eurostat, 2005). Pela Figura 2 observa-se que a EU-27 é o terceiro produtor a nível mundial, produzindo 6.904.500 toneladas de produtos de pesca, representando cerca de 4,4% da produção total, das quais 5.135.540 toneladas são de capturas (ver Figura 3) o que expõe uma alargada componente da aquicultura na Europa, no entanto mais fraca que outros países onde essa actividade se faz sentir com mais intensidade como a Índia e principalmente a China (ver Figura 4).

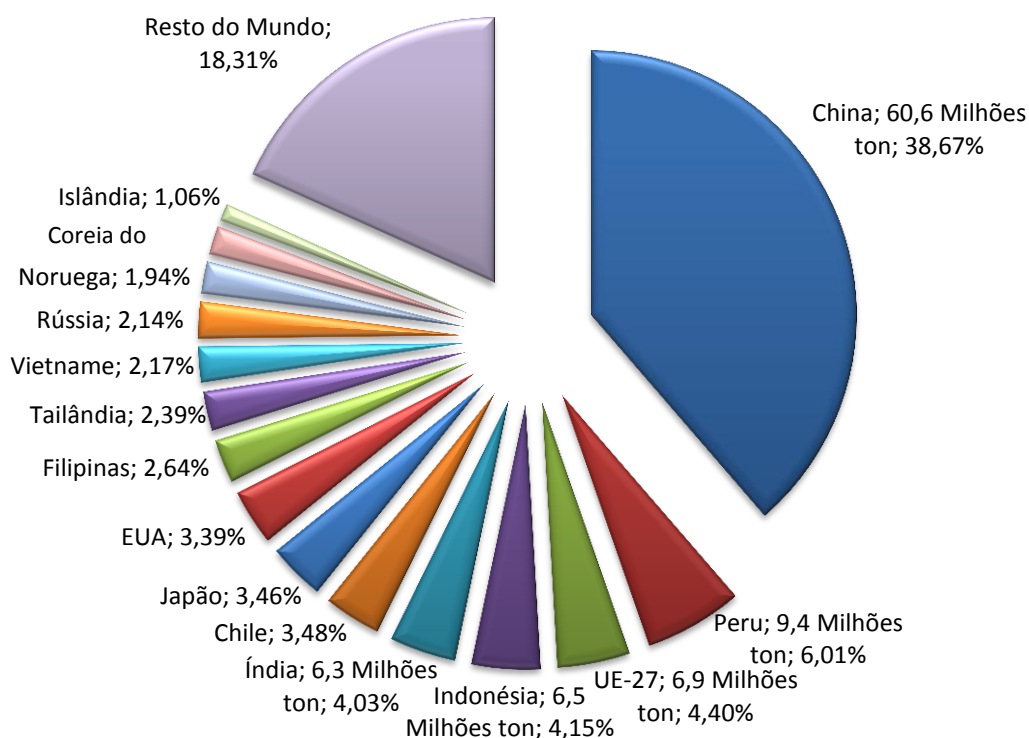


Figura 2 – Produtores de produtos de pesca a nível mundial (em 2005), em percentagem do volume produzido das capturas e aquicultura | Fonte: elaboração Própria; Dados: Eurostat

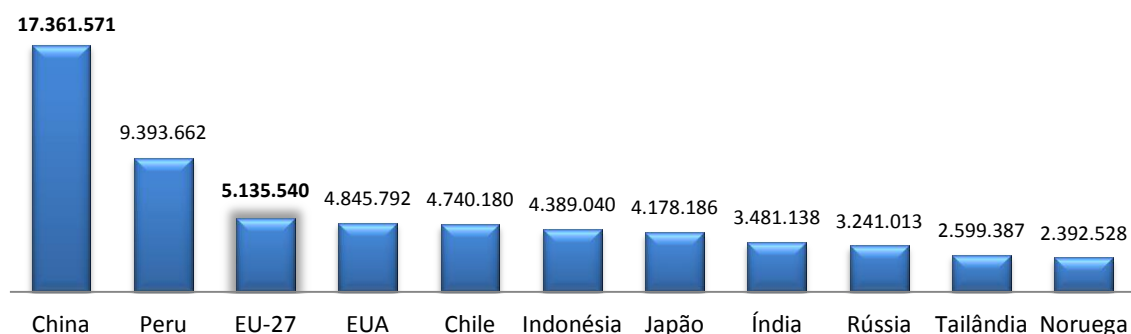


Figura 3 – Total de capturas dos maiores produtores a nível mundial (em 2005); volume em toneladas | Fonte: Elaboração própria; Dados Eurostat

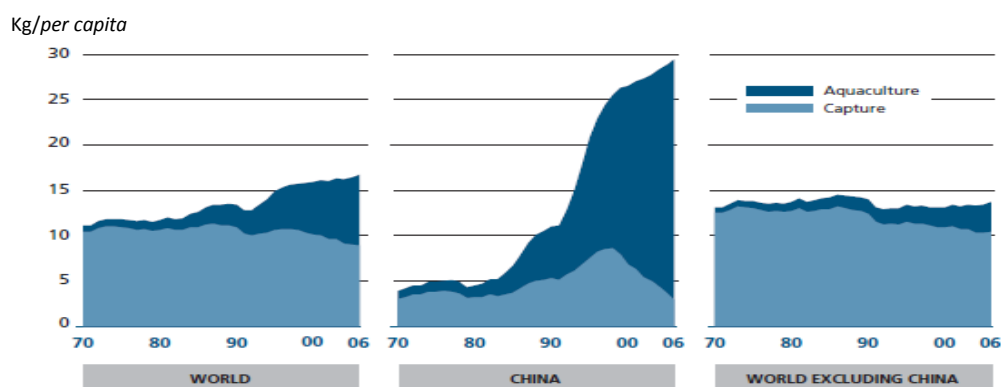


Figura 4 – Evolução da produção de pesca (kg/per capita) de aquicultura e captura no Mundo, China e “Mundo excepto China” (1970 a 2006) | Fonte: FAO, 2008

Neste panorama, verificou-se uma produção Mundial de 156.772.990 toneladas, sendo que a China, o maior produtor mundial, representa 38,67% da produção total, dizendo muito da potência que emerge a nível global. No segundo lugar, encontra-se o Peru, país que possui, juntamente com o Chile os recursos pesqueiros mais abundantes do planeta devido às condições extremamente favoráveis resultantes das correntes frias carregadas de plâncton que banham estes dois países, daí o Chile encontrar-se em 5º lugar no ranking de capturas com 4.740.180 toneladas e na 6ª posição com 3,48% dos produtos de pesca mundiais (Eurostat, 2005).

3.2.2 Produção da pesca na União Europeia

O sector da pesca da UE enfrenta dificuldades semelhantes às que se deparam actualmente, em todo o mundo. A sobrepesca, que dá origem a unidades populacionais de pescado mais pequenas e posteriormente a menores desembarques de pesca e rendimentos menos elevados, constitui-se como a principal ameaça do futuro do sector.

Em conformidade com o que se tem verificado de há 20 anos para cá, a produção total do sector da pesca da UE diminuiu suavemente em comparação com os anos precedentes. Embora a frota europeia esteja presente em toda a parte do mundo, a maior fatia das capturas da UE é efectuada no Atlântico Este e no Mediterrâneo, sendo constituída essencialmente por arenque, espadilha e sarda, onde os países mais fortes na pesca são a Dinamarca, a Espanha, o Reino Unido e a França que, em conjunto, somam mais de metade das capturas de toda a União (Figura 5).

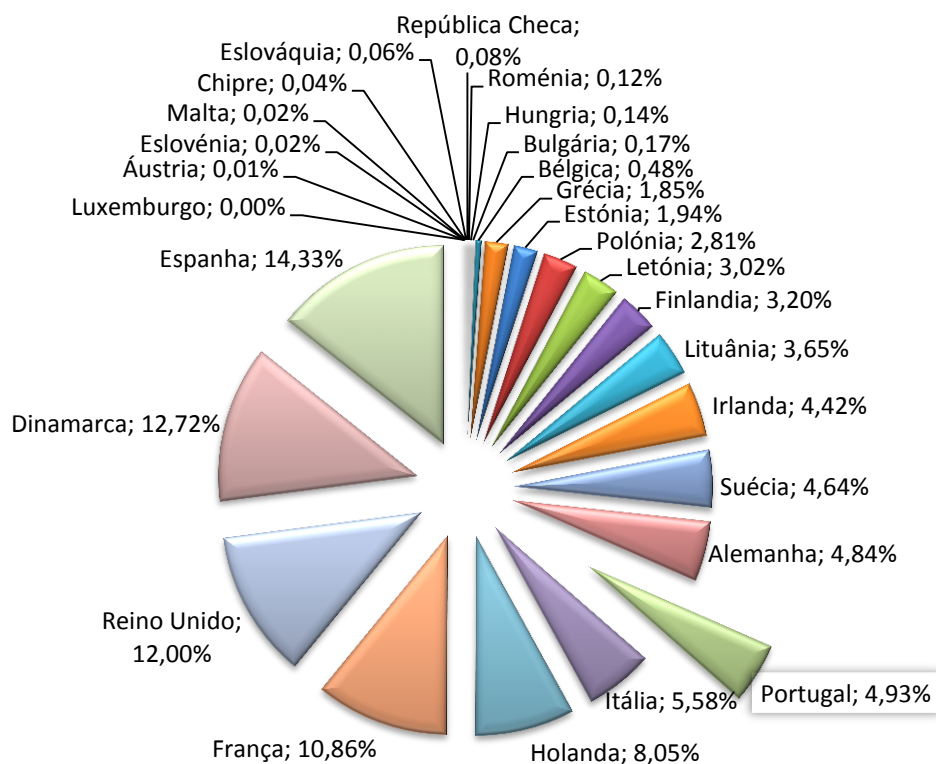


Figura 5 – Volume de capturas por Estado-Membro, em percentagem do total da UE em 2007
Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

No entanto, pode-se observar, na Figura 6, a evolução do número de capturas dos principais países produtores da UE-27, onde sobressai a queda de produção da Dinamarca, passando de mais de 1.826 Milhões de toneladas de capturas em 1997, para pouco mais de 690 Milhões de toneladas em 2008 sendo mesmo ultrapassada pela Espanha nas capturas a partir de 2007 com capturas na ordem das 736 Milhões de toneladas e 865 Milhões de toneladas em 2008.

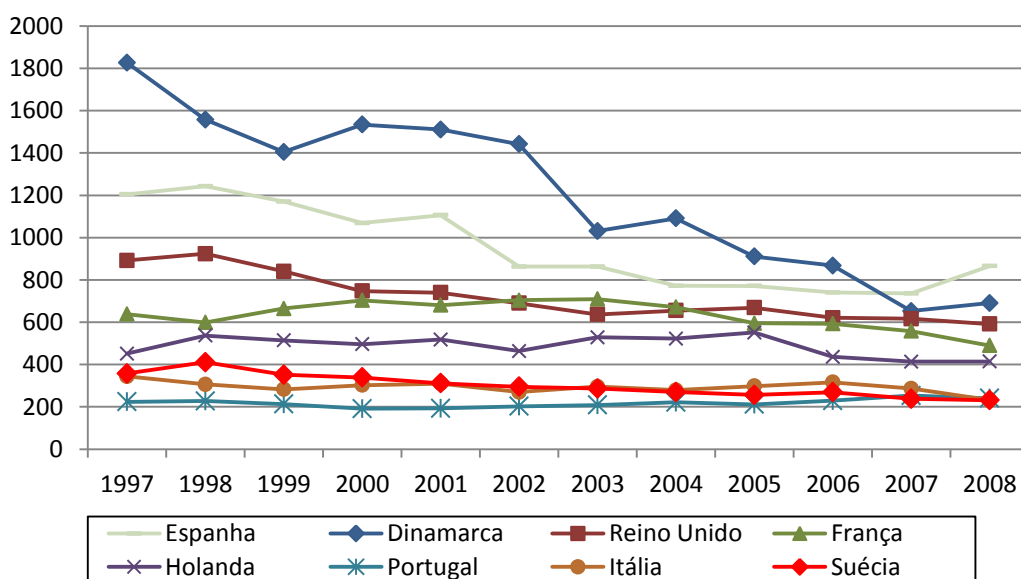


Figura 6 – Evolução do total de capturas dos 8 maiores produtores da União Europeia a 27 (em 2008), volume em Milhões de toneladas | Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

Em Portugal a tendência de capturas seguia uma ordem das 220 Milhões de toneladas por ano, contudo no início da última década as capturas caíram na ordem das 20 toneladas ano, porém nos últimos dois anos analisados, 2007 e 2008, as capturas aumentaram, ao contrário de outros países com mais capturas que continuaram a decair a sua produção, originando a ocupação de Portugal em 2008 do sexto lugar no ranking nas capturas com mais de 240 Milhões de toneladas (Eurostat, 2007).

3.3. Frota pesqueira na União Europeia

O principal objectivo da Política Comum da Pesca (PCP) é assegurar uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos. Para atingir esse objectivo, a gestão da capacidade da frota desempenha um instrumento essencial. Nos termos da legislação comunitária, a capacidade total da frota de pesca não pode aumentar. Sempre que um Estado conceder uma ajuda financeira para o abate de um navio de pesca, a capacidade respectiva não pode ser substituída: a redução da capacidade de pesca deve ser permanente (PCP da Comissão Europeia).

Ao longo das duas últimas décadas, a capacidade da frota de pesca da Europa diminuiu a uma média anual e constante de cerca de 1,5% em termos de toneladas de arqueação bruta e 2% em termos de potência (dados da Comissão Europeia¹). Embora com os alargamentos da UE em 1995, 2004 e 2007, o número de embarcações em Dezembro de 2007 ascendia a perto dos 88 500 registos, mesmo assim muito longe dos cerca de 105 000 registos de embarcações em 1992 (Figura 7) o que caracteriza a política de gestão da capacidade de frota da UE que vai no sentido de uma diminuição e de obtenção de um desenvolvimento sustentável.

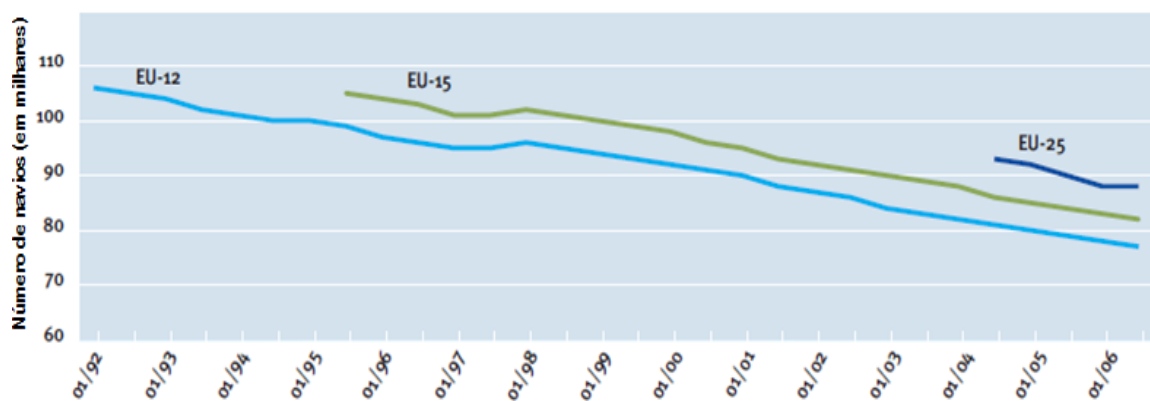


Figura 7 – Evolução do número de embarcações da frota de pesca da UE entre 1992 e 2006

Fonte: Eurostat (adaptado)

Por outro lado, a composição da frota de pesca da UE, demonstrada na Figura 8, expõe a forte predominância da Grécia com 21% das embarcações, sendo que Itália possui 17% e Espanha 13% das embarcações Europeias licenciadas. Portugal representa a quarta potência de frota com cerca de 10% das embarcações da UE, o que demonstra a sua forte preponderância a nível europeu.

¹ Portal da União Europeia in http://europa.eu/index_pt.htm (acedido a 15 Janeiro de 2010)

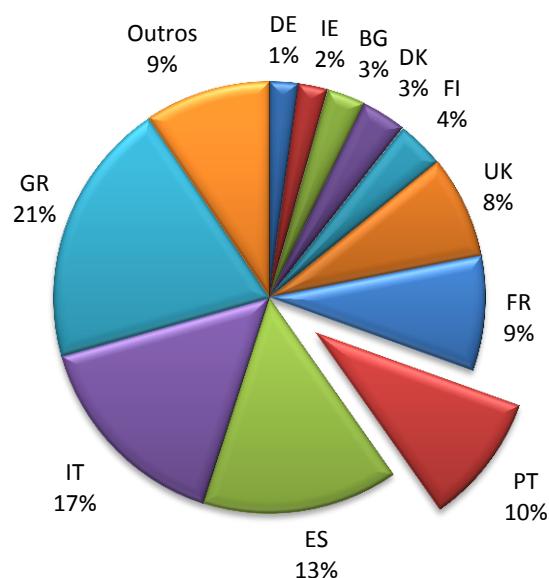


Figura 8 – Frota de pesca da União Europeia a 27 (em %) (2008)

Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

Quanto à potência motriz das embarcações observa-se na Figura 9 outro cenário. A Itália apresenta-se como o país da UE com mais potência motriz para as suas embarcações, correspondendo a cerca de 17% do total, sendo seguida da França, Espanha e Reino Unido com 16%,15% e 12% respectivamente.

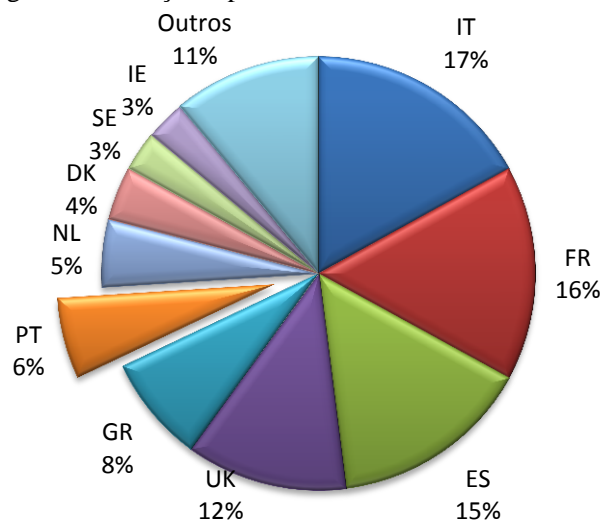


Figura 9 – Potência motriz em 2008 da frota da União Europeia (em %)

Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

Fazendo uma análise mais detalhada observa-se que embora a frota Italiana apresente maior potência no seu total, a frota Francesa seguida da do Reino Unido apresentam-se como as mais potentes, visto as suas potências médias serem as mais preponderantes em termos de frota.

Portugal, apresenta-se como o sexto país da UE com mais potência motriz, cerca de 384210 Kw¹, o que comparado com o número de embarcações reflecte uma potência média por barco de 23 Kw.

¹ Quilowatt (Kw) é uma unidade de potência, que corresponde a 10³ watts (1 Kw = 1 000 W).

Relativamente ao comprimento das embarcações de pesca, conclui-se que a frota de pesca da UE tem uma predominância de embarcações de pequeno porte pelo que se pode ver no Quadro 5 que a embarcações de maior predominância são as de 6 aos 12 metros, sendo esta categoria constituída por quase 50% das embarcações totais. Em seguida, encontra-se a categoria das embarcações dos 0 aos 6 metros com cerca de 32% das embarcações. As restantes categorias vão decrescendo em percentagem do total, conforme se vai avançando no comprimento das embarcações. Quanto à Tonelagem (em GT¹) a UE, denota um total de 1.922.527 GT, sendo que Portugal detém cerca 5,5% do seu total, cifrando-se perto dos 107.000 GT, denotando a sua desprovida capacidade de carga e transporte.

Quadro 5 – Frota de pesca da UE-27, por classe de comprimento; situação em Dezembro de 2007

Comprimento	Número de embarcações	Número de embarcações (em % do total UE-27)
0 - 6	28794	32,53%
6 - 12	44243	49,98%
12 - 18	7853	8,87%
18 - 24	3926	4,44%
24 - 30	2047	2,31%
30 - 36	742	0,84%
36 - 45	586	0,66%
45 - 60	155	0,18%
60 - 75	86	0,10%
> 75	88	0,10%
Total UE-27	88520	100%

Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

3.4 Comércio Externo de produtos de pesca na União Europeia a 27

A UE é o maior importador de produtos da pesca a nível mundial, situando as suas importações nos 10,5 Milhões de toneladas, contabilizadas em cerca de 30.081 Milhões de Euros. Fazendo uma análise mais detalhada, observa-se na Figura 10 que o maior importador da UE é a Espanha, importando cerca de 1.666.450 toneladas de produtos de pesca no valor de 5.082 Milhões de Euros, seguida da França e Itália com 4.078 e 3.753 Milhões de Euros respectivamente. Todavia, em termos de volume, a Dinamarca e a Alemanha passam os seus dois congéneres respectivamente, pois importam um maior volume de produtos de pesca, o que significa que importam produtos de menor valor unitário. Quanto a Portugal, encontra-se na décima posição dos países mais importadores, contabilizado 388.260 toneladas, no valor 1.215 Milhões de Euros, perto da média da UE que se localiza em 389.006 toneladas no valor de 1.114 Milhões de Euros.

¹ Gross Tonnage (GT) - Arqueação ou tonelagem, refere-se à capacidade de carga de uma embarcação, que se expressa em toneladas. Contudo, estas toneladas são baseadas em tonéis, e não em quilos. As medidas de arqueação são reguladas pela Convenção Internacional sobre a Arqueação de Navios (International Convention on Tonnage Measurement of Ships) de 1969, no seio da IMO, também conhecidas por London-Rules, e aplicáveis a todos os navios construídos após Julho de 1982. A arqueação bruta refere-se à soma de todos os espaços fechados (volume) de um navio da quilha à chaminé, medida pelo exterior do cavername. Como tal, é sempre superior à arqueação bruta de registo, e varia de acordo com a forma do navio. Uma tonelada de arqueação bruta é igual ao volume de 100 pés cúbicos (2.83 m³).

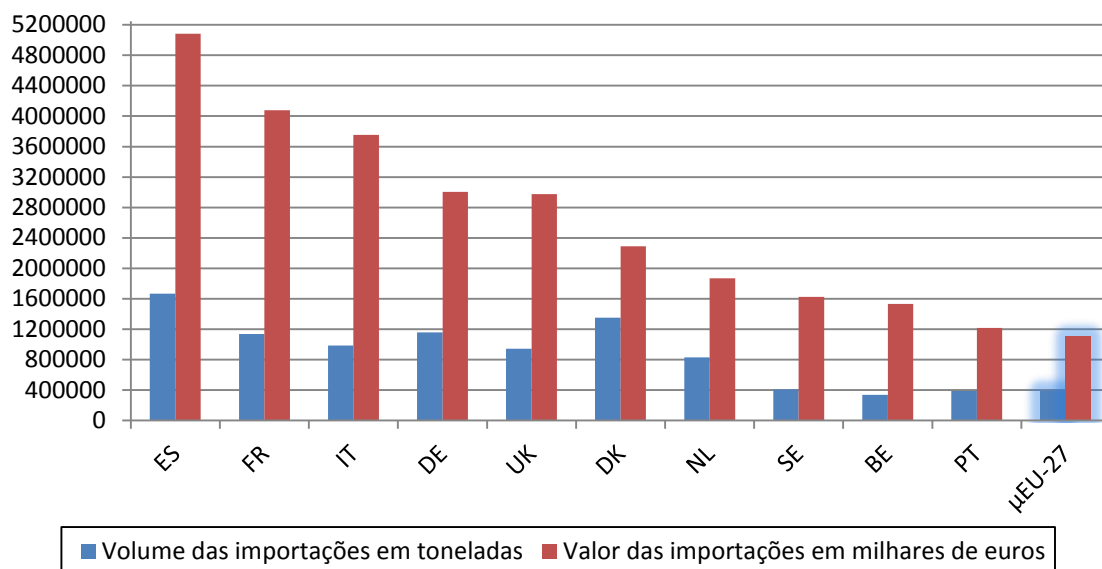


Figura 10 – Os maiores Importadores UE-27 de produtos de pesca em 2007, em valor
Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

Quanto às exportações da UE, estas correspondem a 6,4 Milhões de toneladas de produtos de pesca no valor de 17.029 Milhões de Euros, no entanto estas não suplantam o saldo comercial de produtos de pesca, cifrado em cerca de 13.051 Milhões de Euros.

Porém, ao nível dos Estados Membros o cenário é diferente do das importações, verificando-se por seu turno como maior exportador a Dinamarca, seguida de perto da Holanda e da Espanha, isto em termos de volume, visto que em termos de valor os produtos de pesca Dinamarqueses são muito mais valorizados que os seus congéneres Holandeses e Espanhóis (Figura 11).

Quanto a Portugal, exporta 127.276 toneladas no valor de 435 Milhões de Euros, estando bem abaixo da média da UE localizada nos 630 Milhões de Euros constituídos por cerca de 240.000 toneladas.

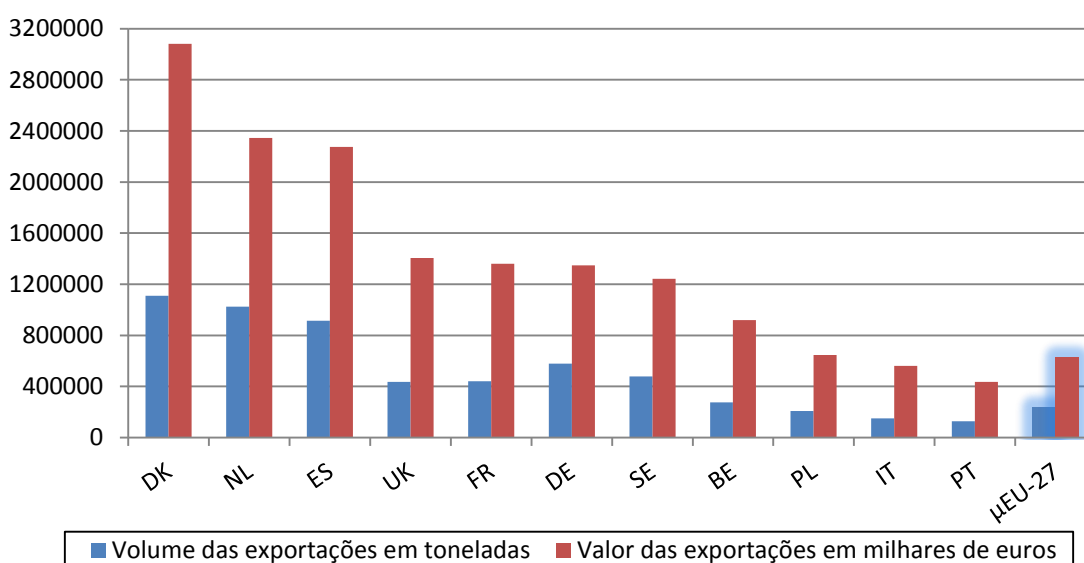


Figura 11 – Os maiores Exportadores da UE-27 de produtos de pesca, em valor (2007)
Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

Na Figura 12, pode ver-se o saldo comercial dos produtos de pesca, pelo que sobressaem dois casos específicos, o exemplo Holandês e Irlandês que têm um saldo comercial elevado em tonelagem e em valor monetário, sendo que o caso Holandês é o mais notório verificando 193.744 toneladas e 477 Milhões de Euros (positivos). Noutra perspectiva, a Dinamarca é o país mais distinto no que se refere à obtenção de valor com a venda dos seus produtos de pesca, dado que tem um saldo negativo de 241.938 toneladas de pesca e um exorbitante saldo (positivo) que ronda os 795 Milhões de Euros, reflectindo o enorme valor de venda unitário dos seus produtos e uma compra exímia das suas importações.

Em Portugal, os números encontram-se em 260 mil toneladas negativas de produtos de pesca, contabilizando um saldo negativo de 779 milhões de euros, valores próximos (por defeito) da média da UE que se situa com 150 mil toneladas negativas e 483 milhões de euros (negativos) no saldo comercial destes produtos.

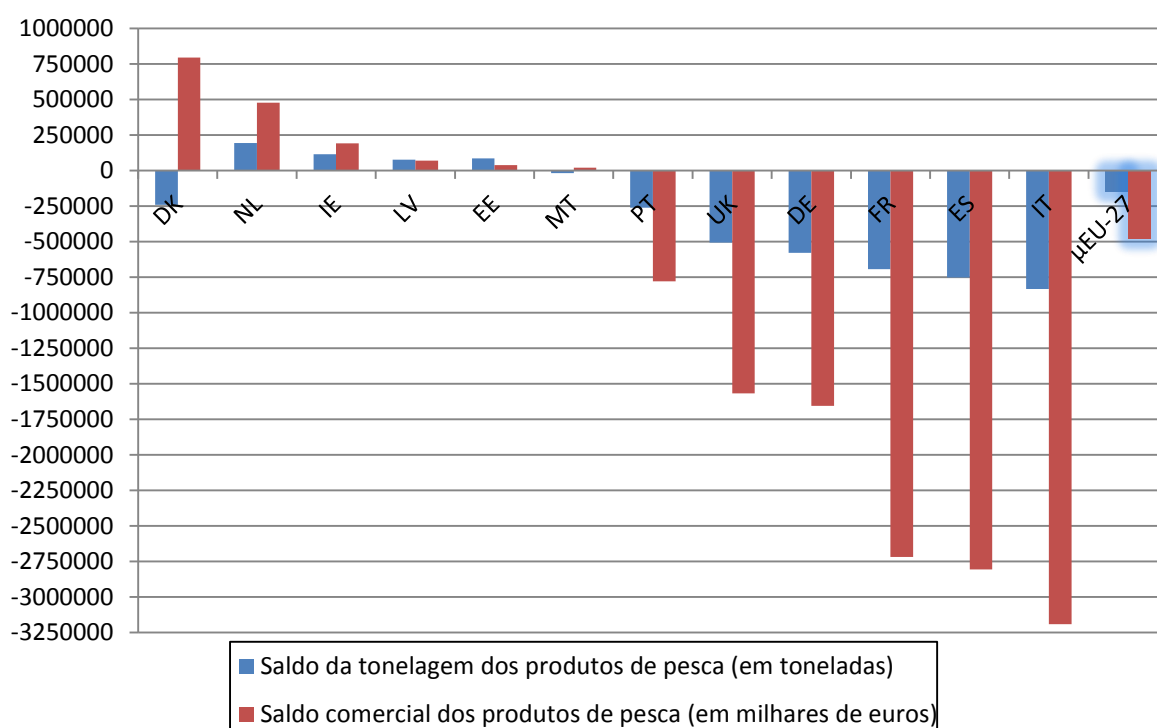


Figura 12 – Saldo comercial dos produtos de pesca, dos 6 países maiores exportadores e dos 6 maiores importadores da UE-27, em valor (2007) | Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

3.5 Consumo de produtos de pesca

3.5.1 Consumo de pescado a nível Mundial

Os produtos da pesca e da aquicultura acarretam um lugar extremamente importante nos hábitos alimentares da população mundial e dos próprios Europeus, não fossem esses alimentos ricos e cheios de proteínas. A nível global, o consumo de pescado (captura e aquicultura) ascende a cerca de 16,5 kg/pessoa/ano (Figura 13), ou seja, 15,5% das necessidades em proteínas animais. Constará-se também que a Islândia é o país que mais consome destes produtos dispondo de 91,4 kg/pessoa/ano. Sendo a China o maior produtor mundial destes produtos por larga margem, não seria de estranhar que este país estivesse

nos primeiros lugares. No entanto, verifica-se que na realidade a quantidade disponível por pessoa na China é bem inferior ao que seria de prever, pelo que se observa uma quantidade de 25,8 kg/pessoa/ano, muito inferior à do Japão com 65,7 kg/pessoa/ano e da Noruega que dispõe de 47,4 kg/pessoa/ano, por exemplo.

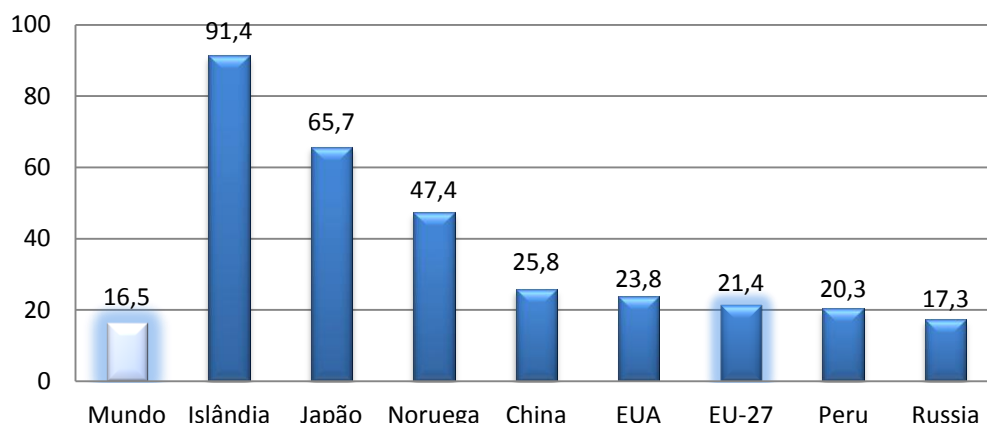


Figura 13 – Consumo¹ de pescado, per capita em 2003, de alguns dos países mais expressivos a nível mundial (kg/hab./ano) | Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

3.5.2 Consumo de pescado na União Europeia

Quanto à UE, esta encontra-se com uma média de 21,4 kg/pessoa/ano disponível (Figura 13 e 14), o que mesmo assim lhe confere um lugar de destaque à frente de grandes países produtores destes produtos, como o Peru (20,3 kg/pessoa/ano) e a Rússia (17,3 kg/pessoa/ano).

Relativamente aos seus Estados Membros da UE, verifica-se que Portugal está no topo dos países que mais consomem deste tipo de produtos, cifrando-se o seu consumo em 56,9 kg/pessoa/ano, pelo que, a nível mundial é mesmo o terceiro maior consumidor, atrás da Islândia e Japão, respectivamente. Em seguida encontra-se a Espanha com 44,7 kg/pessoa/ano e posteriormente a Lituânia com 39,7 kg/pessoa/ano. No final da lista, verificam-se países como a Hungria, Bulgária e Roménia com 4,7; 4,6 e 3,9 kg/pessoa/ano respectivamente, bem abaixo da média europeia e mundial, expondo a sua fraca capacidade piscatória e as suas condições geográficas desfavoráveis para esta actividade.

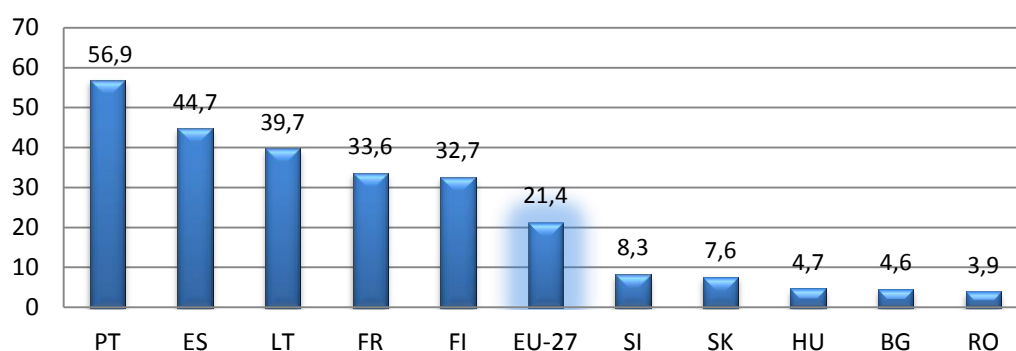


Figura 14 – Consumo¹ de pescado, per capita em 2003, dos 5 maiores e dos 5 menores estados membros UE (kg/hab./ano) | Fonte: elaboração própria; Dados Eurostat

¹ Consumo: Quantidade disponível por pessoa

3.6 Síntese de enquadramento das Pescas em Portugal

Portugal destaca-se, no Quadro da UE-27, pela sua localização periférica e pela sua vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), que resulta de uma extensa linha de costa continental e da natureza arquipelágica das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Neste contexto, possui uma situação privilegiada, porque tem uma das maiores ZEEs da Europa, sendo a 3ª maior da UE com mais 1,6 milhões de km², segundo dados de Bruxelas e 2.830 km de costa, razões de sobra para que Portugal tenha um grande potencial de desenvolvimento nesta área. Contudo, a ZEE portuguesa expõe um volume reduzido de pescado em quantidade e diversidade em termos de espécies, dada a estreita plataforma continental, sendo que as espécies que existem são geralmente de baixo valor comercial, como é o caso da sardinha ou do carapau. Esta conjuntura conduz à procura de pesqueiros externos em águas internacionais, das quais se destacam a NAFO, Islândia e Marrocos.

De acordo com Santos (2000: 52):

“Portugal, país detentor de uma costa relativamente extensa, recortada por estuários e numerosos portos de abrigo, situado na proximidade de pesqueiros foi, desde tempos recuados, território propício ao desenvolvimento de comunidades piscatórias, ao longo de todo o litoral. A pesca foi, assim, o passo inicial das populações na vida do mar, ofício que, por norma, praticavam cumulativamente com a agricultura. Todavia, a riqueza piscícola das águas costeiras nacionais, quando comparada, por exemplo, com a do mar do Norte, não é das mais favoráveis, dada a dimensão reduzida da nossa plataforma continental. Este facto motivou, desde cedo, os pescadores portugueses para a necessidade de encontrar outras áreas de pesca mais favoráveis”.

Devido às exigências de maior competitividade da economia e à inexistência de regras no controlo das pescas, há alguns anos atrás, conduziram a uma sobre-exploração dos recursos, o que teve como consequência a diminuição de uma quantidade considerável de unidades populacionais piscícolas, o que levou a uma redução das possibilidades de pesca e aos consequentes efeitos negativos económicos e sociais. O desafio que se coloca actualmente é o de achar o equilíbrio entre a exploração dos recursos e as necessidades dos consumidores, ou seja, é necessário desenvolver uma prática de pesca sustentável, na qual sejam preservados os recursos naturais e fomentada a capacidade empresarial ancorada na valorização do produto.

Portugal, como membro da UE, tem o seu desempenho condicionado às linhas de orientação definidas no Quadro da Política Comum da Pesca. A PCP da Comissão Europeia tem em conta as dimensões biológica, económica e social da pesca e subdivide-se em quatro vertentes principais: política de conservação, política estrutural, política dos mercados comuns de pesca e relações com os países terceiros. Portanto, todas as acções deverão ser pensadas e levadas a cabo pelos diversos países da UE em conjunto, mediante políticas concretas e efectivas. Mais de 60% da população portuguesa reside em áreas

¹ Consumo: Quantidade disponível por pessoa

costeiras (DGA, 2000), o país tem uma história rica na navegação e nos descobrimentos, o peso do sector das pescas na economia nacional pode ser determinado com base num conjunto de indicadores socioeconómicos, que nos permitem chegar a algumas conclusões. No entanto, convém ter presente que “a importância do sector da pesca em Portugal não pode ser analisada apenas numa vertente economicista, na medida em que deverá ser tida em linha de conta a dependência de determinadas comunidades piscatórias, sobretudo nas regiões costeiras mais desfavorecidas (GPPAA, 1997).

Como foi dito anteriormente no Capítulo 2, Portugal detém um elevado número de pequenos portos com vocação pesqueira. No entanto, possui 27 portos principais, dos quais 16 estão em território continental, 2 na Região Autónoma da Madeira (Funchal e Porto Santo) e 9 na Região Autónoma dos Açores (um em cada ilha do arquipélago). A modernização dos principais portos de pesca tem constituído uma prioridade, principalmente ao nível das infra-estruturas portuárias, tendo esta intervenção resultado de uma política coordenada entre os responsáveis pela política portuária e os responsáveis pelas pescas (MADRP – DGPA, 2007a).

Em síntese, e de acordo com a comparação de dados entre países da EU, a frota pesqueira portuguesa é composta, aproximadamente, por 8.700 embarcações (a 4.a maior da UE), perfazendo uma arqueação de aproximadamente 106.800 GT (a 6.a maior da UE). Todavia, a frota portuguesa é a terceira mais envelhecida da UE, com uma idade média de 25,7 anos e um assinalável número de embarcações com mais de 50 anos e 91 por cento têm menos de 12 metros de comprimento. A produção total de capturas de pesca perfaz cerca de 240.000 toneladas/ano. Portugal tem o maior consumo *per capita* de produtos da pesca da UE, com 56,9 kg/pessoa/ano (média da UE situa-se nos 21,4 kg/pessoa/ano) calculando-se que o pescado represente cerca de 25% na dieta diária de origem animal dos portugueses. Contudo, o saldo comercial da balança de produtos de pesca encontram-se em 260 mil toneladas negativas, contabilizando um saldo negativo a rondar os 779 milhões de euros. O valor acrescentado do sector marítimo em Portugal situa-se nos 2.800 milhões de euros, gerando 171 mil empregos, contabilizando uma riqueza média de 16.355 euros por trabalhador empregado (Policy Research Corporation, 2008). Porem, segundo o Programa Operacional da Pesca (2007-2013) da DGPA, o sector das pescas apresenta um peso relativamente mais baixo na economia nacional, estimando que para uma população activa de cerca de 5,5 milhões de pessoas (em Portugal), cerca de 0,6% é emprego directo (33.000 empregos) no conjunto do sector (pesca/captura, aquicultura e indústria transformadora dos produtos da pesca), sendo que o VAB da pesca representou, em 2005, apenas 0,29% do VAB Nacional.

Fazendo uma análise mais detalhada da população Portuguesa empregada na pesca, com base nos dados do INE, observa-se no Quadro 6, que das 4,65 milhões de pessoas empregadas só 0,35% vive da pesca, isto é, só cerca 16 mil pessoas. Avançando ainda mais na análise, verifica-se que é no Algarve onde esta actividade tem mais importância, visto que afecta 1,70% da população empregada, correspondendo mais concretamente a 3.060 pessoas. Noutra situação idêntica estão as Regiões Autónomas do Açores e da Madeira onde a dependência desta actividade também é mais fincada, em comparação com o resto do

País, visto apresentarem rácios de dependência na ordem dos 1,47% e 0,78% equivalendo a 1.392 e 819 pessoas empregues na actividade, respectivamente (Quadro 6).

Quadro 6 – População Portuguesa empregada na pesca (censos de 2001)

	População empregada	População empregada na Pesca	Rácio de dependência
Portugal	4.650.947	16.048	0,35%
Continente	4.450.711	13.837	0,31%
Norte	1.656.103	3.946	0,24%
Centro	1.006.373	3.791	0,38%
Lisboa	1.284.673	2.429	0,19%
Alentejo	323.167	611	0,19%
Algarve	180.395	3.060	1,70%
Região Autónoma dos Açores	94.728	1.392	1,47%
Região Autónoma da Madeira	105.508	819	0,78%

Fonte: elaboração própria; Dados INE

Quanto à região Centro, onde se localizam os portos de Aveiro e da Figueira da Foz culminados mais propriamente com a Ria de Aveiro e Rio Mondego, respectivamente, tem-se a percepção que o seu rácio de dependência desta actividade é o segundo maior do Continente (a seguir à região do Algarve) situado nos 0,38% com 3.791 pessoas empregadas, denotando bem a importância desta actividade para a região.

4. CAPÍTULO

COMÉRCIO EXTERNO DE PESCADO – UM CONTRIBUTO PARA A DESCOBERTA DE NOVOS MERCADOS

4. COMÉRCIO EXTERNO DE PESCADO – UM CONTRIBUTO PARA A DESCOBERTA DE NOVOS MERCADOS

4.1 Considerações Iniciais

Objectivo deste capítulo é o de fornecer informação relativa dos mercados para os quais Portugal pode vir a aumentar as exportações, detectando os países a nível mundial que estão a apresentar crescimentos das importações de pescado e que Portugal pode não estar a aproveitar devidamente, não descartando a possibilidade de descoberta de novos mercados.

4.2 Metodologia

Considerando esta linha de raciocínio, realizou-se primeiro uma análise de evolução e crescimento das exportações portuguesas de pescado e depois uma análise dos principais mercados que contribuíram para o crescimento das importações mundiais de pescado no período compreendido entre 2000 e 2008¹. Torna-se pertinente, portanto, analisar o comércio internacional através de *Shift Share Analysis*, bem como fazer um estudo à luz das Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) analisando a evolução do comércio internacional Português de Pescado (capítulo 03 da nomenclatura combinada² - peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos).

Para a aplicação do método *Shift-Share* às importações mundiais foram utilizadas as bases de dados da ONU-COMTRADE. A base de dados principal foi obtida de acordo com a nomenclatura combinada² (NC) desagregada a dois dígitos, enumeradas de 01 a 99 - pela classificação SITC - *Standard International Trade Classification*, sendo que a finalidade seria a de analisar a 03 - peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, no âmbito do crescimento das importações a nível mundial.

4.2.1 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)

O Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) foi enunciado por Balassa (1965) baseado na lei das Vantagens Comparativas formulada por David Ricardo (1817).

O IVCR³ é um indicador da estrutura relativa das exportações de determinada mercadoria de um país ou região ao longo do tempo.

¹ O ano de 2009 não foi incluído para o período em questão, uma vez que a crise internacional iria desvirtuar o estudo). Embora os dados de 2009 não sejam tão relevantes, estes foram usados para recriar um ponto de situação. Os dados de 2005, expõem-se como dados intermédios, que transpõem uma ponte entre o ano de 2000 e o de 2008 no caso dos dados do comércio internacional, e no caso das vantagens comparativas reveladas (VCR) entre o ano de 2000 e o de 2007 (devido à inexistência de dados da VCR em anos posteriores).

² A Comunidade Europeia introduziu o conceito de Nomenclatura Combinada (NC) a 1 de Janeiro de 1988, com o objectivo de facilitar o comércio, bem como a recolha e intercâmbio de dados estatísticos sobre o comércio externo da Comunidade. A NC resultou da fusão das nomenclaturas da Pauta Aduaneira Comum (PAC) e da Nimexe (Nomenclatura Estatística da Comunidade). Portal da União Europeia in http://europa.eu/index_pt.htm (acedido a 25 Outubro de 2010).

³ No que se refere ao nível dos capítulos da nomenclatura combinada (NC), os países mais relevantes tem uma grande variação consoante o capítulo em análise, dado que de acordo com a OCDE o IVCR deve ser objecto de uma análise mais detalhada para um eventual tratamento diferenciado.

O **Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)** é dado pela seguinte equação:

$$IVCR_j = (X_{ij} / X_i) / (X_{wj} / X_w)$$

X_{ij} = Valor das exportações do país do produto j ;

X_i = Valor total das exportações do país

X_{wj} = Valor total das exportações mundiais do produto j ;

X_w = Valor total das exportações mundiais.

$IVCR_j > 1 \Rightarrow$ o país possui vantagem comparativa revelada para as exportações do produto j ;

$IVCR_j < 1 \Rightarrow$ o país possui desvantagem comparativa revelada para as exportações do produto j .

4.2.2 Shift-Share Analysis

O método *Shift-Share*, isto é, do diferencial-estrutural, será utilizado para analisar as importações mundiais de Pescado no período de 2000 a 2008. O método *Shift-Share* consiste na comparação entre o crescimento real (o que realmente foi verificado) e o teórico (o que a região teria caso seu crescimento ocorresse às mesmas taxas do país como um todo).

A análise *Shift-Share* sofreu algumas modificações na formulação original. A técnica *shift-share* ou análise de componentes de variação é um procedimento analítico, desenvolvido inicialmente por Creamer (1943), que consiste na decomposição do crescimento de uma variável (normalmente uma variável económica) numa determinada área (país/região) em componentes distintos desse crescimento. É uma ferramenta analítica que procura identificar e desagregar os diferentes componentes do crescimento de uma variável que possam influenciar e explicar o seu comportamento (Dunn, 1960). Esta técnica é aplicada geralmente em estudos económicos de análise regional, contudo pode ser usada noutro contexto.

Vários autores têm contribuído para a sua expansão, melhoramento e análise, entre eles destacam-se Stilwell (1969), Esteban-Marquillas (1972) e Herzog e Olsen (1979).

O crescimento de um sector numa determinada região decompõe-se nas componentes estrutural e diferencial, pelo que as diferenças de crescimento que possam ocorrer reflectirão as variações entre o crescimento real apresentado na região e as variações teóricas, o que deveria ocorrer caso a região apresentasse as mesmas taxas de crescimento do país. Os sinais que advêm, isto é, positivos ou negativos, dos componentes estruturais e diferencial, relacionam-se com a situação de cada sector ou região em relação ao seu dinamismo estrutural ou diferencial (Pereira, 1997).

Segundo Canuto & Xavier (1999), o método diferencial-estrutural clássico para o comércio externo aborda a evolução das exportações de uma região ou país quantitativamente através da decomposição de quatro determinantes ou feitos:

- Efeito crescimento;
- Efeito estrutural-sectorial;
- Efeito estrutural-geográfico;
- Efeito competitividade.

A fórmula de cálculo *Shift-Share* utilizada dos contributos para o crescimento (das importações mundiais) é definida pela seguinte expressão:

$$\textbf{Shift-Share Analysis: TVH x peso no período homólogo anterior / 100}$$

TVH: Taxa de variação homóloga

Peso no período homólogo anterior [valor das importações (ou exportações) do país a dividir pelas importações (exportações) mundiais, no período anterior].

4.3 Vantagem Comparativa versus Competitividade

Para Lafay (1990) a competitividade é resultado da comparação dos custos de produção entre dois ou mais países para um dado bem. Ela mede a posição vantajosa ou não de uma empresa no mercado relativamente às outras, envolvendo um elemento dinâmico de comparação, o *benchmarking*¹, entre as performances de empresas, regiões ou países que passam a disputar, de forma crescentemente concorrencial, recursos e fluxos com valor económico². Por seu lado, a vantagem comparativa resulta da comparação de custos entre diferentes bens para um determinado país ou região.

Uma das causas que é apontada ao baixo crescimento Português é a falta de competitividade dos bens e serviços (Macedo, 2006). Uma economia competitiva contém, inevitavelmente, um nível elevado de eficiência e de eficácia que se traduz numa capacidade efectiva de geração de empregos e de remuneração dos factores produtivos (Mateus, 2007). Verifica-se que a competitividade é influenciada por inovações, novas tecnologias, aparecimento de novos segmentos da indústria, custo ou disponibilidade das matérias-primas, mudanças das leis governamentais, produtividade da sua força de trabalho, entre outras. Portanto a competitividade de um país está intrinsecamente ligada à conjuntura macroeconómica, como por exemplo o mecanismo de formação de preços, o regime da taxa de câmbio real, o regime monetário, ou a relação salarial, principalmente, quando se tratam de produtos não diferenciados, já as vantagens comparativas, por seu lado, têm um carácter mais estrutural.

A dimensão relativa ou comparativa da competitividade obriga, no entanto, a uma articulação dinâmica na medida em que, existindo vários modelos e estratégias competitivas, a comparação das condições e dos resultados atingidos num determinado momento não se pode fazer tanto por referência a uma determinada norma (identificando “avanços” ou “recuos”) mas antes por referência ao potencial revelado no processo competitivo (identificando “vantagens” e “desvantagens”).

Segundo a teoria de David Ricardo (1817) do comércio internacional, as vantagens comparativas dependem da produtividade do trabalho, contudo, já a teoria neoclássica do comércio de Heckscher-Ohlin (1931-1933) expõe que as diferenças entre países ou regiões residem nas dotações de factores de produção

¹ *Benchmarking é o método sistemático de procurar os melhores processos, as ideias inovadoras e os procedimentos de operação mais eficazes que conduzam a um desempenho superior* (Bogan, 1997). *Se as suas implicações forem inteiramente compreendidas, pode catalisar mudanças extraordinárias* (Fisher, 1996).

² Os trabalhos de Michael Porter, com a difusão alargada do *Institute for Strategy and Competitiveness*, baseado na *Harvard Business School*, são também uma referência importante desta abordagem. Para uma sistematização das suas contribuições centrais veja-se, principalmente, Porter (1990,1996,1998).

como sendo a causa das vantagens comparativas. Assim, segundo a teoria, um país ou região exportará mercadorias que são intensivas no factor relativamente abundante nesse país ou região e importará mercadorias que são intensivas no factor relativamente escasso nesse país ou região. Alterações nas dotações de factores, implicarão uma nova fonte de vantagens comparativas¹.

Krugman (1979), por seu lado, expõe que as economias de escala, a concorrência imperfeita, os padrões da procura e a diferenciação dos produtos como sendo os factores determinantes do comércio. Por seu lado, Krugman & Obstfeld (1999) acrescentam que as vantagens comparativas são influenciadas pela abundância relativa dos factores de produção e pela intensidade relativa com a qual estes factores, diferentes de produção, são usados na produção de bens diferenciados.

4.4 Análise do Índice de Vantagem Comparativa Revelada do pescado²

O Quadro 7 mostra que os valores encontrados para o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) são maiores que a unidade em todo o período analisado, o que indica que o sector pescado em Portugal é dinâmico e com grande importância nas exportações.

Quadro 7 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do pescado² de 2000 a 2007

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
IVCR	1,347	1,331	1,377	1,351	1,464	1,714	1,91	1,938

Fonte: OCDE ; quadro com série completa de 1996 a 2007 no anexo V.

Portugal possui vantagem comparativa nas exportações desta *commodity*³. Apresenta-se como a 18ª *commodity*³ portuguesa de maior IVCR em 2007 e a 16ª *commodity*³ que mais contribui para o crescimento das exportações de 2000/2008 (Anexo V).

Os valores apresentam uma oscilação no início da década, reflectindo um recuo do IVCR em 2001 e 2003. Os factores que explicam esta variação são: 1º existiu um aumento proporcional das exportações mundiais de pescado² maior que o das exportações portuguesas em 2001 ou 2003; 2º nestes períodos existiu uma quebra nas exportações de pescado² portuguesas. Pelo Quadro 8, verifica-se que a queda do IVCR, em 2001, deveu-se ao 1º factor, já a queda do IVCR em 2003 deveu-se ao declínio das exportações portuguesas de pescado² (2º factor).

Quadro 8 – Exportações portuguesas de pescado² em Milhões de Euros, comparação com o total para o período de 2000 a 2007

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações PT	27.213,41	27.853,70	28.455,21	29.256,65	30.920,10	31.137,08	35.640,47	38.309,47
Pescado¹	243,61	260,24	271,14	264,56	290,67	315,06	379,66	396,42

Fonte: elaboração própria, a partir da base de dados do INE: 2009

¹ Leontief (1953) com base no modelo de Heckscher-Ohlin (1931-1933), realizou um estudo empírico que visava confirmar a proposta do teorema, contudo obteve um resultado paradoxal, no qual os EUA (país em estudo) importavam bens intensivos de capital e exportava bens intensivos em mão-de-obra.

² Capítulo 03 da nomenclatura combinada: Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

³ *Commodity* é o termo utilizado para referenciar a mercadoria transaccionada.

Fazendo uma análise comparativa dos vários IVCR da *commodity*¹ pescado² da OCDE, verifica-se que Portugal encontra-se numa posição muito favorável, ocupando a 7ª posição na lista à frente de países como a Suécia, Canadá e Austrália fortes na exportação desta *commodity*¹ (Quadro 9).

Quadro 9 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de pescado² nos países da OCDE³ para o período de 2000 a 2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Islândia	78,619	70,571	69,699	73,603	81,597	85,329	83,316	71,946
Noruega	8,542	7,833	8,21	7,85	8,117	8,078	8,203	8,908
Nova Zelândia	7,219	6,337	6,871	5,923	6,327	6,589	6,587	6,133
França	3,104	2,916	3,033	3,789	4,451	4,329	4,486	4,904
Dinamarca	4,676	4,596	4,324	4,397	4,296	4,385	4,551	4,567
Espanha	1,814	1,854	1,822	1,823	1,958	1,92	1,991	2,072
Portugal	1,347	1,331	1,377	1,351	1,464	1,714	1,91	1,938
Suécia	0,691	0,76	0,778	0,925	1,115	1,469	1,872	1,813
Canadá	1,36	1,372	1,604	1,671	1,649	1,55	1,546	1,567
Austrália	2,183	1,921	1,927	1,808	1,646	1,445	1,318	1,238
Holanda	0,925	0,989	0,967	1,012	1,008	1,046	1,011	0,961
Polónia	0,644	0,544	0,449	0,526	0,748	0,828	0,955	0,952
Reino Unido	0,517	0,522	0,554	0,681	0,742	0,743	0,683	0,805
EUA	0,538	0,58	0,597	0,637	0,695	0,728	0,704	0,677
Irlanda	0,546	0,659	0,577	0,625	0,634	0,582	0,642	0,675
França	0,423	0,432	0,436	0,471	0,501	0,525	0,526	0,564
México	0,605	0,532	0,467	0,53	0,517	0,473	0,45	0,543
Turquia	0,263	0,258	0,403	0,416	0,492	0,503	0,52	0,519
Coreia do Sul	0,968	0,869	0,736	0,633	0,618	0,529	0,448	0,517
Bélgica	0,315	0,362	0,315	0,369	0,386	0,411	0,468	0,44
Japão	0,176	0,196	0,195	0,216	0,232	0,264	0,292	0,33
Itália	0,194	0,175	0,175	0,175	0,201	0,216	0,249	0,22
Alemanha	0,175	0,141	0,128	0,118	0,123	0,168	0,187	0,165
Luxemburgo	0,077	0,102	0,09	0,109	0,127	0,126	0,129	0,145
República Checa	0,134	0,132	0,135	0,135	0,113	0,123	0,123	0,109
Finlândia	0,047	0,043	0,04	0,032	0,03	0,039	0,052	0,078
Eslováquia	0,022	0,02	0,02	0,019	0,03	0,031	0,035	0,018
Áustria	0,007	0,007	0,008	0,004	0,004	0,006	0,009	0,014
Hungria	0,048	0,036	0,025	0,025	0,02	0,011	0,009	0,005
Suíça	0,002	0,002	0,004	0,004	0,005	0,005	0,005	0,005

Fonte: OCDE; quadro com série completa de 1996 a 2007 no anexo V.

Por outro lado, verifica-se que países como a Islândia, Noruega, Nova Zelândia, França, Dinamarca e a Espanha têm um IVCR superior ao Português, o que expõe a forte importância da componente de exportação destes países de acordo com as exportações mundiais desta *commodity*¹.

¹ *Commodity* é o termo utilizado para referenciar a mercadoria transaccionada.

² Capítulo 03 da nomenclatura combinada: Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

³ Excepto Chile, Eslovénia e Israel devido à inexistência de dados para estes países.

Comparando a evolução do IVCR dos países da OCDE, para a *commodity*¹ pescado² verifica-se que para o período de 1996 a 2007 à excepção da França e da Suécia, Portugal é o país que mais crescimento obteve no IVCR (Quadros 10 e 11).

Quadro 10 – Gap (positivo) do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de pescado² entre 1996 e 2007 dos países da OCDE³ (10 maiores gap's)

País	França	Suécia	Portugal	EUA	Espanha	Polónia	Reino Unido	Japão	Turquia	Bélgica
gap (1996 - 2007)	2,792	1,461	0,744	0,68	0,340	0,285	0,209	0,169	0,151	0,149

Fonte: elaboração própria | Dados: OCDE (quadro com série completa do IVCR de 1996 a 2007 no anexo V).

Quadro 11 – Gap (negativo) do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de pescado² dos países da OCDE³ entre 1996 e 2007

País	Islândia	Nova Zelândia	Dinamarca	Coreia do Sul	Noruega	Austrália	México	Irlanda	Suíça	República Checa
gap (1996 a 2007)	-10,675	-2,041	-0,867	-0,816	-0,761	-0,669	-0,551	-0,475	-0,176	-0,110

Fonte: elaboração própria | Dados: OCDE (quadro com série completa do IVCR de 1996 a 2007 no anexo V).

De grosso modo e com a devida cautela, o IVCR português de pescado² apresenta uma tendência crescente que reflecte a evolução favorável das exportações portuguesas nos últimos anos.

4.5 Evolução e Crescimento das exportações de pescado² – *Shif-Share Analysis*

Analisando o Quadro 12, verifica-se que as exportações portuguesas de pescado² têm crescido muito favoravelmente, observando-se uma taxa de crescimento média anual de 8,68%, no período de 2000 a 2008. O valor das exportações passou de 244 milhões de euros em 2000 para 474 milhões em 2008. Analisando o contributo para o crescimento verifica-se que no período de 2000/2005 as exportações portuguesas de pescado² registaram um contributo de 1,82 % para o crescimento global das exportações portuguesas. No período mais alargado (2000/2008) observou-se um ligeiro aumento do contributo, passando-se a situar nos 1,96%, o que revela uma tendência crescente da importância do pescado no âmbito das exportações nacionais.

Quadro 12 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do pescado² de 2000 a 2007

	Valores em Milhões de Euros			Peso nas saídas Portuguesas (%)			Taxa média variação anual		Taxa de variação total		Contributo para o crescimento (%)	
	2000	2005	2008	2000	2005	2008	00/05	00/08	00/05	00/08	00/05	00/08
Exportações PT	27215	31137	38950	100	100	100	2,73	4,58	14,4	43,1	100,000	100,000
Pescado	244	315	474	0,90	1,01	1,22	5,28	8,68	29,3	94,6	1,822	1,963

Fonte: elaboração própria, a partir da base de dados do INE: 2009

¹ *Commodity* é o termo utilizado para referenciar a mercadoria transaccionada.

² Capítulo 03 da nomenclatura combinada: peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

³ Excepto Chile, Eslovénia e Israel devido à inexistência de dados para estes países.

4.6 Mercados Potenciais para exportação de pescado¹ – *Shift-Share Analysis* para o Crescimento das Importações Mundiais de pescado¹

Analisando o mercado mundial das importações de pescado¹, verifica-se que os países que mais contribuíram para o seu crescimento (Quadro 13 – período de 2000/2008): Espanha, China, EUA, Itália, França, Rússia, Suécia, Alemanha, Tailândia, Coreia do Sul, Reino Unido, Holanda, Portugal e Bélgica (mercados com potencial de crescimento para exportações de pescado¹ português que representam mais de 60% das importações mundiais, à excepção lógica de Portugal).

A Espanha apresenta-se como o país que mais cresce em termos de importações de pescado¹ (9,6%), seguido dos EUA (8,7%) e China (7,2%).

A União Europeia, por seu lado, verifica também aumentos anuais elevados, de cerca de 10%, possuindo um peso de 41,66% das importações totais, contribuindo com 53,9% para o crescimento das importações mundiais.

Portugal por seu turno, obtém um contributo para o crescimento de 2,9% nos dois períodos em análise, o que significa que tem aumentado a bom ritmo as importações de pescado¹, visto que as importações mundiais de pescado¹ têm aumento (média anual de 7%).

No sentido de se definirem os contributos para o crescimento das exportações portuguesas para os mercados de maior crescimento a nível mundial e se analisarem os seus potenciais de crescimento, foram escolhidos 2 países semelhantes ao nosso, para se fazer um termo de comparação².

Os países seleccionados são a Espanha e a Itália, sendo que estes foram baseados:

-Semelhança do tipo de economia (Economias mediterrânea)	» Espanha e Itália
-Proximidade geográfica	» Espanha e Itália
-Semelhança do IVCR	» Espanha
-Acesso ao mesmo tipo de pescado	» Espanha
-Semelhança da Frota de pesca	» Espanha
-Semelhança na quantidade de Produção de pesca	» Itália
-Semelhança no volume de exportações de pescado	» Itália

Observe-se posteriormente, o Quadro 14, das exportações portuguesas de pescado¹ para cada um dos países, individualmente, comparando-as com os contributos para o crescimento das exportações de pescado¹ Espanholas e Italianas.

¹ Capítulo 03 da nomenclatura combinada: peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

² Cabral (1997), por exemplo, considera como sendo economicamente significativo o comércio de fronteira com Espanha. Silva (1992) no que se refere às barreiras ao comércio de Portugal (de 1970 a 1982) e Cabral (1997) no que se refere à distância geográfica de cada parceiro, ao comércio de fronteira e à pertença à UE.

Quadro 13 – Mundo: Entradas de "03 - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados¹

- Ordenação de acordo com os contributos para o crescimento 2000/2008 -

Destino	Pos ²	Origem	Valores em milhões de USD			Peso nas entradas Mundiais de "03"			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
			2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000/2005	2000/2008	2000/2005	2000/2008
Mundo³		Mundo	46 647,3	62 649,7	80 349,5	100,00	100,00	100,00	6,1	7,0	100,0	100,0
UE		Mundo	15 317,6	25 140,7	33 473,3	32,84	40,13	41,66	10,4	10,3	61,4	53,9
Espanha	1	Mundo	3 178,2	5 242,6	6 401,2	6,81	8,37	7,97	10,5	9,1	12,9	9,6
EUA	2	Mundo	8 593,5	9 929,2	11 510,2	18,42	15,85	14,33	2,9	3,7	8,3	8,7
China	3	Mundo	1 212,3	2 879,1	3 648,2	2,60	4,60	4,54	18,9	14,8	10,4	7,2
Itália	4	Mundo	2 058,6	3 395,3	4 254,4	4,41	5,42	5,29	10,5	9,5	8,4	6,5
França	5	Mundo	2 331,0	3 580,6	4 425,1	5,00	5,72	5,51	9,0	8,3	7,8	6,2
Rússia	6	Mundo	129,0	957,0	2 029,7	0,28	1,53	2,53	49,3	41,1	5,2	5,6
Suécia	7	Mundo	554,1	1 349,0	2 385,5	1,19	2,15	2,97	19,5	20,0	5,0	5,4
Alemanha	8	Mundo	1 589,2	2 453,0	3 201,8	3,41	3,92	3,98	9,1	9,2	5,4	4,8
Tailândia	9	Mundo	700,8	1 367,5	2 288,0	1,50	2,18	2,85	14,3	15,9	4,2	4,7
Coreia do Sul	10	Mundo	1 229,9	2 030,1	2 531,4	2,64	3,24	3,15	10,5	9,4	5,0	3,9
Reino Unido	11	Mundo	1 299,5	2 095,1	2 581,3	2,79	3,34	3,21	10,0	9,0	5,0	3,8
Holanda	12	Mundo	808,2	1 119,7	1 832,7	1,73	1,79	2,28	6,7	10,8	1,9	3,0
Portugal	13	Mundo	838,5	1 295,4	1 815,3	1,80	2,07	2,26	9,1	10,1	2,9	2,9
Bélgica	14	Mundo	785,0	1 319,1	1 720,0	1,68	2,11	2,14	10,9	10,3	3,3	2,8
Total Seleccionado (excepto Portugal)		Mundo	24 469,3	37 717,2	48 809,4	52,46	60,20	60,75	9,0	9,0	82,8	72,2

Fonte: elaboração própria, dados de base do comércio internacional da ONU – Comtrade.

Nota: ¹ Os países foram seleccionados até atingir-se um total de 60% do comércio internacional de pescado (sem Portugal) em 2005 e 2008.

² Posição desse país nas entradas ordenado pelo contributo para o crescimento 2000/2008.

³ Os dados do Mundo correspondem apenas ao somatório dos dados disponíveis por país.

Quadro 14 – Resumo por país das Entradas Mundiais de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados¹

- Ordenação de acordo com os contributos para o crescimento 2000/2008 -

	Pos ²	Origem	Valores em milhões de USD			Peso nas entradas de "03"			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
			2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000/2005	2000/2008	2000/2005	2000/2008
Mundo³		Mundo	46 647,3	62 649,7	80 349,5	100,00	100,00	100,00	6,1	7,0	100,0	100,0
UE		Mundo	15 317,6	25 140,7	33 473,3	32,84	40,13	41,66	10,4	10,3	61,4	53,9
Espanha	1	Mundo	3 178,2	5 242,6	6 401,2	100,00	100,00	100,00	10,5	9,1	100,0	100,0
		UE	1 084,5	1 821,0	2 114,4	34,12	34,73	33,03	10,9	8,7	35,7	32,0
	2	Portugal	148,2	234,7	341,4	4,66	4,48	5,33	9,6	11,0	4,2	6,0
	7	Itália	94,9	243,7	249,6	2,98	4,65	3,90	20,8	12,9	7,2	4,8
EUA	2	Mundo	8 593,5	9 929,2	11 510,2	100,00	100,00	100,00	2,9	3,7	100,0	100,0
		UE	129,9	176,6	238,1	1,51	1,78	2,07	6,3	7,9	3,5	3,7
	49	Portugal	5,0	5,4	5,1	0,06	0,05	0,04	1,7	0,3	0,0	0,0
	18	Espanha	9,7	27,6	23,4	0,11	0,28	0,20	23,2	11,6	1,3	0,5
	40	Itália	0,9	1,8	1,9	0,01	0,02	0,02	14,3	9,8	0,1	0,0
China	3	Mundo	1 212,3	2 879,1	3 648,2	100,00	100,00	100,00	18,9	14,8	100,0	100,0
		UE	68,7	208,5	311,0	5,67	7,24	8,53	24,9	20,8	8,4	9,9
	25	Portugal	0,4	8,8	7,6	0,03	0,31	0,21	84,1	43,7	0,5	0,3
	30	Espanha	28,0	17,0	33,3	2,31	0,59	0,91	- 9,5	2,2	- 0,7	0,2
	63	Itália	0,0		0,0	0,00		0,00	- 100,0	- 37,7	0,0	0,0
Itália	4	Mundo	2 058,6	3 395,3	4 254,4	100,00	100,00	100,00	10,5	9,5	100,0	100,0
		UE	1 316,5	2 160,3	2 565,7	63,95	63,63	60,31	10,4	8,7	63,1	56,9
	21	Portugal	9,6	25,5	37,0	0,47	0,75	0,87	21,7	18,4	1,2	1,3
	1	Espanha	291,0	588,0	705,5	14,13	17,32	16,58	15,1	11,7	22,2	18,9
França	5	Mundo	2 331,0	3 580,6	4 425,1	100,00	100,00	100,00	9,0	8,3	100,0	100,0
		UE	992,2	1 400,4	1 633,6	42,57	39,11	36,92	7,1	6,4	32,7	30,6
	21	Portugal	9,0	19,5	41,8	0,39	0,55	0,94	16,8	21,2	0,8	1,6
	8	Espanha	138,5	201,1	222,2	5,94	5,62	5,02	7,8	6,1	5,0	4,0
	38	Itália	22,1	31,9	30,7	0,95	0,89	0,69	7,6	4,2	0,8	0,4

Destino	Pos ²	Origem	Valores em milhões de USD			Peso nas entradas de "03"			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
			2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000/2005	2000/2008	2000/2005	2000/2008
Rússia	6	Mundo	129,0	957,0	2 029,7	100,00	100,00	100,00	49,3	41,1	100,0	100,0
		UE	35,6	172,6	319,2	27,63	18,04	15,73	37,1	31,5	16,5	14,9
	44	Portugal	0,0	0,1	0,5	0,00	0,01	0,03	403,8	260,8	0,0	0,0
	16	Espanha	0,5	10,3	20,0	0,37	1,07	0,99	85,2	59,7	1,2	1,0
	36	Itália	0,1	0,4	2,4	0,08	0,04	0,12	29,6	47,7	0,0	0,1
Suécia	7	Mundo	554,1	1 349,0	2 385,5	100,00	100,00	100,00	19,5	20,0	100,0	100,0
		UE	99,9	173,7	231,3	18,02	12,88	9,70	11,7	11,1	9,3	7,2
	69	Portugal		0,1	0,0		0,01	0,00				
	17	Espanha	0,4	3,7	2,6	0,07	0,28	0,11	59,4	27,9	0,4	0,1
	31	Itália	0,0	0,0	0,2	0,00	0,00	0,01	32,4	54,4	0,0	0,0
Alemanha	8	Mundo	1 589,2	2 453,0	3 201,8	100,00	100,00	100,00	9,1	9,2	100,0	100,0
		UE	703,1	1 042,9	1 249,9	44,24	42,52	39,04	8,2	7,5	39,3	33,9
	47	Portugal	1,0	1,1	1,7	0,06	0,05	0,05	3,1	7,2	0,0	0,0
	13	Espanha	17,9	35,9	35,9	1,12	1,46	1,12	15,0	9,1	2,1	1,1
	17	Itália	21,1	34,1	36,9	1,33	1,39	1,15	10,0	7,2	1,5	1,0
Tailândia	9	Mundo	700,8	1 367,5	2 288,0	100,00	100,00	100,00	14,3	15,9	100,0	100,0
		UE	23,3	32,2	59,5	3,32	2,35	2,60	6,7	12,4	1,3	2,3
	124	Portugal		0,1			0,01					
	19	Espanha	7,8	15,2	27,0	1,11	1,11	1,18	14,4	16,8	1,1	1,2
	40	Itália	0,4	0,4	0,8	0,06	0,03	0,04	0,8	8,5	0,0	0,0
Coreia do Sul	10	Mundo	1 229,9	2 030,1	2 531,4	100,00	100,00	100,00	10,5	9,4	100,0	100,0
		UE	27,9	39,9	45,3	2,27	1,97	1,79	7,5	6,3	1,5	1,3
	40	Portugal	0,8	2,0	1,1	0,06	0,10	0,04	20,9	4,5	0,2	0,0
	86	Espanha	10,1	9,6	5,0	0,83	0,47	0,20	- 1,2	- 8,5	- 0,1	- 0,4
	20	Itália	1,0	4,8	9,1	0,08	0,24	0,36	36,1	31,1	0,5	0,6

Destino	Pos ²	Origem	Valores em milhões de USD			Peso nas entradas de "03"			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
			2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000/2005	2000/2008	2000/2005	2000/2008
Reino Unido	11	Mundo	1 299,5	2 095,1	2 581,3	100,00	100,00	100,00	10,0	9,0	100,0	100,0
		UE	314,6	548,4	751,9	24,21	26,18	29,13	11,8	11,5	29,4	34,1
	33	Portugal	2,4	3,2	5,1	0,18	0,15	0,20	6,4	10,1	0,1	0,2
	31	Espanha	14,1	29,5	19,6	1,09	1,41	0,76	15,9	4,2	1,9	0,4
	17	Itália	0,8	7,2	14,8	0,06	0,34	0,57	55,8	44,5	0,8	1,1
Holanda	12	Mundo	808,2	1 119,7	1 832,7	1,73	1,79	2,28	6,7	10,8	100,0	100,0
		UE	409,7	692,0	830,7	50,69	61,81	45,33	11,1	9,2	90,6	41,1
	37	Portugal	0,1	1,0	1,3	0,01	0,09	0,07	74,8	46,8	0,3	0,1
	19	Espanha	7,4	8,8	15,7	0,92	0,79	0,85	3,6	9,8	0,5	0,8
	18	Itália	8,0	11,4	16,6	1,00	1,02	0,91	7,3	9,5	1,1	0,8
Portugal	13	Mundo	838,5	1 295,4	1 815,3	100,00	100,00	100,00	9,1	10,1	100,0	100,0
Bélgica	14	Mundo	785,0	1 319,1	1 720,0	100,00	100,00	100,00	10,9	10,3	100,0	100,0
		UE	453,5	686,1	858,7	57,77	52,01	49,93	8,6	8,3	43,5	43,3
	80	Portugal	0,9	0,7	0,6	0,12	0,05	0,03	- 6,4	- 5,7	0,0	0,0
	39	Espanha	9,8	9,9	11,1	1,25	0,75	0,65	0,1	1,6	0,0	0,1
	40	Itália	2,1	5,6	3,4	0,26	0,43	0,19	22,1	6,2	0,7	0,1
Total seleccionado excepto Portugal			24 469,3	37 717,2	48 809,4	52,46	60,20	60,75	9,0	9,0	82,8	72,2

Fonte: Elaboração própria, dados de base do comércio internacional da ONU – Comtrade.

Nota: ¹ Os países foram seleccionados até atingir-se um total de 60% do comércio internacional de pescado (sem Portugal) em 2005 e 2008.

² Posição desse país nas entradas ordenado pelo contributo para o crescimento 2000/2008.

³ Os dados do Mundo correspondem apenas ao somatório dos dados disponíveis por país.

No Quadro 15 sintetizam-se os resultados obtidos anteriormente, permitindo concluir os principais mercados para os quais Portugal tem um potencial não explorado na exportação de pescado¹.

**Quadro 15 – *Gap* dos contributos para o crescimento (%)
das exportações portuguesas com as exportações Espanholas e/ou Italianas**

<i>gap</i> dos contributos PT		Comparação com:
Itália	17,6	ES
França	2,4	ES
Tailândia	1,2	ES
Alemanha	1,1	ES
Rússia	1	ES
Reino Unido	0,9	ES & IT
Holanda	0,7	ES & IT
Coreia do Sul	0,6	IT
EUA	0,5	ES
Suécia	0,1	ES
Bélgica	0,1	ES & IT

Fonte: elaboração própria, com base nos quadros 13 e 14

5. CAPÍTULO

PROJECTO DESENVOLVIDO – SOCIEDADE POLIS

5. PROJECTO DESENVOLVIDO – SOCIEDADE POLIS

5.1 Apresentação do Projecto

“O Programa do XVII Governo Constitucional consagra para as zonas costeiras o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada, que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que enquadre, também, a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem” (RCM¹ n.º 90/2008, de 3 de Junho). É neste enquadramento de política territorial que o Programa POLIS LITORAL surge, apresentando como objectivos gerais:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, a naturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender de riscos naturais, pessoas, bens e sistemas;
- Promover a fruição pública, suportada na qualificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

No seguimento deste enquadramento estratégico, a Ria de Aveiro surge como uma das três áreas prioritárias de Portugal continental, a estarem sujeitas a uma intervenção específica, pois *“o território abrangido pela Ria de Aveiro é um espaço singular que dispõe de condições especiais excepcionais para suporte de um desenvolvimento económico e turístico sustentável e para se constituir como um pólo de atracção intimamente ligada ao contacto e fruição da natureza. As características físicas únicas, de grande sensibilidade, requerem que o seu desenvolvimento se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes deste território, nomeadamente o facto de estarem presentes neste espaço numerosas actividades económicas, como a indústria e um porto comercial, simultaneamente com a existência de zonas de importância para a conservação da natureza, inseridas na Rede Natura 2000”* (Despacho² n.º 5290/2008, do MAOTDR).

As actividades socioeconómicas desenvolvidas em redor da Ria de Aveiro, ao longo dos tempos, decorrem em estreita dependência das condições de navegabilidade dos seus canais. A utilização dos esteiros e cais, para transporte de pessoas, gado e mercadorias, quando as rodovias em torno da Ria eram inexistentes ou escassas, implicava a existência de múltiplos cais de acostagem, nos principais núcleos populacionais ribeirinhos (Alves *et al.* 2001). Dos 109 cais outrora em actividade ao longo das

¹ RCM n.º 90/2008, de 3 de Junho; Resolução de conselho de Ministros, Lisboa;

² Despacho n.º 5290/2008, de 27 de Fevereiro do MAOTDR – Acção RA9.2

margens da Ria, actualmente apenas cerca de 30 estão activos e/ou têm condições para serem usados (Cabarrão 1997; Alves *et al.* 2001).

A Ria de Aveiro “*é considerada uma das maiores, mais expressivas e biologicamente mais significativas zonas húmidas litorais de Portugal*” (DGOTDU, 2004), tendo sido classificada como Zona de Protecção Especial (código PTZPE0004), ao abrigo do Plano Sectorial Rede Natura 2000.

Atendendo ao património ambiental, histórico e cultural da própria Ria, vários programas, planos e projectos têm vindo a ser desenvolvidos, na área de intervenção do Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, por diversas entidades, com competências e interesses diferenciados.

O actual Programa Polis Litoral Ria de Aveiro pretende dar resposta ao desenvolvimento de uma política integrada e coordenada para as zonas costeiras, tendo em vista a promoção da protecção ambiental e a valorização paisagística a par da qualificação das actividades económicas, no âmbito das operações de requalificação e valorização do litoral, POLIS LITORAL Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira (RCM¹ n.º 90/2008).

O estudo desenvolvido pelo projecto, abrangeu 22 cais de acostagem e os seus núcleos piscatórios envolventes, a requalificar, pertencentes a seis dos municípios marginais (Ovar, Estarreja, Murtosa, Aveiro, Ílhavo e Mira) que envolvem a Ria de Aveiro (Quadro 16 e Figura 15).

Quadro 16 – Localização dos 22 cais de acostagem a requalificar, por concelho (Ria de Aveiro)

Fonte: elaboração Própria

Concelho	Cais de Acostagem
OVAR	Cais do Torrão, Cais do Puchadouro, Cais da Pedra e Cais da Tijosa
MURTOSA	Cais da Béstida, Cais do Chegado, Cais da Boca da Marinha, Porto de Abrigo da Torreira, Cais da Ribeira de Pardelhas, Cais da Cambeia, Cais do Bico, Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte
ESTARREJA	Cais das Teixugueiras, Cais do Nacinho, Cais da Tabuada, Cais das Bulhas, Cais da Ribeira da Aldeia
AVEIRO	Cais da Ribeira de Esgueira
ÍLHAVO	Cais da Malhada, Cais da Gafanha da Nazaré e Cais da Gafanha d'Aquém
MIRA	Cais do Areão

¹ RCM n.º 90/2008, de 3 de Junho; Resolução de conselho de Ministros, Lisboa;



Figura 15 – Localização espacial dos 22 cais de acostagem (Ria de Aveiro)

Fonte: elaboração Própria

5.2 Objectivos Gerais

O Estudo está inserido na Acção RA9.2 de Reordenamento e Valorização da Actividade piscatória/Núcleos piscatórios lagunares, mais concretamente no Eixo Estratégico 3 - Valorização de Recursos como factor de competitividade económica e social.

A requalificação da zona costeira lagunar, terá sempre de responder a condições prementes de manutenção, valorização e dinamização do ecossistema, revitalizando-o economicamente. Por conseguinte, o reordenamento e valorização da actividade piscatória/ núcleos piscatórios lagunares, tem como objectivo fundamental, “a criação de condições para a valorização e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector das pescas” (Acção RA9.2).

Em suma, o projecto enquadrou-se nas áreas de Economia Regional e Economia do Ambiente tendo como objectivo fundamental a criação de condições para a valorização e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector das pescas, sendo que incidiu na caracterização e requalificação de um conjunto de cais (os 22 referidos anteriormente), caracterizando cada um deles, identificando as necessidades de intervenção e indicando as acções a desenvolver (dimensões, equipamentos/estruturas de apoio necessárias, potencialidades e o reordenamento da área envolvente, entre outros).

5.3 Estrutura

O Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares, no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro, tem como conteúdo técnico atender ao

estabelecido no ponto dois do artigo 16º do Caderno de Encargos, elaborado pela Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. em 12 de Agosto de 2009.

O relatório do projecto visa, especialmente, as seguintes execuções:

- Efectuar o levantamento da situação existente e realizar a sua caracterização.
- Desenvolver uma estratégia de intervenção baseada em três pilares: Ria Ambientalmente Preservada, Ria Economicamente Dinâmica, Ria de Múltiplas Vivências;
- Apresentar uma proposta de requalificação e valorização para cada cais que posteriormente dará origem à empreitada.

5.4 Responsabilidades no Projecto – Equipa Técnica

Os técnicos envolvidos no projecto, estavam organizados por forma a que as suas qualidades técnicas fossem aproveitadas no seu expoente máximo. Como tal, foi executado um modelo organizacional da Equipa Técnica para a perfeita realização do Estudo, sustentada na qualidade dos especialistas e técnicos envolvidos.

A Figura 16 mostra o modelo organizacional da Equipa Técnica:

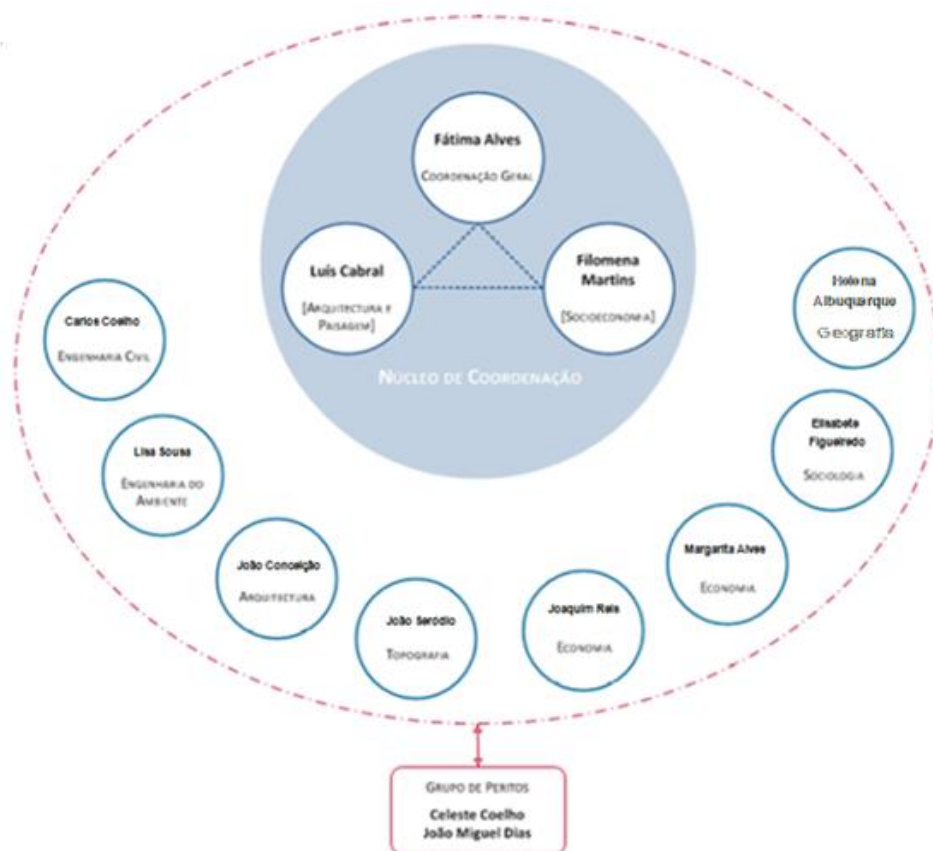


Figura 16 – Modelo Organizacional da Equipa Técnica

Fonte: adaptado de SRAM/CEDRU, 2009

Contudo, dada a complexidade e variedade das especialidades envolvidas, estas foram divididas por equipas de investigação: Socioeconomia, Arquitectura, Sistemas de Infra-estruturas Ambientais, Paisagem e Estruturas e Navegabilidade. No entanto estas tiveram sempre a proximidade do núcleo de coordenação, como demonstrado no modelo organizacional da equipa técnica, de modo a que os trabalhos das especialidades fossem elaborados da melhor forma.

Concretamente, integrei a Equipa de Socioeconomia, do projecto, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Filomena Martins, auxiliada pela Prof.^a Dr.^a Elisabete Figueiredo, Prof.^a Margarita Alves e Prof.^a Helena Albuquerque, sendo que a Figura 17, mostra o modelo organizacional da Equipa técnica de Socioeconomia:

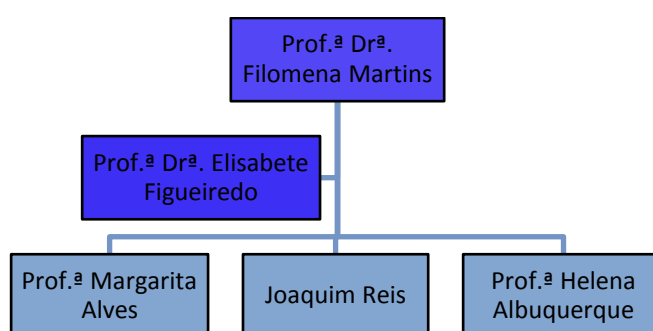


Figura 17 – Modelo Organizacional da Equipa Técnica de Socioeconomia

Fonte: elaboração própria

5.5 Metodologia

5.5.1 Metodologia Base

A metodologia integral foi baseada no trabalho efectuado no Projecto – piloto A – Recuperação e Valorização dos Cais de Acostagem da Ria de Aveiro entre 1999 e 2000, de acordo com as linhas de orientação do Plano Estratégico de Intervenção e Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro e das Cláusulas Técnicas exigidas no Caderno de Encargos no que se refere ao Programa Preliminar (Art.º 16). Porém, essencialmente, distinguem-se 2 fases distintas no guia metodológico (Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. 2010):

- **Fase I – Caracterização e Diagnóstico**

Identificam-se como domínios nucleares de caracterização a efectuar nos Estudos: a Socioeconomia, a Engenharia Civil, a Arquitectura e Paisagem, a Engenharia do Ambiente e, a Topografia. Esta fase iniciou-se com levantamentos topográficos e actualização da Base de Dados, existente no seio da Equipa Técnica, e alargamento da caracterização aos restantes cais.

Os estudos de caracterização tiveram enfoque na identificação e descrição das características e dinâmicas que, nos vários domínios das especialidades, determinam as especificidades do Estudo de Caracterização para o Reordenamento e a Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares, no âmbito do

Polis Litoral Ria de Aveiro Relatório Final, Março 2010 7/21 território em estudo, de acordo com a estratégia preconizada no Plano de Estratégico de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, no sentido de apoiar a concepção da Proposta Preliminar de Intervenção, para cada um dos 22 cais objecto de análise.

Após a caracterização das áreas de intervenção dos cais, procedeu-se ao diagnóstico da situação de referência existente na área de intervenção, recorrendo à análise matricial de tipo SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats). Tendo por base a informação resultante das análises das diferentes especialidades, foram determinadas os pontos fortes/pontos fracos e as ameaças/oportunidades da área de intervenção, como um todo, para os principais eixos estratégicos, do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro, que se pretendem alcançar. A determinação das pontos fortes/pontos fracos e das ameaças/oportunidades garante suporte e coerência ao Modelo Estratégico de Intervenção.

Por sua vez os resultados da análise SWOT fundamentam o diagnóstico prospectivo e as linhas de orientação estratégica. Nesta fase assumiu particular importância o contributo dos Painéis de Peritos, na validação do diagnóstico prospectivo, tendo em conta a situação presente e cenários futuros de risco de cheias costeiras e fluviais, cuja importância é evidente nas áreas terrestres confinantes com o plano de água que constitui a Ria.

- **Fase II – Proposta de Intervenção**

Em estudos desta natureza, de pequena escala e com incidência em espaços descontinuados, o Projecto de Intervenção é muito importante no que diz respeito a dar Visibilidade, Identidade e Unidade aos diferentes núcleos piscatórios lagunares e seus cais. De acordo com as Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos (Art.º 16, Ponto 16.2), a Proposta de Intervenção foi desenvolvida nos conceitos supra identificados, mas de forma separada para cada cais, no sentido de que os projectos a desenvolver, decorrentes das propostas apresentadas no Estudo, possam dar origem à respectiva Empreitada, para os quais se encontram definidos montantes vinculativos e cuja proposta, para cada cais não poderá, em termos de estimativa, ultrapassar (art.º 16, Ponto 16.2).

5.5.2 Metodologia específica da Equipa de Socioeconomia

Dada a natureza diversa dos cais analisados, bem como a diversa inserção em territórios de carácter diferenciado (urbanos, rurais, naturais, entre outros.) considerou-se saliente a demarcação prévia da sua área de influência. Os usos dos cais, nas suas mais distintas dimensões, foram abordados através de vários tipos de técnicas de recolha e análise de informação. Portanto, foram utilizadas fontes documentais de diversa natureza, designadamente fontes estatísticas, políticas, associativas (isto é, de associações) e registos contabilísticos (quando disponíveis), complementadas com os dados obtidos a partir da aplicação de um inquérito por questionário aos utilizadores dos cais (ou a uma amostra estatisticamente representativa dos mesmos). Tendo em conta que uma parte relevante dos cais se

encontra integrada em núcleos urbanos (ou na sua aproximação), considerou-se como uma variável importante de análise, a articulação das actividades e usos que os cais proporcionam com outras actividades (económicas, sociais, culturais) desenvolvidas localmente (turismo, restauração e o comércio).

Para cumprir o requisito da avaliação dos cais e da sua importância, bem como saber, quais os cais mais importantes, quais as políticas de investimentos que têm sido feitas, quais as potencialidades, em que cais existirá um maior impacto de um investimento/retorno, foi feita uma averiguação com base numa análise de enquadramento a nível regional e municipal, através de fontes documentais (estatísticas e outras) e dos inquéritos por entrevista aos responsáveis políticos (presidente de Câmara, presidentes de Junta de Freguesia, presidentes de associações de carácter social, cultural, económico e desportivo).

Para recolher dados, para os cais da Murtosa, que permitam avaliar os rendimentos mensais obtidos da pesca, habilitações literárias, condição perante o emprego, rendimento mensal do seu agregado familiar, número de pessoas do agregado familiar do utilizador, realizou-se um inquérito por questionário aos utilizadores dos cais, que integrou a metodologia de estudo. Os inquéritos por questionário aos utilizadores, assim como os inquéritos por entrevista às entidades políticas e associativas, permitiram averiguar a importância social destas estruturas e a sua ligação à formação e consolidação da identidade e tradições culturais locais. No mesmo sentido, ambos os instrumentos permitiram averiguar a importância atribuída pelos utilizadores e pelas comunidades locais aos cais.

Os dados obtidos através dos inquéritos por questionário foram tratados com recurso a testes estatísticos de análise univariada e multivariada. Os dados recolhidos a partir dos inquéritos por entrevista, foram objecto de análise de conteúdo, recorrendo quer a técnicas de quantificação e categorização dos discursos dos entrevistados, quer a técnicas de análise mais qualitativas, agregando a totalidade do teor numa matriz de análise, em Excel.

Em síntese,



Figura 18 – Esquematização da base metodológica

Fonte: elaboração própria

Inquéritos por questionário:

- Aos utilizadores dos cais (amostra).

Inquéritos por entrevista:

- Órgãos de governo local, como presidentes de Câmara (entidades camarárias) e presidentes de Junta de Freguesia;
- Associações locais - sociais, culturais, recreativas, desportivas, económicas e outras.

Fontes documentais:

- Estatísticas, programas, relatórios técnicos e científicos, registos contabilísticos e artigos científicos.

5.6 Actividades desenvolvidas no Projecto

No projecto, desempenhei várias actividades e tarefas, que foram originadas com o intuito da caracterização e diagnóstico socioeconómico, no sentido da realização da proposta de intervenção, de modo a que se obtivessem todos os resultados pretendidos. Para uma melhor explicação das componentes de cada actividade desenvolvida, realizadas ao longo dos cinco meses de duração do projecto estão sintetizadas a seguir, as ordens de trabalho realizadas, para uma melhor compreensão das mesmas:

Caracterização Socioeconómica

- Recolha e Levantamento de Informação (fontes documentais e estatísticas):
 - a. Pesquisa de bibliografia, sites de internet e historicidade de cada cais.
 - b. Análise de vários estudos, como o *Unir@ria*, *PROT Centro*, *Polis Ria*, *PSRN2000* e *BibRia*.
 - c. Auxílio na Elaboração de *Check-list* com a informação necessária (para enviar à Sociedade Polis para uma maior amplitude da informação disponibilizada).
 - d. Análise de informações do *SigRia*, *ESGIRA* e de sites complementares.
 - e. Elaboração de uma matriz com a informação recolhida sobre cada cais.
- Auxílio na Elaboração dos guiões:
 - a. Auxílio na Elaboração dos guiões dos inquéritos por questionário.
 - b. Auxílio na Elaboração dos guiões dos inquéritos por entrevista.
- Logística das saídas para o terreno:
 - a. Elaboração da ficha de campo (para levantamento dos cais).
 - b. Localização dos diversos cais com recurso ao *Google Earth*, como primeira aproximação à identificação da sua área envolvente.
 - c. Identificação dos percursos a realizar no sentido chegar aos cais.
 - d. Saídas de campo para reconhecimento, registo fotográfico e preenchimento das fichas de campo (para cada cais).
 - e. Tratamento e relatório dos dados recolhidos nas saídas de campo.

Diagnóstico Socioeconómico

- Logística e aplicação das entrevistas:
 - a. Elaboração de plano e meios para a abordagem aos contactos.
 - b. Pesquisa e Elaboração de uma lista complexa de Contactos referentes às Entidades públicas e Associações possíveis intervenientes nos cais.
 - c. Marcação e Agendamento das entrevistas.
- Aplicação dos inquéritos por questionário:
 - a. Aplicação dos inquéritos por entrevista às entidades políticas e associativas.
 - b. Auxílio em toda a logística envolvente dos processos, como os da entrega e requisição dos meios de transporte.
- Análise da informação recolhida:
 - a. Elaboração de relatórios de progresso e de tarefas a realizar.
 - b. Transcrição de várias entrevistas realizadas.
 - c. Análise das entrevistas e elaboração de uma Matriz com a análise de conteúdo efectuada dos inquéritos por entrevista.
- Tratamento dos dados recolhidos dos inquéritos por questionário:
 - a. Inserção dos dados relativos aos inquéritos por questionário em *SPSS*.
 - b. Elaboração de outputs relativos aos inquéritos por questionário.
- Participação em diversas reuniões, com a equipa de trabalhos, no sentido de convergir e otimizar todo o estudo:
 - a. Análise de documentação da restante equipa bem como elaboração de possíveis propostas de alteração aos modelos preferidos.
- Auxílio na Elaboração do relatório de caracterização preliminar.
- Análise e reestruturação de relatórios:
 - a. Análise dos comentários feitos pelas entidades políticas administrativas ao relatório preliminar.
 - b. Explicação dos comentários exercidos sobre o relatório preliminar.
 - c. Elaboração de proposta de possíveis ajustamentos daí decorrentes.

Proposta de Intervenção

- Identificação, pesquisa, organização e recolha de informação (eventuais fontes possíveis de serem exploradas e desconhecidas até aqui, auxiliadas com as informações recolhidas dos inquéritos).
- Elaboração de relatório cais a cais para o relatório final.
- Elaboração de propostas e novos argumentos plausíveis para o relatório final.

6. CAPÍTULO

IMPACTE SOCIOECONÓMICO DAS PESCAS O CASO DA MURTOSA

6. O IMPACTE SOCIOECONÓMICO DAS PESCAS – O CASO DA MURTOSA

6.1 Objectivos

O objectivo deste estudo é o de aprofundar o conhecimento sobre as pescas de águas interiores na Ria de Aveiro, fazendo uma alusão específica ao concelho da Murtosa, o concelho que mais evidencia esta actividade na Região, contribuindo de uma forma mais generalizada, para a facilitação de dados reais e credíveis para a gestão sustentada de uma actividade que tem evidenciado desatenção pelas entidades governamentais, de uma forma mais particular.

Em termos concretos, os objectivos primordiais do estudo, prendem-se com o facto de se querer observar o impacte socioeconómico da pesca lagunar, em toda a sua área de influência, evidenciando a sua importância para a economia regional e local, estudando um fenómeno específico que esta região evidencia, portanto, pretende-se explicar a importância socioeconómica, da pesca interior, para um concelho específico, o da Murtosa, determinando as seguintes vicissitudes:

- Identificação dos cais existentes;
- Tipo de utilização dos cais;
- Estimativa do número de utilizadores e pescadores;
- Número total de embarcações acostadas;
- Dimensão dos cais;
- Estrutura etária dos pescadores;
- Habilitações literárias dos pescadores;
- Condição perante o trabalho dos pescadores;
- Exercício de outras actividades remuneradas, pelos pescadores;
- Composição do agregado familiar dos pescadores;
- Nível de rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores;
- Nível de rendimento mensal dos pescadores, por categoria de agregado;
- Peso do rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores;
- Importância atribuída à pesca (e ao respectivo Cais), discriminada por rendimento mensal retirado da pesca no agregado familiar;
- Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores, por frequência de trabalho;
- Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores;
- Estimativa de rendimento médio líquido mensal retirado da pesca, pelos pescadores.

6.2 Metodologia

Para além da informação documental (estatística e de outra natureza) usada para a realização deste trabalho, adoptou-se, uma estratégia de conduta de amostragem, sobre a qual resultou o procedimento de inquéritos por questionários aos pescadores (Anexo I), nesta investigação, para os principais Cais do concelho da Murtosa. Estes foram preenchidos aquando da “chegada” ou “partida” para a pesca, junto dos mesmos, de forma directa, tal como definido por Schill & Kline (1995) e Slipke *et al.* (1998).

Os inquéritos por questionário foram aplicados nos dias 8 e 9 de Janeiro de 2010, por um grupo de alunos da licenciatura e/ou mestrado da área das Ciências do Mar, da Universidade de Aveiro, pelo próprio e pela equipa técnica de socioeconomia, aquando da realização do projecto, no âmbito da prestação de serviços para a Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, compreendidos para o “Estudo de Caracterização para o Ordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares da Ria de Aveiro”, como referido anteriormente. A base de dados, desse projecto, continha uma amostra de 109 inquiridos, provenientes de 13 cais de acostagem, em que a proposta de requalificação iria incumbir. Contudo, esta aplicação de inquéritos esteve inserida em 19 cais (em 5 desses cais não existiram inquiridos para responder e em outros 3 considerou-se desnecessário disponibilizar recursos para os abranger na amostra), sendo que, a amostra geral foi aplicada para a caracterização dos 22 cais de acostagem.

Para este trabalho de projecto, a base de dados incidiu apenas nos inquéritos realizados no concelho da Murtosa, extraíndo-se análises distintas e com propósitos e perspectivas diferentes das realizadas no âmbito geral daquele estudo.

Quanto à escolha dos cais e da amostra a extrair, a metodologia foi baseada numa pesquisa bibliográfica. De seguida, foi feito um levantamento de informação no terreno, para se proceder a uma caracterização prévia dos cais. Por último, realizaram-se inquéritos por entrevista a diversos agentes políticos e associativos ligados aos cais a requalificar, destacando-se entre eles, presidentes das Juntas de Freguesias (9), representantes e técnicos das Câmaras Municipais (6) onde se encontram localizados os cais em análise e representantes de associações culturais, desportivas e recreativas (6). Todavia, o número total de entrevistados foi no entanto maior (34), uma vez que várias das entidades entrevistadas se fizeram representar, por mais do que um elemento.

É de salientar, que estas entrevistas, foram realizadas durante o mês de Dezembro de 2009, nas sedes dessas mesmas instituições.

Para esta investigação, utilizou-se a informação proveniente dos inquéritos por entrevista realizados no concelho da Murtosa, e informações oriundas de um contacto efectuado posteriormente, com a entidade camarária, sobre todos os cais existentes no concelho, visto que, no estudo da Sociedade Polis a totalidade não estava contemplada.

6.2.1 Metodologia de amostragem

O presente trabalho abrangeu a área geográfica do concelho da Murtosa, pretendendo-se, caracterizar a pesca interior (lagunar, em águas salobras e doce) efectuada pelos pescadores.

Tendo em conta a elevada extensão da área abrangida, procurou-se considerar os cais de acostagem preferenciais da actividade em estudo.

A selecção final relativa aos pontos de amostragem, portanto, recaiu em zonas de amostragem consideradas mais importantes, sendo estas constituídas pelos: Cais do Porto de Abrigo da Torreira, Cais da Béstida, Cais do Bico e o Cais do Chegado (Boca do Chegado) (Figura 19).



Figura 19 – Mapa da localização do concelho da Murtosa – zona de amostragem
Fonte: adaptado de Viajar*Clix

Pretende-se, de acordo com os Cais analisados, extrapolar-se os resultados para os pescadores em geral deste concelho. É de salientar, contudo, que a realização de um estudo desta natureza, com base em informação retirada de inquéritos, pode acarretar um determinado grau de incerteza. Na realidade, este aspecto deve ser analisado cuidadosamente antes de se determinar qual a técnica de amostragem a utilizar no trabalho a desenvolver (Pollock *et al.*, 1994). De acordo com os mesmos autores, o grau de importância deste aspecto varia de acordo com o método utilizado para a abordagem efectuada aos indivíduos, o que pode provocar a ausência de respostas por parte do inquirido. Porém, o problema associado à ausência de respostas (devido à negação ou incapacidade de resposta) é especialmente relevante, por exemplo em casos dos estudos efectuados por correio, afirma Pollock *et al.* (1994).

No entanto, de acordo com Essig & Holliday (1991), na generalidade dos casos o principal erro associado a este problema prende-se com o facto de haver diferenças de características entre os

inquiridos que respondem e os que não respondem. Assim, pescadores casuísticos, isto é, que pesquem raramente, possuem uma maior probabilidade de não responder a um questionário, sendo o seu tipo de respostas significativamente diferente das proporcionadas por pescadores assíduos, pelo que considerar o total de questionários preenchidos como representativos da população de pescadores pode não corresponder à realidade (Pollock *et al.*, 1994).

Neste trabalho, a percentagem de recusas foi inexistente, todavia, segundo Allen *et al.* (1996) quando efectuaram um estudo similar, em que eram realizados questionários no próprio sítio aos pescadores de cana e anzol da Baía de Santa Mónica (Califórnia), referindo uma percentagem de recusas na ordem dos 20%, sendo a população amostrada considerada representativa. Este aspecto faculta deduzir que os pescadores em questão, colaboraram com o estudo em causa, contudo em certas questões os mesmos ou não quiseram responder, ou simplesmente não sabiam responder à questão, pelo que a taxa mais baixa de resposta (84,5%; 49 inquiridos) foi quanto à questão do rendimento retirado da pesca. Exceptuando esta questão, em todas as outras parece correcto concluir-se que a população inquirida representa, de grosso modo e com a devida prudência, a população de pescadores em análise.

Em termos globais e como pode ser observado no Quadro 17, foram inquiridos 58 pescadores, cerca de 7,5% do número total de pescadores nesta área (Quadro 19, pág. 83). O maior número de questionários realizou-se no cais do Porto de Abrigo da Torreira (30) justamente o cais identificado, durante o reconhecimento prévio, como o que possuiria um maior número de pescadores.

Quadro 17 – Pescadores inquiridos, por cais

<i>Output</i>	Cais de Acostagem	Nº. de indivíduos	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
<i>Valid</i>	Cais da Béstida	13	22,41%	22,41%
	Cais do Bico	13	22,41%	44,82%
	Cais do Chegado	2	3,45%	48,27%
	Cais do Porto de Abrigo da Torreira	30	51,73%	100%
	Total	57	100%	
<i>Missing</i>	não responde	0	0%	
Total		58	100%	

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid*=58)

É de referir que a amostragem ideal deveria possuir mais inquiridos e pelo menos uma amostra de cada cais do concelho, no âmbito de uma generalização dos resultados, contudo tal não foi possível, embora se tentasse abranger e aplicar os inquéritos na maioria dos cais existentes no concelho.

6.2.2 Metodologia de Preenchimento dos questionários

Tal como sugerido por Taivonen *et al.* (1999), os questionários foram executados numa linguagem simples e compreensível, de modo a não causar quaisquer tipo de constrangimentos sejam eles de ordem cultural ou civilizacional.

Refira-se que a participação dos inquiridos revestiu-se de carácter facultativo e confidencial. Estes aspectos eram, escrupulosamente, mencionados no início de qualquer abordagem, de maneira a evitar interpretações erradas comparativamente ao destino dos dados em causa.

O “timing” da aplicação dos inquéritos foi preparado para os dias 8 e 9 de Janeiro de 2010, dias em que estavam boas condições climatéricas, de navegabilidade e para a prática da pesca na Ria. Foram distribuídos os inquiridores, de modo a que todos os cais estivessem abrangidos à mesma hora, sendo os inquéritos aplicados durante as horas de sol, nesses dias. O objectivo era o de obter a amostra máxima, para cada cais, sem o comprometimento de mais recursos.

Os inquéritos por questionário (*Anexo II*) foram elaborados em 4 partes distintas. A primeira dedicada à caracterização socioeconómica dos inquiridos, a segunda respeitante à utilização dos cais, a terceira relativa à avaliação dos cais nas várias componentes (conservação física, conservação dos elementos naturais e ambientais, necessidades sentidas em termos de infra-estruturas e equipamentos) e a última, destinada à percepção da importância cultural do cais para a sua área envolvente. Todavia, neste trabalho, só foi utilizada a primeira e uma fracção da segunda parte do inquérito, visto serem as mais relevantes para cumprir com os propósitos do projecto, culminando na selecção das questões: 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 16; 17 e 18.

Quanto aos inquéritos por entrevista, foi elaborado antes um guião (*Anexo I*) estruturado em 5 partes centrais: a primeira aplicada à caracterização dos entrevistados e da sua relação com os cais, a segunda dedicada à caracterização dos cais, a terceira devotada à utilização do cais, a quarta relacionada com a avaliação acerca do estado de conservação do cais e necessidades dos seus utilizadores e a quinta e última parte associada à percepção dos entrevistados acerca da importância cultural do cais para a sua área envolvente. Todavia, como sucedido nos inquéritos por questionário, só foram utilizadas para este trabalho a primeira e uma fracção da segunda parte do mesmo, culminando na selecção das questões: 7; 14; 15; 18 e 30.

6.2.3 Metodologia da análise de dados

Os dados obtidos através dos inquéritos por questionário foram tratados com recurso a testes estatísticos e análise univariada e multivariada. Os dados obtidos através dos questionários foram tratados estatisticamente com o software SPSS, versão 17.

De modo a permitir o fornecimento de informações credíveis, os dados recolhidos a partir dos inquéritos por entrevista, foram objecto de uma análise de conteúdo, recorrendo quer a técnicas de quantificação e categorização dos discursos dos entrevistados, quer a técnicas de análise mais qualitativas, agregando a totalidade do teor numa matriz de análise, em Excel.

É importante salientar que, para efectuar determinadas análises, foi necessário categorizar variáveis, viabilizando, assim, processos estatísticos de que outra forma seriam impossíveis de efectuar, pelo que estarão definidos nos quadros e gráficos a totalidade das categorias definidas e escalas atribuídas.

6.3 Enquadramento a nível Regional – Ria de Aveiro

Como foi expresso anteriormente no Capítulo 2, a Ria de Aveiro “*é considerada uma das maiores, mais expressivas e biologicamente mais significativas zonas húmidas litorais de Portugal*” (DGOTDU, 2004), tendo sido classificada como Zona de Protecção Especial (código PTZPE0004) ao abrigo do Plano Sectorial Rede Natura 2000. É uma grande e vasta área lagunar que se prorroga por um conjunto de dez municípios, que vão desde Ovar, que se situa a Norte, até Mira, no Sul. A Ria de Aveiro sempre foi utilizada para o desenvolvimento de diversas actividades económicas, nomeadamente a pesca, a apanha do moliço e mesmo o transporte de pessoas e mercadorias.

A pesca artesanal origina mais de 80% dos postos de trabalho, directa ou indirectamente, em todo mundo. Por exemplo, nos estados costeiros de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), a pesca artesanal é essencial às actividades de transformação que abastecem os mercados locais e regionais de peixe. Na África subsariana, as estatísticas da FAO mostram que a pesca artesanal assegura até 80% dos desembarques de peixe destinado ao consumo humano directo. Além disso, no caso da África do Oeste, a pesca artesanal, também, desempenha um papel importante no aumento da oferta de peixe fresco aos mercados internacionais remuneradores, como a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia (Gorez, 2008). Pesca artesanal é aquela que se viabiliza única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador, sendo baseada em conhecimentos transmitidos pelos mais velhos da comunidade, ou adquiridos pela interacção com companheiros de profissão, e sempre realizada em embarcações pequenas movidas a remo ou a vela, sem instrumentos de apoio à navegação e que usa em suas operações de pesca somente a experiência e o saber adquirido pelos pescadores (Silva, 2004).

Duarte (2004) refere que na pesca local as embarcações não excedem os 9 m, não podem ultrapassar a área da capitania a que estão adstritas (mas também estão inseridas aquelas embarcações cuja actividade é efectuada nos rios, lagos ou lagoas) e não podem ir além das 6 milhas (se o convés for aberto e a potência não superior a 60 cv ou 45 kw) ou 10 milhas (se aquele for fechado e a potência não superior a 100 cv ou 75 kw).

A Ria de Aveiro e o seu espaço envolvente criam um exemplo preponderante de um ecossistema de confirmada importância ecológica. A Ria detém associada uma vasta rede de cursos de água que se distribui pelos concelhos envolventes. Este sistema complexo contribui para o facto em que estejamos perante um sistema onde as intervenções do homem, mesmo em áreas periféricas à Ria, podem gerar problemas no seu equilíbrio hidrológico e ambiental.

A sua zona lagunar ocupa cerca de 11.000 ha, tem uma extensão aproximada de 45 Km e uma largura de 8,5 Km, onde 6000 ha estão permanentemente submersos. A Ria, portanto, é detentora de uma grande variedade de riquezas, naturais, culturais, e de importante potencial socioeconómico. Constitui-se como um dos pólos de turismo da Região Centro, tendo-se confirmado no decorrer dos últimos anos dessa mesma dimensão, evidenciando-se como principais características o património ambiental e paisagístico, o património edificado e as tradições e especificidades culturais da região.

Como foi exposto no Capítulo 3, recorrendo a Alves, *et al.* (2001), a laguna da Ria de Aveiro expõem características particulares, quer ao nível biofísico, quer paisagístico, a sua procura como fonte de recreio e lazer tem-se vindo acentuar, sendo prova disso, as inúmeras intervenções feitas, pelos diversos municípios da envolvente da Ria, nas suas frentes ribeirinhas. Os vários cais de acostagem existentes ao longo das margens da laguna potenciam o usufruto deste recurso enquanto espaço privilegiado de lazer e recreio, sendo também por essa razão uma área particularmente interessante para investigar novas metodologias de intervenção ao nível de gestão integradas das zonas costeiras e lagunares.

Dadas as potencialidades e condições favoráveis de navegabilidade dos canais da Ria de Aveiro, estas fomentaram a criação de diversos cais de acostagem, que possuem um forte significado histórico e cultural para muitos núcleos populacionais ribeirinhos (Alves, *et. al.*, 2001), sendo mesmo, em alguns casos, os locais de actividade de muitos trabalhadores destes núcleos. Contudo, e como foi referido anteriormente, dos 109 cais outrora em actividade ao longo das margens da Ria, actualmente apenas cerca de 30 estão em uso e/ ou têm condições para serem usados (Alves *et. al* 2001, *in* Cabarrão, 1997).

As populações dos concelhos que rodeiam a Ria de Aveiro sempre mantiveram uma forte afinidade com este ecossistema. Estas populações viviam, em meados do século XIX, muito em função daquilo que a Ria lhes concedia – a pesca, o moliço, o sal, o tráfego lagunar e mesmo a agricultura (Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo – edição do Museu de Ovar, s/d; Lucci, 1918).

Segundo Moreirinhas (1998), *“Ao longo do tempo, em todo este espaço que constitui a laguna, foram surgindo grupos organizados socialmente desde há gerações, por forma a garantirem a sua coesão e manutenção (...)”*. Dentro destes grupos destacam-se naturalmente os pescadores, os quais, actualmente e na sua grande maioria, exercem esta actividade pois já os seus antepassados a exerciam. Esta é assim uma característica intrínseca deste grupo social e que é comum em todos os concelhos que rodeiam a Ria de Aveiro.

É referido pelo Regulamento da Ria, 1915, que apenas *“os habitantes da Murtosa são verdadeiramente pescadores, tendo este modo de vida e conhecendo a arte – tanto os aparelhos como os hábitos, frequência, modos de captura de cada espécie, entre outros. Todos os outros habitantes ribeirinhos têm outras actividades, explorando (...) a pesca da ria como um recurso de que lançam mão, quando lhes escasseia o trabalho das suas ocupações principais, o que para todos sucede no Inverno. Há os mercantéis, os marnotos, os que se empregam no serviço de terra ou do mar das campanhas da costa, os lavradores, etc.”* (Nobre, *et. al.*, 1915: 98).

Os núcleos piscatórios lagunares da ria de Aveiro focalizam-se em toda a sua extensão, apresentando, contudo, algumas diferenças. Moreirinhas (1998: 27) distingue quatro grandes grupos:

“Os núcleos piscatórios da Torreira, S. Jacinto e Costa Nova (na Gafanha da Encarnação), onde os pescadores se dedicam “em exclusividade” à actividade piscatória, quer na laguna, quer na região costeira limítrofe;

Os núcleos piscatórios a nascente, nomeadamente na Murtosa (Cais da Béstida), em que os pescadores também exercem essa actividade em exclusivo;

Os núcleos piscatórios a sul da Costa Nova (Areão, Vagueira (na Gafanha da Boa Hora) e Mira) e a norte da Torreira, onde (...) existe a prática de uma pesca costeira tradicional.”;

Os núcleos piscatórios, também a nascente, mas da Gafanha da Encarnação, que praticam a actividade piscatória em complementaridade com outras actividades, tais como a agricultura e o trabalho em fábricas.”

Segundo a mesma autora, a Ria de Aveiro é “um meio de grande influência marinha, no que respeita ao volume das espécies predominantes, seno a pesca condicionada pelo fluxo das marés, distribuindo-se ao longo do ano”. As diferentes espécies são pescadas em diferentes épocas do ano: enguias, tainhas, solhas e linguado pescam-se tanto de Inverno como de Verão, sendo as duas últimas mais abundantes no Inverno; o robalo pesca-se de Abril a Outubro, os chocos pescam-se de Março a Outubro, sendo interessante constatar que esta espécie está em crescimento na Ria (Moreirinhas, 1998: 47); o berbigão, a amêijoia e o burrié pescam-se sobretudo no Inverno e Primavera (Moreirinhas, 1998: 47).

É curioso verificar que os organismos oficiais apresentam uma visão pessimista no que diz respeito à rarefacção das espécies e ao volume destas, o que contraria a opinião dos pescadores que referem que existe muito peixe que vem do mar, havendo mesmo um ditado popular que refere que “enquanto houver peixe no mar, também o haverá na Ria” (Moreirinhas, 1998). A autora refere ainda que o descrédito dos pescadores relativamente a esta informação se deve à visão de estudiosos da Ria, que desde o séc. XIX, referem que o peixe vai escassear.

A pesca na Ria de Aveiro tem sofrido alterações ao longo do tempo, no que diz respeito tanto às espécies capturadas, como às artes de pesca utilizadas (Moreirinhas, 1998). Apesar de existir legislação, muitas vezes continua-se a utilizar determinadas artes, que são proibidas, e por isso, utilizadas à fugida, sendo este tipo de “(...) comportamento assumido por gerações sucessivas” (Moreirinhas, 1998: 30).

No que diz respeito à sua organização social e económica, estas podem ter um carácter familiar ou empresarial. As de carácter familiar assumem-se como uma actividade exclusiva de um dos elementos do agregado familiar (normalmente o homem), sendo actividade complementar dos restantes (mulher e/ou filhos). As de carácter empresarial são normalmente pequenas sociedades com assalariados, sendo que cada barco tem uma tripulação de 5 ou 6 pessoas. Estes assalariados não têm, no entanto um salário fixo, uma vez que depende do volume pescado (Moreirinhas, 1998).

6.4 Análise e Caracterização Regional das Actividades de Pesca – Murtosa em foco

A pesca em águas interiores, na Ria de Aveiro, pode ser exposta em determinados indicadores de forma a evidenciar e/ou justificar toda a sua dimensão, características das actividades de pesca e todo o tipo de complementaridades que suplantem a actividade piscatória lagunar.

Para tal torna-se importante analisar: os pescadores matriculados na Capitania de Aveiro (por tipo de embarcação, capacidade e potência do; as licenças para pesca lúdica (por tipo e área) em especial atenção na zona de acção do Porto de Aveiro; a frota de pesca local, ao nível concelhio e por comunidade piscatória (especial ênfase às comunidades piscatórias do concelho da Murtosa); as embarcações licenciadas para a pesca apeada, também ao nível concelhio e das comunidades piscatórias, com ênfase nas da Murtosa; os cais do concelho da Murtosa (com base nas entrevistas realizadas aos diversos agentes políticos e associativos) no sentido de se perceber quais deles estão em uso/actividade plena (justificando a base de dados retirada através dos inquéritos por questionário); a pesca descarregada, oriunda de águas salobra e doce, no Porto de Aveiro (em toneladas, em valor e em preço por quilograma) de forma a se quantificar a actividade; motor) e o pescado vendido nas principais lotas e postos de vendagem.

6.4.1 Pescadores matriculados e embarcações (GT e Kw)

Ao observar-se o Quadro 9, pode-se tirar conclusões a nível dos pescadores matriculados e das suas embarcações de pesca (com motor e sem motor) no panorama nacional e da Região Centro do país, abrangendo mais precisamente as capitánias de Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré e Peniche.

Assim sendo, na dimensão nacional, os pescadores matriculados têm apresentado valores superiores em águas marítimas (14.618 matriculados) do que em águas interiores não marítimas (2.236 matriculados), sendo cerca de 6 vezes mais em águas marítimas do que os de águas não marítimas. Para estes pescadores correspondem 7.019 embarcações com motor e 1.566 embarcações sem motor, tendo as embarcações com motor uma capacidade GT de 105.683 e as embarcações sem motor uma capacidade GT de 914. Por sua vez, as embarcações com motor possuem uma potência do motor de 384.210 kw. Na região Centro de Portugal observa-se a mesma proporção, possuindo, esta, cerca de 2,5 vezes mais pescadores matriculados em águas marítimas (2.529 pescadores) do que em águas não marítimas (1.055 pescadores), sendo que estes pescadores têm a sua disposição 1.584 embarcações com motor e 468 embarcações sem motor. As embarcações com motor têm uma capacidade 42.547 GT e uma potência do motor de 97.112 kw, enquanto as embarcações sem motor têm uma capacidade 418 GT.

No entanto, a Capitania de Aveiro regista mais pescadores matriculados em águas interiores não marítimas (889 matriculados) do que em águas marítimas (707 matriculados), não existindo muita discrepância entre os dois tipos de matrículas. Em comparação com a proporção nacional, da região Centro de Portugal e das Capitánias da Figueira da Foz, Nazaré e Peniche, Aveiro apresenta o inverso do que se regista nestes, possuindo mais pescadores matriculados em águas não marítimas do que em

águas marítimas. No entanto, estes pescadores matriculados no geral são distribuídos por 864 embarcações com motor e 76 embarcações sem motor, representando estas, uma capacidade GT bastante diferente. As embarcações com motor dispõem de uma capacidade 34.814 GT e uma potência de motor 59.592 kw, enquanto as embarcações sem motor têm uma capacidade 41 GT.

A Figueira da Foz apresenta mais pescadores matriculados em águas marítimas (562 matrículas) do que em águas interiores não marítimas (16 matrículas), o que é contraditório com as quantidades de pesca oriundas de águas doce e salobras, registadas no Porto da Figueira, como observado no subcapítulo anterior. Estes pescadores por sua vez, têm à sua disposição 192 embarcações com motor e 11 embarcações sem motor, sendo estes dois tipos de embarcações diferentes quanto à sua capacidade GT. Assim sendo, as embarcações com motor têm uma capacidade 2.083 GT e as embarcações sem motor têm uma capacidade 72 GT. As embarcações com motor têm uma potência de 9.879 kw. Verifica-se portanto menos GT e potência de motor na Figueira, contudo estes valores contrariam os volumes de pesca descarregada no Porto da própria Figueira, onde se comprovam maiores volumes que os do Porto de Aveiro, evidenciando uma maior produtividade das suas embarcações e pescadores comparativamente aos de Aveiro.

Na Nazaré, não existem registos de pescadores matriculados em águas não marítimas, o que implica a existência de só pescadores para águas marítimas (320 matrículas). Em Peniche regista-se uma discrepância muito grande entre os pescadores matriculados em águas interiores não marítimas (150 matrículas) e matriculados em águas marítimas (940 matrículas). Estes pescadores têm à sua disposição 422 embarcações com motor e 367 embarcações sem motor. As embarcações com motor por sua vez têm uma capacidade de 5.107 GT e uma potência do motor de 22241 kw enquanto as embarcações sem motor têm uma capacidade 176 GT.

É de salientar que também através da análise do Quadro 18, apercebe-se que a capitania de Aveiro e a de Peniche são as que têm uma maior influência e importância a nível de pescadores matriculados, das embarcações com motor e sem motor e das suas capacidades GT e potência do motor. No entanto, Aveiro apresenta o maior número de pescadores matriculados em águas interiores não marítimas e apresentando o maior número de embarcações com motor que está fortemente relacionado com a capacidade GT. Apesar disto, Peniche regista 4 vezes mais embarcações sem motor tendo estas uma capacidade GT mais elevada em relação a Aveiro.

**Quadro 18 – Pescadores matriculados e embarcações com motor (GT e Kw) e sem motor (GT)
a 31 de Dezembro de 2008**

	Pescadores matriculados a 31 de Dezembro de 2008		Embarcações com motor			Embarcações sem motor	
	Águas interiores não marítimas	Águas marítimas	Total	Capacidade	Potência do motor	Total	Capacidade
	N.º	N.º	N.º	GT	Kw	N.º	GT
Portugal	2 236	14 618	7 019	105 683	384 210	1 566	914
Continente	2 236	11 624	6 038	91 906	318 031	1 315	796
Centro	1 055	2 529	1 584	42 547	97 112	468	294
Aveiro	889	707	846	34 814	59 592	76	41
Figueira da Foz	16	562	192	2 083	9 879	11	72
Nazaré	0	320	124	543	5 400	14	4
Peniche	150	940	422	5 107	22 241	367	176

Fonte: elaboração própria; Dados: INE-DGAP

6.4.2 Licenças para pesca lúdica por tipo e área

A pesca praticada nos núcleos piscatórios da Ria de Aveiro pode ser generalizada, grosso modo, nas licenças para pesca lúdica¹. Fazendo uma análise, tendo como base as licenças emitidas na área de Aveiro (Figura 19) podemos observar que em 2009, foram emitidas 15535 licenças para pesca lúdica, das quais 11386 para pesca apeada, 3942 para pesca em embarcação e 207 para pesca submarina (em apneia). Podemos apurar também que desde 2007 o número de licenças emitidas tem vindo tendencialmente a baixar, facto que também se apura para as licenças dos do Douro e da Figueira da Foz².

As licenças para a pesca lúdica apresentam números diferentes nos tipos pesca e de área para área. Assim sendo, Aveiro regista-se como a área com mais licenças para a pesca lúdica, possuindo em média cerca de 3 vezes mais licenças que na Figueira e em média cerca de 4 vezes mais licenças que no Douro. Por outro lado, na linha amarela (Figura 20), observamos a importância da área de Aveiro no total de licenças emitidas no Continente, a qual não apresenta uma tendência decrescente, situando-se entre os 9 e os 10% do total de licenças concedidas no país no âmbito da pesca de embarcações e apeada. A pesca submarina, que tem pouca expressão, variou pouco perdendo importância passando dos 1,7% para os 1,4% em 2009.

¹ Pesca lúdica é a actividade pesqueira realizada por todo o indivíduo que, pelo menos uma vez por ano, por mera recreação (Toivonen *et al.*, 1999).

² As licenças de pesca podem ser locais (divididas por área de Porto) e nacionais. A licença de pesca nacional autoriza a pesca em todo o território nacional, enquanto a licença de pesca local apenas autoriza esta actividade para a área do porto em que é emitida e as áreas dos portos vizinhos. No caso das licenças da área do Porto de Aveiro, os pescadores podem exercer a sua actividade, para além do Porto de Aveiro, nas áreas dos Portos do Douro (norte) e Figueira da Foz (sul), sendo que também os pescadores com licenças emitidas nas áreas destes dois portos, podem também pescar na área do Porto de Aveiro.

Importa referir que os portos do Douro e da Figueira da Foz são aqui apresentados, uma vez que as licenças por eles concedidas permitem aos pescadores exercer a sua actividade também na zona de Aveiro¹.

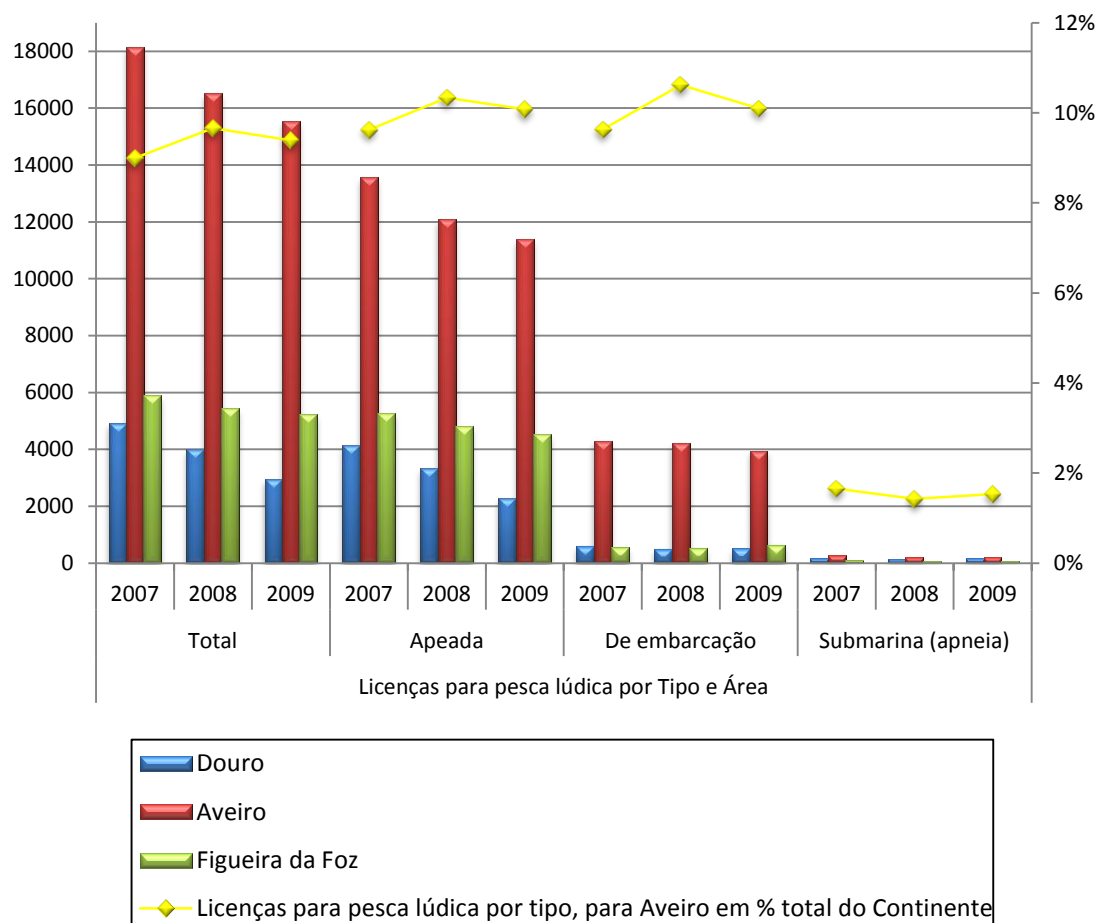


Figura 20 – Licenças para pesca lúdica por tipo e área
Fonte: elaboração própria; Dados: DGAP

6.4.2.1 – Pescadores matriculados em águas não marítimas no Porto de Aveiro

No âmbito do estudo das actividades económicas, analisou-se especificamente a actividade da pesca. Esta análise, sustentada nos dados estatísticos disponíveis, nas bases de dados do INE engloba todos os tipos de pesca (em águas interiores não marítimas e em águas marítimas). No entanto, podemos referir que os pescadores matriculados na pesca em águas interiores, têm tido, desde 2004, uma evolução positiva, salvo em 2006 em que houve uma ligeira quebra (Figura 21).

¹ Observa-se uma tendência de maior frequência de pescadores da área do Porto do Douro a pescar, na área do Porto de Aveiro do que a situação oposta (Informação verbal da DRAP-Centro).

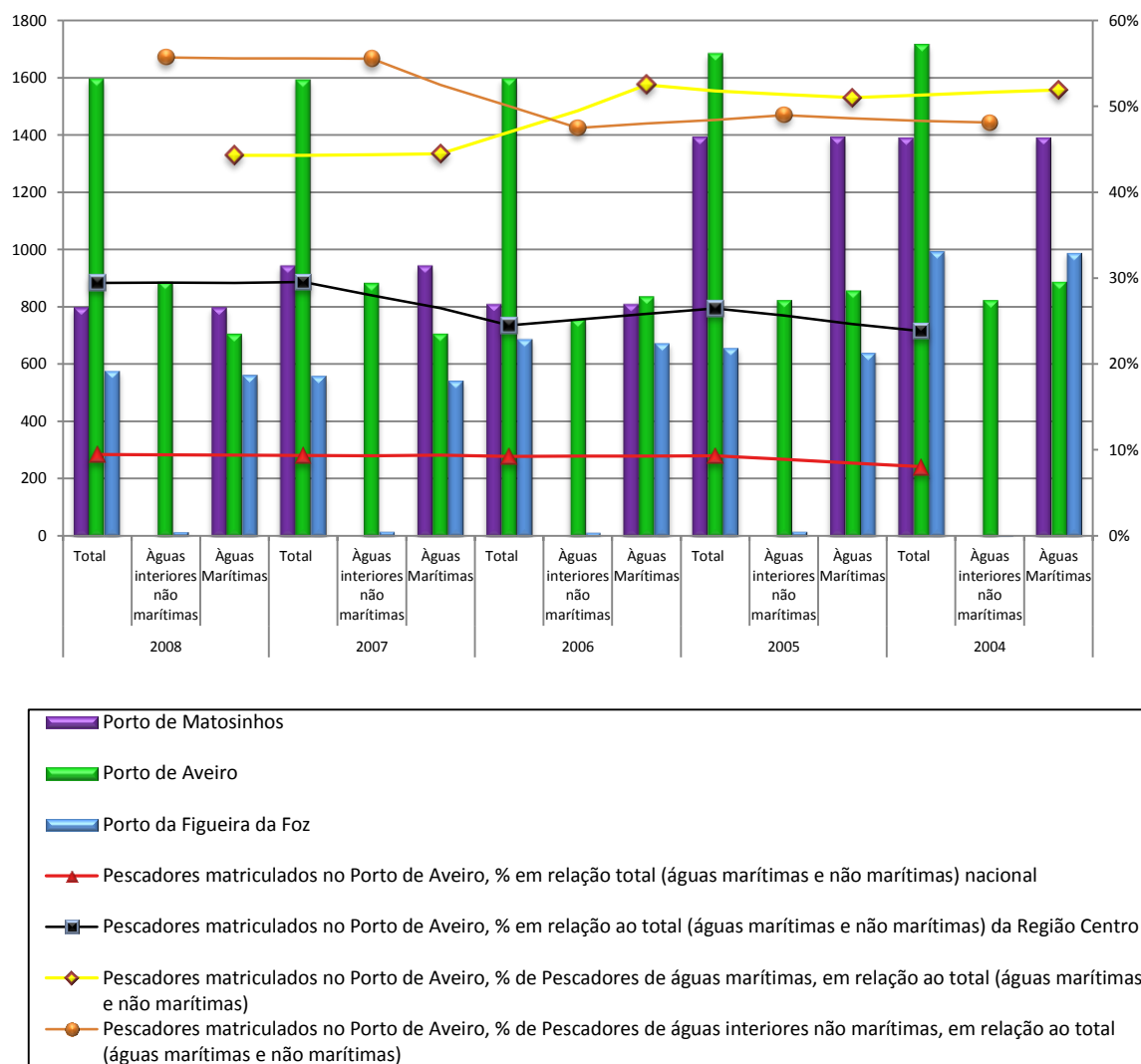


Figura 21 – Pescadores matriculados em 31 de Dezembro em águas não marítimas no Porto de Aveiro
Fonte: elaboração própria; Dados INE.

A percentagem de pescadores de águas interiores representava em 2008, 56% do total dos pescadores matriculados para o NUTS II de Aveiro. Essa percentagem também tem vindo a aumentar nos últimos anos, o que evidencia o aumento da importância deste tipo de pesca no total da pesca realizada. As mesmas percentagens para o Centro e para Portugal eram de apenas 29% e 13% respectivamente em 2008. É de referir que ao longo dos últimos anos, apesar da pesca em águas interiores ter vindo a ganhar importância, quer no Centro, quer em Portugal como um todo, em Aveiro essa importância tem assumido valores muito mais elevados (compare-se as colunas verdes com as linhas laranja e/ou amarela, na Figura 21).

6.4.2.2 Frota de pesca local, na área da Ria de Aveiro

Observando as frotas de pesca local, na área da Ria de Aveiro, Figura 22, vê-se que as maiores frotas de pesca locais são as que pertencem aos concelhos da Murtosa e Ílhavo. Contudo, as evoluções das mesmas são diferentes em ambos os concelhos, enquanto na Murtosa a sua evolução é crescente ao longo dos últimos anos, a frota de Ílhavo sofreu um decréscimo de 2008 para 2010. Contudo, estes concelhos apresentam em 2010 uma frota de 163 embarcações em Ílhavo e de 264 na Murtosa.

Quanto aos outros concelhos, em 2010, estes apresentam reduzidas frotas, sendo que em Aveiro estão licenciadas 33 embarcações, em Estarreja 17, em Ovar 32, em Vagos 28 e em Mira 11. No total dos concelhos observa-se em 2010 um número de embarcações na ordem das 548.

Fazendo uma análise por comunidade piscatória, verifica-se na Figura 23, que é a da Torreira que apresenta a maior frota local (152 embarcações), sendo a da Murtosa a segunda maior (com 74). As freguesias do Bunheiro, Costa nova, Gafanha da Nazaré, e São Jacinto registam, por seu lado, também um número de frotas significativas. Em 2010 estas registavam 30, 59, 53 e 30 embarcações, respectivamente.

Fazendo uma análise da evolução da frota do concelho da Murtosa, por freguesias (Figura 21), verifica-se que a as licenças nas comunidades piscatórias aumentaram na Torreira (passaram de 138 licenças em 2007, para 152 em 2010), no Bunheiro (passaram de 24 licenças em 2007, para 30 em 2010) e no Monte, ainda que ligeiramente (passaram de 7 licenças em 2007, para 8 em 2010). A exceção feita é a da comunidade da Murtosa onde as licenças diminuíram gradualmente de ano para ano (passando de 81 em 2007, para 74 em 2010).

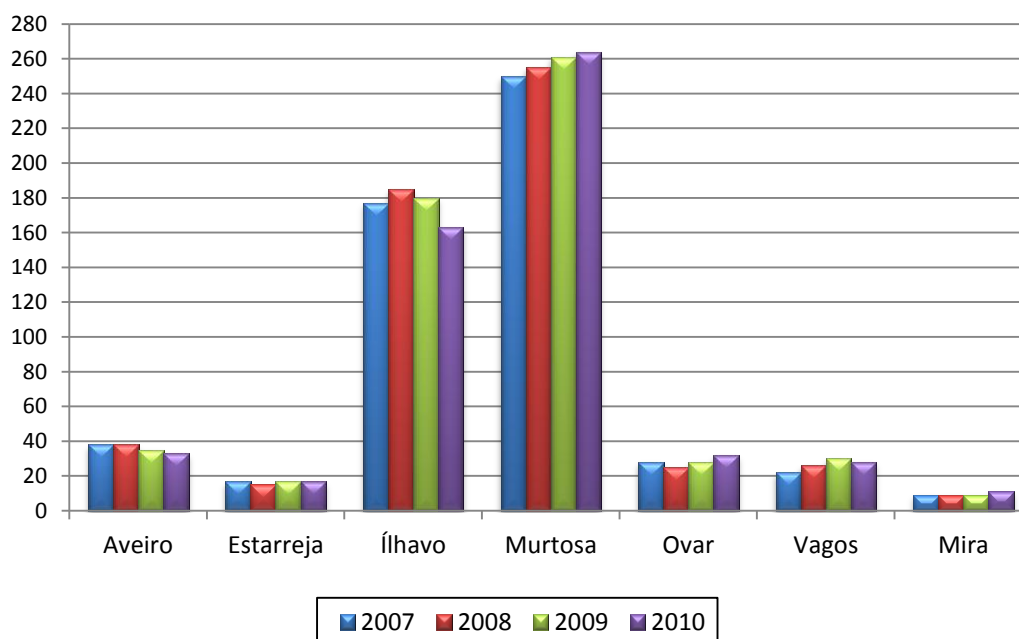


Figura 22 – Frota de pesca local na área da Ria de Aveiro, embarcações licenciadas na Capitania de Aveiro, por concelho | Fonte: elaboração própria; Dados: DGPA

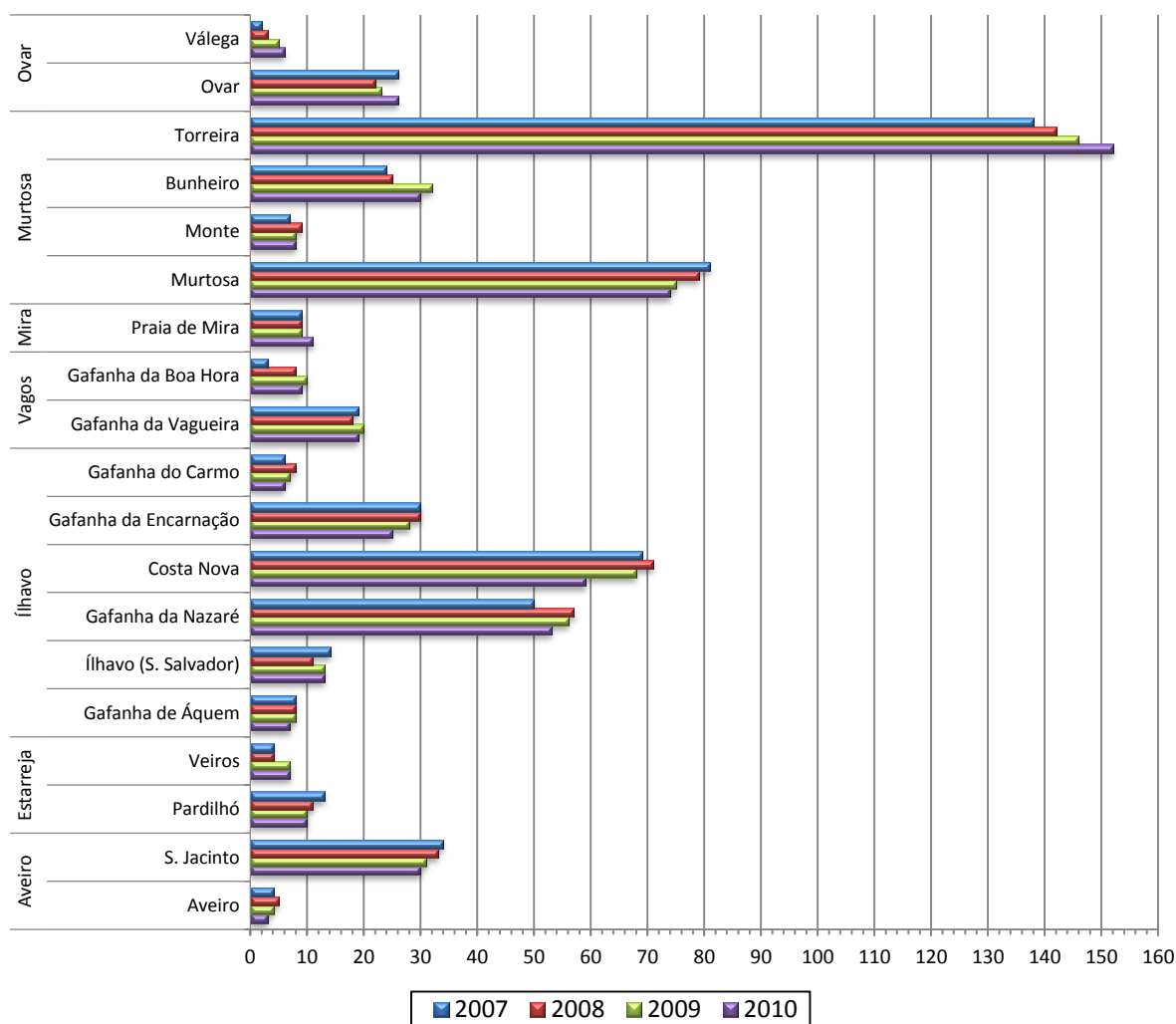


Figura 23 – Frota de pesca local na área da Ria de Aveiro, embarcações licenciadas na Capitania de Aveiro, por comunidade piscatória | Fonte: elaboração própria; Dados: DGPA

6.4.2.3 Embarcações licenciadas para pesca apeada (à linha), na área da Ria de Aveiro

Observando as licenças de embarcações para a pesca apeada (à linha), na área da Ria de Aveiro (Figura 24), verifica-se que os concelhos com mais licenças são os pertencentes à Murtosa (157) e a Ílhavo (34), tal como nas de pesca local. Todavia, observando as evoluções nos concelhos, de 2009 para 2010, é de realçar que todos os concelhos registaram um aumento neste tipo de licença, exceção feita aos de Vagos e Mira, sendo que estes possuem pouca expressão. No total, os concelhos observados apresentam em 2010, um número de 228 licenças para a pesca apeada.

Discriminando por comunidades piscatórias as licenças de pesca apeada (Figura 25), em 2010 a Murtosa apresenta-se como a comunidade com mais destas licenças (73) sendo seguida pela comunidade da Torreira (67), a que mais licenças de frota local têm. As comunidades de Ovar, Costa Nova, Gafanha da Nazaré e Bunheiro também registam um número de embarcações licenciadas para a pesca apeada significativas, sendo que em 2010 registam 14, 12, 11 e 11 licenças respectivamente.

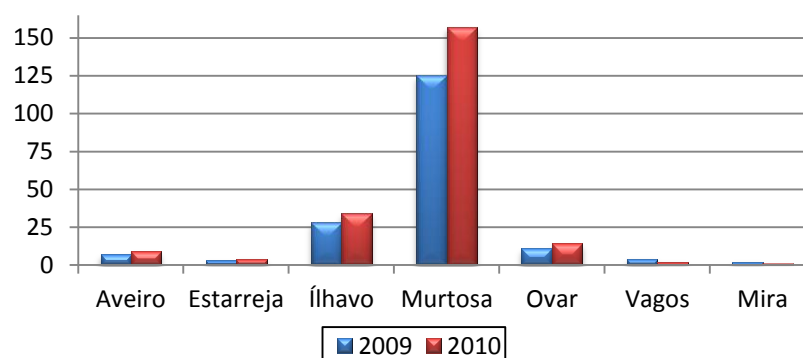


Figura 24 – Embarcações licenciadas para pesca apeada (à linha) na Capitania de Aveiro, por concelho, na área da Ria de Aveiro | Fonte: elaboração própria; Dados: DGPA

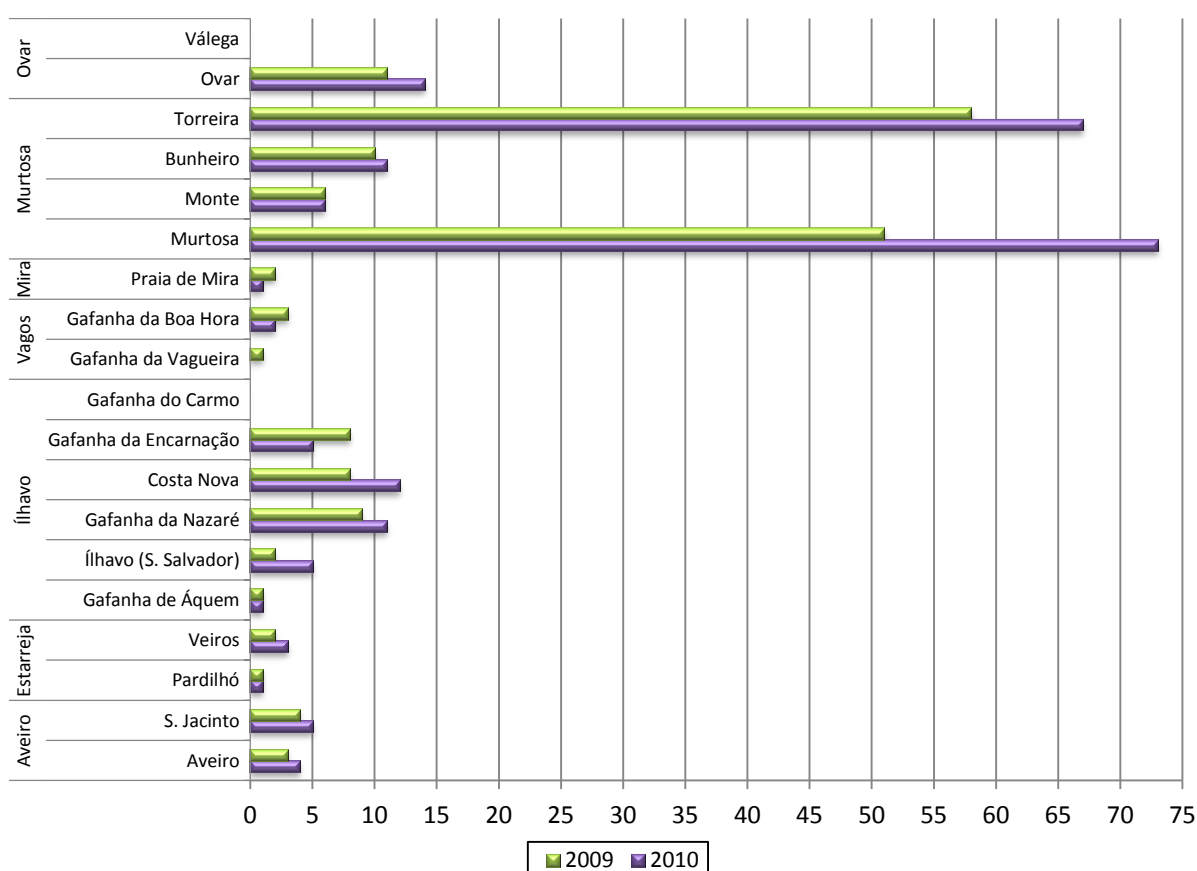


Figura 25 – Embarcações Licenciadas para pesca apeada (à linha) na Capitania de Aveiro, por comunidade piscatória | Fonte: elaboração própria; Dados: DGPA

6.4.3 Caracterização dos cais do concelho da Murtosa

No Quadro 19, resume-se a caracterização dos cais do concelho da Murtosa, por freguesia, de acordo com o tipo de utilização e dimensão. Estes indicadores, evidenciam e/ou justificam os tipos de actividades existentes, a dimensão dos núcleos piscatórios e a sua importância económico-social. Numa análise síntese, extrai-se que os cais mais importantes e influentes são os cais: do Porto de Abrigo da Torreira, do Bico, da Béstida e o do Chegado (sendo exactamente aqueles em que a amostra incidu).

Concluindo-se que, existem no concelho da Murtosa, perto de 800 pescadores auxiliados por cerca de 400 embarcações para a prática da pesca interior (lagunar).

Quadro 19 – Cais do Concelho da Murtosa, por freguesia, de acordo com dimensão e utilizadores

Freguesia	Cais	Utilizadores			Dimensão ¹
		Tipo de utilização ²	Nº de utilizadores (estimativa)	Nº de embarcações (aproximado)	
Bunheiro	Cais da Boca da Marinha	Pesca artesanal	6 pescadores	6 bateiras ³	Boa
	Cais do Martinho	Pesca artesanal	10 pescadores	10 bateiras	Suficiente
	Cais da Ribeira do Gago	Pesca artesanal	12 pescadores	12 bateiras	Suficiente
	Cais do Mancão	Pesca artesanal	8 pescadores	8 bateiras	Suficiente
	Cais da Béstida (Abrigo)	Pesca artesanal Recreio/lazer Turístico	90 pescadores 20 recreio/lazer + turistas de moliceiro	45 bateiras 5 barcos recreio 2 moliceiros ⁴	Insuficiente
	Cais da Mamaparda	Pesca artesanal Recreio/lazer Turístico	12 pescadores 12 recreio/lazer + turistas de moliceiro	9 bateiras 3 barcos recreio 2 moliceiros	Suficiente
Murtosa	Cais da Ribeira de Pardelhas	Pesca artesanal Recreio/lazer Turístico	30 pescadores 15 recreio/lazer + turistas de moliceiro	20 bateiras 5 barcos de recreio 1 moliceiro	Suficiente
	Cais do Bico	Pesca artesanal Recreio/lazer Turístico	138 pescadores 40 recreio/lazer + turistas de moliceiro	70 bateiras 15 barcos de recreio 2 moliceiros	Boa
	Cais do Chegado (e Boca do Chegado)	Pesca artesanal Recreio/lazer	60 pescadores 20 recreio/lazer	30 bateiras 10 barcos semi-rígidos 10 barcos recreio	Insuficiente
	Cais da Ribeira da Cambeia	Pesca artesanal Recreio/lazer	10 pescadores 15 recreio/lazer	7 bateiras 4 barcos recreio	Boa
	Cais da Ribeira Nova ⁵	Pesca artesanal	2 pescadores	2 bateiras	Boa
Torreira	Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte	Recreio/Lazer	3 de recreio/lazer + turistas de moliceiro	2 moliceiros 1 bateira mercantela	Suficiente
	Porto de Abrigo da Torreira	Pesca artesanal	400 pescadores	150 bateiras	Insuficiente
Total⁶			778 pescadores	384 barcos de pesca	

Fonte: entrevistas a agentes políticos e associativos locais, AMRIA e UNIR@RIA

¹ A caracterização da dimensão foi obtida com a partir da seguinte escala: Boa, Suficiente e Insuficiente. A dimensão é boa quando o número de embarcações acostadas não chega, amplamente, para completar a capacidade do cais. É suficiente, quando o número de embarcações acostadas completa a capacidade do cais existindo folga. O cais é insuficientemente dimensionado, quando o número de embarcações acostadas ultrapassa a capacidade máxima adequada do cais.

² O tipo de utilização varia dentro de 3 padrões distintos: o da pesca artesanal, mais comum (o tipo de pesca caracterizada principalmente pela utilização de *mão-de-obra familiar, artes de pesca e embarcações de pequeno porte, tradicionais*), o de recreio/lazer (caracterizado pelo *recreio náutico e contemplação da natureza*) e da turística (caracterizada pelo *turismo fluvial e de natureza*).

³ Bateiras são *embarcações de fundo chato* que permitem a navegabilidade em baixas profundidades.

⁴ Moliceiros são *embarcações próprias da Ria de Aveiro*, originalmente *utilizadas para a apanha e transporte de molicho*, actualmente a maioria *serve para o transporte de pessoas no âmbito do recreio e turismo fluvial*.

⁵ O Cais da Ribeira Nova faz fronteira entre as freguesias de Murtosa (Concelho da Murtosa) e Veiros (Concelho de Estarreja), sendo considerado tanto de uma como de outra freguesia.

⁶ Fora destes cais e portos de abrigo, encontram-se algumas embarcações acostadas nas margens da Ria, por questões de falta de capacidade e condições dos cais e porventura, também devido às distâncias dos mesmos relativamente às moradias dos respectivos proprietários.

6.4.4 Pesca descarregada

6.4.4.1 Pesca descarregada anual (toneladas), total de águas salobras e doce, por Porto de descarga

Através do Quadro 20, pode-se fazer uma análise da pesca descarregada anual (total e em águas salobra e doce) em toneladas no Porto de Aveiro, principal referência da Ria de Aveiro, comparando-o com os diferentes contextos nacionais e em especial foco com os Portos de Matosinhos (porto mais a Norte) e da Figueira da Foz (porto mais a Sul). Portanto, observa-se a comparação entre os 2 principais portos da Região, o Porto de Matosinhos e o da Figueira da Foz, com o de Aveiro.

Quadro 20 – Pesca descarregada anual (ton), águas salobras e doce, por Porto de descarga

	2008			2007			2006			2005		
	Total	Águas salobra e doce		Total	Águas salobra e doce		Total	Águas salobra e doce		Total	Águas salobra e doce	
	t	t	em %	t	t	em %	t	t	em %	t	t	em %
Portugal	170050	79	0,05%	160834	72	0,04%	141683	59	0,04%	145656	62	0,04%
Continente	151782	79	0,05%	137822	72	0,05%	122076	59	0,05%	129691	62	0,05%
Porto de Matosinhos	33687	9	0,03%	27297	9	0,03%	24753	9	0,04%	22227	8	0,04%
Porto de Aveiro	12992	11	0,08%	9946	7	0,07%	9798	7	0,07%	8303	6	0,07%
Porto da Figueira da Foz	14015	11	0,08%	16760	16	0,10%	11008	12	0,11%	9028	14	0,16%

Fonte: elaboração própria; Dados DGPA

Fazendo uma análise da evolução da pesca descarregada a nível nacional ao longo dos últimos anos, verifica-se que esta tem aumentado progressivamente, quer de águas marítimas, quer de águas doces e salobras, exceção feita em 2006.

O Porto de Matosinhos expõe-se como sendo o que mais pesca descarrega, sendo o maior porto, dos 3 em análise (em 2008 descarregou 33687 toneladas de pesca). Ao longo dos últimos anos observou-se neste porto um forte aumento da pesca descarregada, no entanto, embora o pescado de águas doces e salobras também tenha aumentado, não se fez na mesma proporção originando uma diminuição do rácio da pesca não marítima. Todavia, este porto apresenta números muito baixos de descarga de pesca em águas salobra e doce, sendo que, apenas 9 das 33778 toneladas foram descarregadas em 2008, pesando cerca de 0,03% da descarga total anual (DGPA, 2009).

O Porto de Aveiro, por sua vez, apesar de apresentar os menores números de toneladas de pesca entre os 3 portos em análise, tem apresentado um aumento constante tanto a nível das toneladas totais anuais de descarga em águas marítimas e não marítimas, como em águas doce e salobra. Apesar disto, em relação ao número total da pesca descarregada, a pesca retirada das águas salobras e doce também não apresenta uma importância significativa representado apenas 0,08% (em 2008) das descargas totais anuais (DGPA, 2009). No entanto, apesar da descarga de pesca de águas salobras e doce ter pouca

relevância para o total das descargas de pesca no Porto de Aveiro, estas são em maior número que a do Porto de Matosinhos, o maior dos portos e em igual número com o porto da Figueira da Foz.

Por último, no Porto da Figueira da Foz, verifica-se que tal como acontece nos outros 2 portos, aqui as toneladas de pesca descarregadas de águas marítimas e não marítimas têm vindo a crescer de ano para ano. Contudo, observa-se a nível das descargas de pesca de águas salobra e doce, uma diminuição progressiva do seu peso no total, excepção feita em 2007, ao contrário do Porto de Aveiro que as têm aumentado sustentadamente. Porém, o Porto da Figueira da Foz até 2008 tem liderado os resultados das descargas de pesca de águas salobra e doce, contrariamente, no Porto de Aveiro as descargas da pesca de águas salobra e doce tem ganho cada vez mais importância, porém não passam sempre de valores residuais em comparação com as descargas marítimas.

É de salientar que, embora as percentagens da pesca descarregada de águas doce e salobra sejam diminutas em Aveiro e na Figueira da Foz, estas são maiores que as do continente e claro também maiores que as do País.

6.4.4.2 Pesca descarregada anual (em € e €/kg), total de águas salobras e doce, por Porto de descarga

Fazendo uma análise da evolução do valor total da pesca descarregada a nível nacional ao longo dos últimos anos (Quadro 21), verifica-se que este tem aumentado progressivamente, quer de águas marítimas, quer de águas doces e salobras, excepção feita em 2006 quando a pesca de águas marítimas e não marítimas atingiram, menos tonelagem de descarga, registando um valor de 244.300 milhares de euros, menos 50.829 milhares euros que os 295.129 milhares de euros de 2008. Quanto às descargas de pesca de águas salobra e doce, estas apresentaram um crescimento até 2007, ano em que se deu um grande incremento do seu valor representando cerca de 801.000 euros, contudo de 2007 para 2008 o seu valor decresceu para 764 000 euros, passando de 0,29% do total de pesca, para 0,26 traduzindo uma diminuição da importância deste tipo de pescado.

Quadro 21 – Pesca descarregada anual (€), águas salobras e doce, por Porto de descarga

	2008			2007			2006			2005		
	Total	Águas salobra e doce		Total	Águas salobra e doce		Total	Águas salobra e doce		Total	Águas salobra e doce	
	€ (em milhares)	€ (em milhares)	em %	€ (em milhares)	€ (em milhares)	em %	€ (em milhares)	€ (em milhares)	em %	€ (em milhares)	€ (em milhares)	em %
Portugal	295129	764	0,26%	275295	801	0,29%	244300	685	0,28%	255000	662	0,26%
Continente	243301	764	0,31%	220843	801	0,36%	198427	685	0,35%	214402	662	0,31%
Porto de Matosinhos	30163	89	0,30%	25064	92	0,37%	20835	69	0,33%	19530	83	0,42%
Porto de Aveiro	16839	103	0,61%	13149	64	0,49%	12508	67	0,54%	12134	43	0,35%
Porto da Figueira da Foz	14515	118	0,81%	14390	158	1,10%	10359	130	1,25%	9844	134	1,36%

Fonte: elaboração própria; Dados DGPA

No Porto de Matosinhos, por sua vez, a par de ser o que mais pesca descarrega, em 2008 registou um valor de descarga de 30.163 milhares de euros, referentes às 33.687 toneladas (0,90€/kg, Quadro 22). Ao longo dos últimos anos observou-se, neste porto, um forte aumento do valor total da pesca descarregada, no entanto, o pescado de águas salobras e doce não tem acompanhado esse ritmo, descendo o seu rácio progressivamente, comparativamente às águas marítimas de 0,42% (com 0,80€/kg) de 2005 para 0,30% (com 0,90€/kg) em 2008 apesar da tonelagem descarregada proveniente de águas doce e salobra estar estabilizada nas 9 toneladas.

Quadro 22 – Pesca descarregada anual (€/Kg), águas salobras e doce, por Porto de descarga

	2008		2007		2006		2005	
	Total	Águas salobra e doce	Total	Águas salobra e doce	Total	Águas salobra e doce	Total	Águas salobra e doce
	€/ kg	€/ kg	€/ kg	€/ kg	€/ kg	€/ kg	€/ kg	€/ kg
Portugal	1,70	9,50	1,60	10,90	1,70	11,30	1,70	10,40
Continente	1,50	9,50	1,50	10,90	1,50	11,30	1,50	10,40
Porto de Matosinhos	0,90	9,50	0,90	10,40	0,80	7,60	0,80	9,70
Porto de Aveiro	1,30	9,20	1,30	9,50	1,30	9,30	1,50	7,60
Porto da Figueira da Foz	1	10,30	0,80	9,70	0,90	10,20	1	9,30

Fonte: elaboração própria; Dados DGPA

Quanto ao Porto de Aveiro, a referência do concelho da Murtosa, verifica-se claramente a par de todos os indicadores aqui observados, que estes têm evoluído progressivamente e sustentadamente de uma forma muito positiva, originando uma progressão, também aqui no valor do pescado. As descargas totais, a par de terem aumentado a sua tonelagem, também aumentaram o seu valor passando de 12.134 milhares de euros correspondentes a 8.303 toneladas (1,50€/kg), em 2005, para 16.839 milhares de euros de 12.992 toneladas (1,30€/kg), em 2008, o que pode ter originado a uma diminuição do preço por quilograma. Quanto às descargas provenientes de águas salobras e doce, estas também aumentaram, representando cada vez mais valor para o porto de Aveiro. Em 2008, o valor era de 103.000 euros (9,20€/kg) cerca de 0,61% do valor total, contrastando com os 43.000 euros (7,60€/kg), cerca de 0,35% do valor total descarregado de 2005. Conclui-se que, ao contrário da pesca marítima, o preço por quilogramas da pesca doce e salobra tem aumentado, reflectindo cada vez mais importância. Apesar disso, a pesca oriunda de águas salobra e doce não representa grande valor para o total das descargas de pesca no Porto de Aveiro. Contudo estes valores são maiores que os do Porto de Matosinhos, o maior dos portos, porém menores que o da Figueira da Foz, que tem ostentando mais valor, 118.000 euros (a 1€/kg) das 11 toneladas, em 2008, menos 16.000€ que as 14 toneladas de 2005 (a 1€/kg).

É de se observar no Quadro 8, que o preço por quilograma é inferior nos portos em questão, comparativamente com a média do continente ou mesmo do país, verificando-se contudo, um maior valor do pescado em Aveiro situado nos 1,30€/kg, comparativamente aos 1,08€/kg da Figueira da Foz e 0,90€ de Matosinhos.

6.4.5 Pescado vendido nas principais lotas e postos de vendagem (toneladas e €)

Fazendo uma síntese da pesca vendida nas principais lotas e postos de vendagem, nas delegações de Aveiro, Matosinhos (a principal a norte) e Figueira da Foz (a principal a sul) verifica-se em 2006 (Quadro 23), que a delegação que apresenta um maior número de transacções (em toneladas) é a delegação de Matosinhos, com o seu principal posto de vendagem a ser a própria lota de Matosinhos. A delegação seguinte é a da Figueira da Foz, totalizando 10380 toneladas, sendo seguida pela de Aveiro com 7956 toneladas. Apesar da delegação de Aveiro representar um total de transacções, em toneladas, inferior ao da Figueira da Foz, esta apresenta um valor superior em termos monetários, atingindo em 2006, 10,3 milhões de euros, contrastando com os 9,3 milhões da delegação da Figueira. A lota de Matosinhos apresenta transacções no valor de 17,8 milhões de euros, reflectindo um preço de 0,76 € por quilograma vendido. No que se refere aos postos de vendagem, no que diz respeito à delegação de Aveiro, verificando-se uma natural predominância da própria lota de Aveiro com 4418 toneladas vendidas, representando 55,5% das vendas nesta delegação. Quanto à Torreira, ponto principal de venda na Murtosa, verifica-se que foram transaccionadas 2240 toneladas de pescado, as quais representaram 28,2% do total da delegação, apresentando um preço por quilograma de 1,06€.

Quadro 23 – Pescado vendido nas principais lotas e postos de vendagem, nas delegações de Aveiro, Figueira da Foz e Matosinhos (toneladas e €)

Delegações	Lotas Principais e Postos de Vendagem	Transacções (ton)	Peso das Transacções (ton) na delegação	Transacções (mil €)	Peso das Transacções (mil €) na delegação	Preço €/Kg
Matosinhos		23422	100,0%	17810	100,0%	0,76 €
	Matosinhos	23063	98,5%	17308	97,2%	0,75 €
	Angeiras	42	0,2%	222	1,2%	5,29 €
	Afurada	10	0,0%	42	0,2%	4,20 €
	Aguda	12	0,1%	83	0,5%	6,92 €
	Espinho	260	1,1%	131	0,7%	0,50 €
	Valbom	36	0,2%	25	0,1%	0,69 €
Aveiro		7956	100,0%	10279	100,0%	1,29 €
	Aveiro	4418	55,5%	6731	65,5%	1,52 €
	Vagueira	421	5,3%	569	5,5%	1,35 €
	Torreira	2240	28,2%	2376	23,1%	1,06 €
	Mira	877	11,0%	604	5,9%	0,69 €
Figueira da Foz	Figueira da Foz	10380	100,0%	9315	100,0%	0,90 €

Fonte: adaptado de DGPA – MADRP (2007b), 186

6.5 Análise e Caracterização Demográfica e Socioeconómica – Zona envolvente da Ria de Aveiro (Murtosa em foco)

A caracterização socioeconómica, é baseada em determinados indicadores, escolhidos para poderem evidenciar e/ou justificar, a dimensão e o tipo de actividades dos núcleos piscatórios, a sua importância económico-social, a sua área de influência actual, que pode ser por exemplo, ao nível da freguesia, ou do concelho, dando uma especial atenção ao caso da Murtosa.

Para tal torna-se importante analisar a população residente, e a sua estrutura etária, a população empregue por sector de actividade, as taxas de actividade, desemprego e o seu principal meio de vida.

6.5.1. Caracterização demográfica – concelhia

No conjunto dos concelhos onde se estende a Ria de Aveiro, podemos observar na Figura 26 que Aveiro é o concelho mais populoso, com 73.335 residentes, representando 31% do total da população dos concelhos. Em segundo lugar posiciona-se o concelho de Ovar, com 23% da população. Por último, o concelho da Murtosa, com 9.458 residentes, o que representa cerca de 4% da população. Pelo meio verificam-se os concelhos de Estarreja, Vagos e Mira, respectivamente com 12%, 9% e 5%, da população envolvente da Ria.

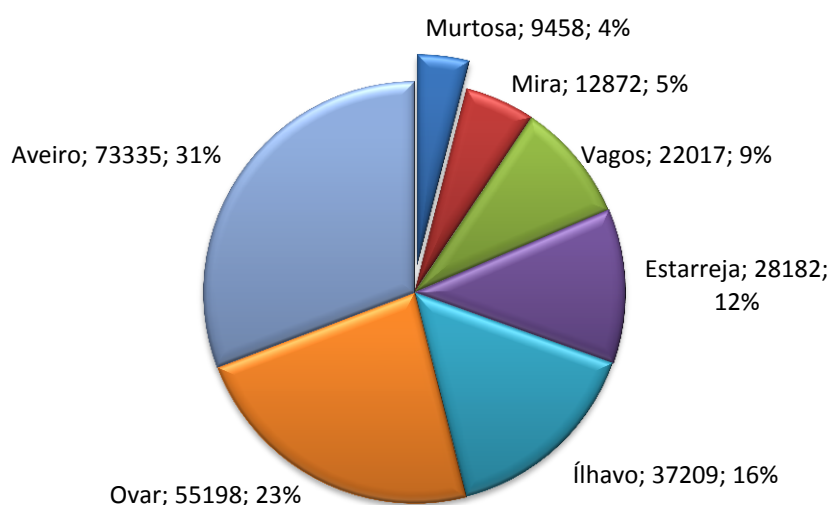


Figura 26 – População residente por concelho (censos de 2001)
Fonte: elaboração própria; Dados INE.

Quanto à composição da população ao nível dos grupos etários, nos vários concelhos e freguesias, não é, de grosso modo, muito diferente entre eles. Podemos constatar que os grupos etários onde geralmente se verifica mais população são entre os 20 e os 50 anos Figura 27. No entanto, numa análise mais detalhada, podemos observar que existem diferenças de estrutura etária nos vários concelhos, observando-se que os que têm uma população tendencialmente mais jovem são os concelhos de Ílhavo e Ovar, sendo Mira, Murtosa, Vagos e Estarreja os concelhos com a população mais envelhecida.

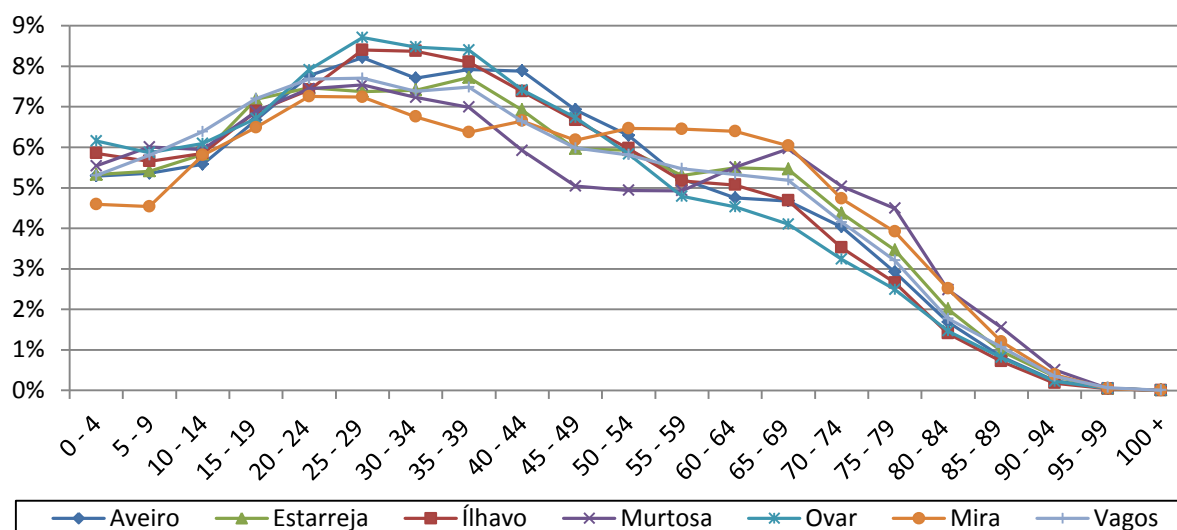


Figura 27 – População residente por concelho (censos de 2001)
 Fonte: elaboração própria; Dados INE.

6.5.2 Caracterização demográfica – freguesias

Devido à magnitude de freguesias a poder considerar nestes concelhos, foram consideradas apenas 19 freguesias, as mais directamente relacionadas com a actividade piscatória lagunar da Ria de Aveiro, sendo seleccionadas a partir dos indicadores de pesca e de acordo com informações das entrevistas executadas a agentes políticos e associativos.

Portanto, relativamente às freguesias consideradas mais directamente relacionadas com a actividade piscatória lagunar da Ria de Aveiro, dadas as suas claras índoles da pesca lagunar, podemos observar na Figura 28 que a freguesia de Ovar surge em primeiro lugar com 17185 residentes, seguida da freguesia de S. Salvador com 16760 e da freguesia da Gafanha da Nazaré com 14021. Entre as freguesias que detêm um peso muito relevante quanto à população relacionada directamente com a actividade piscatória lagunar, temos Esgueira, Glória e Vera Cruz. Por outro lado, entre as freguesias menos habitadas temos a Murtosa (3140), Praia de Mira (2985), Bunheiro (2707), Torreira (2495), Monte (1116) e São Jacinto (1016).

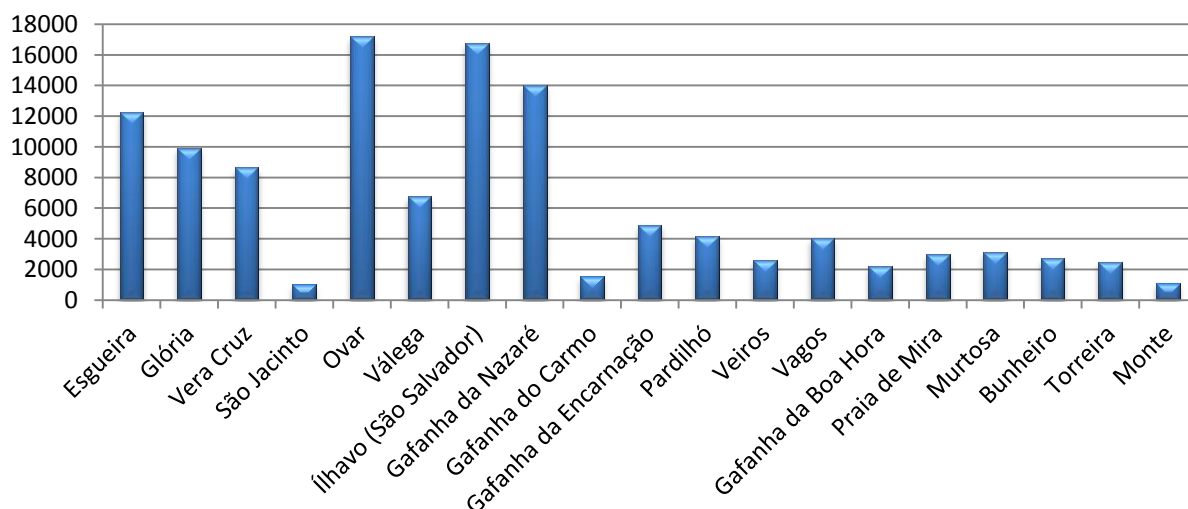


Figura 28 – População residente, por freguesia relacionada directamente com a actividade piscatória lagunar (censos de 2001) | Fonte: elaboração própria; Dados INE.

6.5.3 Caracterização socioeconómica

Aveiro é o concelho que emprega mais população comparativamente aos municípios envolventes da Ria de Aveiro (aproximadamente 36 milhares de pessoas), seguido de Ovar e Ílhavo (com 27 e 17 milhares respectivamente). Destes, o concelho que menos população emprega é a Murtosa, com cerca de 4000 trabalhadores. No entanto, se fizermos uma análise em relação percentual com a população residente, vemos que existe uma maior proximidade entre os concelhos, sendo que neste caso se mantém o observado acima, ou seja, Aveiro, Ovar e Ílhavo continuam a ser os maiores empregadores (Figuras 29 e 30).

Ao nível das freguesias (nos concelhos envolventes da Ria), Ovar e S. Salvador são as que mais pessoas empregam, rondando os 8 milhares de empregados cada, todavia o Bunheiro, a Praia de Mira, a Murtosa e a Torreira as freguesias com menos população empregada. Analisando as percentagens sobre a população residente temos Esgueira (51%), Ovar (48%) e S. Salvador (47%) como as freguesias maiores empregadoras e a Murtosa com apenas 35% da população residente empregada (Figura 30). Estes resultados estão de acordo com os referidos anteriormente para os concelhos, uma vez que as freguesias mais empregadoras pertencem aos concelhos também mais empregadores (idem para os menos empregadores).

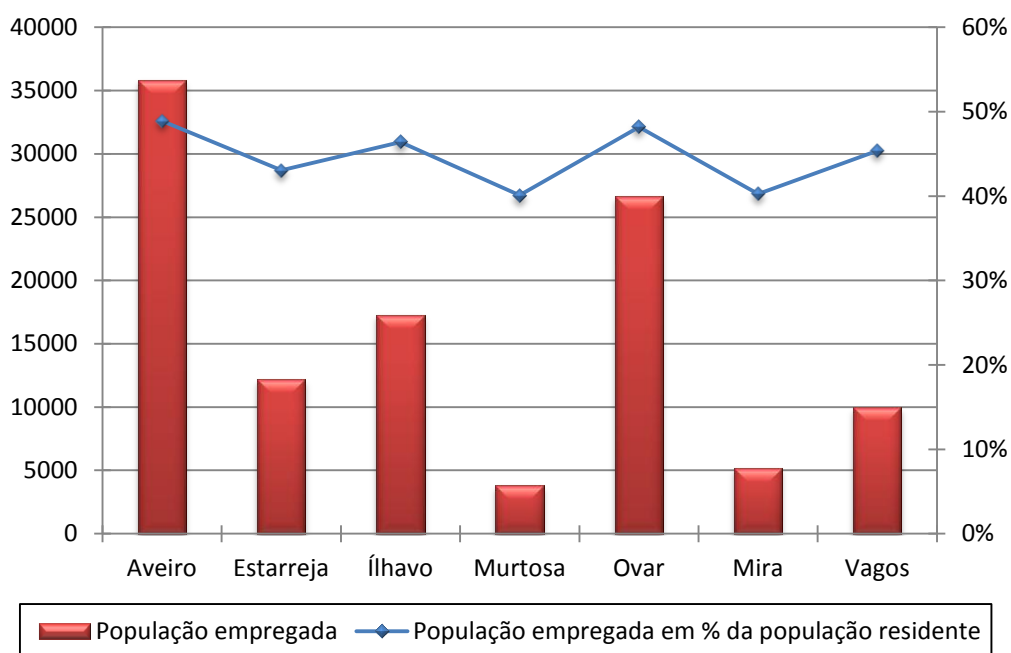


Figura 29 – População empregada por concelhos (censos de 2001)

Fonte: elaboração própria; Dados INE

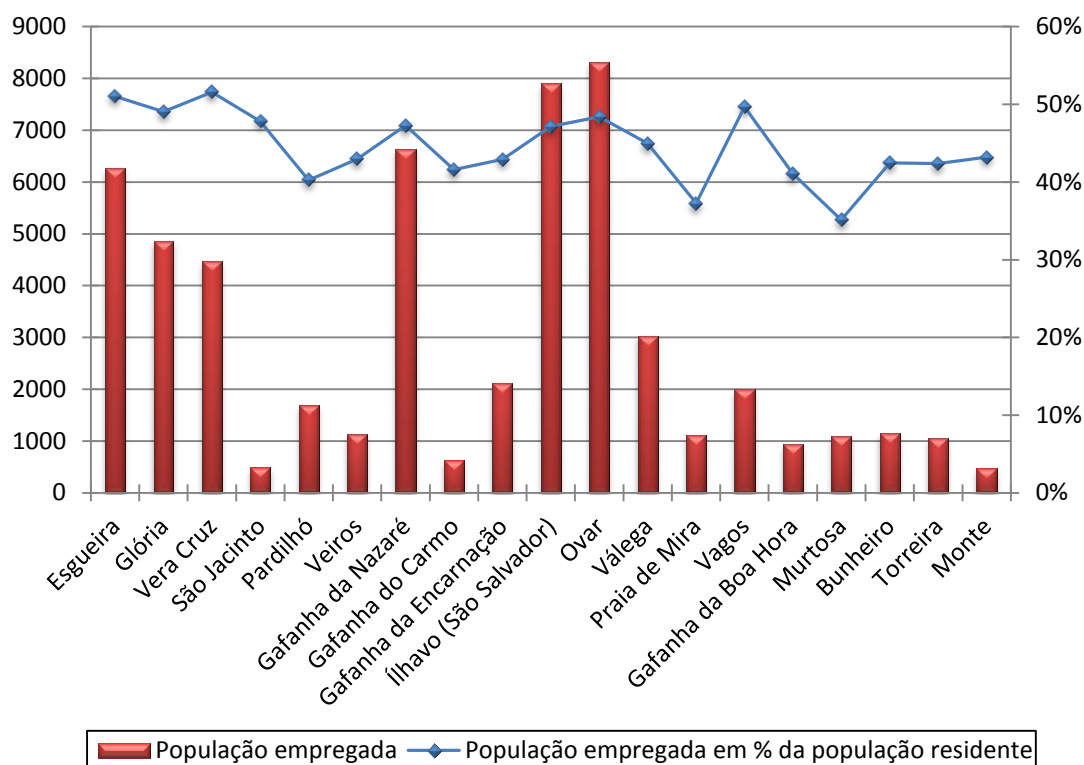


Figura 30 – População empregada por freguesias (censos de 2001)

Fonte: elaboração própria; Dados INE

A população empregada reparte-se de uma forma desigual pelos vários sectores, verificando-se, de uma forma geral, que o sector da indústria transformadora é o maior empregador. Seguem-se-lhe os sectores do Comércio e da Construção. Este padrão verifica-se quer ao nível dos concelhos, quer ao nível das freguesias (Figura 31 e 32).

Quanto ao sector das pescas, este assume especial relevância ao nível concelhio, apenas para o concelho da Murtosa, isto porque, 10,6% da população empregada pertence a este sector (Figura 29). A causa de tal taxa ser extremamente saliente, é o facto de duas das quatro freguesias do concelho terem taxas elevadas, como é o caso da freguesia da Murtosa, com 9,8% e em especial da Torreira, com 23,65% (Figura 32). Todavia, ao concelho da Murtosa, segue-se o concelho de Ílhavo, com 4,3% de população empregue no sector das pescas, o que em muito contribui a freguesia da Gafanha da Encarnação com 10,16% e a da Gafanha da Nazaré com cerca de 5%. Observa-se também que o concelho de Mira, expõe uma taxa significativa que ronda os 2,1%, o que em muito contribui a freguesia Praia de Mira com 9,08%. É de referir, que embora o concelho de Aveiro, com 0,44%, não disponha de uma taxa significativa ao nível concelhio, possui ao nível das freguesias um caso de excepção, que se denota por freguesia de São Jacinto, visto cerca de 6,2% da sua população empregue, abarca o sector das pescas.

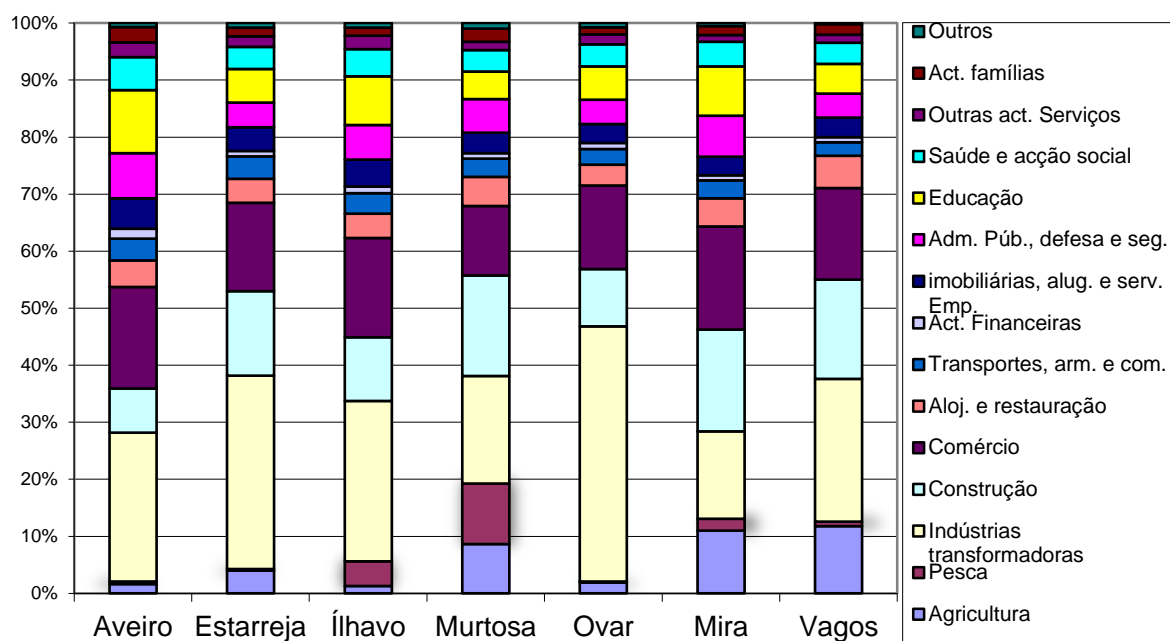


Figura 31 – População empregada por actividade económica e por concelho (censos de 2001)
 Fonte: elaboração própria; Dados INE

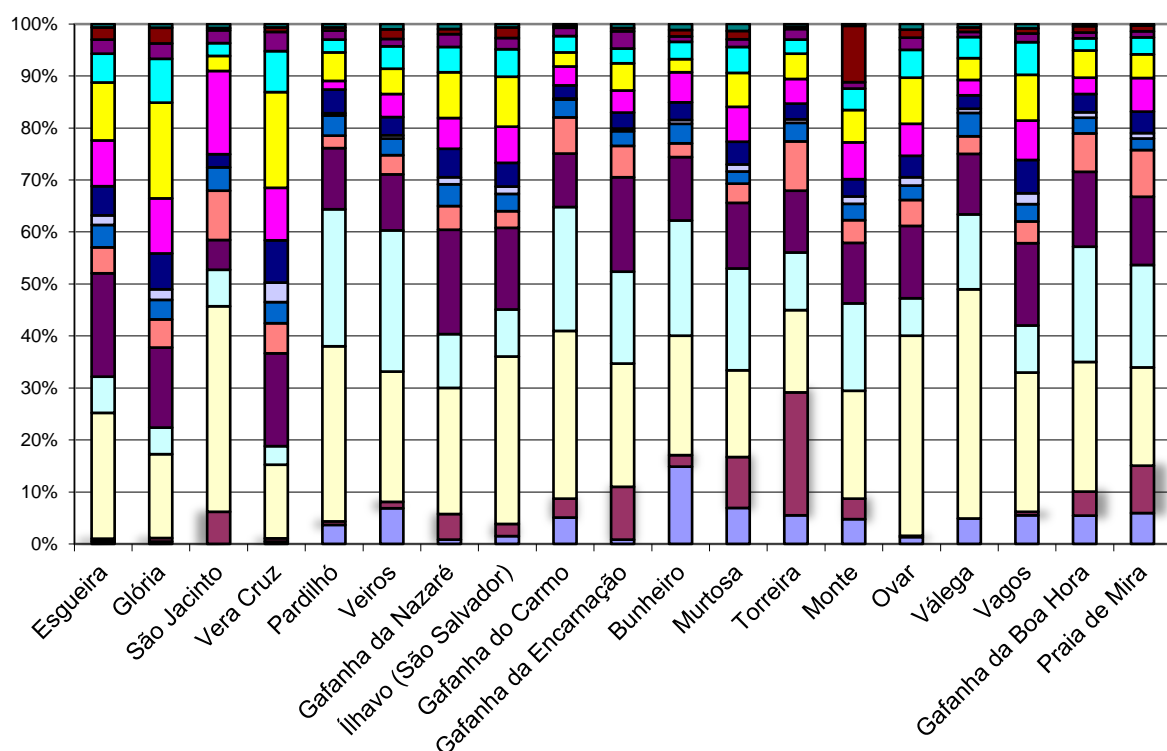


Figura 32 – População empregada por actividade económica e por freguesia (censos de 2001)
 Fonte: elaboração própria; Dados INE; Legenda no Gráfico anterior

Portanto, a análise económica que reporta ao sector da pesca, pode ser generalizada, com a devida prudência, para o tipo de pesca praticado nos núcleos piscatórios presentes nas freguesias e concelhos abordados.

Entre os concelhos mais activos temos Aveiro, Ovar e Ílhavo (com 52%, 51% e 49% respectivamente) (Figura 33), o que vem de acordo com as conclusões já retiradas acerca da população empregue. Os concelhos com menor taxa de actividade são o da Murtosa (43%) e a Mira (43,7%), o que enaltece a importância de quaisquer actividades que seja desenvolvida nestes concelhos, fortalecendo contudentemente a importância da pesca no seio destas comunidades.

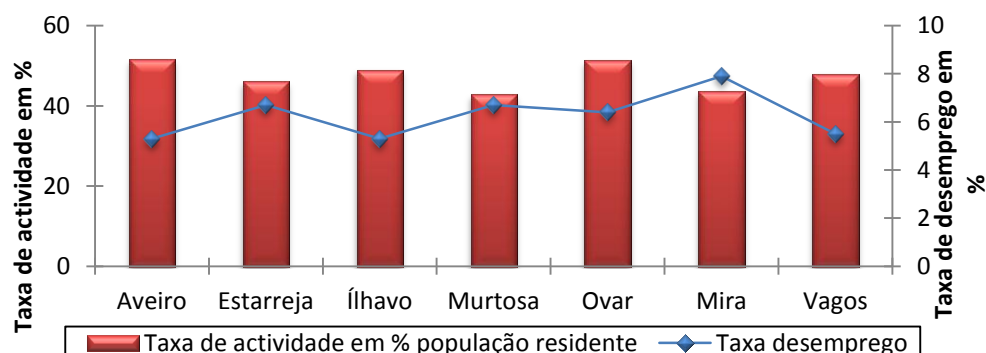


Figura 33 – Taxa de actividade em % da população residente e taxa de desemprego por concelho (censos 2001) |
Fonte: elaboração própria; Dados INE.

Ao nível das freguesias (Figura 34) temos Esgueira e a Vera Cruz com 54%, Ovar com 52,5% e Vagos com 51,8% de taxa de actividade, como as freguesias mais activas que contribuem por sua vez com os já mencionados resultados para os respectivos concelhos. A freguesia da Murtosa aparece com o menor valor, como era de esperar (37,7%). Em seguida aparece a Praia de Mira com 42,2%, Gafanha do Carmo (43,2%) e Pardilhó (43,2%) como as freguesias com menos taxa de actividade das suas populações.

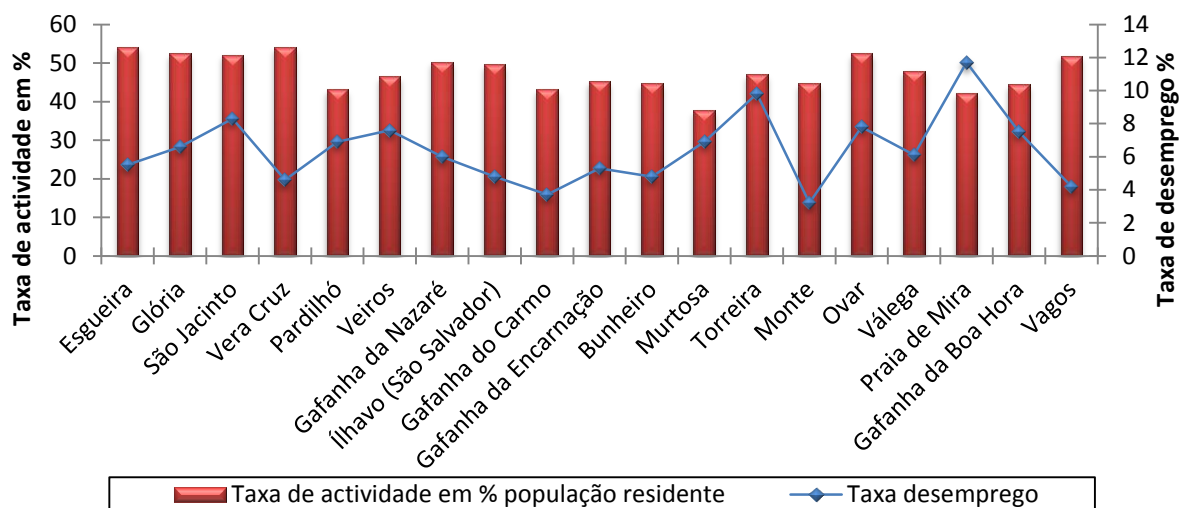


Figura 34 – Taxa de actividade em % da população residente e taxa de desemprego por freguesia (censos 2001)
Fonte: elaboração própria; Dados INE.

Relativamente à taxa de desemprego esta é mais baixa nos concelhos de Aveiro e Ílhavo (ambos com 5,3%) e mais alta nos concelhos de Mira (7,9%), Murtosa e Estarreja com 6,7%. O Monte, a Gafanha do Carmo e Vagos aparecem como as freguesias com menos desemprego apresentando 3,2%,

3,7% e 4,2% respectivamente. Note-se que o Monte, freguesia pertencente ao concelho da Murtosa, apresenta valores baixos de desemprego, apesar de o concelho registar a taxa de actividade mais baixa. Esta aparente contradição pode dever-se ao facto da taxa de desemprego incidir sobre a população activa e a taxa de actividade sobre a população residente, o que pode indiciar que este concelho tem uma grande parte de população não activa (veja-se o referido sobre a estrutura etária, em que o concelho da Murtosa se encontrava entre os mais envelhecidos). As freguesias onde a taxa de desemprego é mais elevada são a da Praia da Mira (11,7%), a da Torreira (9,8%) e a de São Jacinto (8,3%) (Figura 34), três das freguesias onde a incidência da pesca é maior como observado na Figura 32.

Quanto ao meio de vida destas populações, de acordo com as categorias do INE, o “trabalho” surge como o principal meio de vida, seguido da categoria “a cargo da família” (dado que a população residente se estende para além da população activa, considerando por exemplo crianças, jovens, outros). Em terceiro lugar surgem os pensionistas e reformados. Esta estrutura do meio de vida estende-se quer ao nível do concelho, quer ao nível da freguesia (Figura 35 e 36).

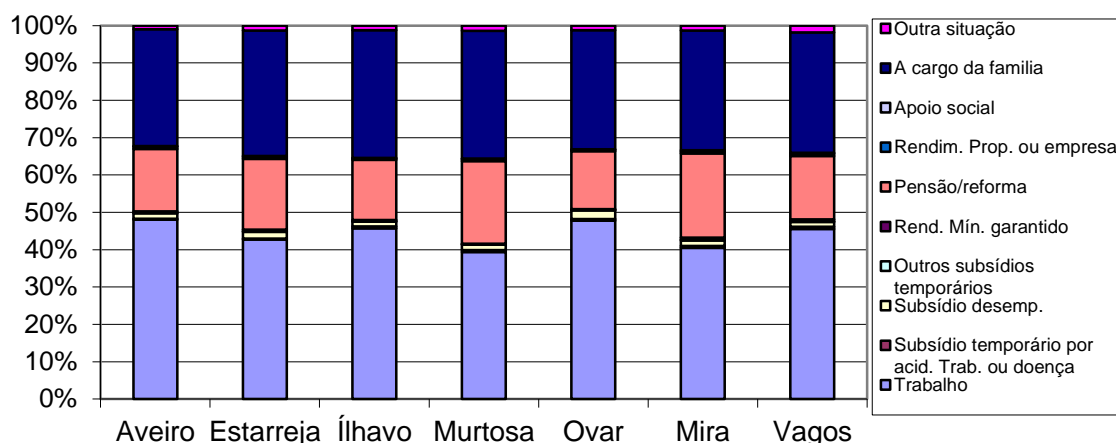


Figura 35 – População residente segundo o principal meio de vida por concelho (censos 2001)

Fonte: elaboração própria; Dados INE

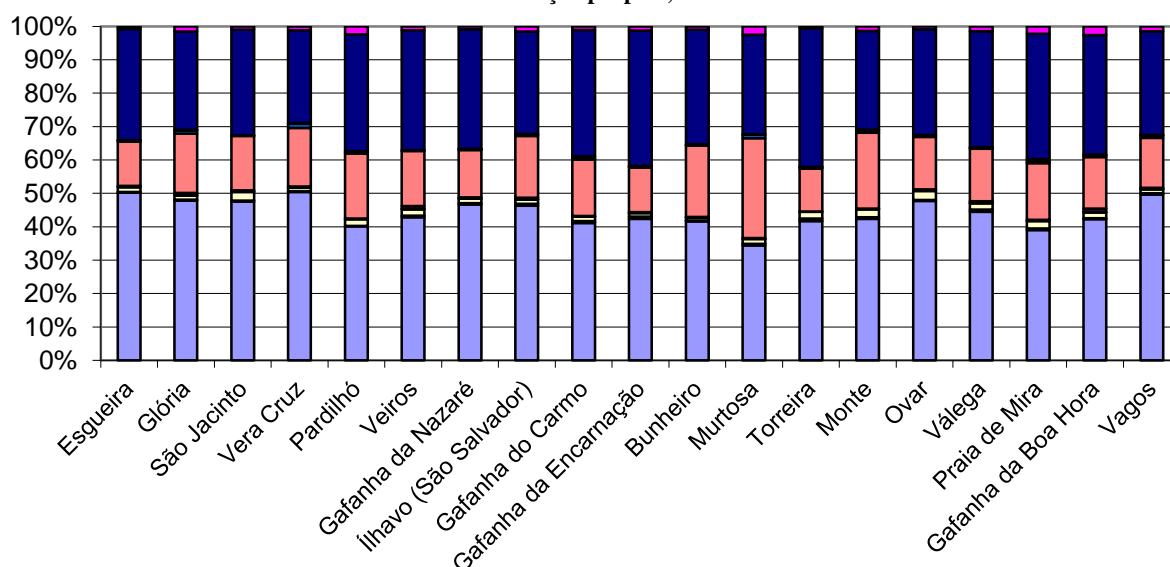


Figura 36 – População residente segundo o principal meio de vida por freguesia (censos 2001)

Fonte: elaboração própria; Dados INE; Legenda na Figura anterior

Podemos apontar os concelhos de Aveiro (com 48%) e Ovar (com 47,7%) como os concelhos onde o “trabalho” tem um maior peso no meio de vida. Ao nível das freguesias, são as de Vera Cruz, de Esgueira e Vagos que apresentam o número mais elevado a nível do “trabalho”, apresentando 50,4%, 50,2% e 49,6% respectivamente. Na categoria de “a cargo da família” surgem a freguesia da Torreira (41,5%) e da Gafanha da Encarnação (40,6%) com as maiores percentagens, enquanto as freguesias de Vera Cruz, Glória e Monte apresentam os menores valores percentuais (27,8%, 29,5% e 29,6%, respectivamente). Assim sendo, pode-se concluir que apesar de os valores de “a cargo da família” serem muito uniformizados entre os 31 e 34%, os concelhos de Ílhavo e Murtosa manifestam os valores mais elevados, 34,2%. Porém os concelhos com menores valores são os de Ovar e Aveiro com 31,9 e 31,2% respectivamente. Quanto à “pensão e reforma” as freguesias da Murtosa (29,9%), Monte (22,8%) e Bunheiro (21,4%) aparecem com a maior percentagem de pensionistas (o que vem em parte corroborar a baixa taxa de actividade desta freguesia e a sua estrutura etária envelhecida). Isto significa que o concelho da Murtosa (22,1%) regista o maior número de pensionistas e reformados, um indicador relevante para remarcar a falta de actividade do concelho. Contudo, o concelho da Mira com 22,6%, também manifesta maiores valores. Por outro lado, Esgueira e Gafanha da Encarnação (ambas com 13,2%) são as que apresentam a menor percentagem nesta categoria e os concelhos com as mesmas características são a de Ílhavo (16,1%) e Ovar (15,5%). Por sua vez, o “subsídio de desemprego” é maior na freguesia e no concelho de Ovar com 2,7% e 2,4% respectivamente, enquanto nas freguesias do Bunheiro (0,8%) e de Vera Cruz (1%), tal como no concelho de Ílhavo (1,3%) e Vagos (1,3%), os valores são os mais inferiores, reflectindo uma menor dependência deste tipo de rendimento.

No contexto de uma caracterização global, podemos referir que os pescadores matriculados na pesca em águas interiores (que é o tipo de pesca que nos interessa para o tema em estudo) têm tido, desde 2004, uma evolução positiva, exceptuando-se em 2006, ano em que houve uma ligeira quebra. Nesse sentido verificamos que no ano de 2008 a percentagem de pescadores de águas interiores, representava, 56% do total dos pescadores matriculados para o NUTS II de Aveiro.

Ao longo dos últimos anos, apesar da pesca em águas interiores ter vindo a ganhar importância, quer no Centro, quer em Portugal como um todo, em Aveiro essa importância tem assumido valores muito mais significativos.

No que diz respeito à empregabilidade, o sector das pescas assume relevância apenas para o concelho da Murtosa, com 10,6% da população empregada, para o qual contribuem as freguesias da Murtosa com 9,8% e principalmente a da Torreira, com 23,65%. Segue-se o concelho de Ílhavo (4,3%, com a freguesia da Gafanha da Nazaré a contribuir com cerca de 5%) e o de Mira (a rondar os 2%, com a freguesia da Praia de Mira a contribuir com 9,08%). Todavia o concelho de Aveiro, não dispunha de uma taxa significativa neste sector. Ao nível das freguesias existe um caso de excepção, denominado por freguesia de São Jacinto, visto cerca de 6,2% da população estar empregue neste sector. Portanto, a análise económica que reporta ao sector da pesca, pode ser generalizada, com a devida prudência, para o tipo de pesca praticado nos núcleos piscatórios presentes nas freguesias e concelhos abordados.

6.5.4 Análise sociometria (conclusiva)

6.5.4.1 Relação entre taxa de desemprego e a importância económica da pesca

Da percepção dos dados socioeconómicos disponíveis ao nível das freguesias que têm importância na actividade piscatória, na extensão da Ria de Aveiro, retiram-se algumas conclusões.

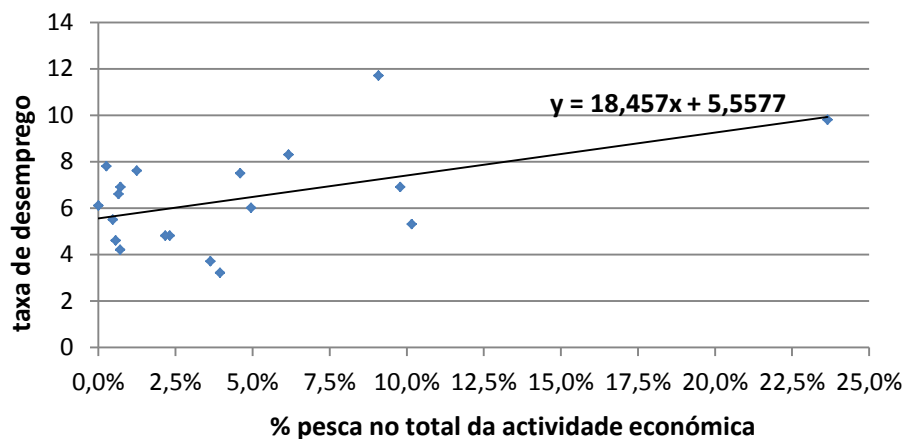


Figura 37 – Relação entre a taxa de desemprego e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias | Fonte: elaboração própria; Dados INE

Por exemplo, percebe-se que existe uma relação positiva entre a taxa de desemprego e a importância da pesca no conjunto da actividade económica das freguesias (Figura 37).

Fazendo uma análise mais fina, dessa amostra, observa-se para o conjunto das freguesias do concelho da Murtosa (Figura 38) o mesmo resultado, contudo essa situação ainda é mais clara, evidenciando uma efectiva correlação entre a taxa de desemprego e a importância da pesca na actividade económica.

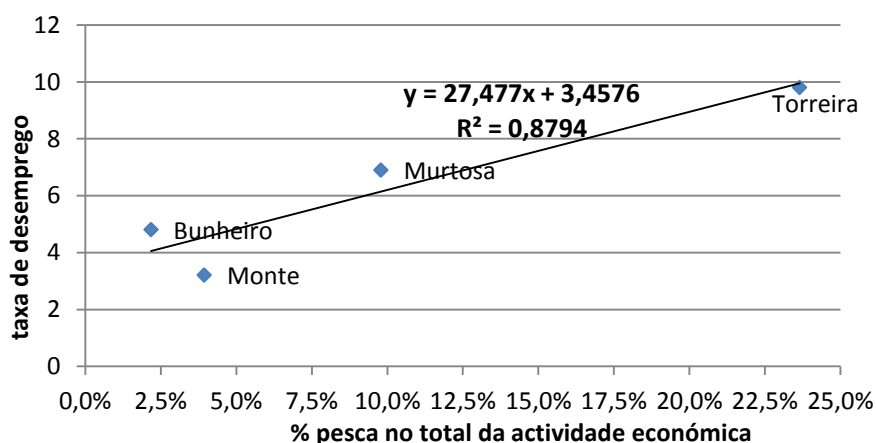


Figura 38 – Relação entre a taxa de desemprego e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias da Murtosa | Fonte: elaboração própria; Dados INE

Analogamente, essa relação aparenta ser negativa, para a generalidade das freguesias abordadas, se relacionarmos a população activa com a importância da pesca (Figura 39), significando, que as zonas onde a pesca é uma actividade mais importante em termos económicos, sejam áreas em que se verifica

mais desemprego, e possivelmente zonas mais pobres ou carenciadas, sendo que nessas freguesias se verifica uma percentagem de população activa menor, logo, mais idosos, crianças, jovens, etc. Contudo, observando a Figura 40, constata-se precisamente o contrário, para o caso da Murtosa, concluindo-se que apesar dos baixos índices de actividade desta e da extrema importância económica da pesca, este concelho apresenta uma relação positiva nesta analogia, evidenciando um enraizamento da pesca nestas comunidades.

6.5.4.2 Relação entre população activa e a importância económica da pesca

Se analisarmos os dados relativos à estrutura etária, observa-se que, onde a pesca assume maior importância, são tendencialmente zonas onde a população é mais envelhecida, pelo que como foi referido anteriormente conclui-se que a menor percentagem de população activa se deverá à existência de uma maior percentagem de idosos. Convém ainda referir que na generalidade destas populações se verifica uma maior percentagem de pessoas cujo principal meio de vida são “pensões/reforma” e “a cargo da família”, o que atesta as ilações anteriores.

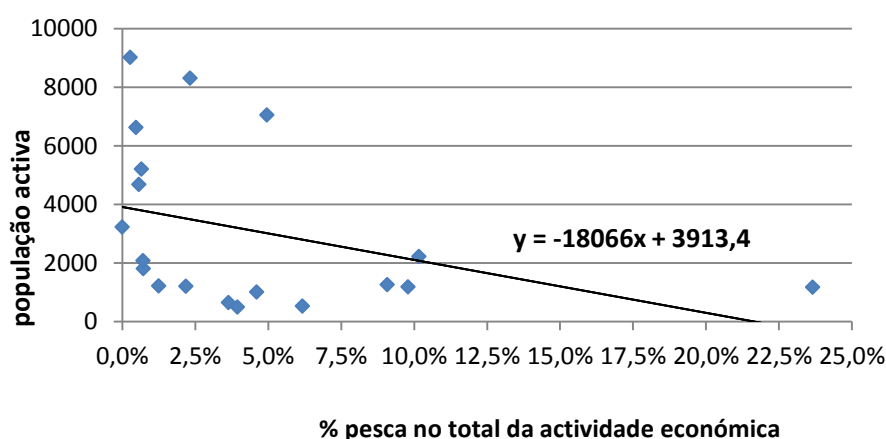


Figura 39 – Relação entre a população activa e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias | Fonte: elaboração própria; Dados INE

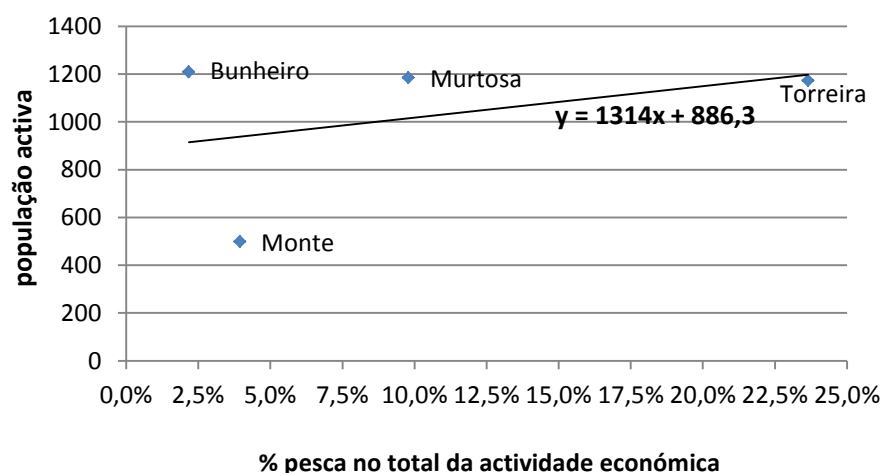


Figura 40 – Relação entre a população activa e a importância económica da pesca para o conjunto das freguesias da Murtosa | Fonte: elaboração própria; Dados INE.

6.6 Caracterização socioeconómica dos pescadores

A população de pescadores amostrada é constituída, predominantemente, por indivíduos do sexo masculino. Este aspecto parece encontrar-se em consonância com os estudos efectuados à volta do mundo. Wilde *et al.* (1998) obtiveram uma percentagem de participação (pesca ao achigã no Texas), do sexo masculino de 96,9%, para a população de pescadores desportivos e 84,5% para a população de pescadores recreativos. Este aspecto permite inferir que esta é, na generalidade, uma actividade fundamentalmente masculina.

6.6.1 Freguesia de residência

Numa primeira análise, observa-se que os pescadores do concelho da Murtosa, indiciam uma clara influência local dos seus cais, isto é, observa-se uma clara sobreposição entre a freguesia de residência dos pescadores e a freguesia onde se inserem os cais que os próprios utilizam (Figura 41).

Numa primeira análise à Figura 41, por nível de relevância, podemos observar que no Cais do Porto do Abrigo da Torreira, os pescadores que lhe dão mais utilidade são os residentes na própria freguesia da Torreira, estando compreendidos em 96,7% dos que o utilizam, sendo os restantes 3,3% pertencentes à freguesia da Murtosa.

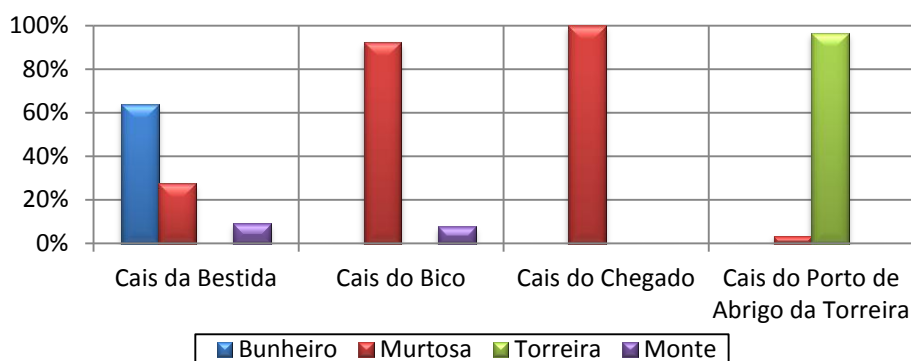


Figura 41 – Freguesia de residência dos pescadores, por Cais (em % do total do Cais)
Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N* valid=56)

Olhando para a distribuição dos pescadores da freguesia da Murtosa, observa-se que estes apresentam uma real distribuição pelos quatro cais em análise, contudo, os pescadores residentes na Murtosa, desenvolvem a sua actividade tanto nos Cais do Bico, do Chegado, da Béstida, como também no Cais do Porto de Abrigo da Torreira, embora este num número bastante reduzido.

O Cais do Bico é maioritariamente aproveitado pelos pescadores da freguesia em que se encontra, neste caso da Murtosa, com uma percentagem muito elevada, rondando os 92,3%, todavia o cais também é partilhado por residentes na freguesia do Monte que correspondem a 7,7% do total.

Através dos inquéritos podemos deparar-nos com a realidade de que o Cais do Chegado é apenas utilizado pelos residentes da freguesia da Murtosa, contudo devido ao tamanho da amostra, este resultado pode ser inconclusivo. O cais da Bestida por sua vez, é o que acolhe mais pescadores das várias freguesias, possuindo 27,3% da freguesia da Murtosa, 63,6% do Bunheiro e 9,09% do Monte.

6.6.2 Estrutura etária

A faixa etária considerada no decorrer do processo de amostragem procurou ser, na totalidade, aleatória. Assim, foram entrevistados indivíduos desde os 15 até aos demais anos, obtendo-se a distribuição proporcional descrita na Figura 42.

Analizando a estrutura etária dos pescadores, verifica-se que a maioria encontra-se entre os “25 e os 54 anos” (65,51%) e a sua distribuição é uniforme pelas diversas faixas etárias. É de referir que, verificaram-se duas franjas etárias, ambas relativamente importantes, com 15,52% cada, sendo o caso da “dos 15 aos 24 anos” e a dos “igual ou maior de 65 anos”. Os pescadores compreendidos entre os 55 e 64 anos apresentam-se como a minoria, representando apenas 3,45%.

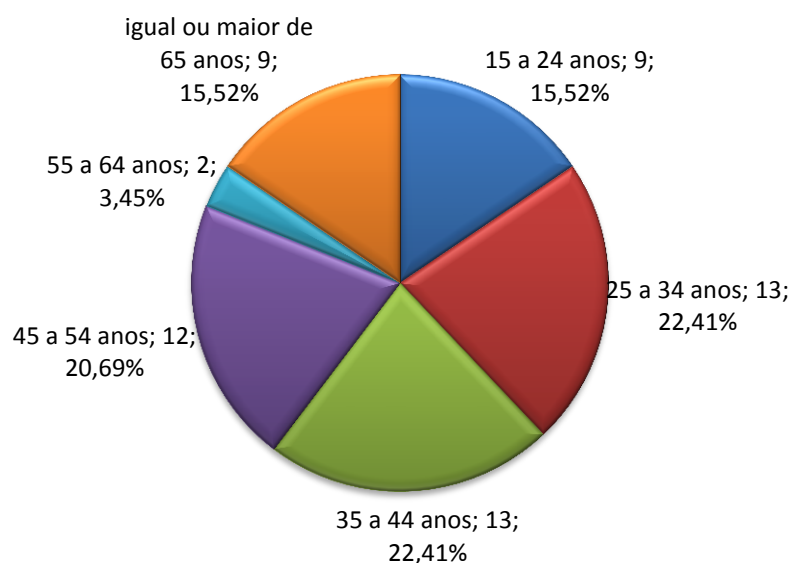


Figura 42 – Estrutura etária dos pescadores

Fonte: elaboração própria; **Dados:** inquéritos por questionário (*N valid=58*)

6.6.3 Estado civil

No que diz respeito ao estado civil, 75,9% dos pescadores são casados e 17,2% solteiros, verificando-se pouca expressão nas restantes categorias (Figura 42), o que parece evidenciar um determinado padrão social estabelecido, provavelmente não apenas na área em estudo mas, também mais a nível geral, no nosso país.

Na realidade e, de acordo com os últimos censos realizados pelo INE, verifica-se que 49,6% da população se encontra casada, enquanto apenas 37,5% apresenta o estado civil de solteiro (INE, 2001). O mesmo estudo indica que os restantes estados civis, tal como constatado no presente estudo, não apresentam grande representatividade.

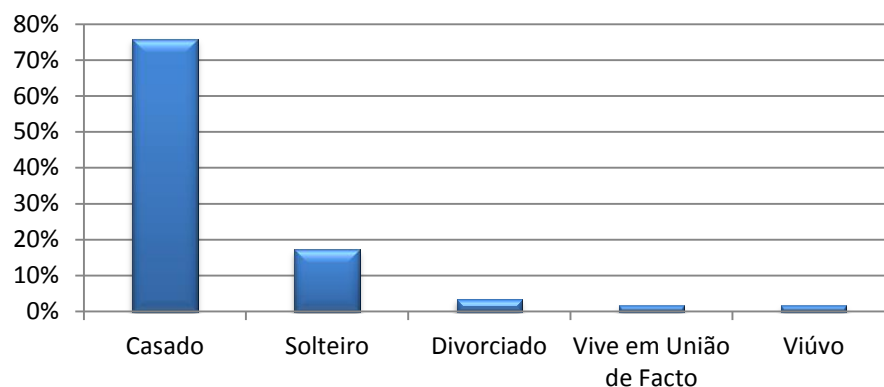


Figura 43 – Estado civil dos pescadores (em % do número de indivíduos)
Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N* valid=58)

6.6.4 Habilitações literárias

A grande parte dos pescadores, 81,03%, possui o 1º e/ou 2º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente, correspondendo a 46,6% de pescadores com o 2º CEB e a 34,5% com o 1º CEB. As outras categorias perfazem no total quase 19% (Figura 44). Contudo, conclui-se que não existem quer pescadores analfabetos, quer com habilitações literárias do Ensino Superior. Portanto, estes cerca de 19% representam a franja de indivíduos que possuem habilitações do 3º Ciclo Ensino Básico (8,62%), Ensino Secundário (3,45%) e os que sabem ler e escrever mas que não frequentaram a escola (6,9%).

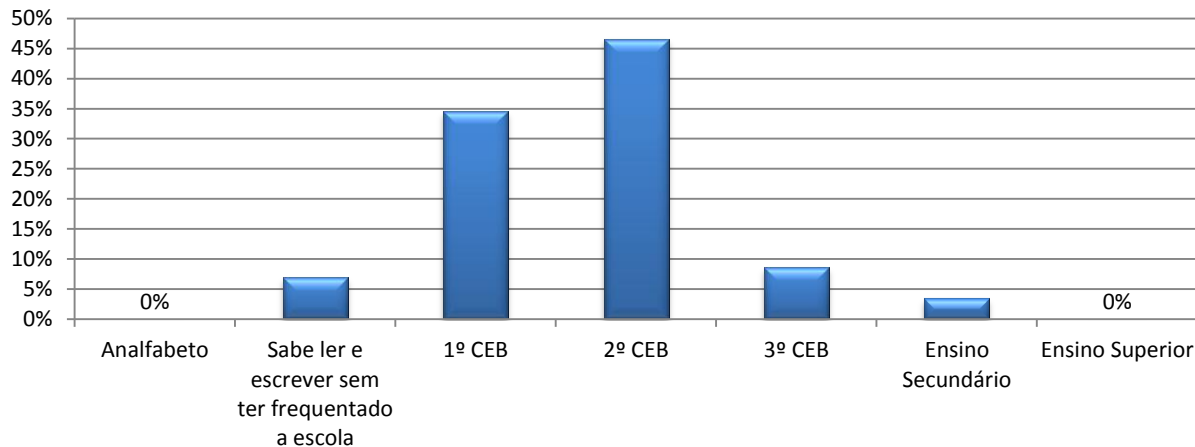


Figura 44 – Habilitações literárias dos pescadores (em %)
Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N* valid=58)

Fazendo um cruzamento da informação por cais, verificam-se algumas diferenças entre eles. Nota-se um predomínio dos inquiridos com o 2º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente nos Cais da Torreira e do Bico, com 56,7% e 53,8% respectivamente, e no cais da Béstida um predomínio de indivíduos com o 1º Ciclo do Ensino Básico (53,8%), sendo de referir que perto de um quarto dos pescadores (23,1%) apenas sabem ler e escrever sem terem frequentado a escola.

Conclui-se que na região estudada a preparação académica dos pescadores analisados é baixa, contudo este aspecto pode, prender-se com o facto de a maioria dos inquiridos ter frequentado o ensino numa altura em que, por variadas questões, mesmo económicas, era relativamente usual abandonar o sistema de ensino numa fase bastante precoce da aprendizagem.

No entanto, de acordo com os últimos censos realizados em Portugal pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2001), o nível de ensino atingido pela maior parte da população era o primeiro ciclo do ensino básico (4ª classe), constituído por 27,84% da população. Em seguida situava-se quem não sabe ler e escrever, com 14,95%; o segundo e terceiro ciclos, com 13,83% e 13,77%, respectivamente. A categoria de quem “sabe ler e escrever” sem possuir qualquer grau de ensino, rondava os 11,43%, sendo que só depois aparece a categoria de quem possui o ensino secundário com 11,04%. As restantes categorias compõem o nicho que falta de percentagem.

Comparando os resultados apresentados no presente estudo, com os padrões nacionais, verifica-se que ao nível das categorias mais baixas, os resultados são melhores que os indicadores nacionais, pelo que quanto se compara os escalões superiores, verifica-se o contrário, contudo verifica-se um resultado melhor do que se poderia julgar para este tipo de actividade e região.

6.6.5 Condição perante o trabalho

Verifica-se que 84,48% dos pescadores exercem uma actividade económica, 12,07% são reformados e 3,45% estão desempregados (Quadro 24).

Quadro 24 – Condição perante o trabalho dos pescadores

Condição perante o trabalho	Nº. de indivíduos	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Exerce actividade	49	84,48%	84,48%
Desempregado	2	3,45%	87,93%
Reformado	7	12,07%	100%
Total	58	100%	

Fonte: elaboração Própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid=58*)

6.6.6 Profissão (dos pescadores)

Quanto à profissão dos pescadores (Quadro 25), consta-se a predominância dos pescadores por conta própria (76,9%), o que indicia já uma utilização do cais associada à actividade profissional principal dos indivíduos. 5,8% pertencem aos “patrões da pesca”, ou seja, que empregam outros pescadores ou ajudantes. Contudo, “outros trabalhadores pescadores” perfazem uma percentagem de 9,6%. Os operários qualificados e não qualificados fazem parte duma pequena franja da amostra (3,5%). Contudo esta situação é mais evidenciada nos cais da Torreira (85,2%) e do Chegado (100%), verificando-se uma forte apetência pela pesca individual por conta própria.

Por outro lado, constata-se que na globalidade 93,3% dos indivíduos têm como profissão principal ser pescadores, sendo que os restantes (7,7%) detêm a profissão de operários.

É de salientar que a amostra estatística decorrente correspondeu a 89,7% dos inquiridos.

Quadro 25 – Profissão dos pescadores

Output	Profissão	Nº. de indivíduos	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Valid	Patrões da pesca	3	5,17%	5,8%	5,8%
	Pescadores por conta própria	40	68,97%	76,9%	82,7%
	Outros trabalhadores pescadores	5	8,62%	9,6%	92,3%
	Operários qualificados e semi-qualificados	2	3,45%	3,8%	96,2%
	Operários não qualificados	2	3,45%	3,8%	100%
	Total	52	89,66%	100%	
Missing	Não responde	6	10,34%		
Total		58	100%		

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid*=52)

6.6.7 Exercício de outra actividade remunerada

Apenas 22,81% dos pescadores declaram possuir uma outra actividade remunerada, para além da profissão principal (Quadro 26), pelo que, a grande maioria desses indivíduos, 66,67%, trabalham como operários não qualificados (Quadro 27). Os restantes pescadores que exercem uma outra actividade para além da pesca perfazem um total de 33,33% onde se enquadram os “operários qualificados e semi-qualificados” e os “patrões de comércio”.

No entanto, o que se torna aqui evidente é que a maioria dos pescadores (77%) não exerce outra actividade, ou seja, vivem exclusivamente da pesca.

Quadro 26 – Exercício de outra actividade remunerada dos pescadores

Output	Exercício de outra actividade remunerada	Nº. de indivíduos	Percentagem	Percentagem Válida
Valid	sim	13	22,41%	22,81%
	não	44	75,86%	77,19%
	Total	57	98,28%	100%
Missing	não responde	1	1,72%	
Total		58	100%	

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid*=57)

Quadro 27 – Outra actividade remunerada dos pescadores

Output	Outra actividade remunerada	Nº. de indivíduos	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Valid	Operários não qualificados	8	13,8%	66,67%	66,67%
	Operários qualificados e semi-qualificados	3	5,1%	25%	91,67%
	Patrões comércio	1	1,7%	8,33%	100%
	Total	12	20,7%	100%	
Missing	não se aplica	46	79,3%		
Total		58	100%		

Fonte: elaboração Própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid*=58)

6.6.8 Composição do agregado familiar

No Quadro 28 observa-se a composição do agregado familiar dos pescadores, verificando-se que ele é na maioria dos casos (50%) constituído por 3 a 4 pessoas, sendo que essa situação é especialmente mais evidenciada no Porto de Abrigo da Torreira, onde se verificam 70% desses tipos de agregados. Verifica-se também que em 68,97% dos casos, os agregados familiares dos pescadores são constituídos por mais de três pessoas. Por outro lado, consta-se que os agregados de 2 membros correspondem a 20,69% e os de mais de 5 pessoas a 18,97% dos casos. Isto significa, portanto, que há poucos pescadores que vivem sozinhos, ou seja, apenas 10,34% partilham esta situação. Na generalidade, conclui-se que o agregado é constituído pelo cônjuge e filhos.

Quadro 28 – Composição do agregado familiar dos pescadores

Nº. De pessoas agregado	Nº. de indivíduos	Percentagem	Percentagem acumulada
mais de 5 pessoas	11	18,97%	18,97%
3 a 4 pessoas	29	50,00%	68,97%
2 pessoas	12	20,69%	89,66%
vive sozinho	6	10,34%	100,00%
Total	58	100%	

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid*=58)

6.6.9 Nível de rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores

Da análise minuciosa executada, conclui-se que 63,16% dos pescadores declara ter um rendimento mensal do seu agregado familiar entre os 301 e os 1000 €, sendo de salientar que um terço dos pescadores, 33,33%, regista um valor rendimento inferior a 301€ mensais (Quadro 29). Esta situação conhece variações segundo cais analisado, pelo que é nos cais do Bico e da Béstida onde a diferença é mais acentuada, sendo que na Béstida 15,4% dos seus pescadores possui um nível de rendimento do agregado familiar menor a 301€, 69,2% de 301€ a 1000€ e os 15,4% restantes com rendimentos na ordem dos 1001€ a 2000€. No cais do Bico, a diferença constitui-se do facto de existir 41,7% com rendimentos inferiores ou iguais a 300€ e os restantes 58,3% a situarem-se nos 301€ a 1000€.

Quadro 29 – Nível de rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores

Output	Nível de rendimento mensal do agregado	Nº. de indivíduos	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Valid	menor ou igual a 300€	19	32,76%	33,33%	33,33%
	de 301 a 1000€	36	62,07%	63,16%	96,49%
	de 1001 a 2000€	2	3,45%	3,51%	100%
	Total	57	98,3%	100%	
Missing	não sabe	1	1,7%		
Total		58	100%		

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid*=57)

Portanto, consta-se que 96,49% dos pescadores, a esmagadora maioria, apresenta um nível de rendimentos inferiores a 1000€ mensais do seu agregado familiar e que apenas 3,45% dos pescadores dispõem de um nível de rendimento de 1001 a 2000€.

É de referir que 1,7% dos pescadores inquiridos, não souberam quantificar o seu nível de rendimentos do seu agregado familiar.

6.6.10 Nível de rendimento mensal dos pescadores, por categoria de agregado

Fazendo uma análise cruzada do nível de rendimento mensal por categoria do agregado familiar dos pescadores, verifica-se que, 40% dos agregados, com mais de 5 pessoas, têm um nível de rendimento mensal menor ou igual a 300€, sendo que os restantes possuem um nível de rendimento mensal de 301€ a 1000€ (Quadro 30).

Quadro 30 – Nível de rendimento mensal dos pescadores, por categoria de agregado

Categoria	Resultado	Nível de Rendimento Mensal do Agregado Familiar			Total
		menor ou igual a 300€	de 301€ a 1000€	de 1001€ a 2000€	
vive sozinho	Nº. de indivíduos	1	4	1	6
	% dentro dos que "vive sozinho"	16,67%	66,67%	16,67%	100%
	% dentro do mesmo "Nível de Rend. Mensal do Agr. Familiar"	5,26%	11,11%	50%	10,53%
	% do Total	1,75%	7,02%	1,75%	10,5%
2 pessoas	Nº. de indivíduos	3	8	1	12
	% dentro dos de "2 pessoas"	25,00%	66,67%	8,33%	100%
	% dentro do mesmo "Nível de Rend. Mensal do Agr. Familiar"	15,79%	22,22%	50%	21,05%
	% do Total	5,26%	14,04%	1,75%	21,1%
3 a 4 pessoas	Nº. de indivíduos	11	18	0	29
	% dentro dos de "3 a 4 pessoas"	37,93%	62,07%	0%	100%
	% dentro do mesmo "Nível de Rend. Mensal do Agr. Familiar"	57,89%	50%	0%	50,88%
	% do Total	19,30%	31,58%	0%	50,9%
mais de 5 pessoas	Nº. de indivíduos	4	6	0	10
	% dentro dos de "mais de 5 pessoas"	40%	60%	0%	100%
	% dentro do mesmo "Nível de Rend. Mensal do Agr. Familiar"	21,05%	16,67%	0%	17,54%
	% do Total	7,02%	10,53%	0%	17,54%
Total	Nº. de indivíduos	19	36	2	57
	% do Total	33,33%	63,16%	3,51%	100%

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid=57*)

Verifica-se que 37,93% dos agregados de 3 a 4 elementos tem um nível de rendimento mensal menor ou igual a 300€ e os restantes 62,07% com um nível de rendimento mensal do agregado familiar

de 301€ a 1000€. Fica claro que 25% dos agregados com 2 pessoas tem um nível de rendimento mensal menor ou igual a 300€, 66,67% com um nível de rendimento mensal do agregado familiar de 301€ a 1000€ e 8,33% com um nível de rendimento mensal do agregado familiar de 1001€ a 2000€. 16,67% dos agregados são constituídos pelo próprio pescador tem um nível de rendimento mensal menor ou igual a 300€, 66,67% com um nível de rendimento mensal do agregado familiar de 301€ a 1000€ e 16,66% com um nível de rendimento mensal do agregado familiar de 1001€ a 2000€.

Em suma, observa-se porém que são os agregados mais pequenos que contemplam os maiores rendimentos. Quanto ao nível de rendimentos mensais dos agregados, de menores rendimentos, verifica-se que estes são maioritariamente constituídos por agregados de 3 a 4 pessoas (57,89%) e por mais de 5 pessoas (21,05%); aos de níveis de rendimento mensal do seu agregado na ordem dos 301 a 1000€, consta-se que são maioritariamente constituídos por agregados de 3 a 4 pessoas (50%) e por 2 pessoas (22,22%). Por fim, nos níveis de rendimentos mensais do agregado familiar de patamares entre os 1001 a 2000€, repartem-se equitativa os agregados constituídos exclusivamente pelo próprio pescador e os de 2 elementos.

6.6.11 Peso do rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores

Analisando a percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade decorrente do Cais, a pesca, esta não possui a mesma importância em termos do contributo da actividade desenvolvida para a geração de rendimentos do agregado familiar, visto que, quase um terço dos pescadores, 32,7%, obtém, através da pesca, menos de 10% do rendimento do agregado familiar (Figura 45). Cerca de 24,5% dos pescadores que retiram entre 10 a 24% do valor do rendimento do seu agregado familiar, enquanto 22,4%, retiram entre 25 a 50% do rendimento.

Importa realçar que 6,1% dos pescadores totais retiram de 50 a 99%, sendo que os pescadores que têm a pesca como a sua única forma de rendimento do seu agregado familiar, representam 14,3%.

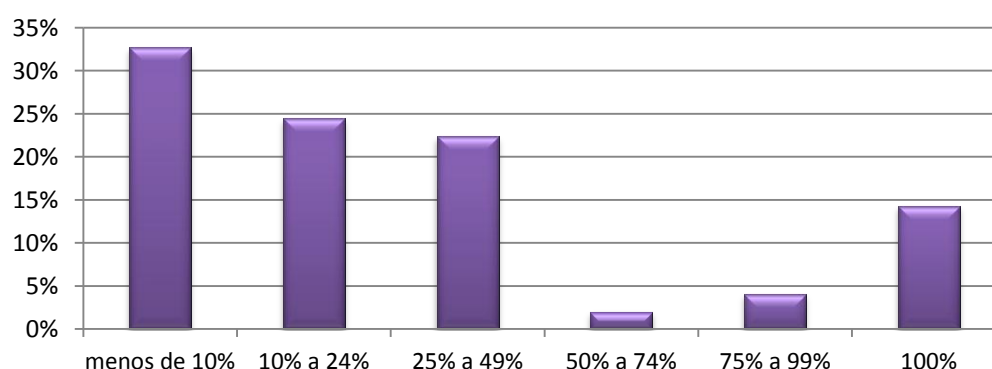


Figura 45 – Peso do rendimento gerado da actividade decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores | Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (N valid=49)

Fazendo uma análise por área, para se verificar se existem discrepâncias entre os pesos dos rendimentos de pesca nos agregados familiares dos pescadores, agrupando portanto, os Cais por zona, a Este da Ria (Béstida, Bico e Chegado) e a Oeste da Ria (Cais do Porto de Abrigo da Torreira) verifica-se, através de um teste de Qui-Quadrado (quadros 31 e 32) que os pescadores da Torreira são mais propensos a retirarem um maior peso da actividade da pesca no seu rendimento do agregado familiar, significando uma maior importância da pesca nos seus rendimentos, comparativamente com a outra margem da Ria.

Quadro 31 – Cais por zona (Este ou Oeste da Ria)*Peso do rendimento gerado da pesca decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar – Crosstabulation (N valid=49)

		Peso do rendimento gerado da pesca nos rendimentos mensais do ag. Fam.			Total
		menos de 10%	11 a 49%	50 a 100%	
Cais do lado Este da Ria (Béstida; Bico; Chegado)	Count	12	4	4	20
	% within Peso do rend. pesca	75,0%	17,4%	40,0%	38,3%
Cais do lado Oeste da Ria (Torreira)	Count	4	19	6	29
	% within Peso do rend. pesca	25,0%	82,6%	60,0%	59,2%
Total	Count	16	23	10	49
	% within Peso do rend. pesca	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário

Quadro 32 – Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,967 ^a	2	,002
Likelihood Ratio	13,557	2	,001
Linear-by-Linear Association	4,946	1	,026
N of Valid Cases	49		

Nota: a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,08.

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário

6.6.12 Importância atribuída à pesca (e ao respectivo Cais), discriminada por rendimento mensal retirado da pesca no agregado familiar

Verificou-se que 84,5% dos pescadores afirmam que a sua pesca é fundamental, ou seja, é “muito importante” para a sua subsistência. Por sua vez, 13,8% acreditam que a sua pesca é “relativamente importante” para a sua subsistência, enquanto um resíduo de 1,7% considera-a “pouco importante” para a sua subsistência.

Num panorama geral, observa-se na Figura 46 que a maioria dos pescadores subsiste pelo intermédio da pesca. Seria de esperar que os pescadores cujo valor em rendimento da pesca repercutisse baixos rendimentos nos seus agregados familiares, correspondessem a importâncias para a sua sobrevivência irrelevantes ou pouco relevantes, contudo, já como evidenciado anteriormente essa não é a realidade observada.

Na Figura 47, reforça-se a ideia do que foi referido anteriormente, verificando-se que os pescadores que retiram de 75 a 100% do seu rendimento mensal do agregado familiar através da pesca, atribuí muita importância ao cais, correspondendo a cerca de 18% dos pescadores, os que retiram menos de 10% do seu rendimento mensal do agregado familiar, uma parte atribui como muito importante (23%) enquanto outros atribuem como uma importância relativa (10%).

Numa abordagem geral, verificando-se que em quase todas as classes de rendimento da pesca, excepto a que representa de 50% a 74% do rendimento mensal do agregado familiar retirado da pesca, os pescadores atribuem muita importância a essa espécie de rendimento, para a sua subsistência.

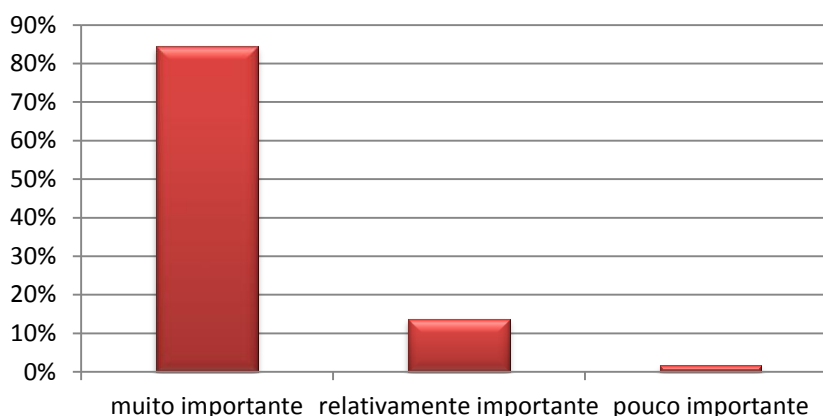


Figura 46 – Importância atribuída à pesca (e ao respectivo Cais), pelos pescadores, para a sua subsistência (em %) | Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N* valid=58)

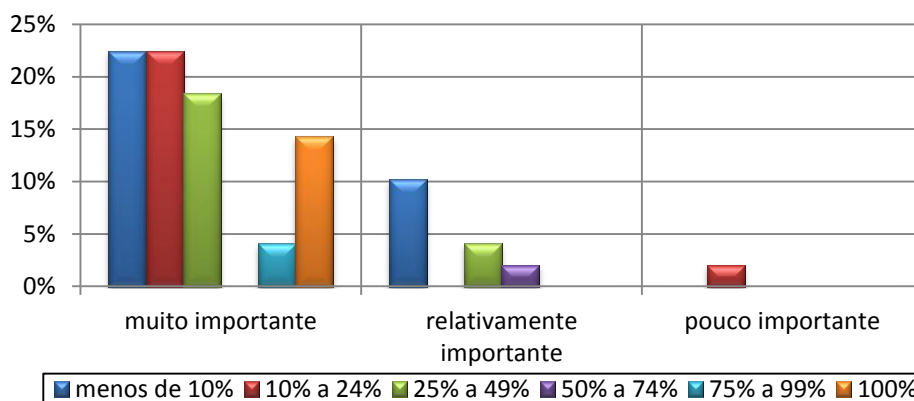


Figura 47 – Importância atribuída à pesca (e ao respectivo Cais), para a sua subsistência discriminada por rendimento mensal da pesca no agregado familiar
Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (*N* valid=49)

6.6.13 Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores, por frequência de utilização do cais

Analisando a realização de pescarias por parte dos pescadores, observa-se nas figuras 48 e 49, a intensidade de trabalho dos pescadores, podendo esta explicar, em parte o menor rendimento no peso do agregado familiar pela menor intensidade da realização de pescarias por parte de alguns pescadores. Todavia, verifica-se através da maior parte dos pescadores, que estes realizam pescarias, decorrentes dos cais, “diariamente” (79,6%) ou “mais do que 4 vezes por semana” (14,2%). Este facto, contraria o

pensamento de que os que retiram menos de 10% do seu rendimento frequentariam o cais muito raramente, pois o que acontece na verdade, é precisamente o contrário. A maior parte dos pescadores que retiram um baixo valor de rendimento da pesca, tem uma actividade regular. Isto reflecte a importância desta actividade no seio dos agregados familiares dos pescadores, pois a grande maioria possui baixos rendimentos, ou seja, por muito pequenas percentagens de rendimento que estes retirem da pesca, estes repercutem-se como muito importantes para o seu sustento e o dos seus amplos agregados familiares.

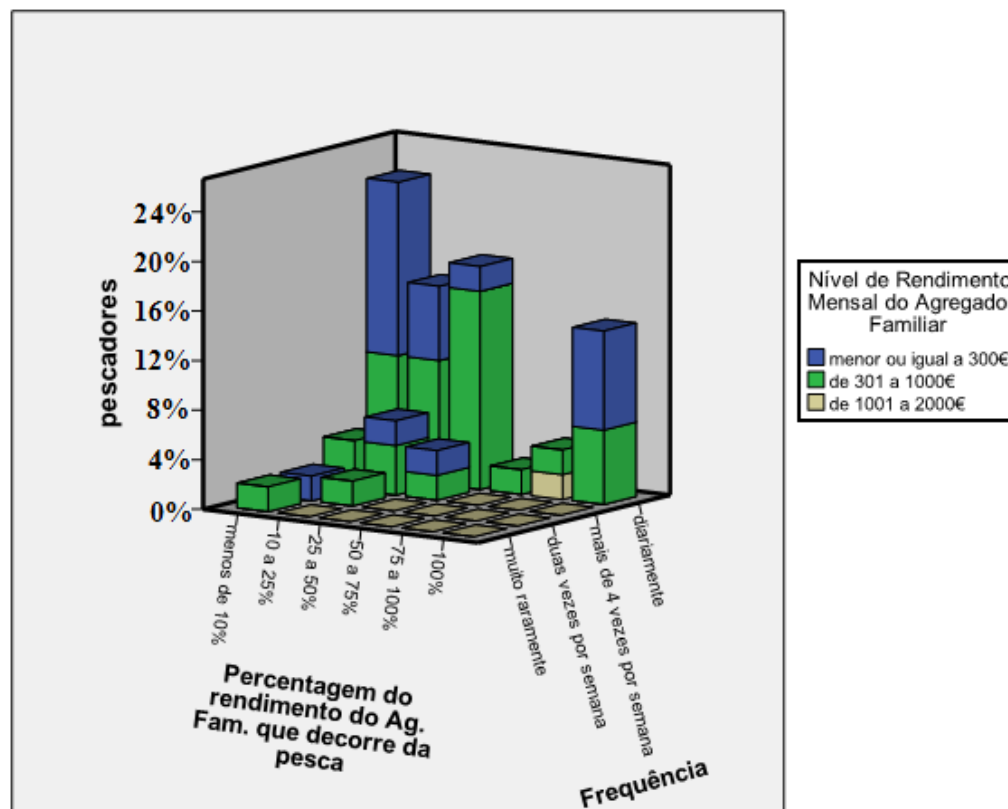


Figura 48 – Peso do rendimento gerado da actividade decorrente do cais de acordo a frequência de pescarias, por nível de rendimentos do agregado familiar | Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid=49*)

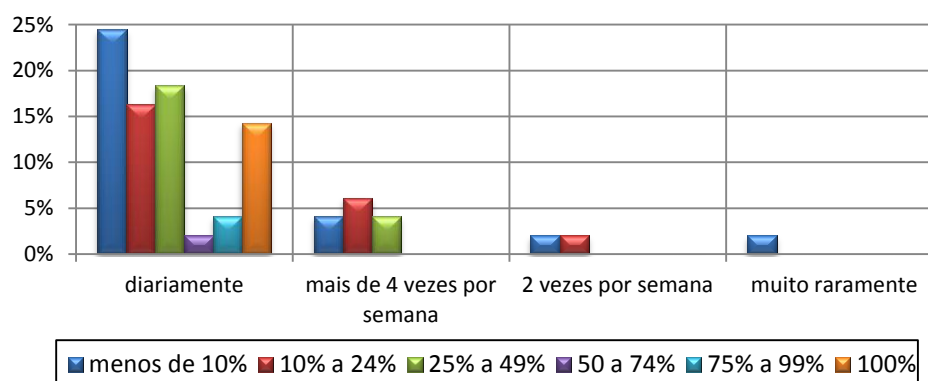


Figura 49 – Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, nos rendimentos mensais do agregado familiar dos pescadores, por frequência de utilização do cais
Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (*N valid=49*)

6.6.14 Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores

Da análise cruzada da informação decorrente dos rendimentos gerados pela actividade piscatória decorrente do cais, com o nível de rendimentos dos agregados familiares (figuras 50, 51 e 52), conclui-se que embora a percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade decorrente dos cais seja maioritariamente reduzida, esta é de extrema importância, pois um terço dos pescadores (os de rendimentos de agregado familiar inferiores a 301€) dependem, quer exclusivamente da pesca para sobreviver (8,16%), quer parcialmente (28,57%).

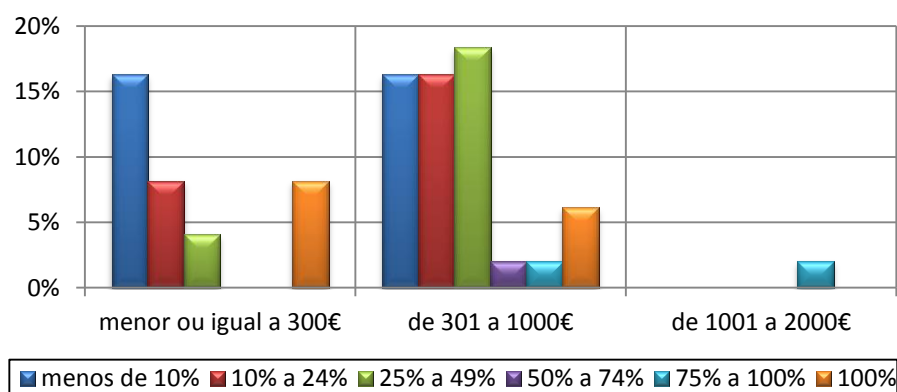


Figura 50 – Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores | Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (*N valid=49*)

Todavia, olhando para a maior parte do rendimento dos agregados familiares dos pescadores (os de rendimentos compreendidos entre 301€ a 1000€), observa-se uma elevada dependência em relação à actividade piscatória, pois 61,22% dos pescadores usufrui de uma percentagem de rendimentos de pesca entre 25% a 100% do rendimento mensal do seu agregado familiar.

Analisando a distribuição dos rendimentos por agregados familiares, constata-se que os agregados maiores contemplam os menores rendimentos. No entanto, agora pode-se concluir que o peso do rendimento gerado da pesca é maioritariamente inferior a 50% nos rendimentos dos agregados de 5 elementos, sendo a agravante disto, o facto destes, serem os agregados com menor índice de rendimento *per capita*, o que revela a intrínseca carência e pobreza destes agregados.

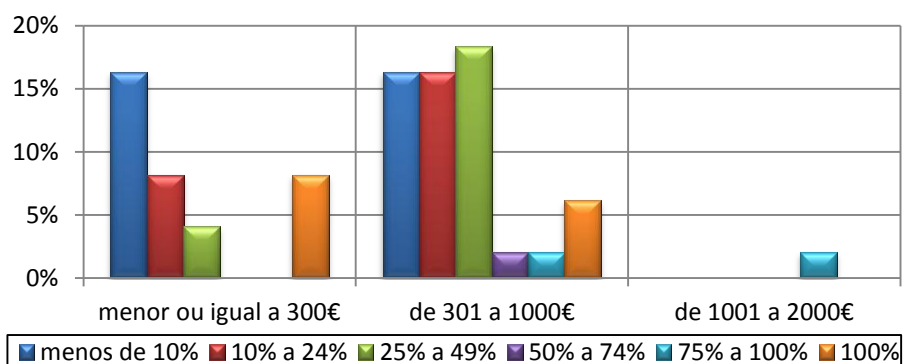


Figura 51 – Rendimento gerado da actividade piscatória decorrente do cais, no rendimento mensal do agregado familiar dos pescadores | Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (*N valid=49*)

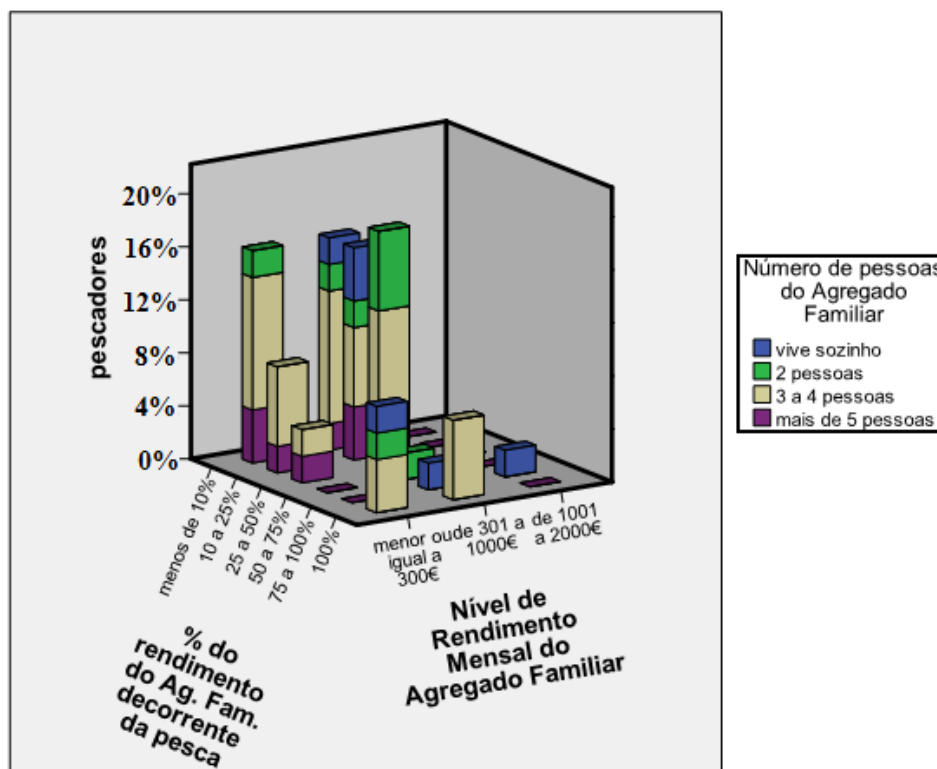


Figura 52 – Peso do rendimento gerado da actividade decorrente do cais de acordo com o nível de rendimentos, por agregado familiar dos pescadores | Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos por questionário (*N valid=49*)

6.6.15 Estimativa de rendimento médio líquido retirado da pesca, pelos pescadores

O valor do rendimento médio mensal estimado está associado aos quadros 33 e 34, que expõem o cruzamento das categorias de rendimentos que um pescador retira da pesca, de acordo com as percentagens extraídas nos inquéritos. Estima-se que, em média e aproximadamente, um pescador do concelho da Murtosa retire da pesca um **rendimento líquido no valor de 183,11€**. Porém, este valor pode não corresponder à realidade ou estar subvalorizado, em parte, porque existe o receio por parte dos pescadores em expôr os verdadeiros valores da pesca e dos rendimentos que dela retiram. Por outro, devido à subvalorização, por parte destes, em quantificar o seu pescado de consumo próprio, típico da subvalorização que os próprios pescadores conotam à quantidade de pescado que retiram da Ria. Para reforçar mais a ideia, também foi verificado anteriormente que o preço/valor por quilograma de pescado em águas doces e salobras é bem superior ao pescado proveniente de águas marítimas. Em suma, os 183,11€ líquidos subvalorizados de pescado significam muitos quilogramas de pescado mensais para consumo próprio, mas não para venda, o que pode significar que esses rendimentos sejam maioritariamente de pescado para consumos próprios, vertente extremamente importante para famílias de menores rendimentos e maioritariamente bastas em termos de elementos que compõem os seus agregados familiares.

Quadro 33 – Matriz de ponderação do rendimento mensal do Pescador

		Peso estimado da pesca, no rendimento mensal do agregado					
		> 10%	10 a 24%	25 a 49%	50 a 74%	75 a 99%	100%
	Média ¹	7,50%	17,50%	32,50%	62,50%	82,50%	100%
< ou =300€	275,00 €	20,63 €	48,13 €	89,38 €	171,88 €	226,88 €	275,00 €
301 a 1000€	650,50 €	48,79 €	113,84 €	211,41 €	406,56 €	536,66 €	650,50 €
1001 a 2000€	1.500,50 €	112,54 €	262,59 €	487,66 €	937,81 €	1.237,91 €	1.500,50 €

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (*N valid=49*)

Quadro 34 – Percentagem da amostra, em cada categoria de rendimento; cruzamento entre “Peso da pesca no rendimento mensal do agregado” e “rendimento do agregado familiar”

Categorias	> 10%	10 a 24%	25 a 49%	50 a 74%	75 a 99%	100%
< ou =300€	16,33%	8,16%	4,08%	-	-	8,16%
301 a 1000€	16,33%	16,33%	18,37%	2,04%	2,04%	6,12%
1001 a 2000€	-	-	-	-	2,04%	-

Fonte: elaboração própria; Dados: inquéritos questionário (*N valid=49*)

Se aplicarmos essa estimativa ao número de pescadores existentes na Murtosa, cerca de 800, extrapolar-se-á que o valor acrescentado líquido da pesca lagunar, neste concelho, ronda o valor de 147.000€ mensais, cerca de 1.760.000€ anuais.

¹ Média das classes. Estes valores referem-se à média ponderada em cada classe de rendimento. As exceções serão: no “peso do rendimento retirado da pesca no agregado familiar” na classe 100% naturalmente e na classe “menor 10%” (visto que esta classe é a mais pequena, das que aglomeram, podendo ser considerada por valores até 12% pelos pescadores, sendo que por outro lado, estes não retirarão da pesca menos de 5% dos seus rendimentos com índices elevados de actividade piscatória e baixos rendimentos familiares); noutro sentido, nos rendimentos dos agregados familiares a excepção é na categoria “menor ou igual a 300€”, pelo que se considera que esta categoria tenha um mínimo espectável de 250€, dados os inúmeros pressupostos referidos anteriormente, nas actividades de pesca quer ainda no montante mínimo espectável para a sobrevivência destes agregados familiares de maioria densa.

7. CAPÍTULO

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

7. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

7.1 Conclusões Gerais

O sector das pescas representa hoje, apenas uma pequena parte do emprego total dos países membros da UE. Contudo, a nível regional, as pescas são uma fonte de emprego importante, designadamente na Galiza (Espanha), no Algarve, nos Açores, no nordeste da Escócia (Reino Unido), em Sterea Ellada, Voreio Aigaio e Notio Aigaio (Grécia). Mesmo em zonas em que o emprego no sector da pesca é relativamente baixo, estes postos de trabalho desempenham um papel muito importante. Certos factores geográficos e económicos, como o afastamento em relação aos principais centros de actividade, a fraca densidade de população, a pobreza das terras agrícolas ou o declínio industrial, que caracterizam muitas zonas costeiras, contribuem para reduzir as oportunidades de emprego.

O emprego directo criado pelo sector na UE cifra-se na ordem dos 4,7 milhões de empregos, gerando um valor acrescentado directo que ronda os 173 mil milhões de Euros. Portugal neste âmbito apresenta valores de 2,8 mil milhões de euros (intrinsecamente mais baixos que os da média UE situada nos 6,3 mil milhões de euros) e uma geração de empregos directa na ordem dos 171 mil empregos (na média da UE), contudo verifica-se que só 0,35% da população Portuguesa vive da pesca (censos 2001). A riqueza média gerada por trabalhador, ronda os 16.355 euros, cerca de 44% da média da UE, o que revela falta de produtividade no sector, pois este deveria gerar mais riqueza em função dos meios utilizados.

Do ponto de vista do grau de maturidade, a actividade da pesca extractiva está em declínio, (redução do emprego e crescimento negativo do VAB em termos reais), apresentando como principais características a intensidade em trabalho e em recursos naturais (com reservas de expansão muito limitadas) e um baixo conteúdo tecnológico.

Em suma, no que se refere à economia do mar, em termos de criação de emprego e impostos, é a componente pesca, aquicultura e indústria de pescado que apresentam um maior peso relativo na Economia Nacional. Em 2006, o sector da pesca, aquicultura e indústria de pescado teve um efeito total no PIB de 2.645 milhões de euros, cerca de 40,5% do efeito da economia do mar, gerando 90.900 empregos (49,2% do total) e um VAB de 2.049 milhões de euros (38,5% do total), de acordo com o efeito na produção que rondou os 4.792 milhões de euros no nosso país.

O saldo comercial da balança Portuguesa de produtos de pesca encontrava-se em 260 mil toneladas negativas em 2007, contabilizando um saldo negativo a rondar os 779 milhões de euros (Eurostat, 2007), penalizadores para o país, visto que, por si só já temos uma balança comercial deficitária, devido à dependência energética externa.

Por outro lado, Portugal possui vantagem comparativa nas exportações da *commodity*¹ *pescado*². Apresenta-se como a 18ª *commodity*¹ portuguesa de maior IVCR em 2007 e a 16ª *commodity*¹ que mais contribui para o crescimento das exportações de 2000/2008 (Anexo V).

Comparando a evolução do IVCR dos Países da OCDE, para a *commodity*¹ *Pescado*² verifica-se que para o período de 1996 a 2007 à excepção da França e da Suécia, Portugal é o país que mais crescimento obteve no IVCR.

As exportações portuguesas de *pescado*¹ têm crescido muito favoravelmente, observando-se uma taxa de crescimento média anual de 8,68%, no período de 2000 a 2008. O valor das exportações passou de 244 milhões de euros em 2000 para 474 milhões em 2008.

No período mais alargado (2000-2008) observou-se um ligeiro aumento do contributo, passando-se a situar nos 1,96%, o que revela uma tendência crescente da importância do *pescado* no âmbito das exportações nacionais. A União Europeia, por seu lado, verifica também aumentos anuais elevados, de cerca de 10%, possuindo um peso de 41,66% das importações totais, contribuindo com 53,9% para o crescimento das importações mundiais.

Os Mercados com maior potencial de crescimento, de acordo com o método de análise *shift-share* e com o *gap* comparativo entre Espanha e Itália são:

- | | | |
|-------------|-----------------|-----------|
| ➤ Itália | ➤ Rússia | ➤ EUA |
| ➤ França | ➤ Reino Unido | ➤ Suécia |
| ➤ Tailândia | ➤ Holanda | ➤ Bélgica |
| ➤ Alemanha | ➤ Coreia do Sul | |

Por outro lado, à escala regional ou mesmo local, a pequena pesca é indispensável à manutenção do tecido económico e social de determinadas comunidades costeiras, sendo esta uma actividade de grande interacção, entre o homem e a natureza, na qual o conhecimento tradicional, isto é, o conhecimento adquirido de forma empírica, é passado de geração em geração, sendo extremamente característico e indispensável nas actividades de pesca.

A Ria de Aveiro e o seu espaço envolvente criam um exemplo preponderante de um ecossistema de confirmada importância ecológica, detendo uma associada densa rede de recursos, dadas as potencialidades e condições favoráveis de navegabilidade dos canais da Ria de Aveiro, estas fomentaram a criação de diversos cais de acostagem, que possuem um forte significado histórico e cultural para muitos núcleos populacionais piscatórios.

Tem existido um crescimento progressivo da pesca descarregada a nível nacional ao longo dos últimos anos, quer da proveniente de águas marítimas, quer da proveniente de águas doces e salobras, a excepção feita está em 2006, ano em que a pesca de águas doce e salobra atingiu o valor de apenas 59 toneladas, menos 20 toneladas que em 2008. Analisando a importância relativa da pesca oriunda de

¹ *Commodity* é o termo utilizado para referenciar a mercadoria transaccionada.

² Capítulo 03 da nomenclatura combinada: Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

águas doces e salobras, conclui-se que, estas não apresentam uma importância significativa, representado apenas 0,05% (em 2008) das descargas totais de pesca nacionais.

No porto de Aveiro, o principal porto de referência da Ria de Aveiro, e consequentemente da Murtosa, verifica-se que este tem apresentado um aumento constante das capturas, tanto a nível das provenientes de águas marítimas, como das não marítimas. Por outro lado, analisando a importância relativa da pesca oriunda de águas doces e salobras, para este mesmo porto, conclui-se que, estas não representam uma importância significativa, traduzindo-se em apenas 0,08% (em 2008) das descargas totais de pesca, contudo ainda assim, acima da média nacional e dos portos mais próximos (a norte, o de Matosinhos e a sul, o da Figueira da Foz).

Embora a importância relativa da pesca descarregada proveniente de águas salobras e doce seja diminuta, esta tem grande procura, originando preços mais elevados que o pescado oriundo de águas marítimas, fazendo assim, elevar a importância relativa, em valores monetários da pesca não marítima, representando em 2008 cerca de 0,26% do valor gerado no país (764.000€ anuais) e 0,61% no Porto de Aveiro (103.000€ anuais), com uma média de preço de 9,20€/kg, superior à do pescado oriundo de águas marítimas (1,30€), mesmo assim inferior à média nacional (9,50€).

Na região Centro, observa-se que a capitania de Aveiro e a de Peniche são as que têm uma maior influência e importância a nível de pescadores matriculados, quer seja em embarcações com motor ou sem motor, capacidades (GT) e/ou potência de motor. Aveiro apresenta o maior número de pescadores matriculados em águas interiores não marítimas, apresentando o maior número de embarcações com motor, estando este número fortemente relacionado com a sua grande capacidade (GT). Apesar disto, Peniche regista quatro vezes mais embarcações sem motor, característica da pesca interior, tendo estas uma capacidade (GT) mais elevada em relação às de Aveiro.

Os pescadores matriculados na pesca em águas interiores, têm tido, desde 2004, uma evolução positiva, salvo em 2006 em que houve uma ligeira quebra. Neste sentido verifica-se que no ano de 2008 a percentagem de pescadores de águas interiores, representava, 56% do total dos pescadores matriculados para o NUTS II de Aveiro. Todavia, Ao longo dos últimos anos, apesar da pesca em águas interiores ter vindo a ganhar importância, quer no Centro, quer em Portugal, em Aveiro essa importância tem assumido valores muito mais elevados.

A pesca praticada nos núcleos piscatórios da Ria de Aveiro, generalizada nas licenças para pesca lúdica observada em 2009, regista 15535 licenças para pesca lúdica, das quais 11386 para pesca apeada, 3942 para pesca em embarcação e 207 para pesca submarina (em apneia). Verificando-se que desde 2007 o número de licenças tem vindo tendencialmente a descer, facto que também se apura para as licenças dos do Douro e da Figueira da Foz, contudo, Aveiro regista-se como a área com mais licenças para a pesca lúdica, possuindo em média cerca de 3 vezes mais licenças que na Figueira da Foz e em média cerca de 4 vezes mais licenças que no Douro.

As frotas de pesca local, na área da Ria de Aveiro, apresentam maiores números nos concelhos da Murtosa e de Ílhavo. Contudo, as evoluções das mesmas são diferentes em, enquanto na Murtosa a

sua evolução é crescente ao longo dos últimos anos, a frota de Ílhavo apresenta um decréscimo a partir 2008. Contudo, estes concelhos apresentam em 2010, uma frota de 163 embarcações em Ílhavo e de 264 na Murtosa. Na evolução da frota do concelho da Murtosa, por freguesias, verifica-se que as licenças nas comunidades piscatórias aumentaram na Torreira, no Bunheiro e no Monte, ainda que ligeiramente. A excepção feita é a da Murtosa onde as licenças diminuíram gradualmente de ano para ano.

Nas embarcações para a pesca apeada, verifica-se, tal como nas frotas de pesca local, que os concelhos com mais licenças são os pertencentes à Murtosa (157) e Ílhavo (34). No total, os concelhos observados apresentam em 2010, um número de 228 licenças para a pesca apeada. Quanto às comunidades piscatórias com mais licenças de pesca apeada, em 2010, observou-se que a Murtosa e a Torreira apresentaram um maior número (73 e 67 licenças, respectivamente).

Os cais mais importantes e influentes do concelho da Murtosa são: os cais do Porto de Abrigo da Torreira, do Bico, da Béstida e o do Chegado, existindo cerca de 800 pescadores para um total de perto de 400 embarcações, para a prática da pesca lagunar neste concelho.

As freguesias do concelho da Murtosa têm pouca população, possuem taxas de actividade reduzidas contrabalançando com elevadas taxas de desemprego.

A nível regional, no que se refere à empregabilidade, o sector das pescas possui relevância apenas para o concelho da Murtosa, com 10,6% da população empregada, para os quais contribuem as freguesias da Murtosa com 9,8% e principalmente a da Torreira, com 23,65%. O concelho de Ílhavo segue em segundo nesse nível de importância, com 4,3% de população empregue no sector das pescas, o que em muito contribui a freguesia da Gafanha da Encarnação com 10,16% e a da Gafanha da Nazaré com cerca de 5%. Observa-se também que o concelho de Mira expõe uma taxa significativa, que ronda os 2,1%, o que em muito contribui a freguesia Praia de Mira com 9,08%. O concelho de Aveiro, com 0,44%, embora não disponha de uma taxa significativa, dispõe ao nível das freguesias um caso de excepção, que se denota por freguesia de São Jacinto, pois cerca de 6,2% da sua população empregue, abarca o sector das pescas.

Existe uma relação positiva entre a taxa de desemprego e a importância da pesca no conjunto da actividade económica, no conjunto das comunidades piscatórias observadas, sendo que para o concelho da Murtosa, subsiste uma efectiva correlação entre a taxa de desemprego e a importância da pesca na actividade económica.

Para a generalidade das freguesias abordadas, relacionando a população activa com a importância da pesca nesta, verifica-se que as zonas onde a pesca é uma actividade mais importante em termos económicos, são áreas em que se verifica mais desemprego, e provavelmente áreas mais pobres ou carenciadas, sendo que nessas freguesias, subsiste uma percentagem de população activa menor, logo, com mais idosos, crianças, jovens, etc. Contudo, fazendo a mesma analogia para o concelho da Murtosa, tal não se verifica, concluindo-se que apesar da extrema importância económica da pesca e do baixo teor de população activa, este concelho apresenta-se como uma excepção à regra, existindo nestas variáveis uma relação positiva, devida à intrínseca afinidade daquelas comunidades com esta actividade.

Os pescadores do concelho da Murtosa são constituídos predominantemente, por indivíduos do sexo masculino que indiciam uma influência local dos seus cais, existindo uma clara sobreposição entre a sua freguesia de residência e a freguesia onde se localizam os cais de acostagem. A maioria encontra-se entre os 25 e os 54 anos (65,51%) e a sua distribuição é uniforme pelas diversas faixas etárias. 75,9% dos pescadores são casados e 17,2% solteiros, o que parece evidenciar um determinado padrão social estabelecido.

A grande parte dos pescadores (81,03%) possui o 1º e/ou 2º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente, correspondendo a 46,6% de pescadores com o 2º CEB e a 34,5% com o 1º CEB. 84,48% dos pescadores exercem uma actividade económica, 12,07% são reformados e 3,45% estão desempregados.

Quanto à sua profissão, constata-se uma predominância de “pescadores por conta própria” (76,9%), o que indicia já uma utilização do cais associada à actividade profissional principal dos indivíduos, 5,8% são “patrões da pesca” e 9,6% são “outros trabalhadores pescadores”. Todavia, esta situação da peca por conta própria é mais evidenciada nos cais da Torreira (85,2%) e do Chegado (100%), verificando-se uma forte apetência para este tipo de organização de actividade de pesca. 81% dos pescadores declaram possuir uma outra actividade remunerada, para além da profissão principal, pelo que, a sua grande maioria, 66,67%, trabalha como operário não qualificado.

A composição do agregado familiar dos pescadores, é na maioria dos casos (50%) constituído por 3 a 4 pessoas, sendo que essa situação é especialmente mais evidenciada no Porto de Abrigo da Torreira, onde nessa comunidade se verificam 70% desses agregados, pelo que na generalidade, conclui-se que o agregado dos pescadores é constituído pelo cônjuge e filhos.

Do total, 96,49% dos pescadores, apresenta um nível de rendimentos inferiores a 1000€ mensais do seu agregado família, sendo de salientar que um terço dos agregados dos pescadores, regista um valor de rendimento inferior a 301€ mensais.

37,93% dos agregados com 3 a 4 pessoas (o tipo de agregado da maioria dos pescadores) detém um nível de rendimento mensal menor a 301€, o que é muito baixo, sendo que os restantes 62,07% apresentam níveis de rendimentos mensais do seu agregado entre 301€ a 1000€.

A pesca interior não contribui fortemente para este tipo de rendimento, embora fosse de esperar o contrário, pois, perto de um terço dos pescadores, obtém através da pesca, “menos de 10%” do rendimento do seu agregado familiar, cerca de 24,5% “de 10 a 24%”, enquanto 22,4%, retiram de “25 a 49% desse rendimento. Só 6,1% dos pescadores é que retiram da pesca de 50 a 99% e 14,3% é que a têm como única forma de rendimento do seu agregado familiar. Contudo, para contrariar esses diminutos rendimentos da pesca, verificou-se que 84,5% dos pescadores afirmam que a sua pesca é “muito importante” para a sua subsistência, sendo que 13,8%, por sua vez, acreditam que a pesca é “relativamente importante” para a sua subsistência, enquanto um resíduo (1,7%) considera-a “pouco importante” para a sua subsistência. Estes indicadores revelam que os pescadores podem ter

subvalorizado o seu pescado, quantificando-o como diminuto para o valor do seu rendimento mas como fonte importante de sustento do seu agregado familiar.

A maioria dos pescadores (79,6%) realiza pescarias que resultam da actividade do cais “diariamente” e 14,2% “mais do que 4 vezes por semana”, contrariando o pensamento de que os que retiram menos de 10% do seu rendimento poderiam frequentar os cais muito raramente.

Embora a percentagem do rendimento do agregado familiar que resulta da actividade decorrente do cais seja maioritariamente reduzida, esta é de extrema importância, pois um terço dos pescadores (de rendimentos familiares inferiores a 301€) dependem, quer exclusivamente da pesca para sobreviver (8,16%), quer parcialmente (28,57%). Mesmo olhando para a maior parte dos pescadores (com rendimentos familiares compreendidos entre 301€ a 1000€), observa-se uma elevada dependência em relação à actividade piscatória, pois 61,22% dos pescadores usufrui de uma percentagem de rendimentos de pesca entre os 25% e os 100% dos rendimentos familiares.

O peso do rendimento gerado da pesca é maioritariamente inferior a 50%, nos rendimentos dos agregados de 5 elementos, sendo a agravante deste facto, o caso destes agregados terem um menor índice de rendimento *per capita* (40% possui menos de 301€), o que mostra a intrínseca carência e pobreza destes, revelando ainda que o mínimo rendimento (alimento) gerado pela actividade da pesca é fundamental para a sua sobrevivência.

Estima-se que um pescador do concelho da Murtosa retire da pesca lagunar, em média e aproximadamente, um rendimento líquido mensal no valor de 183,11€. Fazendo a analogia de que existem cerca de 800 pescadores neste concelho, extrapolar-se que o valor acrescentado líquido da pesca lagunar, neste concelho, ronda o valor de 147.000€ mensais, cerca de 1.760.000€ anuais¹. Em suma, conclui-se que a Ria de Aveiro tem um papel preponderante no desenvolvimento Regional. Ela dispõe de potencialidades únicas para a atractividade e desenvolvimento da Região, funcionando como um *cluster* dinamizador, que se revela fundamental para a actividade piscatória, uma das mais importantes actividades do concelho. Verifica-se conjuntamente que a actividade piscatória, não tem só uma importância económica para a criação de riqueza, ela evidência também um factor de carácter social de extrema relevância para a própria sobrevivência das populações.

Neste contexto, verifica-se que a actividade piscatória em águas interiores tem mais importância no concelho da Murtosa. Embora os números do INE, reflectam que apenas 10,6% da população empregada viva da pesca, a actividade piscatória (lagunar) é representada por cerca de 800 pescadores, significando de grosso modo, perto de 20% da população activa do concelho.

À escala particular, os pescadores da Torreira são os mais propensos a terem um maior peso do rendimento da actividade de pesca, no rendimento dos seus agregados familiares, revelando a intrínseca importância económico-social desta actividade piscatória. Portanto, a comunidade da Torreira expõe-se

¹ Este valor assume-se como uma estimativa, e pode não corresponder à realidade, prevendo-se que esteja subvalorizado, em parte, porque existe o receio por parte dos pescadores em expor os verdadeiros rendimentos gerados pela pesca e por outro lado, devido há subvalorização, por parte dos mesmos, em quantificar o seu pescado de consumo próprio, típico da subvalorização que estes conotam à quantidade de pescado que estes pescam

como o caso fulcral de todo o concelho da Murtosa e da própria Ria de Aveiro, evidenciando uma forte apetência para a pesca, explicada em parte, pelo volumoso número de pescadores (cerca de 400 pescadores, metade dos existentes no concelho; 40% da população activa da sua freguesia) e pelo peso que esta gera nos rendimentos dos seus agregados familiares, fundamental para a sobrevivência.

7.2 Limitações do Projecto

No que respeita à profundidade e limitações, verificou-se que este estudo apresenta uma debilidade no que respeita a alguns dados utilizados, por exemplo do INE, dado que são relativos aos censos 2001, estando certamente desfasados da realidade. Todavia a situação tenderá a não ser muito diferente, pelo menos no que se refere à estrutura etária da população (estará esta um pouco mais envelhecida...?), porém no que se refere aos indicadores económicos, como é o caso da taxa de desemprego e outros indicadores, dada a crise económica existente em Portugal, estes estarão seguramente subavaliados (negativamente).

Quanto à amostra efectuada, através dos inquéritos por questionário, para os pescadores da Murtosa, é algo limitada, pelo que o seu grau de fiabilidade pode não ser o mais exacto.

Nesse mesmo âmbito, pode-se reparar, que os inquéritos por questionário não tinham como finalidade principal a de estudar a pesca interior lagunar, pelo que a sua objectividade não será a mais adequada, não contemplando entre outras matérias, as capturas efectuadas, consumos de pescado, despesas de pesca, entre outras que poderia abranger mais o estudo e determinar a sua maior ou menor importância, todavia dadas as limitações de recursos existentes, foi a base de dados possível disponível. Contudo, estas questões podem ser encaixadas em estudos futuros, bem como o facto de se ter realizado um estudo intensivo de apenas um concelho/região específica, pelo que pode não dar uma visão real do universo de casos que podem existir. Seria interessante, numa investigação futura analisar mais casos entre si, para permitir compreender a sua importância e o seu impacte em cada um dos contextos em que se inserem.

No mesmo sentido, e aos olhos do investigador, antes de se elaborarem os guiões dos inquéritos por questionário, não foi previsível que as categorias de rendimentos (questão 10) pudesse ter uma aglomeração de respostas tão elevada em apenas dois desses escalões, revelando-se demasiado extensas para esta população alvo, pelo que estas categorias deveriam ter sido mais subdivididas previamente, no sentido de se distinguir melhor os rendimentos. Contudo, e mesmo assim, verificou-se que essa foi a questão que obteve um menor índice de resposta.

Verificou-se portanto, uma carência na objectividade dos inquéritos, que não permitiu uma fiabilidade plena no cálculo dos rendimentos retirados da pesca.

Os dados relativos à produção e consumos de pesca local, não foram encontrados na pesquisa executada, pelo que não é feita uma comparação total dos dados do Capítulo 3 “O Sector das Pescas: Dinâmica e Tendências” com os do Capítulo 6 “O impacte Socioeconómico das Pescas – o Caso da Murtosa”, impossibilitando um estudo mais pormenorizado.

7.3 Perspectivas Futuras

O facto de se ter realizado um estudo intensivo de apenas uma região específica, pode não dar uma visão real do universo dos casos que podem existir. Seria interessante, numa investigação futura analisar mais casos entre si, para permitir compreender cada um dos contextos que caracterizam estas zonas e os principais factores de correlação entre elas.

No âmbito nacional, o estudo das exportações portuguesas de pescado revelou-se escasso para o amplo desafio que o país atravessa, pelo que seria interessante fazer a mesma abordagem de estudo e à luz da teoria das VCR, achando-se os produtos mais fortes para exportação portuguesa e os mercados mais atractivos com maior crescimento. Numa segunda abordagem, seria audacioso observar o mesmo estudo mas para todas as mercadorias da nossa economia e num sentido mais amplo que englobasse todo o comércio internacional, sendo que o objectivo será sempre o mesmo, o de descobrir novos mercados e clarificar quais os obtêm um maior crescimento no sentido de se aumentarem as Exportações Portuguesas.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, C. (1994), "The fish community of Loch Lomond, Scotland: its history and rapidly changing status". *Hidrobiologia*, pp.91-102.
- Allen, M., Velez, P., Diehl, D., Mcfadden, S., Kelsh, M. (1996), "Demographic variability in seafood consumption rates among recreational anglers of Santa Monica Bay, California, in 1991-1992". *Fishery Bulletin*, 94(4), pp.597-610.
- Alves, F., Martins, F., Coelho, C. & Fonseca, H. (2001), "Recuperação e Valorização dos Cais de Acostagem da Ria de Aveiro: um exemplo de parceria", Centro das Zonas Costeiras e do Mar, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.
- Anagnopoulos, N., Papaconsantinou, K., Oikonomou, A., Fragoudes, K., Stephanos, K., Markatatos, G., Laliotou, V., Theodorou, J., Congolani, N., Belardinelli, A., Santojanni, A., Colella, S., Donato, F., Penna, R. & Sdogati, C. (1996), "Sport fisheries in eastern Mediterranean (Greece and Itália). Final Report, Project No. EC/ 96/018, pp. 234.
- Asian Development Bank (1997), "The Pacific's Tuna: The Challenge of Investing in Growth", Manila: Office of Pacific Operations, pp. 90.
- Balassa, B. (1965) "Trade liberalization and "Revealed" comparative advantage. *Manchester School of Economic and Social Studies*, Oxford, v. 33, nº2.
- Bell, J. (1989), "Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science", 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, pp.145.
- Bogan, C. (1997), "Benchmarking, aplicações práticas e melhoria contínua". São Paulo, Makron Books.
- Brunton, C. (2005), "The Effects on Library User-Education Programs on the Information – Seeking Behaviour of Brisbane College of Theology Students: An Australian Case Study", *Journal of Religious & Theological Information*, Vol. 7, Iss. 2, pp.55-73.
- Cabarrão, M. (1997), "Programa de Revitalização par a Ria de Aveiro", Projecto-fc Relatório Final, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.
- Cabral, M. (1997), *Estudos Económicos sobre Determinantes das Trocas Intra-Indústrias. Revisão da Literatura e Estimação de um Modelo Para o Caso Português*, Documentos de Trabalho, Centro de Estudos em Econmia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.
- Canuto, O. & Xavier, C. (1999), "Padrões de Especialização e competitividade no Comércio exterior: uma análise estrutural-diferencial". *Textos para discussão IE/UNICAMP*, Campinas, v.35, n.86, Setembro.
- Chuenpagdee, R., Liguori, L., Palomares, M. & Pauly, D. (2006), "Bottom-up, global estimates of small-scale marine fisheries catches". *Fisheries Centre Research Report*, 14(8).
- Coleman, P. (1998), "Fishcount - A survey of recreational fishing in the northern territory". Department of Primary Industry and Fisheries. Australia, Darwin.
- Comissão Europeia (1992), "Informe de la Comisión al Consejo y al Parlamento Europeo sobre la Política Pesquera Común", SEC(91)2288 final. Bruselas, enero.
- Comissão Europeia (1995), "La politique structurelle en faveur de la pêche et de l'aquaculture". Séminaire de réflexion de la Comissão avec le Parlement Européen, Saint-Jacques de Compóstelle, 2-3 October.
- Comissão Europeia (2000), "Regional socio-economic studies on employment and the levels of dependency on fishing; in [/http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/structural_measures/socio_economic/study_2001/results_en](http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/structural_measures/socio_economic/study_2001/results_en)

Comissão Europeia (2001), “Green Paper on the future of the Common Fisheries Policy”, Vol II, Brussels.

Comissão Europeia (2007), “Report from the commission to the council and the European parliament on the monitoring of the member states implementation of the Common Fisheries Policy 2003–2005, COM (2007) 167 final; Brussels, October.

Comissão Europeia, (2008a), Publicações “Factos e números sobre a Política comum da pesca”, edição de 2008.

Comissão Europeia (2008b), Publicações “A Pesca e a aquicultura na Europa”, n.º37 Fevereiro de 2008.

Comissão Europeia (2008c), Publicações “A Pesca e a aquicultura na Europa”, n.º38 Abril de 2008.

Comissão Europeia, (2009a), Publicações “A Pesca e a aquicultura na Europa”, n.º43 Abril de 2009.

Comissão Europeia, (2009b), Publicações “A Pesca e a aquicultura na Europa”, n.º44 Agosto de 2009.

Commission of the European Communities (2001), “Fisheries control in member states –Belgium”. Commission Staff Working Paper. Brussels: SEC; p.p. 1799.

Craig, P. (2002), “Status of Coral Reefs in 2002: American Samoa”. The State of Coral Reef Ecosystems of the United States and Pacific Freely Associated States: 2002, edited by Turgeon, D.; Asch, R.; Causey, B.; Dodge, R.; Jaap, W.; Banks, K.; Delaney, J.; Keller, B.; Speiler, R.; Matos, C.; Garcia, J.; Diaz, E.; Catanzaro, D.; Rogers, C.; Hillis, Z.; Nemeth, R.; Taylor, M.; Schmahl, G.; Miller, M.; Gulko, D.; Maragos, J.; Friedlander, A.; Hunter, C.; Brainard, R.; Craig, P.; Richond, R.; Davis, G.; Starmer, J.; Trianni, M.; Houk, P.; Birkeland, C.; Edward, A.; Golbuu, Y.; Gutierrez, J.; Idechong, N.; Paulay, G.; Tafiichig, A. & Vander N.. Silver Spring, M.D.: National Oceanic and Atmospheric Administration/National Ocean Service/National Centers for Coastal Ocean Science.

Craig, P., B. Ponwith, F. Aitaoto, & D. Hamm (1993), “The Commercial, Subsistence, and Recreational Fisheries of American Samoa”. Marine Fisheries Review, 55(2), pp.109–16.

Craig, P., N. Daschbach, S. Wiegman, F. Curren, and J. Aicher. 1999. Workshop Report and Development of 5-year Plan for Coral Reef Management in American Samoa (2000–2004), pp. 28. Pago Pago: American Samoa Coral Reef Advisory Group, Government of American Samoa.

Cranfield, D. J. & Taylor, J. (2008), “Knowledge Management and Higher Education: a UK Case Study”, Electronic Journal of Knowledge Management, Vol. 6, Iss. 2, pp.85-99.

Creamer, D. (1943), “Shifts of Manufacturing Industries in Industrial Location and National Resources”. Government Printing Office, Washington, D.C.

Dalzell, P., T. Adams, & N. Polunin (1996). Coastal Fisheries in the Pacific Islands. Oceanographic Marine Biology Annual Review, 34, pp.395–531.

Despacho n.º 5290/2008, de 27 de Fevereiro do MAOTDR – Acção RA9.2 – “Reordenamento e Valorização da Actividade piscatória/ Núcleos piscatórios lagunares: Eixo Estratégico 3 – Valorização de Recursos como factor de competitividade económica e social”.

DGA (2000), “Relatório de Estado do Ambiente” – Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.

DGOTDU (2004), “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, Volume 3, Lisboa, Portugal: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 139-146.

DGPA – GPPAA, (1997), “Panorama – Agricultura e Pescas – 1996”, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) – Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, Lisboa.

DGPA – MADRP (2007a), “Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007 – 2013”.

DGPA – MADRP (2007b), “Estudo para a avaliação da comercialização do pescado em Portugal Continental”.

DGPA – MADRP (2007c), “Programa Operacional da Pesca 2007 – 2013”.

- DGPA (2006), “Tendências do emprego nos diferentes sectores relacionados com o mar e seus recursos”, Comissão Europeia, Direcção-geral da Pesca e dos Assuntos Marítimos.
- Dillon B. (2004), “A bio-economic review of recreational angling for Bass (*Dicentrarchus labrax*)”. Scarborough Centre for Coastal Studies, University of Hull.
- Domínguez, M. (2003), “La gestión de los recursos pesqueros transfronterizos en el marco de la política común de pesca: análisis de la cooperación”. PhD Thesis, University of Vigo.
- Duarte, F. (2004), “A Actividade Piscatória em Portugal: Caracterização e Potencialização do Sector”, Universidade de Coimbra.
- Dunn, E. (1960), “A statistical and analytical technique for regional analysis”, Papers of the Regional Science Association, vol.6, pp. 97-112.
- EAA (2004), “EU study of the economic and social importance of Marine Sport Fisheries -and a definition of recreational angling from EAA 2004; In http://www.eaaeurope.org/web/Files/News_Press/Release_SeaTender_and_EAA_def_final_EN.docS
- EAA (2004), “Recreational angling – Definition”. A definition on recreational angling agreed by the European anglers alliance at the general assembly 2004 in Dinant, Belgium.
- Essig, R. & Holliday, M. (1991), “Development of a recreational fishing survey: the marine recreational fishery statistics survey case study”. American Fisheries Society Symposium, 12, pp. 245-254.
- Esteban-Marquillas, J. (1972), “A reinterpretation of shift-share analysis”. Regional and Urban Economics, v.2, n.3.
- FAO (2002), “The State of the world Fisheries and Aquaculture”. Roma: Electronic Publishing and Support Branch Communication Division, 2003.
- FAO (2004), “The State of the World Fisheries and Aquaculture”. Roma: Electronic Publishing and Support Branch Communication Division, 2005.
- FAO (2006), “The State of the World Fisheries and Aquaculture”. Roma: Electronic Publishing and Support Branch Communication Division, 2007.
- FAO (2008), “The State of the World Fisheries and Aquaculture”. Roma: Electronic Publishing and Support Branch Communication Division, 2009.
- FAO, EIFAC (2000), “Social, economic and cultural perspectives of inland fisheries held in connection with European Inland Fisheries Advisory Commission twenty-first session”. Report of the symposium on fisheries and society. Budapest, Hungary, June; In: [http:// www.fao.org/DOCREP/MEETING/X8232E.HTMS](http://www.fao.org/DOCREP/MEETING/X8232E.HTMS)
- Fidel, R. (1992), “The case study method: a case study”, In: Glazier, Jack D. & Powell, Ronald R. Qualitative research in information management; Englewood, CO: Libraries Unlimited.
- Fisher, J. (1996), Benchmarking para otimizar o Desempenho. São Paulo, Clio.
- Fitzpatrick, J. (1997), “Technology and Fisheries Legislation, Precautionary approach to fisheries, Part 2”, Scientific papers, FAO Fisheries Technical Paper 350/2, Rome, FAO, pp. 191–199.
- Fornasieiro, R. & Zangiacomi, A. (2006), “Collaboration mechanisms in SME context: a case study in the footwear sector”, International Journal of Network & Virtual Organisations, vol. 3, Iss. 2, pp.172-184.
- García, M.; Doldan, X.; Chas, M.; Zotes, Y.; Carballo, A.; Nogueira, E. & Villasante, S. (2004), “Application of Input-Output methods for the study of the Galician fishing in 1999”. Xunta de Galicia, Consellería de Pesca e Asuntos Marítimos, Santiago de Compostela, Brussels, September 2-4.
- Garcia, S. & Newton, C. (1995), “Current situation trends and prospects in world capture fisheries”, Pikitch EL, Huppert DD, Sissenwine MP, editors. Global trends: fisheries management. Seattle, WA: American Fisheries Society.

- Gartside, D., Harrison B. & Ryan B. (1999), "An evaluation of the use of fishing club records in the management of marine recreational fisheries". *Fisheries Research*, Vol. 41, Iss. 1, pp.47-61.
- Gelchu, A. & Pauly, D. (2007), "Growth and distribution of port-based global fishing effort within countries'EEZs from 1970 to 1995". *Fisheries Centre Research Reports*, vol. 15(4), pp. 99.
- Gillett, R., & Lightfoot, C. (2002), "The Contribution of Fisheries to the Economies of Pacific Island Countries", Manila: Pacific Studies Series, Asian Development Bank, Forum Fisheries Agency and World Bank. pp. 217.
- Gillett, R., M. McCoy, L. Rodwell, & Tamate. J. (2001), "Tuna: A Key Economic Resource in the Pacific", Manila: Pacific Studies Series, Asian Development Bank, Forum Fisheries Agency, pp. 95.
- Gorez, B. (2008), "A pesca artesanal ACP: a mais eficaz para responder aos desafios do novo milénio". *Revista das Relações e Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e a União Europeia – O Correio*, nº 5, pp.18-19.
- Green, A. (1997), "An Assessment of the Status of the Coral Reef Resources, and their Patterns of Use, in the U.S. Pacific Islands", Honolulu, HI: Western Pacific Regional Fisheries Management Council, NOAA Award Report NA67AC0940, p. 281.
- Greve W. & Parsons T. R. (1977), "Photosynthesis and fish production: Hypothetical effects of climatic change and pollution" *Helgol. Wiss. Meeresunters.* Vol. 30, Iss. 1, pp. 666-672.
- Guba, E. & Lincoln, Y. (1994), "Competing paradigms in qualitative research" In DENZIN, Norman; Lincoln, Yvonna (Ed) *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Gulland, J. (1983), "Fish stock assessment: a manual of basic methods". New York: Wiley.
- Hatcher, A. (2000), "Subsidies for European fishing fleets: the European Community's structural policy for fisheries1971–1999". *Marine Policy*, 24(2).
- Henriques, M. (1998), "Manual de Aquicultura". Instituto Ciências Biomédicas Abel Salazar (CBAS), Lisboa.
- Herzog, H. & Olsen, R. (1979), "Shift-share analysis revisited: the allocation effect and the stability of regional structure, a reply". *Journal of Regional Science*, v.19, n.3.
- Hilborn, R. & Walters, C. (1992), "Quantitative fisheries stock assessment choice dynamics and uncertainty". New York: Chapman and Hall.
- ICN (2006), "Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Zonas de Protecção Especial – ZPE Ria de Aveiro". Lisboa, Portugal: Instituto de Conservação da Natureza.
- IFREMER (2007), "Small-scale coastal fisheries in Europe" - final report of the contract no. FISH/2005/10.
- Jennings, S., Kaiser, M. & Reynolds, J. (2001), "Marine fisheries ecology". Blackwell Science, Oxford;
- Kaczynski, V. & Fluharty, D. (2002), "European policies in West Africa: who benefits from fisheries agreements". *Marine Policy*, 26(2), pp.75–93.
- Kaschner, K. & Pauly, D. (2004), "Competition between marine mammals and fisheries. Food for thought",. *The Human Society of the United States*, Washington, DC.
- Khan, A., Sumaila, U., Watson, R., Munro, G. & Pauly, D. (2006), "The nature and magnitude of global non-fuel fisheries subsidies". In: Sumaila UR, Pauly D. editors. *Catching more bait: a bottom-up re-estimation of global fisheries subsidies*. *Fisheries Centre Research Reports*, vol.14 (6); pp.5-37.
- Krugman, P & Obstfeld, M. (1999), "International Economics - Theory and Policy". Mc Graw Hill v.3, New York.
- Krugman, P. (1979), "Increasing returns, monopolistic competition, and international trade". *Journal of International Economics*, Amsterdã, Holanda, v. 9, n. 4.

- Lafay, G. (1990), "Le mesure des avantages comparatifs revelés". *Économie Prospective Internationale*, Paris, n. 41.
- Leontief, W. (1953), "Domestic Production and Foreign Trade: The America Capital Position Re-examined". *Proceedings of the American Philosophical Society*, Setember, 97(4).
- Leontief, W. (1953), "Domestic production and foreign trade: the American capital position re-examined". *Proceedings of the American Philosophical Society*, 97.
- Lindebo, E. (1999), "Fishing effort: a review of the basic biological and economic approaches", *The IXth EAFE Conference*, Dublin 6–10th April.
- Lindebo, E. (2003), "Capacity indicators of the European fishing fleet: analytical approaches and data aggregation". *The XV EAFE Conference*, IFREMER, Brest, France, 15–16th May.
- Lucci, L. (1918). "Estudos Geográficos – Alterações Litorais: a Ria de Aveiro", *Typographia do Annuario Commercial*, Lisboa. Primeira edição, pp. 22-57.
- Ludwig, D., Hilborn, R. & Walters, C. (1993), "Uncertainty, resource exploitation, and conservation: lessons from history". *Science*, 260, pp. 17–18.
- Macedo, J. (2006), "Competitividade portuguesa na economia global", *Universidade Nova de Lisboa Working Paper No. 493*.
- Manhas, R. (2008); "Use the Internet and Electronic Resources for Dental Science Information: A Case Study", *Library Philosophy & Practice*, Vol. 10, Iss. 2, pp.1-8.
- MAOTDR – MADRP (2008), "Grupo de Trabalho sobre o Sector da Aquicultura em Portugal"; *Relatório Final*, Novembro de 2008.
- Marchal, P., Ulrich, C., Korsbrekke, K., Pastoors, M. & Rackham, B. (2002), "Comparison of three indices of fishing power on some demersal fisheries of the North Sea". *ICES Journal of Marine Science*, 5, pp. 604–623.
- Marlen, B., (2009), "Energy Saving in Fisheries – EU project ESIF", *Institute for Marine Resources and Ecosystem Studies*, Brussels.
- Mateus, A. (2007) "O Novo Ciclo de Fundos Estruturais e a Região Norte: Que Desafios e Oportunidades para 2007-2013. Conferência. Instituto de Formação Empresarial Avançada ISEG.
- Meredith, D. (1999), "The strategic importance of the fishing sector to rural communities and Ireland: a case study of the Rossaveal Region, Co. Galway", *Marine Institute*.
- Mora, C., Myers, R., Coll, M., Libralato, S., Pitcher, T., Sumaila, U., Zeller, D., Watson, R., Gaston, K. & Worm, B. (2009), "Management effectiveness of the World's marine fisheries". *PLOS Biology* 2009, 7(6).
- Moreirinhas, M. (1998), *Solidariedade e Sobrevivência na Ria de Aveiro – "Os pescadores do Chinchorro da Torreira"*. Edição patrocinada pela Câmara Municipal da Murtosa. Murtosa.
- Neto, J. & Dornelles, L. (1996), "Diagnóstico da pesca marítima do Brasil". *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais*, Brasília.
- Nielsen (2007), "Fórum do Comércio Moderno". Terceira edição, Março.
- Nobre, A., Afreixo, J., & Macedo, J. (1915), *A Ria de Aveiro – "Relatório oficial do Regulamento da Ria de 28 de Dezembro de 1912"*, Lisboa.
- Ohlin, B. (1933), "Interregional and International Trade". Cambridge, Harvard University Press, 1966.
- Pauly, D. (1997), "Small-Scale Fisheries in the Tropics: Marginality, Marginalization, and Some Implications for Fisheries Management"; *Global Trends: Fisheries Management*, E.K. Pikitch, D.D. Huppert, and M.P. Sissenwine, eds. Bethesda, MD: American Fisheries Society Symposium 20. pp. 40–49.

- Pawson, M., Tingley, D., Padda, G., Glenn, H. (2006), "Sport Fisheries" (or Marine Recreational Fisheries), Final report for EU contract FISH/2004/011, in www.cefas.co.uk/publicationsS
- Pereira, A. (1997), "O método estrutural-diferencial e suas reformulações. Teoria e Evidência Económica", n.º.9, Maio.
- Pestana, H. & Gageiro, N. (2003), "Análise de dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS". 3ª Edição. Lisboa. Edições Sílabo.
- Pitcher, J. (1999), "The resource management connecting to recreational fishing policies and programs". Fisheries Centre Research Reports, University of British Columbia (Vancouver) – Evaluating the Benefits of Recreational Fisheries, Vol. 7, Iss. 2, pp.88-91.
- Pitcher, T., Hollingworth, C. (2002), "Fishing for fun: where's the catch?". Recreational fisheries: ecological, economic and social evaluation. Oxford: Blackwell Science; Pitcher TJ, Hollingworth CE, editors, pp. 1–16.
- Pollock, K., Jones, C., & BROWN T. (1994), "Angler survey methods and their applications in fisheries management". American Fisheries Society Special Publication n.º25, pp.371.
- Porter, G. (1998), "Estimating over capacity in the global fishing fleets". Washington, DC: WWF;
- Porter, M. (1990), The Competitive Advantage of Nations. New York: The Free Press.
- Porter, M. (1996), "What is Strategy". Harvard Business Review, 74(6): 61-78.
- Porter, M. (1998), "Clusters and the New Competitive Agenda for Companies, Governments and Institutions" in On Competition. Boston: Harvard Business School Press.
- Rancho Folclórico da Casa do Povo de Ílhavo, s/d. "Formação da Ria e Zona Ribeirinha", edição do Museu de Ovar, Ovar, pp.297.
- Ricardo, D. (1817), "On the principles of political economy and taxation", 3ª ed, 1821, McMaster University aquiver.
- Roberts, K., Horst, J., Roussel, J. & Shephard, J. (1996), "Understanding fisheries management". A manual for understanding the federal fisheries management process, including analysis of the 1996 Sustainable Fisheries Act.
- Ryther, J., (1969). "Photosynthesis and fish production in the sea". Science, NewYork, Vol. 166, n.º3901, pp.72-76.
- SaeR/ACL (2009) "O Hypercluster da Economia do Mar – Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa". Relatório Final. Lisboa.
- Salz, P., Buisman, E., Smit, J. & Vos, B. (2006), "Employment in the fisheries sector: current situation (FISH/2004/4)" - Final Report, European Commission; in http://ec.europa.eu/fisheries/publications/studies/employment_study_2006.pdf.
- Santos, F. (2000), "As pescas em Portugal Continental: o caso da Afurada", Revista da Faculdade de Letras — Geografia I, vol. XV/XVI, Porto, 2000, pp.49-61.
- Schill, D.J. & Kline, P.A. (1995), "Use of random response to estimate angler noncompliance with fishing regulations". North American Journal of Fisheries Management, 15(4), pp.721-731.
- Severo, C. (2008), "Pesca Artesanal em Santa Catarina: Evolução e Diferenciação dos Pescadores da Praia da Pinheira", Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Sigler, W.F. & Sigler J.W. (1990), "Recreational fisheries". Management, theory, and application. University of Nevada Press. U.S.A., Las Vegas.
- Silva, H. (1992), Comércio Intra-Indústria, Provas de dissertação de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, S. (2004), "Caracterização da pesca artesanal na costa do Estado do Ceará, Brasil". Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

- Slipke, J., Maceina M., Travnichek, V. & Weathers, K. (1998), "Effects of a 356-mm minimum length limit on the population characteristics and sport fishery of smallmouth bass in the shoals reach of the Tennessee River, Alabama". *North American Journal of Fisheries Management*, 12 (3).
- Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. (2009), "Prestação de Serviços para a Elaboração do Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro" - Caderno de Encargos, Aveiro.
- Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. (2010), "Prestação de Serviços para a Elaboração do Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro" Relatório final. Volume I e II. Aveiro.
- Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A./NEMUS (2010), "Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro". Relatório Ambiental Preliminar. Volume I. Aveiro.
- Sousa, M. (2000), "Manual de pesca desportiva de mar e rio". Editorial Presença, Lisboa, nº1, pp.206.
- STECF-SGECA (2007), Commission staff working document preparation of annual economic report, Copenhagen, 21–25th April.
- Stiwell, F. (1969), "Regional growth and structural adaptation". *Urban Studies*, v.6.
- Sumaila, U. & Vasconcellos, M. (2000), "Simulation of ecological and economic impacts of distant water fleets on Namibian fisheries". *Ecological Economics*, 32(3).
- Surís, J., Varela, M. & Iglesias, C. (2003), "Effectiveness of the structural fisheries policy in the European Union". *Marine Policy*, 27(6).
- Taivonen, A., Tuunainen, P., Navrud, S., Roth, E., Bengtsson, B. & Gudbergsson, G. (1999), "Measuring the total economic value of recreational fisheries in Scandinavia. Fisheries Centre Research Reports" – Evaluating the Benefits of Recreational Fisheries, 7(2), pp.150-153.
- Toivonen, A., Appelblad, H., Bengtsson, B., Geertz-Hansen, P., Gudbergsson, G. & Kristofersson, D., (2000) "Economic value of recreational fisheries in Nordic countries". *Tema Nord*; Nordic Council of Ministers, Copenhagen, pp. 71.
- Tyedmers, P., Watson, R. & Pauly, D. (2005), "Fuelling global fishing fleets". *Journal of Human Environment*, 34, pp. 59-62.
- Villasante, S. & Sumaila, U. (2008), "Economics of fisheries management of straddling fish stocks in the Patagonian marine ecosystem 5th World fisheries congress". Yokohama, Japan. October 19–25th.
- Villasante, S. (2009), "Magnitud e implicaciones de la política pesquera comunitaria: aplicación de indicadores de sostenibilidad sobre el metabolismo de los ecosistemas marinos". PhD Thesis, University of Santiago de Compostela.
- Villasante, S., García, M. & González, L. (2008) "Evaluación del éxito de la política pesquera comunitaria a través del sistema de TAC", *Lecciones de Economía Pesquera*, 2008; Netbiblio, A Coruña, pp. 194–214.
- Wilde, G., Riechers, R., & Ditton R. (1998), "Differences in attitudes, fishing motives, and demographic characteristics between tournament and nontournament black bass anglers in Texas". *North American Journal of Fisheries Management*, 18; pp.422-431.
- Wilde, J. (2003), "The 2001 North Sea cod recovery measures: economic consequences for the Dutch fishing fleet", XV EAFE Conference, IFREMER, Brest, France, 15–16th May.
- Williams, S., Hochet-Kibonghi, A. & Nauen, C. (2005), "Género, pesca e aquicultura: Capital Social e Conhecimento para a Transição para o uso Sustentável dos Ecossistemas Aquáticos". Bruxelas.
- Witzig, J. (1997), "Marine recreational fishery statistics survey procedures manual". National oceanic and atmospheric administration, National marine fisheries service, Office of research and environmental information, Section 3.3.1.2. In [http:// www.recfin.org/procman/index.html](http://www.recfin.org/procman/index.html)

World Bank (2009), “The Sunk billions”. In: The economic justification for fisheries reform. Washington DC.

Yin, R. (1994), “Case Study Research: Design and Methods”, Second Edition, Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Zeller, D., Booth, S., Craig, P. & Pauly, D. (2006), “Reconstruction of Coral Reef Fisheries Catches in American Samoa, 1950–2002”. *Coral Reefs*, 25, pp. 144–52;

Zeller, D., Booth, S., Davis, G. & Pauly, D. (2007), “Re-estimation of Small-scale Fisheries Catches for U.S. Flag Island Areas in the Western Pacific: The Last 50 years”, *US Fishery Bulletin*, 105, pp. 266–277.

Zeller, D., S. Booth, & Pauly, D. (2005), “Reconstruction of Coral Reef-and Bottom-Fisheries Catches for U.S. Flag Island Areas in the Western Pacific, 1950 to 2002, Working Paper 2005-05, Fisheries Centre, The University of British Columbia, Canada.

WEBGRAFIA

AMRia. Associação de Municípios da Ria de Aveiro
<http://www.amria.pt/> (acedido a 1 Dezembro de 2009)

ARH-Centro. Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P.
<http://www.arhcentro.pt/> (acedido a 1 Dezembro de 2009)

Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro
<http://www.net-moliceiro.inovanet.pt/> (acedido a 1 Dezembro de 2009)

B-on. Biblioteca do conhecimento online
<http://www.b-on.pt/> (acedido a 29 Outubro de 2010)

BibRia. Biblioteca Digital dos Municípios da Ria
<http://bibria.cm-aveiro.pt/> (acedido a 1 Fevereiro de 2010)

BioRia. Projecto para conservação da biodiversidade da Ria
<http://www.bioria.com/> (acedido a 23 Fevereiro de 2010)

Câmara Municipal de Estarreja
<http://www.cm-estarreja.pt/> (acedido a 3 Fevereiro de 2010)

Câmara Municipal de Ílhavo
<http://www.cm-ilhavo.pt/> (acedido a 3 Fevereiro de 2010)

Câmara Municipal de Mira
<http://www.cm-mira.pt/> (acedido a 3 Fevereiro de 2010)

Câmara Municipal da Murtosa
<http://www.cm-murtosa.pt/> (acedido a 3 Fevereiro de 2010)

Câmara Municipal de Ovar
<http://www.cm-ovar.pt/> (acedido a 3 Fevereiro de 2010)

Câmara Municipal de Vagos
<http://www.cm-vagos.pt/> (acedido a 10 Fevereiro de 2010)

Centre for Environment, Fisheries & Aquaculture Science
www.cefas.co.uk/publicationsS (acedido a 25 Setembro de 2010)

Clube da Pesca Desportiva de Sesimbra

<http://www.zucasesimbra.com> (acedido em 17 de Outubro de 2010)

European Anglers Alliance (EAA)

<http://www.eaa-europe.org/> (acedido a 1 Novembro de 2010)

European Cluster Observatory

<http://www.clusterobservatory.eu/> (acedido a 18 Março de 2010)

Eurostat

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/> (acedido a 1 Novembro de 2010)

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

<http://www.fao.org> (acedido a 17 Maio de 2010)

Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e Inovação

<http://www.gee.min-economia.pt/> (acedido a 13 Setembro de 2010)

Grupo Folclórico Poço da Cruz

<http://gfpocodacruz.com.sapo.pt/> (acedido a 10 Fevereiro de 2010)

INE. Instituto nacional de Estatística

<http://www.ine.pt> (acedido a 20 Março de 2010)

International Trade Center

<http://www.intracen.org/> (acedido a 26 Agosto de 2010)

Jornal Defesa e Relações Internacionais

<http://www.jornaldefesa.com.pt/> (acedido a 30 Outubro de 2010)

Jornal Público

<http://economia.publico.pt> (acedido em 7 Agosto de 2010)

Mútua dos Pescadores

<http://www.mutuapescadores.pt/> (acedido a 10 Fevereiro de 2010)

NaturRia – percurso visitável da Natureza

http://www.cm-murtosa.pt/output_efile.aspx?id_file=6488&id_object=3754 (acedido a 19 Fevereiro de 2010)

Northwet Fisheries Science Center – NOAA Fisheries Service

<http://www.nwfsc.noaa.gov/> (acedido a 1 Novembro de 2010)

OECD Statistics: Agriculture and Fisheries

<http://www.oecd.org> (acedido em 30 de Outubro de 2010)

Portal do Mar

<http://www.portaldomar.pt/> (acedido a 20 Fevereiro de 2010)

Portal da União Europeia

http://europa.eu/index_pt.htm (acedido a 15 Janeiro de 2010)

Reference

<http://www.reference.com> (acedido a 2 Novembro de 2010)

Regulamento do Parlamento Europeu – Anexo II

<http://pt.enace.eu/> (acedido a 20 Agosto de 2010)

SNI-RH. Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

<http://snirh.pt/> (acedido a 23 Fevereiro de 2010)

Social Science Research Network

<http://hq.ssrn.com> (acedido a 22 Março de 2010)

The World Bank

<http://web.Worldbank.org/> (acedido a 1 Novembro de 2010)

United Nations Commodity Trade Statistics Database

<http://comtrade.un.org/> (acedido a 25 Setembro de 2010)

ANEXO I

Inquérito por Entrevista aos Presidentes de Junta de Freguesia, Presidentes da Câmara e Presidentes de Associações Sociais, Culturais, Económicas e Desportivas

Nota: O guião terá de ser adaptado consoante as entidades e os Cais em cada freguesia e concelho.

Entrevista a _____

Cais a que se refere a Entrevista:

I. Caracterização dos Entrevistados e da Relação com os Cais:

1. Há quantos anos desempenha o cargo de Presidente da Câmara/Presidente da Junta/ Presidente da Associação?
2. Nessa actividade, como se enquadram as questões relativas à gestão dos cais?
3. Sabe quais as entidades responsáveis:
 - 3.1 Pela gestão dos cais? Como tem sido a relação com essas entidades?
 - 3.2 Manutenção dos edifícios de apoio aos cais?
4. Com que frequência são feitas as manutenções? Anuais/Bianuais/outra qual?
5. Que tipo de manutenção é executada?
(Ex: Pinturas de fachadas, tratamento de madeiras, etc.)
6. A Câmara/Junta de Freguesia/ Associação faz utilização directa dos cais? De que tipo?

II. Caracterização dos Cais:

7. Qual a área de influência dos cais presentes na sua freguesia? Concelho/área de influência da associação?

(A área de influência é aquela que é constituída pela área directamente estimulada (área contígua de influência directa na envolvente do cais) e pela área de influência indirecta (área que é influenciada indirectamente pelo cais, que de alguma forma, ou de outra, sofrerá ou exercerá influência sobre o cais, seja ela nos aspectos físicos, sociais ou económicos).

8. Como caracteriza a área envolvente aos cais:
 - 8.1. Em termos de estado de conservação?
 - 8.2. Em termos de elementos naturais?
 - 8.3. Em termos paisagísticos?
 - 8.4. Em termos de edificado?

9. Como avalia:

9.1. A acessibilidade aos cais?

9.2. Os acessos aos cais (rodoviários, pedonais, etc...)?

9.3 Em termos de estacionamento as áreas adjacentes aos cais? Nessas áreas, existem terrenos da propriedade do estado ou de instituições associativas?

10. Como considera o processo de colocação das embarcações na água? No caso de considerar o processo de enorme dificuldade, há quanto tempo perdura essa situação?

11. Como descreveria a evolução dos cais, ao longo dos tempos?

12. Conhecia o estado do canal de acesso ao cais à cerca de 20 anos?...

- 1) Está igual
- 2) Assoreou
- 3) Tem sofrido erosão
- 4) Entretanto foram feitas obras ou dragagens

13. Conhecia o estado do canal de acesso ao cais à cerca de 50 anos?...

- 1) Está igual
- 2) Assoreou
- 3) Tem sofrido erosão
- 4) Entretanto foram feitas obras ou dragagens

III. Utilização dos Cais:

14. Que actividades são desenvolvidas nos cais?

15. Qual a importância dessas actividades para o concelho/para a freguesia/ para a localidade? (em termos económicos, sociais, culturais, etc.)

16. Considera que essas actividades poderiam ser mais desenvolvidas e/ou potenciadas? Em que condições e por que razões?

17. Que outras actividades, na sua opinião, poderiam ser desenvolvidas nos cais? Em que condições e por que razões?

18. Quem são os principais utilizadores do cais? Quantifique (nº de utilizadores e embarcações afectas)?

19. Considera que os cais poderiam atrair outros utilizadores? De que tipo? Em que circunstâncias e por que razões?

IV. Avaliação dos Cais:

20. Tendo em conta as necessidades da maior parte dos utilizadores dos cais, considera que os mesmos estão bem localizados e estão bem dimensionados? Porquê?

21. Na sua opinião, que aspectos na conservação física do cais poderiam ser melhorados?
22. Na sua opinião, que aspectos naturais e ambientais na conservação do cais poderiam ser melhorados?
23. Relativamente aos equipamentos presentes (rampas, gruas, escadas, cabeços de amarração, etc.) nos cais, considera que os mesmos são suficientes face às necessidades e ao número de utilizadores?
24. Que outros equipamentos considera que deveriam existir nos cais?
25. Relativamente às estruturas presentes nos cais (portos de abrigo, paliçadas, muros, etc), considera que as mesmas são suficientes face às necessidades e ao número de utilizadores?
26. Que outras estruturas considera que deveriam existir nos cais?

V. Importância Cultural do Cais:

27. O cais tem alguma utilização nas festas e tradições da freguesia? Em quais e como?
28. O cais tem utilização para eventos desportivos da freguesia? Em quais e como?
29. O cais tem utilização turística e recreativa? Quais e como?
- 30.** Qual a importância que atribuí aos cais para o concelho/freguesia/localidade?
31. Finalmente, considera que o cais poderia ter outros aproveitamentos? Quais e como?

ANEXO II

Inquérito por questionário aos utilizadores dos cais

N. Inquérito: _____

Cais: _____

Concelho:	Aveiro	_	Freguesia:	Bunheiro	_
	Estarreja	_		Esgueira	_
	Ílhavo	_		Gafanha da Nazaré	_
	Murtosa	_		S. Salvador	_
	Ovar	_		Murtosa	_
				Ovar	_
				Pardilhó	_
				Torreira	_
				Válega	_

I. Caracterização dos Inquiridos:

1. Idade:	15 – 24 anos	_	2. Estado Civil:	Casado	_
	25 – 34 anos	_		Solteiro	_
	35 – 44 anos	_		Divorciado	_
	45 – 54 anos	_		Viúvo	_
	55 – 64 anos	_		União de facto	_
	= ou > 66 anos	_			

3. Habilitações Literárias:	Analfabeto	_
	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	_
	1 Ciclo do Ensino Básico (ou equivalente)	_
	2 Ciclo do Ensino Básico (ou equivalente)	_
	3 Ciclo do Ensino Básico (ou equivalente)	_
	Ensino Secundário	_
	Ensino Superior	_
	Pós-Graduação	_

4. Condição Perante o Trabalho:	Exerce uma actividade	_
	Desempregado	_
	Reformado	_
	Estudante	_
	Doméstico	_
	Incapacitado permanente	_
	Outra situação	_

Qual? _____

5. Se referiu antes, exercer uma actividade, estar desempregado ou ser reformado, por favor

Indique qual a sua Profissão: _____

6. Situação na Profissão: Patrão ☐ ☐
 Trabalhador por conta própria ☐ ☐
 Trabalhador por conta de outrem ☐ ☐
 Trabalhador familiar sem remuneração ☐ ☐
 Outra situação ☐ ☐
 Qual? _____

7. Para além da profissão principal, exerce outra actividade remunerada?

Sim ☐ ☐ Não ☐ ☐

8. Se sim, por favor indique qual é essa actividade: _____

9. Quantas pessoas fazem parte do seu agregado familiar:

Vive sozinho ☐ ☐
 2 pessoas ☐ ☐ Grau de parentesco? _____
 3 a 4 pessoas ☐ ☐ Grau de parentesco? _____
 Mais de 5 pessoas ☐ ☐ Grau de parentesco? _____

10. Aproximadamente, qual è o rendimento mensal do seu agregado familiar?

< ou = 300€ ☐ ☐
 301€ a 1000€ ☐ ☐
 1001€ a 2000€ ☐ ☐
 2001€ a 3000€ ☐ ☐
 > ou = a 3001€ ☐ ☐

11. Freguesia em que reside: _____ 12. Concelho: _____

II. Utilização dos Cais:

13. Que tipo de embarcação possui?

Bateira ☐ ☐
 Mercantel ou Saleiro ☐ ☐
 Moliceiro ☐ ☐
 Vouga ☐ ☐
 Outras ☐ ☐
 Quais? _____

14. Para que finalidade usa o cais: (assinale até 2 actividades, por ordem de importância)

Pesca ☐ ☐
 Apanha do Moliço ☐ ☐
 Recreio e lazer ☐ ☐
 Desporto ☐ ☐
 Outra ☐ ☐ Qual? _____

15. Há quantos anos utiliza o cais:

Há 1 ano ou menos ☐ ☐
 Entre 1 e 5 anos ☐ ☐
 Entre 5 e 10 anos ☐ ☐
 Há mais de 10 anos ☐ ☐

16. Com que frequência utiliza o cais:

Diariamente	_
Mais de 4 vezes por semana	_
Duas vezes por semana	_
1 vez por semana	_
Muito raramente	_

17. Se da sua utilização do cais retira algum rendimento, por favor indique aproximadamente qual é o peso desse rendimento no rendimento mensal do agregado familiar:

Menos de 10%	_
10 a 24%	_
25 a 49%	_
50 a 74%	_
75 a 99%	_
100%	_
Não sabe	_

18. Que importância atribuí à existência do cais para a sua subsistência:

Muito importante	_
Relativamente importante	_
Pouco importante	_
Nada Importante	_

19. Qualquer que tenha sido a sua resposta à questão anterior, diga-nos porquê? _____

III. Avaliação dos Cais:

20. Tendo em conta as suas necessidades, considera que o cais está bem localizado?

Sim	_	Porquê? _____
Não	_	Porquê? _____

21. Como avalia os acessos ao cais:

É acessível e os acessos estão em bom estado	_
É acessível mas os acessos estão em mau estado	_
Não é acessível	_

22. Como avalia o estado de conservação física do cais (das estruturas flutuantes para acostagem, muros de suporte, limpeza, etc).

Muito bem conservado	_	
Bem conservado	_	
Pouco conservado	_	Porquê? _____
Mal conservado	_	Porquê? _____

23. Na sua opinião, que aspectos na conservação física do cais poderiam ser melhorados? _____

24. Como avalia o estado de conservação natural/ambiental do cais (conservação e limpeza dos espaços verdes, qualidade da água, qualidade do pescado, etc)

Muito bem conservado |_|
 Bem conservado |_|
 Pouco conservado |_| Porquê? _____
 Mal conservado |_| Porquê? _____

25. Na sua opinião, que aspectos naturais e ambientais na conservação do cais poderiam ser melhorados? _____

26. Quanto ao número de utilizadores e embarcações do cais, considera:

Que a dimensão do cais é suficiente, devendo ser mantida |_|
 Que a dimensão do cais devia ser aumentada |_|
 Que a dimensão do cais devia ser diminuída |_|

27. Relativamente aos equipamentos presentes no cais, considera:

Equipamentos	Suficiente	Insuficiente	Não Existe	Devia Existir
Rampas				
Escadas				
Gruas ou similar				
Cabeços de amarração				
Defensas				
Edifícios de apoio				

28. Para além dos mencionados no quadro anterior, que outros equipamentos considera que deveriam existir no cais:

1. _____
2. _____
3. _____

29. Relativamente às estruturas presentes no cais, considera:

Equipamentos	Suficiente	Insuficiente	Não Existe	Devia Existir
Porto de Abrigo				
Paliçadas				
Muros de betão				
Fundação em estacas				
Defensas				
Estrutura flutuante para acostagem e amarração das embarcações				

30. Para além das mencionadas no quadro anterior, que outras estruturas considera que deveriam existir no cais:

1. _____
2. _____
3. _____

31. Que tipo de actividades considera que deveriam ser desenvolvidas no cais, no futuro:

Pesca ☐ ☐
Recolha de Moliço ☐ ☐
Recreio e lazer ☐ ☐
Desporto ☐ ☐
Outra ☐ Qual? _____

IV. Importância Cultural do Cais:

32. O cais tem alguma utilização nas festas e tradições da freguesia?

Sim ☐ ☐ Não ☐ ☐

33. Se respondeu sim na questão anterior, por favor descreva em que situações e de que forma:

34. O cais tem utilização para eventos desportivos da freguesia?

Sim ☐ ☐ Não ☐ ☐

35. Se respondeu sim na questão anterior, por favor descreva em que situações e de que forma:

36. O cais tem utilização turística e recreativa?

Sim ☐ ☐ Não ☐ ☐

37. Se respondeu sim na questão anterior, por favor descreva em que situações e de que forma:

38. Em geral, a existência do cais é importante para a freguesia/localidade?

Sim ☐ ☐ Não ☐ ☐

39. Se respondeu sim na questão anterior, por favor refira porquê: _____

40. Finalmente, considera que o cais poderia ter outros aproveitamentos?

Sim ☐ ☐ Não ☐ ☐

41. Se respondeu sim na questão anterior, por favor refira que aproveitamentos: _____

ANEXO III

Análise estatística – Frequency tables

Tabela 1 – Idade dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	15 a 24 anos	9	15,5	15,5	15,5
	25 a 34 anos	13	22,4	22,4	37,9
	35 a 44 anos	13	22,4	22,4	60,3
	45 a 54 anos	12	20,7	20,7	81,0
	55 a 64 anos	2	3,4	3,4	84,5
	igual ou maior de 65 anos	9	15,5	15,5	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 2 – Estado civil dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Casado	44	75,9	75,9	75,9
	Solteiro	10	17,2	17,2	93,1
	Divorciado	2	3,4	3,4	96,6
	Viúvo	1	1,7	1,7	98,3
	Vive em União de Facto	1	1,7	1,7	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 3 – Estado civil dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	4	6,9	6,9	6,9
	1º CEB	20	34,5	34,5	41,4
	2º CEB	27	46,6	46,6	87,9
	3º CEB	5	8,6	8,6	96,6
	Ensino Secundário	2	3,4	3,4	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 4 – Condição perante o trabalho dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Exerce uma actividade	49	84,5	84,5	84,5
	Desempregado	2	3,4	3,4	87,9
	Reformado	7	12,1	12,1	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 5 – Profissão dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Patrões agrícolas ou da pesca	3	5,2	5,8	5,8
	Agricultores e Pescadores por conta própria	40	69,0	76,9	82,7
	Outros trabalhadores agrícolas e pescadores	5	8,6	9,6	92,3
	Operários qualificados e semi-qualificados	2	3,4	3,8	96,2
	Operários não qualificados	2	3,4	3,8	100,0
	Total	52	89,7	100,0	
Missing	Não responde	6	10,3		
Total		58	100,0		

Tabela 6 – Situação da profissão dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Patrão	6	10,3	10,3	10,3
	Trabalhador por conta própria	43	74,1	74,1	84,5
	Trabalhador por conta de outrem	9	15,5	15,5	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 7 – Se os inquiridos tem outra actividade remunerada para além da profissão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	22,4	22,8	22,8
	Não	44	75,9	77,2	100,0
	Total	57	98,3	100,0	
Missing	Não responde	1	1,7		
Total		58	100,0		

Tabela 8 – Que outra actividade remunerada desenvolvem os inquiridos, para além da profissão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Operário fabril	2	3,4	16,7	16,7
	Chefe de máquina marítima	1	1,7	8,3	25,0
	Carpinteiro (embarcações)	1	1,7	8,3	33,3
	Operário da REFER	1	1,7	8,3	41,7
	Proprietário de café/restaurante	1	1,7	8,3	50,0
	Marinheiro marítimo sazonal	4	6,9	33,3	83,3
	Marítimo	1	1,7	8,3	91,7
	Presta serviços de manutenção industrial	1	1,7	8,3	100,0
	Total	12	20,7	100,0	
Missing	Não se aplica	46	79,3		
Total		58	100,0		

Tabela 9 – Número de pessoas que fazem parte do agregado familiar dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Vive sozinho	6	10,3	10,3	10,3
	2 pessoas	12	20,7	20,7	31,0
	3 a 4 pessoas	29	50,0	50,0	81,0
	Mais de 5 pessoas	11	19,0	19,0	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 10 – Nível de rendimento mensal do agregado familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menor ou igual a 300€	19	32,8	33,3	33,3
	De 301 a 1000€	36	62,1	63,2	96,5
	De 1001 a 2000€	2	3,4	3,5	100,0
	Total	57	98,3	100,0	
Missing	não sabe	1	1,7		
Total		58	100,0		

Tabela 11 – Freguesia de residência dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bunheiro	7	12,1	12,5	12,5
	Murtosa	18	31,0	32,1	44,6
	Torreira	29	50,0	51,8	96,4
	Monte	2	3,4	3,6	100,0
	Total	56	96,6	100,0	
Missing	não responde	2	3,4		
Total		58	100,0		

Tabela 12 – Frequência de utilização do Cais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Diariamente	44	75,9	75,9	75,9
	Mais de 4 vezes por semana	7	12,1	12,1	87,9
	Duas vezes por semana	3	5,2	5,2	93,1
	Muito raramente	4	6,9	6,9	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 13 – Importância atribuída, à pesca (e ao relativo cais) para a subsistência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito importante	49	84,5	84,5	84,5
	Relativamente importante	8	13,8	13,8	98,3
	Pouco importante	1	1,7	1,7	100,0
	Total	58	100,0	100,0	

Tabela 14 – Percentagem do rendimento do agregado familiar dos inquiridos que decorre da actividade desenvolvida no cais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 10%	16	27,6	32,7	32,7
	10 a 24%	12	20,7	24,5	57,1
	25 a 49%	11	19,0	22,4	79,6
	50 a 74%	1	1,7	2,0	81,6
	75 a 99%	2	3,4	4,1	85,7
	100%	7	12,1	14,3	100,0
	Total	49	84,5	100,0	
Missing	Não sabe	9	15,5		
Total		58	100,0		

ANEXO IV

Análise estatística – Crosstabs

Tabela 1 – “Cais onde foi realizado o inquérito * Freguesia de residência” Crosstabulation

		Freguesia de residência				Total
		Bunheiro	Murtosa	Torreira	Monte	
Cais onde foi realizado o inquérito	Cais da Bestida	7	3	0	1	11
	Cais do Bico	0	12	0	1	13
	Cais do Chegado	0	2	0	0	2
	Cais do Porto de Abrigo da Torreira	0	1	29	0	30
Total		7	18	29	2	56

Tabela 1.1 – Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Cais onde foi realizado o inquérito * Freguesia de residência	56	96,6%	2	3,4%	58	100,0%

Tabela 1.2 – Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Interval by Interval	Pearson's R	,779	,113	9,135	,000 ^c
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	,789	,115	9,446	,000 ^c
N of Valid Cases		56			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c. Based on normal approximation.

Tabela 2 – “Número de pessoas do agregado familiar * Nível de rendimento mensal do agregado familiar” Crosstabulation

		Nível de rendimento mensal do agregado familiar			Total
		menor ou igual a 300€	de 301 a 1000€	de 1001 a 2000€	
Número de pessoas que fazem parte do agregado familiar dos inquiridos	vive sozinho	1	4	1	6
	2 pessoas	3	8	1	12
	3 a 4 pessoas	11	18	0	29
	mais de 5 pessoas	4	6	0	10
Total		19	36	2	57

Tabela 2.1 – Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Número de pessoas que fazem parte do Agregado Familiar dos inquiridos * Nível de rendimento mensal do agregado familiar	57	98,3%	1	1,7%	58	100,0%

Tabela 2.2 – Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Interval by Interval	Pearson's R	-,277	,127	-2,140	,037 ^c
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	-,211	,128	-1,598	,116 ^c
N of Valid Cases		57			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c. Based on normal approximation.

Tabela 3 – “Percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade desenvolvida no cais * Importância para a subsistência” Crosstabulation

		Importância atribuída para a subsistência			Total
		muito importante	relativamente importante	pouco importante	
Qual a percentagem do rendimento do Agregado Familiar que decorre da actividade desenvolvida no Cais	menos de 10%	11	5	0	16
	10 a 24%	11	0	1	12
	25 a 49%	9	2	0	11
	50 a 74%	0	1	0	1
	75 a 99%	2	0	0	2
	100%	7	0	0	7
Total		40	8	1	49

Tabela 3.1 – Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade desenvolvida no cais * Importância atribuída para a subsistência	49	84,5%	9	15,5%	58	100,0%

Tabela 3.2 – Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Interval by Interval	Pearson's R	-,195	,088	-1,365	,179 ^c
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	-,198	,132	-1,381	,174 ^c
N of Valid Cases		49			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c. Based on normal approximation.

Tabela 4 – “Percentagem do rendimento do Agregado Familiar que decorre da actividade desenvolvida no Cais * Frequência de utilização do cais” Crosstabulation

		Frequência de utilização do cais				Total
		diariamente	mais de 4 vezes por semana	duas vezes por semana	muito raramente	
Qual a percentagem do rendimento do Agregado Familiar que decorre da actividade desenvolvida no Cais	menos de 10%	12	2	1	1	16
	10 a 24%	8	3	1	0	12
	25 a 49%	9	2	0	0	11
	50 a 74%	1	0	0	0	1
	75 a 99%	2	0	0	0	2
	100%	7	0	0	0	7
Total		39	7	2	1	49

Tabela 4.1 – Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Percentagem do rendimento do agregado familiar decorrente da actividade desenvolvida no cais * Frequência de utilização do cais	49	84,5%	9	15,5%	58	100,0%

Tabela 4.2 – Case Processing Summary

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Interval by Interval	Pearson's R	-,253	,066	-1,797	,079 ^c
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	-,228	,114	-1,606	,115 ^c
N of Valid Cases		49			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c. Based on normal approximation

Tabela 5 – “Percentagem do rendimento do Agregado Familiar que decorre da actividade desenvolvida no Cais * Nível de rendimento mensal do agregado familiar” Crosstabulation

		Nível de rendimento mensal do agregado familiar			Total
		menor ou igual a 300€	de 301 a 1000€	de 1001 a 2000€	
Percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade desenvolvida no cais	menos de 10%	8	8	0	16
	10 a 25%	4	8	0	12
	25 a 50%	2	9	0	11
	50 a 75%	0	1	0	1
	75 a 100%	0	1	1	2
	100%	4	3	0	7
Total		18	30	1	49

Tabela 5.1 – Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Percentagem do rendimento do agregado familiar que decorre da actividade desenvolvida no cais * Nível de rendimento mensal do agregado familiar	49	84,5%	9	15,5%	58	100,0%

Tabela 5.2 – Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T ^b	Approx. Sig.
Interval by Interval	Pearson's R	,126	,160	,869	,389 ^c
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	,151	,151	1,047	,301 ^c
N of Valid Cases		49			

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c. Based on normal approximation.

Tabela 6 – “Cais por zona (Este ou Oeste da Ria)*Peso do rendimento gerado da pesca decorrente do cai, no rendimento mensal do agregado familiar” Crosstabulation

		Peso do rendimento gerado da pesca nos rendimentos mensais do ag. Fam.			Total
		menos de 10%	11 a 49%	50 a 100%	
Cais do lado Este da Ria (Béstida; Bico; Chegado)	<i>Count</i>	12	4	4	20
	<i>% within Peso do rend. pesca</i>	75,0%	17,4%	40,0%	38,3%
Cais do lado Oeste da Ria (Torreira)	<i>Count</i>	4	19	6	29
	<i>% within Peso do rend. pesca</i>	25,0%	82,6%	60,0%	59,2%
Total	<i>Count</i>	16	23	10	49
	<i>% within Peso do rend. pesca</i>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 6.1 – Case Processing Summary

	Cases					
	<i>Valid</i>		<i>Missing</i>		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Cais do lado Este da Ria (Béstida; Bico; Chegado) * Cais do lado Oeste da Ria (Torreira)	49	84,5%	9	15,5%	58	100,0%

Tabela 6.2 – Chi-Square Tests

	<i>Value</i>	<i>df</i>	<i>Asymp. Sig. (2-sided)</i>
<i>Pearson Chi-Square</i>	12,967 ^a	2	,002
<i>Likelihood Ratio</i>	13,557	2	,001
<i>Linear-by-Linear Association</i>	4,946	1	,026
<i>N of Valid Cases</i>	49		

Nota: a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,08.

ANEXO V

Tabela 1 – Saídas com origem em Portugal de acordo com a vantagem comparativa
- Ordenação de acordo com a vantagem comparativa 2007 –

Pos	Produtos (HS 2)	VCR ²			Valores em milhões de EUR			Peso nas saídas Portuguesas			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
		2000	2005	2007	2000	2005	2008	2000	2005	2008	00/05	00/08	00/05	00/08
	Total (saídas portuguesas)	-	-	-	27214,8	31137,1	38950,3	100,00	100,00	100,00	2,73	4,58	100,00	100,00
1	Cork and articles of cork	148,02	155,29	149,05	927,5	832,3	832,3	3,41	2,67	2,14	-2,14	-1,34	-2,428	-0,811
2	Ceramic products	5,26	6,00	5,67	472,6	549,4	608,4	1,74	1,76	1,56	3,06	3,21	1,958	1,157
3	Footwear gaiters and the like - parts of such articles	8,16	6,44	5,52	1647,8	1292,6	1390,8	6,05	4,15	3,57	-4,74	-2,10	-9,058	-2,190
4	Other made up textile articles - sets - worn clothing etc	11,84	6,22	5,00	873,2	627,1	543,6	3,21	2,01	1,40	-6,41	-5,75	-6,274	-2,809
5	Tobacco and manufactured tobacco substitutes	0,60	3,03	4,27	55,0	227,8	361,2	0,20	0,73	0,93	32,87	26,52	4,406	2,609
6	Beverages spirits and vinegar	3,95	3,87	3,61	614,7	700,4	890,0	2,26	2,25	2,28	2,65	4,74	2,186	2,346
7	Art of apparel and clothing access knitted or crocheted	5,66	4,70	3,56	1931,9	1690,4	1666,7	7,10	5,43	4,28	-2,64	-1,83	-6,156	-2,260
8	Art of stone plaster cement asbestos mica-sim mat	3,05	3,05	3,22	236,4	263,9	405,5	0,87	0,85	1,04	2,22	6,98	0,700	1,441
9	Salt - sulphur - earth and ston - plastering mat	0,79	2,04	2,70	61,8	151,2	268,2	0,23	0,49	0,69	19,60	20,15	2,279	1,759
10	Man-made staple fibres	2,36	2,50	2,55	245,0	207,1	235,8	0,90	0,66	0,61	-3,31	-0,48	-0,967	-0,078
11	Glass and glassware	1,84	2,33	2,43	249,7	333,9	448,2	0,92	1,07	1,15	5,98	7,59	2,147	1,692
12	Wadding felt and nonwoven - yarns - twine cordage etc	3,04	3,21	2,33	126,7	138,9	166,7	0,47	0,45	0,43	1,85	3,49	0,311	0,341
13	Special woven fab - tufted tex fab - lace - tapestries etc	0,92	1,58	2,29	37,4	55,9	87,1	0,14	0,18	0,22	8,37	11,14	0,472	0,423
14	Furniture - bedding mattress matt support cushion etc	1,26	2,17	2,14	461,5	850,1	1090,2	1,70	2,73	2,80	13,00	11,34	9,908	5,357
15	Wool fine-coarse animal hair horsehair yarn and fabric	1,97	2,19	2,06	101,4	93,9	88,3	0,37	0,30	0,23	-1,52	-1,72	-0,191	-0,112
16	Carpets and other textile floor coverings	1,36	1,85	2,05	50,5	64,1	65,1	0,19	0,21	0,17	4,90	3,23	0,348	0,125
17	Wood and articles of wood - wood charcoal	1,34	1,79	1,94	410,9	537,9	703,2	1,51	1,73	1,81	5,53	6,95	3,238	2,491
18	Fish and crustacean mollusc and other aquatic invertebrate	1,35	1,71	1,94	243,6	315,1	474,0	0,90	1,01	1,22	5,28	8,68	1,822	1,963

Fonte: OCDE

Nota: Tabela com os 18 produtos com maior IVCR Portuguesa em 2007

Tabela 2 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) de Pescado de 1996 a 2007 dos Países da OCDE

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	gap (1996 a 2007)
Islândia	82,621	82,757	84,981	80,647	78,619	70,571	69,699	73,603	81,597	85,329	83,316	71,946	-10,675
Noruega	9,669	10,398	13,057	11,441	8,542	7,833	8,21	7,85	8,117	8,078	8,203	8,908	-0,761
Nova Zelândia	8,174	7,876	8,044	8,133	7,219	6,337	6,871	5,923	6,327	6,589	6,587	6,133	-2,041
França	2,112	3,061	3,475	3,873	3,104	2,916	3,033	3,789	4,451	4,329	4,486	4,904	2,792
Dinamarca	5,434	5,421	5,384	5,03	4,676	4,596	4,324	4,397	4,296	4,385	4,551	4,567	-0,867
Espanha	1,732	1,861	1,709	1,841	1,814	1,854	1,822	1,823	1,958	1,92	1,991	2,072	0,34
Portugal	1,194	1,217	1,065	1,162	1,347	1,331	1,377	1,351	1,464	1,714	1,91	1,938	0,744
Suécia	0,352	0,475	0,547	0,631	0,691	0,76	0,778	0,925	1,115	1,469	1,872	1,813	1,461
Canadá	1,552	1,507	1,455	1,434	1,36	1,372	1,604	1,671	1,649	1,55	1,546	1,567	0,015
Austrália	1,907	2,054	1,926	2,203	2,183	1,921	1,927	1,808	1,646	1,445	1,318	1,238	-0,669
Holanda	0,931	0,929	0,864	0,972	0,925	0,989	0,967	1,012	1,008	1,046	1,011	0,961	0,03
Polónia	0,667	0,874	0,715	0,791	0,644	0,544	0,449	0,526	0,748	0,828	0,955	0,952	0,285
Reino Unido	0,596	0,545	0,6	0,578	0,517	0,522	0,554	0,681	0,742	0,743	0,683	0,805	0,209
EUA				0,554	0,538	0,58	0,597	0,637	0,695	0,728	0,704	0,677	0,677
Irlanda	1,15	0,925	0,732	0,586	0,546	0,659	0,577	0,625	0,634	0,582	0,642	0,675	-0,475
França	0,442	0,506	0,481	0,43	0,423	0,432	0,436	0,471	0,501	0,525	0,526	0,564	0,122
México	1,094	1,039	0,768	0,643	0,605	0,532	0,467	0,53	0,517	0,473	0,45	0,543	-0,551
Turquia	0,368	0,421	0,237	0,35	0,263	0,258	0,403	0,416	0,492	0,503	0,52	0,519	0,151
Coreia do Sul	1,333	1,177	1,141	1,119	0,968	0,869	0,736	0,633	0,618	0,529	0,448	0,517	-0,816
Bélgica	0,291	0,364	0,359	0,317	0,315	0,362	0,315	0,369	0,386	0,411	0,468	0,44	0,149
Japão	0,161	0,221	0,198	0,167	0,176	0,196	0,195	0,216	0,232	0,264	0,292	0,33	0,169
Itália	0,18	0,204	0,191	0,188	0,194	0,175	0,175	0,175	0,201	0,216	0,249	0,22	0,04
Alemanha	0,146	0,169	0,199	0,166	0,175	0,141	0,128	0,118	0,123	0,168	0,187	0,165	0,019
Luxemburgo				0,081	0,077	0,102	0,09	0,109	0,127	0,126	0,129	0,145	0,145
República Checa	0,219	0,206	0,173	0,151	0,134	0,132	0,135	0,135	0,113	0,123	0,123	0,109	-0,11
Finlândia	0,07	0,068	0,057	0,069	0,047	0,043	0,04	0,032	0,03	0,039	0,052	0,078	0,008
Eslováquia		0,031	0,035	0,024	0,022	0,02	0,02	0,019	0,03	0,031	0,035	0,018	0,018
Áustria	0,008	0,009	0,007	0,006	0,007	0,007	0,008	0,004	0,004	0,006	0,009	0,014	0,006
Hungria	0,181	0,085	0,096	0,074	0,048	0,036	0,025	0,025	0,02	0,011	0,009	0,005	-0,176
Suíça	0,003	0,003	0,002	0,003	0,002	0,002	0,004	0,004	0,005	0,005	0,005	0,005	0,002

Fonte: OCDE

ANEXO VI

Tabela 1

Spain - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD			Peso nas entradas de "03"			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
		2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000/2005	2000/2008	2000/2005	2000/2008
	World	3178,20	5242,57	6401,19	100,00	100,00	100,00	10,5	9,1	100,0	100,0
	UE	1084,51	1820,97	2114,41	34,12	34,73	33,03	10,9	8,7	35,7	32,0
2	Portugal	148,18	234,66	341,35	4,66	4,48	5,33	9,6	11,0	4,2	6,0
7	Italy	94,87	243,67	249,55	2,98	4,65	3,90	20,8	12,9	7,2	4,8
1	Morocco	251,18	445,63	622,09	7,90	8,50	9,72	12,1	12,0	9,4	11,5
2	Portugal	148,18	234,66	341,35	4,66	4,48	5,33	9,6	11,0	4,2	6,0
3	China	119,23	236,34	296,10	3,75	4,51	4,63	14,7	12,0	5,7	5,5
4	Argentina	286,44	292,31	451,01	9,01	5,58	7,05	0,4	5,8	0,3	5,1
5	France	260,36	365,99	419,89	8,19	6,98	6,56	7,0	6,2	5,1	4,9
6	Viet Nam	2,52	52,95	159,36	0,08	1,01	2,49	83,9	67,9	2,4	4,9
7	Italy	94,87	243,67	249,55	2,98	4,65	3,90	20,8	12,9	7,2	4,8
8	Ecuador	34,64	81,33	177,33	1,09	1,55	2,77	18,6	22,6	2,3	4,4
9	United Kingdom	201,02	302,87	333,24	6,32	5,78	5,21	8,5	6,5	4,9	4,1
10	India	46,20	122,57	157,22	1,45	2,34	2,46	21,5	16,5	3,7	3,4
11	Iceland	70,55	187,47	178,95	2,22	3,58	2,80	21,6	12,3	5,7	3,4
12	Netherlands	114,15	184,04	201,73	3,59	3,51	3,15	10,0	7,4	3,4	2,7

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 142 países considerados).

Tabela 2
USA - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	8593,46	9929,23	11510,22	10639,90	100,00	100,00	100,00	100,00	2,9	3,7	2,4	100,0	100,0	100,0
	UE	129,90	176,62	238,15	312,40	1,51	1,78	2,07	2,94	6,3	7,9	10,2	3,5	3,7	8,9
49	Portugal	5,01	5,44	5,13	5,41	0,06	0,05	0,04	0,05	1,7	0,3	0,9	0,0	0,0	0,0
18	Spain	9,73	27,61	23,42	20,53	0,11	0,28	0,20	0,19	23,2	11,6	8,6	1,3	0,5	0,5
40	Italy	0,90	1,76	1,90	1,19	0,01	0,02	0,02	0,01	14,3	9,8	3,1	0,1	0,0	0,0
1	China	556,13	1158,83	1796,38	1652,79	6,47	11,67	15,61	15,53	15,8	15,8	12,9	45,1	42,5	53,6
2	Indonesia	283,66	538,91	814,54	684,15	3,30	5,43	7,08	6,43	13,7	14,1	10,3	19,1	18,2	19,6
3	Chile	559,58	872,28	1069,26	755,04	6,51	8,79	9,29	7,10	9,3	8,4	3,4	23,4	17,5	9,6
4	Canada	1635,29	1821,66	1971,09	1783,18	19,03	18,35	17,12	16,76	2,2	2,4	1,0	14,0	11,5	7,2
5	Viet Nam	256,87	497,98	590,24	556,24	2,99	5,02	5,13	5,23	14,2	11,0	9,0	18,1	11,4	14,6
6	Ecuador	294,23	423,23	519,67	517,14	3,42	4,26	4,51	4,86	7,5	7,4	6,5	9,7	7,7	10,9
7	Malaysia	18,70	130,24	196,16	117,31	0,22	1,31	1,70	1,10	47,4	34,2	22,6	8,4	6,1	4,8
8	Japan	139,76	152,08	215,14	208,19	1,63	1,53	1,87	1,96	1,7	5,5	4,5	0,9	2,6	3,3
9	Peru	24,92	59,01	88,70	105,38	0,29	0,59	0,77	0,99	18,8	17,2	17,4	2,6	2,2	3,9
10	United Kingdom	56,73	52,23	110,56	169,44	0,66	0,53	0,96	1,59	- 1,6	8,7	12,9	- 0,3	1,8	5,5

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 161 países considerados).

Tabela 3
China - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	1212,28	2879,07	3648,21	3604,80	100,00	100,00	100,00	100,00	18,9	14,8	12,9	100,0	100,0	100,0
	UE	68,74	208,52	311,04	198,34	5,67	7,24	8,53	5,50	24,9	20,8	12,5	8,4	9,9	5,4
25	Portugal	0,42	8,80	7,56	7,66	0,03	0,31	0,21	0,21	84,1	43,7	38,2	0,5	0,3	0,3
30	Spain	28,04	17,02	33,26	29,82	2,31	0,59	0,91	0,83	- 9,5	2,2	0,7	- 0,7	0,2	0,1
63	Italy	0,02		0,00	0,01	0,00		0,00	0,00	- 100,0	- 37,7	- 0,5	0,0	0,0	0,0
1	Russian Federation	345,85	1092,86	1219,30	1185,52	28,53	37,96	33,42	32,89	25,9	17,1	14,7	44,8	35,9	35,1
2	USA	79,54	342,15	515,86	549,04	6,56	11,88	14,14	15,23	33,9	26,3	23,9	15,8	17,9	19,6
3	Netherlands	7,21	64,46	173,37	92,36	0,60	2,24	4,75	2,56	55,0	48,8	32,7	3,4	6,8	3,6
4	Norway	42,53	154,81	183,34	273,85	3,51	5,38	5,03	7,60	29,5	20,0	23,0	6,7	5,8	9,7
5	Canada	77,20	164,86	175,76	161,95	6,37	5,73	4,82	4,49	16,4	10,8	8,6	5,3	4,0	3,5
6	Rep. of Korea	66,74	105,76	156,36	114,12	5,51	3,67	4,29	3,17	9,6	11,2	6,1	2,3	3,7	2,0
7	Peru	2,10	24,58	77,00	47,02	0,17	0,85	2,11	1,30	63,6	56,9	41,3	1,3	3,1	1,9
8	Thailand	41,39	57,04	114,04	95,68	3,41	1,98	3,13	2,65	6,6	13,5	9,8	0,9	3,0	2,3
9	New Zealand	26,32	67,78	72,78	75,09	2,17	2,35	2,00	2,08	20,8	13,6	12,4	2,5	1,9	2,0
10	Japan	134,99	168,53	177,75	199,76	11,14	5,85	4,87	5,54	4,5	3,5	4,5	2,0	1,8	2,7

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 115 países considerados).

Tabela 4
Italy - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	2058,59	3395,26	4254,38	3836,53	100,00	100,00	100,00	100,00	10,5	9,5	7,2	100,0	100,0	100,0
	UE	1316,54	2160,32	2565,67	2341,45	63,95	63,63	60,31	61,03	10,4	8,7	6,6	63,1	56,9	57,6
21	Portugal	9,58	25,53	37,04	28,18	0,47	0,75	0,87	0,73	21,7	18,4	12,7	1,2	1,3	1,0
1	Spain	290,96	588,03	705,53	654,40	14,13	17,32	16,58	17,06	15,1	11,7	9,4	22,2	18,9	20,4
1	Spain	290,96	588,03	705,53	654,40	14,13	17,32	16,58	17,06	15,1	11,7	9,4	22,2	18,9	20,4
2	France	170,89	290,75	353,71	304,16	8,30	8,56	8,31	7,93	11,2	9,5	6,6	9,0	8,3	7,5
3	Netherlands	224,93	339,96	391,66	350,25	10,93	10,01	9,21	9,13	8,6	7,2	5,0	8,6	7,6	7,0
4	Viet Nam	13,84	59,42	162,37	111,16	0,67	1,75	3,82	2,90	33,8	36,0	26,1	3,4	6,8	5,5
5	Greece	130,05	184,27	251,28	241,96	6,32	5,43	5,91	6,31	7,2	8,6	7,1	4,1	5,5	6,3
6	Denmark	261,91	374,50	377,51	332,00	12,72	11,03	8,87	8,65	7,4	4,7	2,7	8,4	5,3	3,9
7	Ecuador	31,16	82,85	137,31	126,81	1,51	2,44	3,23	3,31	21,6	20,4	16,9	3,9	4,8	5,4
8	Thailand	55,98	106,58	156,40	152,14	2,72	3,14	3,68	3,97	13,7	13,7	11,7	3,8	4,6	5,4
9	Sweden	50,97	89,82	133,83	97,44	2,48	2,65	3,15	2,54	12,0	12,8	7,5	2,9	3,8	2,6
10	Argentina	81,78	74,05	159,83	127,08	3,97	2,18	3,76	3,31	- 2,0	8,7	5,0	- 0,6	3,6	2,5

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 126 países considerados).

Tabela 5
France - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	2331,03	3580,59	4425,06	4238,05	100,00	100,00	100,00	100,00	9,0	8,3	6,9	100,0	100,0	100,0
	UE	992,25	1400,45	1633,65	1681,36	42,57	39,11	36,92	39,67	7,1	6,4	6,0	32,7	30,6	36,1
21	Portugal	9,00	19,54	41,80	32,17	0,39	0,55	0,94	0,76	16,8	21,2	15,2	0,8	1,6	1,2
8	Spain	138,48	201,14	222,25	236,93	5,94	5,62	5,02	5,59	7,8	6,1	6,1	5,0	4,0	5,2
38	Italy	22,07	31,87	30,69	29,29	0,95	0,89	0,69	0,69	7,6	4,2	3,2	0,8	0,4	0,4
1	Norway	286,32	422,19	573,72	619,79	12,28	11,79	12,97	14,62	8,1	9,1	9,0	10,9	13,7	17,5
2	China	44,51	84,64	197,02	190,00	1,91	2,36	4,45	4,48	13,7	20,4	17,5	3,2	7,3	7,6
3	USA	98,51	186,14	235,88	212,98	4,23	5,20	5,33	5,03	13,6	11,5	8,9	7,0	6,6	6,0
4	United Kingdom	327,06	442,91	452,28	497,38	14,03	12,37	10,22	11,74	6,3	4,1	4,8	9,3	6,0	8,9
5	Viet Nam	9,47	49,27	112,60	85,42	0,41	1,38	2,54	2,02	39,1	36,3	27,7	3,2	4,9	4,0
6	Ecuador	28,16	48,95	120,92	100,40	1,21	1,37	2,73	2,37	11,7	20,0	15,2	1,7	4,4	3,8
7	Netherlands	127,66	176,38	211,68	188,12	5,48	4,93	4,78	4,44	6,7	6,5	4,4	3,9	4,0	3,2
8	Spain	138,48	201,14	222,25	236,93	5,94	5,62	5,02	5,59	7,8	6,1	6,1	5,0	4,0	5,2
9	Poland	17,67	24,14	82,28	100,57	0,76	0,67	1,86	2,37	6,4	21,2	21,3	0,5	3,1	4,3
10	India	24,31	52,03	88,62	95,28	1,04	1,45	2,00	2,25	16,4	17,5	16,4	2,2	3,1	3,7
11	Denmark	116,39	179,24	178,19	159,54	4,99	5,01	4,03	3,76	9,0	5,5	3,6	5,0	3,0	2,3
12	Madagascar	69,54	123,55	129,33	109,34	2,98	3,45	2,92	2,58	12,2	8,1	5,2	4,3	2,9	2,1
13	Chile	51,84	96,45	109,92	107,92	2,22	2,69	2,48	2,55	13,2	9,8	8,5	3,6	2,8	2,9
14	Uganda	0,25	65,32	50,99	31,08	0,01	1,82	1,15	0,73	204,8	94,6	71,0	5,2	2,4	1,6
15	Argentina	34,62	55,76	84,62	73,71	1,49	1,56	1,91	1,74	10,0	11,8	8,8	1,7	2,4	2,0

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 195 países considerados).

Tabela 6
Russian Federation - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	128,99	956,99	2029,71	1692,95	100,00	100,00	100,00	100,00	49,3	41,1	33,1	100,0	100,0	100,0
	UE	35,64	172,60	319,25	286,80	27,63	18,04	15,73	16,94	37,1	31,5	26,1	16,5	14,9	16,1
44	Portugal	0,00	0,06	0,55	0,12	0,00	0,01	0,03	0,01	403,8	260,8	164,5	0,0	0,0	0,0
16	Spain	0,47	10,28	20,00	29,16	0,37	1,07	0,99	1,72	85,2	59,7	58,1	1,2	1,0	1,8
36	Italy	0,11	0,39	2,45	0,66	0,08	0,04	0,12	0,04	29,6	47,7	22,4	0,0	0,1	0,0
1	Norway	68,72	450,37	711,02	765,11	53,28	47,06	35,03	45,19	45,6	33,9	30,7	46,1	33,8	44,5
2	China	0,50	38,20	203,58	173,48	0,39	3,99	10,03	10,25	138,0	112,0	91,5	4,6	10,7	11,1
3	Viet Nam	0,00	22,51	202,19	105,82	0,00	2,35	9,96	6,25	477,3	293,6	214,6	2,7	10,6	6,8
4	Denmark	3,47	59,65	121,16	73,01	2,69	6,23	5,97	4,31	76,7	55,9	40,3	6,8	6,2	4,4
5	Chile	0,01	30,04	104,20	59,42	0,01	3,14	5,13	3,51	369,9	207,3	154,8	3,6	5,5	3,8
6	Canada	0,67	33,96	87,51	60,11	0,52	3,55	4,31	3,55	119,5	84,0	64,9	4,0	4,6	3,8
7	United Kingdom	16,44	34,87	71,66	86,53	12,74	3,64	3,53	5,11	16,2	20,2	20,3	2,2	2,9	4,5
8	Iceland	1,44	25,01	53,38	44,72	1,12	2,61	2,63	2,64	76,9	57,1	46,5	2,8	2,7	2,8
9	USA	3,07	43,36	46,27	28,28	2,38	4,53	2,28	1,67	69,8	40,4	28,0	4,9	2,3	1,6
10	Thailand	0,07	15,99	34,89	18,39	0,05	1,67	1,72	1,09	197,5	117,9	86,1	1,9	1,8	1,2

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 87 países considerados).

Tabela 7
Sweden - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	554,11	1349,03	2385,51	2294,59	100,00	100,00	100,00	100,00	19,5	20,0	17,1	100,0	100,0	100,0
	UE	99,85	173,74	231,33	190,00	18,02	12,88	9,70	8,28	11,7	11,1	7,4	9,3	7,2	5,2
** 69	Portugal		0,07	0,01			0,01	0,00							
17	Spain	0,36	3,74	2,60	0,57	0,07	0,28	0,11	0,02	59,4	27,9	5,1	0,4	0,1	0,0
31	Italy	0,01	0,03	0,20	0,05	0,00	0,00	0,01	0,00	32,4	54,4	25,2	0,0	0,0	0,0
1	Norway	423,51	1102,91	2028,93	1994,79	76,43	81,76	85,05	86,93	21,1	21,6	18,8	85,5	87,7	90,3
2	Denmark	66,38	110,83	143,14	120,28	11,98	8,22	6,00	5,24	10,8	10,1	6,8	5,6	4,2	3,1
3	China	3,85	23,30	43,51	48,44	0,70	1,73	1,82	2,11	43,3	35,4	32,5	2,4	2,2	2,6
4	Thailand	0,49	5,59	19,56	9,62	0,09	0,41	0,82	0,42	62,6	58,5	39,2	0,6	1,0	0,5
5	Netherlands	13,87	23,33	29,64	21,83	2,50	1,73	1,24	0,95	11,0	10,0	5,2	1,2	0,9	0,5
6	Germany	2,57	12,14	14,94	15,13	0,46	0,90	0,63	0,66	36,4	24,6	21,8	1,2	0,7	0,7
7	Viet Nam	0,56	3,76	11,50	13,77	0,10	0,28	0,48	0,60	46,1	45,8	42,6	0,4	0,6	0,8
8	Finland	1,08	1,88	8,36	7,28	0,20	0,14	0,35	0,32	11,6	29,1	23,6	0,1	0,4	0,4
9	United Kingdom	1,26	1,94	7,65	5,27	0,23	0,14	0,32	0,23	9,0	25,3	17,2	0,1	0,3	0,2
10	Poland	0,70	3,32	7,05	6,04	0,13	0,25	0,30	0,26	36,7	33,5	27,1	0,3	0,3	0,3

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 91 países considerados).

** Posição de acordo com o peso em 2008 (ordenado apartir da posição 63, devido à inexistência de importação em 2000).

Tabela 8
Germany - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	1589,25	2453,00	3201,75	3677,01	100,00	100,00	100,00	100,00	9,1	9,2	9,8	100,0	100,0	100,0
	UE	703,13	1042,92	1249,86	1604,57	44,24	42,52	39,04	43,64	8,2	7,5	9,6	39,3	33,9	43,2
47	Portugal	0,99	1,15	1,72	3,79	0,06	0,05	0,05	0,10	3,1	7,2	16,1	0,0	0,0	0,1
13	Spain	17,86	35,92	35,87	43,59	1,12	1,46	1,12	1,19	15,0	9,1	10,4	2,1	1,1	1,2
17	Italy	21,12	34,06	36,89	40,33	1,33	1,39	1,15	1,10	10,0	7,2	7,4	1,5	1,0	0,9
1	China	76,94	240,37	464,96	484,32	4,84	9,80	14,52	13,17	25,6	25,2	22,7	18,9	24,1	19,5
2	Poland	75,03	203,83	362,32	444,73	4,72	8,31	11,32	12,09	22,1	21,8	21,9	14,9	17,8	17,7
3	USA	24,54	158,74	244,72	193,25	1,54	6,47	7,64	5,26	45,3	33,3	25,8	15,5	13,7	8,1
4	Viet Nam	13,66	44,53	131,40	179,59	0,86	1,82	4,10	4,88	26,7	32,7	33,1	3,6	7,3	7,9
5	Netherlands	130,27	236,86	245,18	308,54	8,20	9,66	7,66	8,39	12,7	8,2	10,1	12,3	7,1	8,5
6	Chile	21,86	100,56	130,37	76,76	1,38	4,10	4,07	2,09	35,7	25,0	15,0	9,1	6,7	2,6
7	Denmark	284,31	293,71	344,12	426,80	17,89	11,97	10,75	11,61	0,7	2,4	4,6	1,1	3,7	6,8
8	United Rep. of Tanzania	1,59	21,78	37,84	25,07	0,10	0,89	1,18	0,68	68,8	48,6	35,9	2,3	2,2	1,1
9	Sri Lanka	3,25	9,97	37,42	34,46	0,20	0,41	1,17	0,94	25,1	35,7	30,0	0,8	2,1	1,5
10	France	30,79	47,56	52,29	61,93	1,94	1,94	1,63	1,68	9,1	6,8	8,1	1,9	1,3	1,5

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 158 países considerados).

Tabela 9
Thailand - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	700,77	1367,49	2288,01	1856,76	100,00	100,00	100,00	100,00	14,3	15,9	11,4	100,0	100,0	100,0
	UE	23,29	32,19	59,51	67,08	3,32	2,35	2,60	3,61	6,7	12,4	12,5	1,3	2,3	3,8
** 124	Portugal		0,09		0,21		0,01		0,01						
19	Spain	7,79	15,24	26,97	25,22	1,11	1,11	1,18	1,36	14,4	16,8	13,9	1,1	1,2	1,5
40	Italy	0,42	0,43	0,80	0,21	0,06	0,03	0,04	0,01	0,8	8,5	- 7,2	0,0	0,0	0,0
1	Other Asia, nes	73,24	156,30	336,50	217,09	10,45	11,43	14,71	11,69	16,4	21,0	12,8	12,5	16,6	12,4
2	Japan	44,52	140,97	221,11	126,09	6,35	10,31	9,66	6,79	25,9	22,2	12,3	14,5	11,1	7,1
3	Vanuatu	3,20	119,91	171,28	102,36	0,46	8,77	7,49	5,51	106,4	64,5	47,0	17,5	10,6	8,6
4	USA	20,97	39,50	173,65	206,48	2,99	2,89	7,59	11,12	13,5	30,2	28,9	2,8	9,6	16,0
5	Rep. of Korea	11,26	61,78	142,31	144,92	1,61	4,52	6,22	7,80	40,6	37,3	32,8	7,6	8,3	11,6
6	China	7,12	34,20	110,36	87,17	1,02	2,50	4,82	4,69	36,9	40,9	32,1	4,1	6,5	6,9
7	Indonesia	108,23	222,75	203,56	140,54	15,44	16,29	8,90	7,57	15,5	8,2	2,9	17,2	6,0	2,8
8	Myanmar	7,16	55,98	73,89	72,17	1,02	4,09	3,23	3,89	50,9	33,9	29,3	7,3	4,2	5,6
9	Norway	22,41	15,54	87,81	68,17	3,20	1,14	3,84	3,67	- 7,1	18,6	13,2	- 1,0	4,1	4,0
10	Chile	5,55	48,87	67,25	49,86	0,79	3,57	2,94	2,69	54,5	36,6	27,6	6,5	3,9	3,8

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 140 países considerados).

** Posição de acordo com o peso em 2009 (ordenado apartir da posição 103, devido à inexistência de importação em 2000 e 2008).

Tabela 10
Republic of Korea - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	1229,90	2030,07	2531,36	2335,31	100,00	100,00	100,00	100,00	10,5	9,4	7,4	100,0	100,0	100,0
	UE	27,86	39,91	45,26	51,60	2,27	1,97	1,79	2,21	7,5	6,3	7,1	1,5	1,3	2,1
40	Portugal	0,78	2,01	1,11	1,77	0,06	0,10	0,04	0,08	20,9	4,5	9,6	0,2	0,0	0,1
86	Spain	10,15	9,57	4,98	8,78	0,83	0,47	0,20	0,38	- 1,2	- 8,5	- 1,6	- 0,1	- 0,4	- 0,1
20	Italy	1,04	4,85	9,08	5,14	0,08	0,24	0,36	0,22	36,1	31,1	19,4	0,5	0,6	0,4
1	China	468,45	823,48	889,26	743,28	38,09	40,56	35,13	31,83	11,9	8,3	5,3	44,4	32,3	24,9
2	Russian Federation	121,66	275,03	383,48	434,90	9,89	13,55	15,15	18,62	17,7	15,4	15,2	19,2	20,1	28,3
3	Viet Nam	57,31	130,43	249,29	232,94	4,66	6,42	9,85	9,97	17,9	20,2	16,9	9,1	14,8	15,9
4	Other Asia, nes	29,11	60,80	81,95	86,46	2,37	3,00	3,24	3,70	15,9	13,8	12,9	4,0	4,1	5,2
5	China, Hong Kong SAR	7,52	19,07	52,84	14,28	0,61	0,94	2,09	0,61	20,5	27,6	7,4	1,4	3,5	0,6
6	Japan	163,90	160,80	206,94	183,87	13,33	7,92	8,18	7,87	- 0,4	3,0	1,3	- 0,4	3,3	1,8
7	Thailand	52,37	101,92	86,64	69,06	4,26	5,02	3,42	2,96	14,2	6,5	3,1	6,2	2,6	1,5
8	Norway	17,79	28,54	51,69	68,38	1,45	1,41	2,04	2,93	9,9	14,3	16,1	1,3	2,6	4,6
9	Chile	13,10	23,97	41,64	39,44	1,07	1,18	1,64	1,69	12,8	15,5	13,0	1,4	2,2	2,4
10	Indonesia	24,95	26,24	49,57	48,94	2,03	1,29	1,96	2,10	1,0	9,0	7,8	0,2	1,9	2,2

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 136 países considerados).

Tabela 11
United Kingdom - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	1299,52	2095,06	2581,28	2162,22	100,00	100,00	100,00	100,00	10,0	9,0	5,8	100,0	100,0	100,0
	UE	314,57	548,43	751,86	591,52	24,21	26,18	29,13	27,36	11,8	11,5	7,3	29,4	34,1	32,1
33	Portugal	2,35	3,22	5,07	2,99	0,18	0,15	0,20	0,14	6,4	10,1	2,7	0,1	0,2	0,1
31	Spain	14,12	29,52	19,57	15,41	1,09	1,41	0,76	0,71	15,9	4,2	1,0	1,9	0,4	0,1
17	Italy	0,78	7,15	14,83	7,35	0,06	0,34	0,57	0,34	55,8	44,5	28,3	0,8	1,1	0,8
1	Iceland	204,50	378,04	537,66	448,85	15,74	18,04	20,83	20,76	13,1	12,8	9,1	21,8	26,0	28,3
2	China	34,87	112,09	233,05	188,28	2,68	5,35	9,03	8,71	26,3	26,8	20,6	9,7	15,5	17,8
3	Netherlands	32,02	74,53	125,62	91,86	2,46	3,56	4,87	4,25	18,4	18,6	12,4	5,3	7,3	6,9
4	Faeroe Isds	92,62	177,82	180,41	156,86	7,13	8,49	6,99	7,25	13,9	8,7	6,0	10,7	6,8	7,4
5	Denmark	115,58	195,63	184,45	137,31	8,89	9,34	7,15	6,35	11,1	6,0	1,9	10,1	5,4	2,5
6	Sweden	20,23	9,00	79,45	99,00	1,56	0,43	3,08	4,58	- 15,0	18,6	19,3	- 1,4	4,6	9,1
7	USA	22,37	67,34	81,11	46,71	1,72	3,21	3,14	2,16	24,7	17,5	8,5	5,7	4,6	2,8
8	Poland	2,56	8,55	56,67	43,10	0,20	0,41	2,20	1,99	27,3	47,3	36,9	0,8	4,2	4,7
9	Germany	38,04	68,67	80,71	64,38	2,93	3,28	3,13	2,98	12,5	9,9	6,0	3,8	3,3	3,1
10	Sri Lanka	6,11	27,93	47,33	38,96	0,47	1,33	1,83	1,80	35,5	29,2	22,9	2,7	3,2	3,8

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 137 países considerados).

Tabela 12

Netherlands - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD			Peso nas entradas de "03"			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
		2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000/2005	2000/2008	2000/2005	2000/2008
	World	808,21	1119,69	1832,71	100,00	100,00	100,00	6,7	10,8	100,0	100,0
	UE	409,71	692,03	830,69	50,69	61,81	45,33	11,1	9,2	90,6	41,1
37	Portugal	0,06	1,01	1,33	0,01	0,09	0,07	74,8	46,8	0,3	0,1
19	Spain	7,40	8,82	15,66	0,92	0,79	0,85	3,6	9,8	0,5	0,8
18	Italy	8,04	11,44	16,62	1,00	1,02	0,91	7,3	9,5	1,1	0,8
1	Germany	120,79	237,35	251,80	14,95	21,20	13,74	14,5	9,6	37,4	12,8
2	Viet Nam	9,65	33,68	121,21	1,19	3,01	6,61	28,4	37,2	7,7	10,9
3	Belgium	52,02	98,28	160,61	6,44	8,78	8,76	13,6	15,1	14,9	10,6
4	China	21,87	52,26	106,55	2,71	4,67	5,81	19,0	21,9	9,8	8,3
5	Norway	17,33	21,24	100,45	2,14	1,90	5,48	4,2	24,6	1,3	8,1
6	Denmark	76,86	128,91	148,84	9,51	11,51	8,12	10,9	8,6	16,7	7,0
7	Iceland	101,99	25,81	172,31	12,62	2,31	9,40	- 24,0	6,8	- 24,5	6,9
8	Turkey	5,27	17,18	60,73	0,65	1,53	3,31	26,7	35,7	3,8	5,4
9	United Kingdom	66,25	115,76	120,72	8,20	10,34	6,59	11,8	7,8	15,9	5,3
10	USA	8,61	32,55	56,52	1,07	2,91	3,08	30,5	26,5	7,7	4,7

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 118 países considerados).

Tabela 13
Belgium - Entradas de "03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos" com origem nos países seleccionados
- países ordenados com base no seu contributo para o crescimento em 2008 -

Pos.*	Origem	Valores em milhões de USD				Peso nas entradas de "03"				Taxa média de variação anual			Contributo para o crescimento (%)		
		2000	2005	2008	2009	2000	2005	2008	2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009	2000/2005	2000/2008	2000/2009
	World	785,04	1319,13	1720,05	1440,99	100,00	100,00	100,00	100,00	10,9	10,3	7,0	100,0	100,0	100,0
	UE	453,51	686,10	858,74	780,99	57,77	52,01	49,93	54,20	8,6	8,3	6,2	43,5	43,3	49,9
80	Portugal	0,90	0,65	0,57	0,92	0,12	0,05	0,03	0,06	- 6,4	- 5,7	0,2	0,0	0,0	0,0
39	Spain	9,82	9,86	11,13	8,35	1,25	0,75	0,65	0,58	0,1	1,6	- 1,8	0,0	0,1	- 0,2
40	Italy	2,07	5,62	3,35	3,14	0,26	0,43	0,19	0,22	22,1	6,2	4,8	0,7	0,1	0,2
1	Netherlands	184,52	313,74	406,99	363,68	23,50	23,78	23,66	25,24	11,2	10,4	7,8	24,2	23,8	27,3
2	Bangladesh	32,15	74,13	128,85	78,33	4,10	5,62	7,49	5,44	18,2	18,9	10,4	7,9	10,3	7,0
3	India	15,88	68,05	94,37	59,87	2,02	5,16	5,49	4,16	33,8	25,0	15,9	9,8	8,4	6,7
4	France	66,44	118,82	140,70	142,64	8,46	9,01	8,18	9,90	12,3	9,8	8,9	9,8	7,9	11,6
5	China	9,33	35,54	74,15	50,93	1,19	2,69	4,31	3,53	30,7	29,6	20,7	4,9	6,9	6,3
6	Viet Nam	19,70	52,98	83,00	76,55	2,51	4,02	4,83	5,31	21,9	19,7	16,3	6,2	6,8	8,7
7	Iceland	29,26	86,67	74,42	82,71	3,73	6,57	4,33	5,74	24,3	12,4	12,2	10,7	4,8	8,1
8	Ecuador	10,39	16,88	52,31	36,02	1,32	1,28	3,04	2,50	10,2	22,4	14,8	1,2	4,5	3,9
9	Uganda	9,15	63,31	48,09	42,24	1,16	4,80	2,80	2,93	47,2	23,1	18,5	10,1	4,2	5,0
10	Indonesia	15,13	36,60	46,30	26,60	1,93	2,77	2,69	1,85	19,3	15,0	6,5	4,0	3,3	1,7

Fonte: a partir de dados de base do comércio internacional da ONU - Comtrade

Nota: * Posição de acordo com o contributo para o crescimento 2000/2008 (para um total de 126 países considerados).